

ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA
JOÃO MORAIS DE SOUSA
MÔNICA MARIA TEIXEIRA AMORIM
(ORG.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES EM DESENVOLVIMENTO



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula
João Moraes de Sousa
Mônica Maria Teixeira Amorim
(Organizadores)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES EM DESENVOLVIMENTO



eduepb

Campina Grande-PB

2022



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | Diretor

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

D537 Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento /
organizadoras(es), Andréa Maria Narciso Rocha de
Paula, João Morais de Sousa e Mônica Maria Teixeira
Amorim. – Campina Grande : EDUEPB, 2022.
430 p. : il. ; 15 x 21 cm; 3,3 MB.

ISBN: 978-85-7879-709-6 (E-book)

ISBN: 978-85-7879-714-0 (Impresso)

1. Epistemologia do desenvolvimento. 2.
Desigualdade no Brasil 3. Emancipação social. I.
Título.

21. ed. CDD 001

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....9

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

João Moraes de Sousa

Mônica Maria Teixeira Amorim

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL NO BRASIL: NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E A INSERÇÃO EXTERNA..... 15

Ivo Marcos Theis

Luciana Butzke

Nelson Afonso Garcia Santos

PANDEMIA: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE..... 41

Milena Barros Marques dos Santos

JUVENTUDE(S): ENTRE A ATUALIDADE E A HISTORICIDADE DO CONCEITO..... 65

Leonardo Brandão

Giancarlo Marques Carraro Machado

DEPENDÊNCIA E DESEQUILÍBRIOS ENTRE MONTES CLAROS E AS CIDADES DE PEQUENO PORTE DO NORTE DE MINAS GERAIS: EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA 79

Raíssa Cota Pales

Eduardo Antônio Salomão Condé

Gilmar Ribeiro dos Santos

**ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIOPOLÍTICAS DA
UNIVERSIDADE NO BRASIL (1808-1931).....103**

Luciana Santos Lenoir

Maria da Luz Alves Ferreira

Maria Janine Dalpiaz Reschke

**RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E DESENVOLVIMENTO
DESIGUAL PELA PERSPECTIVA DA RENDA.....131**

Handerson Leonidas Sales

Antônio Dimas Cardoso

João Paulo Antonini

**PENSAMENTO DECOLONIAL, DESENVOLVIMENTO E
BRANQUITUDE: EXISTE UM SUJEITO UNIVERSAL?157**

Natália de Paula Narciso Rocha

Felisa Cançado Anaya

Andréa Moreira Lima

**HETERODOXIA E INTERDISCIPLINARIDADE NO
PENSAMENTO E NO MÉTODO DE CELSO FURTADO:
NOVOS CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DO (SUB)
DESENVOLVIMENTO.....177**

Tiago Macedo Bezerra Maia

João Moraes de Sousa

**EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA
NA INTERNET EM DEBATE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO,
CULTURA DO ESTUPRO E PORNOGRAFIA.....215**

Mariana Nascimento Maia

Rafael Baioni do Nascimento

**A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL E
A ALTERNATIVA CONCRETA PARA A TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL.....229**

Wanderson Pereira Araújo

Hormindo Pereira Souza Júnior

**SERTÃO DESENVOLVIDO, SER TÃO DESIGUAL:
DESENVOLVIMENTO E TRABALHO NO COMPLEXO
INDUSTRIAL FLORESTAL NORTE-MINEIRO.....251**

Ricardo dos Santos Silva

**"PASSANDO A BOIADA": REFLEXÕES SOBRE
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES
EMPREENHIMENTOS NO BRASIL.....275**

Thaís Guimarães Mendes

Rômulo Soares Barbosa

**RECONHECIMENTO ÉTNICO-RACIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA / COM INDÍGENAS E QUILOMBOLAS
NO BRASIL.....299**

Patrícia Macedo Ferreira

Adinei Almeida Crisóstomo

José Glebson Vieira

**PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE
ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO NORTE DE MINAS
GERAIS EM PERÍODOS PANDÊMICOS.....315**

Maria Emanuelle Guedes Cardoso

Ana Paula Glinfskoi Thé

Daniel Coelho de Oliveira

O OURO BRANCO E AS PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DE NORTE MINEIROS.....	345
--	------------

Maria Cecília Cordeiro Pires

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: ESCOLARIZAÇÃO, COTAS E MERCADO DE TRABALHO.....	389
--	------------

Andressa Ângela Siqueira

Mônica Maria Teixeira Amorim

SOBRE OS AUTORES.....	411
------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

A coletânea que apresentamos é fruto do diálogo entre o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – instituição situada em Montes Claros, no norte de Minas Gerais, e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com sede em Campina Grande, no estado da Paraíba. Resulta, igualmente, do dedicado trabalho de equipe das editoras dessas duas universidades públicas estaduais – a Editora UNIMONTES e a EDUEPB.

A coletânea reúne um conjunto de textos advindos de pesquisas realizadas no âmbito dos dois programas mencionados – o PPGDS e o PPGDR, bem como de colaboradores de outras instituições, envolvendo docentes e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e que discutem temáticas que englobam a categoria epistemológica do desenvolvimento.

No primeiro capítulo, com o título: **Desenvolvimento Regional desigual no Brasil: notas sobre a formação do território e a inserção externa**, os autores objetivam analisar o desenvolvimento regional e o pensamento social do Brasil, perpassando o contexto social brasileiro, refletindo sobre as margens do conhecimento e a importância da categoria do desenvolvimento para a compreensão da realidade social.

No capítulo dois, intitulado **Pandemia: a precarização do trabalho em tempos de crise**, a autora provoca uma análise sobre a precarização do trabalho, durante o período da pandemia da Covid-19, com o objetivo de discutir, dentre outras questões, a fetichização da tecnologia na era do “capitalismo

de vigilância”, demonstrando como os trabalhadores foram e estão sendo afetados na precarização dos seus direitos.

O artigo: **Juventude(s): entre a atualidade e a historicidade do conceito**, que compõe o capítulo três dessa coletânea, apresenta uma discussão acerca do conceito de “juventude” na contemporaneidade e as suas distintas significações nos tempos históricos recentes. A análise empreendida pelos autores indica a complexidade e pluralidade da discussão da categoria Juventude e a importância do contexto sócio-histórico para sua compreensão.

No capítulo quatro: **Dependência e desequilíbrios entre Montes Claros e as cidades de pequeno porte do norte de Minas Gerais: educação em perspectiva**, os autores tratam da análise da dependência dos habitantes das cidades de pequeno porte do Norte de Minas Gerais em relação à infraestrutura educacional de Montes Claros, cidade média e polo da região, acompanhando também as migrações pendulares, sazonais e definitivas. Os autores apresentam como consideração da pesquisa a importância da proposição de uma agenda de planejamento integrada regionalmente para proporcionar a reprodução material e social dos habitantes das cidades de pequeno e médio porte.

No capítulo cinco: **Origens históricas e sociopolíticas da Universidade no Brasil (1808-1931)**, as autoras realizam uma reflexão sobre o surgimento da universidade no Brasil e as consequências para a pesquisa no país. Chamam a atenção para a ausência da tradição em pesquisas vinculada às variáveis que perpassam por aspectos referentes à estratificação, à herança cultural e aos processos de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.

No capítulo seis, intitulado: **Relação centro-periferia e desenvolvimento desigual pela perspectiva da renda**, os autores refletem sobre a relação centro-periferia no desenvolvimento dos países periféricos pelo aspecto da desigualdade de renda,

apoiado na realidade brasileira, analisando que o permanente posicionamento de dependência e subordinação ao sistema econômico mundial com o fomento da desigualdade de renda foi mantido para alimentar o capitalismo autocentrado dos países centrais.

No capítulo sete: **Pensamento decolonial, desenvolvimento e branquitude: existe um sujeito universal?** as autoras apresentam uma reflexão sobre a criação do sujeito universal, assentado nas categorias raça e branquitude, e sua contribuição para dialogar com a noção hegemônica de desenvolvimento. As autoras destacam, entre outras questões, que a dimensão subjetiva do racismo e da branquitude, permite refletir sobre a ideia normativa que naturaliza o branco como universal e sobre a hegemonia do modelo ocidental de desenvolvimento que a nos é imposto.

No capítulo oito: **Heterodoxia e interdisciplinaridade no pensamento e no método de Celso Furtado: novos caminhos para a compreensão do (sub)desenvolvimento**, os autores demonstram a atualidade das reflexões de Celso Furtado, ressaltando que este é um dos mais proeminentes intelectuais brasileiros do Século XX, com reconhecimento nacional e internacional, e cujo pensamento tem grande importância, entre outros pontos, para o diálogo interdisciplinar entre os campos científicos.

No capítulo nove, cujo título é: **Exposição pornográfica não consentida na internet em debate: violência de gênero, cultura do estupro e pornografia**, os autores se debruçam sobre elementos essenciais para a compreensão de como se estruturam as relações de gênero na sociedade moderna e assinalam que a equidade de gênero e o respeito à diversidade passam essencialmente pelo rompimento de velhos padrões culturais de gênero, sobretudo por meio da educação sexual e de gênero, jamais puramente pela lei penal.

O capítulo dez tem como título: **A Educação no contexto da crise do capital e a alternativa concreta para a transformação**

social. O texto aborda o trabalho como categoria essencial no processo de produção e reprodução social. Os autores abarcam uma compreensão crítica sobre a problemática da formação humana, tendo em vista os desafios apresentados à organização e à educação dos trabalhadores.

O capítulo onze nos traz um provocativo título: **Sertão desenvolvido, ser tão desigual: desenvolvimento e trabalho no complexo industrial florestal norte-mineiro.** A discussão versa sobre a “nova” realidade que se afigura na produção de carvão vegetal no norte de Minas Gerais no início do século XXI e contempla análises acerca das relações de trabalho e das formas de sociabilidade dos trabalhadores envolvidos nesse processo.

O capítulo doze, intitulado **“Passando a boiada”: reflexões sobre o licenciamento ambiental de grandes empreendimentos no Brasil,** parte para o exame das práticas de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos minerários no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica e documental são empreendidas atuais e necessárias reflexões acerca de arranjos normativos e práticas recorrentes que envolvem o licenciamento deste tipo de empreendimento no país.

O capítulo treze, intitulado **“Reconhecimento étnico-racial e políticas públicas para /com indígenas e quilombolas no Brasil”,** busca analisar dificuldades já identificadas na literatura relacionada ao tema e que na atualidade continuam a representar verdadeiros entraves à efetivação do direito de acesso à terra a indígenas e quilombolas no Brasil. As disputas conceituais sobre o “ser indígena”, “ser quilombola” e “territórios coletivos” refletem o modo excludente de pensar a estrutura agrária brasileira, entraves que denotam a importância da titulação e demarcação territorial para esses grupos étnicos.

O capítulo quatorze **“Perspectivas da produção e do consumo de alimentos agroecológicos no norte de Minas Gerais em períodos pandêmico”** trata principalmente do uso de dados de natureza qualitativa e quantitativa, com a revisão sistemática da

literatura e aplicação de um questionário on-line para mensurar o grau de envolvimento e conhecimento da população sobre a produção alimentícia da agricultura familiar e de movimentos agroecológicos regionais. Ou seja, dados que caracterizam o conhecimento dos entrevistados sobre os temas acima citados e que indiquem a relação entre a pandemia da Covid-19 às mudanças de comportamento na população de Montes Claros no consumo de produtos alimentícios de melhor qualidade nutricional e ambientalmente sustentáveis.

O capítulo quinze **“O ouro branco e as promessas de desenvolvimento: análise dos processos migratórios de norte mineiro”**, buscou refletir sobre as influências das promessas de programas de “desenvolvimento”, a partir da experiência da monocultura do algodão entre as décadas de 1960 a 1980, no município norte mineiro de Porteirinha. Analisa o processo posterior ao declínio da produção do algodão, trazendo entre seus efeitos o aumento das migrações, bem como, a perda de diversidades de espécies, degradação ambiental, entre outros. O artigo apresenta uma compreensão das migrações para além do indivíduo migrante, entendendo-as como um processo social complexo, que envolve as relações sociais, o núcleo familiar, a *tradicionalidade*.

Fechando a coletânea, o capítulo dezesseis **“Mulheres negras no Ensino Superior: escolarização, cotas e mercado de trabalho”** busca a partir de um estudo bibliográfico, apontar os dados de escolarização e analfabetismo no Brasil, comparando negros e não negros, abordando a importância das cotas raciais nas universidades brasileiras, e focando as análises sobre o acesso de mulheres negras ao ensino superior e ao mercado de trabalho, com especial atenção ao acesso de negras à pós-graduação e à docência do ensino superior.

Não é demais salientar que os textos que compõem esse livro são relevantes contribuições para a discussão do desenvolvimento enquanto categoria complexa e plural e, outrossim,

encontram-se carregados de reflexões fundamentais ao reconhecimento da essencialidade da ciência¹. Conforme notamos, as pesquisadoras e os pesquisadores apresentam uma diversidade de temas e reflexões que demonstram a importância do conhecimento científico e de seu alcance social indicando que “a recuperação do potencial emancipatório da ciência é possível através da democratização e da descolonização da ciência.”². Portanto a coletânea contribui para o pensamento acadêmico para além de um projeto intelectual, mas como um projeto político voltado para a emancipação social.

Registramos a cada autora, a cada autor, e a toda equipe editorial, os nossos agradecimentos pela participação nesse projeto de diálogos entre diversos autores, de diferentes áreas do conhecimento, e movidos pelo compromisso com a ciência, o avanço do conhecimento, o debate acerca da complexidade do viver coletivo. Esperamos e apostamos que esta coletânea há de trazer contribuições para a discussão do desenvolvimento social.

Boa leitura a todas, todos e todes!

No verão, no mês de novembro de 2022.

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula
João Morais de Sousa
Mônica Maria Teixeira Amorim

-
- 1 Reconhecimento sobre o qual insistimos, especialmente nos tempos que atravessamos e em que a Ciência e a Universidade pública têm sofrido tantos ataques. Contudo, já nos encontramos na esperança de um novo governo no Brasil, pós eleições de outubro de 2022.
 - 2 SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. e NUNES, João Arriscado, “Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo” in Boaventura de Sousa Santos (org.), Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento. 2004. p. 19-101.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESIGUAL NO BRASIL: NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E A INSERÇÃO EXTERNA

Ivo Marcos Theis
Luciana Butzke
Nelson Afonso Garcia Santos

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento regional é uma expressão que aponta para o desenvolvimento de uma região. Mas, o que é mesmo região? E o que se entende por desenvolvimento? Respostas a estas questões podem ser obtidas em mais de uma disciplina do conhecimento. Nesta intervenção privilegiar-se-ão a geografia e a economia.

Quanto ao primeiro desses termos, uma possibilidade de compreender se a *região* está em reconstruir essa *fração da realidade concreta* a partir de um conjunto de *variáveis* que constituem sua *estrutura interna* como, por exemplo, “a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizados, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora etc.” (SANTOS, 2008, p. 96). Ao se tomar uma formação social nacional, como o Brasil, poder-se-á constatar que “a articulação entre [essas] diversas frações do território opera-se exatamente através dos

fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial” (SANTOS, 2008, p. 96). Para os interesses, aqui em vista, pode-se considerar que por região entende-se um espaço geográfico, delimitado a partir de um (ou mais) critério(s) determinado(s) – p. ex. ambiental, cultural... Embora, com frequência, também seja empregado para designar aglomerados de Estados nacionais, o conceito de região oriundo da geografia – que importa no presente caso – reporta à escala subnacional: trata-se de “um subespaço do espaço nacional total” (SANTOS, 2008, p. 90). Uma região resulta de um processo. A regionalização corresponde à produção de fronteiras no âmbito de uma formação social nacional. Região é, pois, um espaço geográfico que se distingue de outros espaços (contíguos ou não), em geral, delimitados por um mesmo critério, ou seja, *uma região que se distingue de outras regiões*.

Quanto ao segundo termo, desenvolvimento tem sido objeto de crescente controvérsia. Basta lembrar os diversos adjetivos que lhes foram acrescidos para que assumissem significados mais precisos. O ponto de partida aqui é a economia heterodoxa – por razões doutrinárias, a ortodoxia liberal não poderia renunciar à sua fé no mercado em favor de qualquer iniciativa que visasse *organizar* a economia. Uma aproximação inicial poderia dar-se desde a biologia: um tecido ou um órgão ou um organismo desenvolve-se, expande-se, ganha corpo e volume, já que é *organizado* a partir do metabolismo com o meio físico circundante. Mas, a metáfora para por aí: um organismo vivo nasce, desenvolve-se e morre – e a vida continua. Diferentemente da biologia, a economia (heterodoxa) imprimiu um significado ao *desenvolvimento* que o reduz a *crescimento*. Assim, a atividade econômica é um subsistema que cresce – e pode e deve continuar crescendo – indefinidamente, mesmo que, em um ecossistema limitado fisicamente (em termos materiais) e entropicamente (em termos energéticos) (GEORGESCU-ROEGER, 1971). A percepção de desenvolvimento como um

processo – de expansão ilimitada das forças produtivas – que envolve absorção de matéria-energia do entorno para produzir não valores de uso, mas mercadorias, para produzir não apenas mercadorias, mas também relações sociais (que reproduzem um desenvolvimento orientado à produção de mercadorias) suscita um questionamento quanto ao seu sentido, aos valores nele implícitos (FURTADO, 1974).

Contudo, *desenvolvimento regional* não resulta apenas do que aportam estes dois campos de conhecimento. Trata-se de um objeto de estudo interdisciplinar, que não cabe em uma única disciplina do saber humano. De uma perspectiva ampla, desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e geograficamente) desigual (THEIS, 2019). Esse desenvolvimento é desigual por fundar-se em desigualdades previamente existentes (por exemplo, entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o *capitalismo*...) e, inexoravelmente, gerar novas desigualdades. Na escala que aqui se tem em vista, pode-se constatar que regiões economicamente deprimidas convertem-se numa frequência cada vez maior, em regiões dinâmicas – e vice-versa. Umas e outras vêm sendo integradas às economias nacionais e, sobretudo, à economia mundial, como parte de uma constante renovação da configuração de espaços desiguais (SMITH, 1988; THEIS; BUTZKE, 2012). É que o capital ignora os espaços nos quais as perspectivas de lucro são baixas, movendo-se, por entre as diversas escalas, em direção aos espaços em que as perspectivas de lucro são mais altas. Daí porque uns espaços experimentam taxas elevadas de acumulação, enquanto outros ficam à espera de uma mão visível que opere algum milagre – como, por exemplo, a realização de investimentos públicos em infraestrutura. Daí porque certas *regiões* vêm crescendo e enriquecendo seus habitantes já ricos, enquanto outros espaços vêm definhando e empobrecendo os seus habitantes cada vez mais pobres. A ininterrupta

reprodução dos contrastes entre ricos e pobres no território é uma expressão fidedigna do desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2006; THEIS, 2009).

Analisar o desenvolvimento regional no Brasil – intento nesta intervenção – não constitui tarefa trivial. É que se está a lidar com uma *formação social semiperiférica* no presente tempo histórico. O que significa isso? Desde os estudos da CEPAL, tem-se convencionado diferenciar economias *centrais* de *periféricas*. Usualmente, são consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Já periféricas são as economias onde a autonomia decisória é reduzida. A *world-systems analysis* introduziu uma terceira categoria intermediária entre as duas mencionadas: economias *semiperiféricas*. De uma perspectiva relativa, estas últimas ocupam um espectro considerável na escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (LIMA, 2007; LOURENÇO, 2005; WALLERSTEIN, 1974). Assim, da perspectiva dos sistemas-mundo, a aplicação do conceito de semiperiferia, para o caso brasileiro, parece adequada.

Cumprir reiterar que o propósito é examinar desenvolvimento regional no Brasil também desde a história (afinal, trata-se de um objeto interdisciplinar), mas a partir uma perspectiva da história para a qual “tudo o que [...] diz respeito [a nossa vida] está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico” (BLOCH, 1973, p. 7). Assim, desvelam-se os sentidos do passado colonial e da *formação* territorial, tratados na segunda e terceira seções deste capítulo. A propósito, este se constitui de quatro seções além desta primeira, que corresponde à introdução, há uma seção (a segunda) na qual se confere maior atenção: à formação histórica do Brasil (em diálogo com intérpretes selecionados do chamado *pensamento sociais brasileiros*), uma seção (a terceira) em que se examinam

aspectos relativos à *desorganização do território em regiões* e, finalmente, a seção (a quarta) que traz as considerações finais.

A COLONIZAÇÃO QUE SE PROLONGA AOS DIAS ATUAIS

Desde a sua ocupação pelos portugueses, no século XVI, ao Brasil foram *atribuídas* tarefas subalternas. Daí que, desde os primórdios, seu território vem sendo *desorganizado* em regiões. Por isso, assim como em escala global, também entre as *regiões* brasileiras vêm se reproduzindo desigualdades. No século XVI, os portugueses localizaram no que hoje é o Nordeste brasileiro o mais significativo de suas atividades de exploração: a extração do pau-brasil e os engenhos de cana-de-açúcar. Depois, deslocaram-se em direção às minas e extraíram ouro e diamante. Mais adiante, o Brasil enveredou pelo cultivo do café, importante produto de exportação até meados do século XX. A partir dos anos 1930, avançaram em direção à industrialização. Em cada um desses *ciclos*, o capital explorou a natureza e os seres humanos (os indígenas, povos originários, e depois, os negros, arrancados da África) para valorizar-se. De forma que, desde o início da ocupação, o território tenha sido *desorganizado* em regiões. Nesta seção procurar-se-á examinar o desenvolvimento regional no Brasil, recorrendo-se à história econômica e à geografia política, em diálogo com o *pensamento social brasileiro* (THEIS; BUTZKE, 2019; THEIS, 2020).

Como ponto de partida, cabe perguntar: de que resulta o Brasil? Parece certo considerar que “todos os grandes acontecimentos desta era [...] articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV” (PRADO Jr., 2000, p. 11; ver também PRADO Jr., 1981, p. 22-23; FURTADO, 1977, p. 5; ver também RIBEIRO, 2012, p. 65). Quanto, especificamente, a Portugal, “o surto marítimo

que enche [a] história [do pequeno reino lusitano] do século XV [...] fora [...] provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava, no reduzido território pátrio, satisfação à sua [...] ambição” (PRADO Jr., 1979, p. 13).

A COLÔNIA: DA OCUPAÇÃO À INDEPENDÊNCIA

Ao longo dos três séculos em que a metrópole portuguesa exerceu seu domínio sobre o Brasil houve uma lenta ocupação do território. Nas três décadas iniciais, os *descobridores* limitaram-se a explorar o pau-brasil, “única riqueza aproveitável encontrada” (PRADO Jr., 1979, p. 14). Se nesses anos nada de mais relevante havia sido encontrado, não se justificava povoar (PRADO Jr., 2000, p. 12).

No entanto, de 1530 em diante, a exploração de uma atividade lucrativa, a lavoura açucareira, exigiria dos descobridores que povuassem a Colônia. De fato, nos decênios seguintes, desencadear-se-ia a ocupação, inicialmente, no vasto litoral, constituindo-se, logo, os núcleos de povoamento mais importantes: o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco (PRADO Jr., 1979, p. 21; 2000, p. 32). Assim, a ocupação das terras brasileiras decorreria da exploração dessa nova atividade que conjugava “áreas extensas e numerosos trabalhadores [...]. O seu elemento central é o *engenho*, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar” (PRADO Jr., 1981, p. 37; FURTADO, 1977, p. 12).

Note-se que não haverá “modificações substanciais do sistema colonial [baseado na grande propriedade, na monocultura da cana-de-açúcar e no trabalho escravo] nos três primeiros séculos de nossa história” (PRADO Jr., 2000, p. 123; ver também FURTADO, 1977, p. 8). A propósito do trabalho escravo, a força de trabalho inicialmente mobilizada era a existente na própria colônia. No entanto, logo os conquistadores

portugueses apelariam para a força de trabalho oriunda da África (FURTADO, 1982, p. 95).

A despeito dos esforços empreendidos na organização da produção da cana-de-açúcar, logo a exploração desta atividade esbarraria em obstáculos. Assim, “menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil [1654], operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos, e que se beneficiava da mais favorável posição geográfica” (FURTADO, 1977, p. 26).

Com a perda de relevância da cana-de-açúcar, parecia esgotar-se o potencial econômico da colônia para os conquistadores portugueses. Contudo, não tardaria a surgir outra fonte de riquezas: o ouro (PRADO Jr., 2000, p. 171-187). No início, ele apareceria nos arredores de Taubaté. Mas, logo também seria descoberto em Minas Gerais (1698). Mais tarde um pouco, Mato Grosso (1719) e Goiás (1725) também seriam incorporados às áreas de mineração (RIBEIRO, 2012, p. 372). Embora o ouro brasileiro fosse explorado desde a segunda metade do século XVII, seu auge ocorreria em meados do século XVIII. Todavia, ao final do mesmo já experimentaria seu declínio irreversível. Se for certo que Portugal beneficiou-se da exploração mineral de sua colônia, a maior beneficiária acabaria sendo a Inglaterra. Afinal, “o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao [seu] desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa” (FURTADO, 1977, p. 35).

Na segunda metade do século XVIII, já era mais pronunciada a presença da Inglaterra nas relações entre a Metrópole e a colônia. Na medida em que se desenrolam os conflitos no continente europeu, Portugal, pequeno reino agora já enfraquecido (PRADO Jr., 2000, p. 242; idem, 1981, p. 119, 128-129), cairia submetido à nação que se ia tornando economicamente

hegemônica. Como é sabido, o Brasil não pagaria apenas com ouro por essa submissão da Metrópole. Se o ouro reconectava a colônia à Europa, se, portanto, o ciclo da mineração propiciava novas possibilidades de geração de ganhos econômicos para os portugueses e, assim, reafirmava a condição do Brasil como provedor de riquezas para poderes externos, ele também teria desdobramentos internos.

Com efeito, a região, inicialmente, responsável pela produção das riquezas que fariam os portugueses estabelecerem o seu controle sobre a colônia, o Nordeste brasileiro, perderia o seu dinamismo com a entrada no mercado europeu do açúcar proveniente das Antilhas. O deslocamento de recursos para a região na qual se encontram as jazidas de ouro e diamante representará, simultaneamente, um enfraquecimento da antiga região canavieira e a ascensão do centro-sul do país como espaço econômico mais dinâmico. Assim, em comparação com os três primeiros séculos, período em que a vida econômica e social do Brasil, praticamente, confinava-se a uma fração reduzida de seu território, na entrada do século XIX observariam-se mudanças consideráveis. É este território, fragmentado pela exploração portuguesa, que, na entrada do século XIX, inesperadamente, se tornaria sede da Monarquia. Os acontecimentos desse período se acelerariam em decorrência da disposição de grupos sociais descontentes com a dominação lusitana de procederem à independência (PRADO Jr., 2000, p. 125; idem, 1981, p. 64; FURTADO, 1977, p. 90).

O que ficaria desse período de formação inicial do Brasil? Parece certo que “as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: [elas também] determinaram [...] as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial” (FERNANDES, 2005, p. 180; FURTADO, 1977, p. 95; PRADO Jr., 2000, p. 117).

O IMPÉRIO: DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

Ao longo do século XIX processar-se-iam dois importantes momentos de ruptura na vida econômica, social e política do país: “O primeiro deles ocorreu no contexto [...] da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente. O segundo deu-se no contexto da desagregação da ordem social escravista e senhorial [...] e da expansão da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1975, p. 155-156). No caso da primeira ruptura, logo ficaria evidente que “a independência não gerou uma nação livre e integrada” (FERNANDES, 1975, p. 156), ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com os EUA. A razão é que “a organização e a orientação das forças que operam ao nível externo escapam ao controle de uma sociedade nacional determinada, especialmente, se ela preenche a condição de uma sociedade satélite e dependente” (FERNANDES, 1975, p. 161). Assim, embora no início da segunda década do século XIX fosse alcançada a independência política, laços de dependência econômica, em especial, as herdadas da Metrópole para com a Inglaterra, perdurariam e perturbariam a vida do país (FURTADO, 1977, p. 36). De fato, depois de sua independência política, o Brasil faria enormes concessões àquela nação, a ela franqueando acesso irrestrito a importantes atividades econômicas. De forma que “é em grande parte em função dos interesses comerciais ingleses que se disporá a nova economia brasileira” (PRADO Jr., 1981, p. 137).

Para não se duvidar da subserviência dos portugueses que passaram a governar a jovem nação independente, deve-se notar que “os banqueiros ingleses (foram quase sempre a casa Rothschild), conluídas com os desonestos altos dignitários do Império, lançavam-se sem piedade sobre esta presa inerte que era a nação brasileira” recentemente independente (PRADO Jr., 1981, nota de rodapé à p. 139). Por um lado, o Brasil

recém-independente teria que arcar com os *compromissos assumidos* no período colonial, tendo sua autonomia política que ser conquistada ao longo dos anos que se seguiram a 1822. Por outro, restava à condição da dependência econômica, decorrente da inserção do país na economia mundial como fornecedor de matérias-primas à base de força de trabalho escravo para as economias que, desde fins do século XVIII, colocavam-se a caminho da industrialização (FURTADO, 1977, p. 38).

De que viveria o Brasil, já que economicamente tornaram-se pouco relevantes o açúcar e o ouro, em que a exportação era extraída a divisa para cobrir suas necessidades? A rigor, os frutos dos ciclos da cana-de-açúcar e da mineração apenas se fizeram sentir com a mudança da sede da monarquia para a colônia, em 1808. Até então não se podia ter noção da relevância das divisas provenientes da venda do açúcar e do ouro. Todavia, a jovem nação emergente teria necessidades a serem financiadas de alguma maneira. “É no meio dessas grandes dificuldades que o café começa a surgir como nova fonte de riqueza para o país. Já nos anos trinta esse produto firma-se como principal elemento da exportação brasileira e sua progressão é firme” (FURTADO, 1977, p. 97). E sendo novo, ele chamará à superfície, logo após a independência, uma nova categoria de empreendedores – “uma nova classe empresária” – que terá crescente protagonismo na vida econômica e política, antes, durante e após o advento da república (FURTADO, 1977, p. 114; RIBEIRO, 2012, p. 159).

Quem, além da “nova classe empresária”, constitui o *povo brasileiro* nos meados do século XIX? Pode ser avaliado:

Em seis milhões o número de negros introduzidos no Brasil como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; em cinco milhões o número mínimo de índios com que as fronteiras da civilização brasileira foram se defrontando [...] [que, porém, diminuiu

em apenas dois séculos para dois milhões]; e em cinco milhões, no máximo, o número de europeus vindos para o Brasil até 1950. Destes cinco milhões, apenas 500 mil ingressaram no Brasil antes de 1850 (RIBEIRO, 2012, p. 228).

Assim, pode-se perceber o domínio de negros e, depois, de indígenas, em comparação com brancos em número muitíssimo reduzido até o fim da primeira metade do século XIX. Com o fim do tráfico, a entrada de africanos no Brasil diminuiria significativamente. Se, em 1849, ainda ingressaram 54 mil indivíduos, no ano seguinte este total cairia para 23 mil. Em 1856, ainda, entraram algumas centenas de africanos no país, mas de forma clandestina¹.

Com o fim do tráfico de escravos da África para o Brasil escassear-se-ia a força de trabalho. Por isso, milhões de brancos adentrariam o país de meados do século XIX em diante. Os crescentes requisitos de mão-de-obra, tanto por parte da economia cafeeira quanto por outras atividades, sobretudo, no meio rural, mas, também na cidade, não podiam mais ser atendidos com o ingresso de escravos africanos. Daí o estímulo à entrada de colonos europeus (RIBEIRO, 2012, p. 436-437; PRADO Jr., 1981, p. 174). Os brancos, os antes existentes e os que ingressaram após 1850, podem ser considerados privilegiados em comparação com os demais brasileiros².

A segunda metade do século XIX será marcada, então, por dois fatos de maior significação: o primeiro deles, de natureza geográfica, diz respeito ao deslocamento da primazia de regiões localizadas ao Norte/Nordeste para o Centro-Sul do país,

1 Note-se “que este último desembarque de escravos no Brasil foi efetuado pela escuna norte-americana *Mary Smith*” (PRADO Jr., 1981, nota de rodapé à p. 153).

2 Não obstante, parece que, “mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe” (RIBEIRO, 2012, p. 236).

incluindo o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Outro fato, de não menor relevância, corresponde à decadência das lavouras tradicionais – entre elas, sobretudo, a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. Em paralelo, desenvolverá-se, como já assinalado, a produção do café, pouco importante até o fim da primeira metade do século XIX, mas que ganhará grande importância na geração de divisas dali em diante (PRADO Jr., 1981, p. 157).

A entrada de força de trabalho europeia coincidiria com “o início da indústria manufatureira no país” (PRADO Jr., 1981, p. 175). De maneira que a combinação desses fatos – a perda de importância das lavouras tradicionais, a crescente relevância do café, o ingresso maciço de imigrantes europeus, o deslocamento da primazia econômica do Norte/Nordeste para o Sudeste/Sul³ e aí um princípio de industrialização – permite afirmar que “a segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira” (PRADO Jr., 1981, p. 192; FURTADO, 1977, p. 240-241). Do ponto de vista das relações inter-regionais – um aspecto crucial aqui em consideração – *o território será cedo fragmentado em regiões* que não se comunicam. É certo que as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os povoamentos até o fim do período colonial. No entanto, os meios de transporte, convenientemente, restringiram-se, até o século XIX, à navegação⁴.

3 Embora deva ser lembrado que a segunda metade do século XIX também será o tempo em que o ciclo da borracha alcança seu ápice. Nota Darcy Ribeiro que, “no auge da expansão extrativista (1872) [quando a exploração dos seringais nativos da Amazônia assegurava uma produção de borracha que correspondia a 40% do valor total das exportações brasileiras], toda a rede urbana regional crescera a ponto de transformar Belém, o segundo porto da Amazônia, em quarta cidade brasileira em população” (RIBEIRO, 2012, p. 327).

4 Neste último, aliás, “a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vem articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente

Assim como este, outros estrangulamentos apresentar-se-ão como empecilhos ao desenvolvimento da jovem nação independente na passagem do século XIX para o século XX.

A PRIMEIRA REPÚBLICA: 1889-1930

Dois conhecidos eventos, de alguma relevância, fecharão o século XIX: a abolição da escravidão, em maio de 1888, e o advento da república, em novembro do ano seguinte. Eles terão repercussões sobre aspectos cruciais do desenvolvimento ulterior do país. Contudo, em essência, serão poucas as mudanças em benefício de maior autonomia econômica e melhoria das condições de vida de parcelas mais amplas da população. No âmbito doméstico, fortalecem-se os interesses comerciais estrangeiros, iniciativas do capital internacional em setores importantes como estradas de ferro, mineração, linhas de navegação, além da instalação de filiais de grandes bancos com sede nas economias centrais (PRADO Jr., 1981, p. 207, 210).

Em consequência, a industrialização far-se-ia com muitas dificuldades. O pouco que existia, até o início do século XIX, fora liquidado com a abertura dos portos ao livre comércio, de 1808. Mas, também havia deficiência de fontes de energia, ausência de indústrias de base e, sobretudo, inexistência de mercados consumidores.

Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam

umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira” (PRADO Jr., 2000, p. 270).

para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis (PRADO Jr., 1981, p. 258).

A despeito das condições desfavoráveis, a indústria prosperará. Para isso, concorre a oferta de mão-de-obra, relativamente abundante e de baixo custo. Em 1907, quando já havia 3.258 estabelecimentos industriais e 150,8 mil operários no Brasil, o Rio de Janeiro concentrava 40% da produção industrial, enquanto São Paulo participava com 16% e o Rio Grande do Sul com 15%. Treze anos depois, o número de estabelecimentos passou para 13,3 mil e o de operários para 275,5 mil. A indústria de alimentos era então a mais importante (PRADO Jr., 1981, p. 259-261).

Um traço distintivo deste desenvolvimento inicial é que as atividades mais pujantes da indústria brasileira seriam aquelas que se ligariam subsidiariamente ao capital estrangeiro. Assim, da perspectiva de seu potencial de autonomia nas decisões econômicas, “o país far-se-á [...], sem resistência alguma, em fácil campo para [as] operações do capital financeiro internacional” (PRADO Jr., 1981, p. 270). No entanto, se a evolução econômica do país entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX revela essa inocultável vocação à extroversão da economia brasileira, também é certo que:

O desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se [também] como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 – se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de renda *per capita*, por outro dotou o Brasil

de um sólido núcleo em torno ao quais as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se [...] a região rio-grandense [...] foi a primeira a beneficiar-se da expansão do mercado interno induzido pelo desenvolvimento cafeeiro [...] A articulação com a região nordestina se faz por intermédio da própria economia açucareira [...] Por último a Amazônia se incluiu entre os beneficiários da grande expansão da região cafeeira-industrial (FURTADO, 1977, p. 237).

Os limites da economia cafeeira foram atingidos ao final do terceiro decênio do século XX, em parte, devido às condições internas, mas, sobretudo, devido à redução da demanda em decorrência da crise internacional. Curiosamente, “a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” (FURTADO, 1977, p. 192).

Em consequência das medidas adotadas com vistas a combater os efeitos da depressão, elevaram-se os preços dos bens importados. Daí resultaria a crescente relevância do setor que produz para o mercado interno. De maneira que a industrialização, obstaculizada por tantas dificuldades ao longo das décadas anteriores, ganhou impulso em função da primazia do mercado doméstico (FURTADO, 1977, p. 233).

A INDUSTRIALIZAÇÃO

É de se presumir que a organização da indústria em uma formação social periférica como a brasileira seja fortemente condicionada pela natureza de sua inserção na economia mundial. Ou seja, após diversas tentativas, ao longo do século XIX e até a entrada do século XX, que, devido ao caráter passivo do encaixe externo da economia brasileira, acabariam

frustradas⁵, uma oportunidade com que não se contava – a crise internacional dos anos 1930 – propiciaria o deslanche para a industrialização.

Em termos geográficos, “[...] o processo de industrialização tendeu [...] a concentrar-se numa região [...]. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no Estado de São Paulo. Em 1940 essa percentagem havia subido para 34,9, e em 1950 para 38,6” (FURTADO, 1977, p. 238).

Por um lado, a concentração espacial da indústria teria importantes implicações em termos de centralização das decisões políticas. Os eventos que tiveram lugar ao longo do decênio dos anos 1930, que culminam no Estado Novo, ilustram-nas bem. Por outro lado, dada à ampliação da autonomia que acompanhou a centralização do poder político, puderam adotar-se medidas que conduziram tanto à integração do mercado interno quanto à diminuição da influência de agentes externos na gestão financeira (FURTADO, 1982, p. 22).

Em diversos momentos de seu desenvolvimento até meados dos anos 1980, em consequência das injunções de políticas econômicas – que ora enfatizavam a estabilização econômica ora privilegiavam os investimentos produtivos e o crescimento da atividade – o processo de industrialização acabaria consolidando-se apenas nos anos 1960. Todavia, se, nesse momento, o Brasil transformava-se num país industrializado, ele ainda permaneceria “notoriamente subdesenvolvido” (FURTADO, 1982, p. 33).

Um aspecto de considerável significação evidenciará que, àquela altura, o país finalmente lograra industrializar-se.

5 Bastaria lembrar que “o processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. [Mas] foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo” (FURTADO, 1977, p. 238).

Trata-se da “ascensão do grupo industrial à posição de elemento hegemônico do sistema nacional de poder” (FURTADO, 1982, p. 33-34). É de se notar a “composição heteróclita do grupo industrial brasileiro”, que inclui um setor privado nacional, um poderoso setor privado *estrangeiro* e um setor formado de quadros superiores de empresas públicas (FURTADO, 1982, p. 35). No entanto, esse grupo não constituirá uma típica *burguesia industrial nacional*, antes uma “nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais” (FURTADO, 1982, p. 36).

Assim, o Brasil chegará aos anos 1960 na condição de economia industrializada. Não como apêndice, seja de alguma outra atividade interna, seja da indústria mais dinâmica das economias centrais. Contudo, o grau de autonomia é reduzido, inexistindo margem para decisões que subordinem a indústria a um projeto de sociedade. Se, nos anos 1960, “já não [podia] haver dúvida de que o sistema industrial constitui [...] a espinha dorsal da economia do país” (FURTADO, 1982, p. 34), tampouco poderia haver dúvida de que a indústria brasileira não contribuía para o desenvolvimento do país.

UMA FORMAÇÃO SOCIAL SEMIPERIFÉRICA DESORGANIZADA EM REGIÕES

Sugeriu-se na seção anterior que a colonização de que o Brasil fora objeto nos três primeiros séculos de sua existência projetara seus efeitos sobre o seu presente. Bastaria concordar com esta afirmação para se aceitar que o Brasil não é uma formação social central. Mas também não é uma formação periférica, se considerada a referida *análise dos sistemas-mundo*. Segundo essa perspectiva, o Brasil melhor enquadrar-se na condição de *formação semiperiférica*. Trata-se de uma sociedade que exhibe alguns indicadores econômicos próximos de formações centrais, mas seus indicadores sociais são sofríveis. Essa

combinação resulta, parece evidente, de *autonomia decisória reduzida*.

O território de uma formação social nacional, como o Brasil, abarca um conjunto de espaços subnacionais, as regiões, que são articuladas por meio de fluxos de diversas naturezas. São tais fluxos que conectam as populações e as atividades produtivas. O Brasil, sendo formação semiperiférica, permanece socialmente desigual e geograficamente desorganizado em regiões que se conectam em função de decisões que escapam aos interesses da sociedade brasileira.

No passado mais remoto, tais decisões eram tomadas pelos portugueses. Durante o Império, o poder decisório seria concentrado em mãos dos produtores de café. Na segunda metade do século XX, estabelecer-se-ia o grupo de empresários industriais. Nos últimos decênios, ganharia imensurável poder o grupo de banqueiros e financistas⁶. Todavia, portaram-se, todos, até o presente, como sócios minoritários de interesses localizados longe do país em que mandam e enricam. O que explica isso?

Ora, a classe dirigente, a pequena fração privilegiada da sociedade brasileira, indiferente às necessidades da população, tem mandado e enricado no país⁷ na mesma medida em que tem condenado a descendência dos indígenas, dos negros, dos brancos pobres e dos mestiços a trabalhar jornadas longas e a viver de rendimentos que mal permitem sua reprodução. Indiferente à condição de economia colonial em que prospera, a classe

6 “A antiga burguesia industrial [...] perdeu poder econômico e político durante [...] a década de 1990 [...] suas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro, acossadas [...] pela política de abertura e de juros altos” (BOITO Jr., 2006, p. 276).

7 “Nada é mais continuado, tampouco é tão permanente, ao longo desses cinco séculos, do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo. No afã de gastar gentes e matas, bichos e coisas para lucrar, acabam com as florestas mais portentosas da terra [...] Erodem a arrasam terras sem conta. Gastam gente, aos milhões” (RIBEIRO, 2012, p. 68-69).

dirigente pouco se importa com a continuidade da subserviência, a perpetuação da dependência, a perenidade da submissão⁸.

Uma das mais nefastas manifestações de concentração de riquezas e poder no Brasil estão no controle de terras. A velha classe dominante de senhores de escravos pode ter dado lugar a outras elites. Mas, o sentido de propriedade vigente no período colonial permanece, com poucas modificações, até o presente. Com efeito, apesar da abundância de terras, a estrutura agrária tem permanecido inalterada, continuando a privilegiar a grande propriedade, mobilizada para o cultivo de bens de exportação, e impedindo que a massa da população tenha acesso a condições mínimas de sobrevivência. Os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são as do Norte/Nordeste, aí diminuindo a relevância das lavouras tradicionais. Será essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930 pela industrialização, que impulsionará as disparidades inter-regionais no país.

Quanto à concentração de riquezas, propriamente, ela não seria invertida na segunda metade do século XX, salvo em momentos curtos, em consequência de influências externas ou de injunções de políticas explicitamente voltadas à desconcentração da atividade econômica. Um período durante o qual se verificou alguma desconcentração ocorre ao fim dos anos dos anos 1970 ao início dos anos 1980. Contudo, seus resultados mais perceptíveis limitaram-se ao Centro-Sul, no contexto de um polígono que se estende desde a região central do Estado de Minas Gerais até o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – onde se concentravam 75% do emprego industrial do país (DINIZ; CROCCO, 1998, p. 163).

8 “Pela vontade [do colonizador português e de seus sucessores], os índios, os negros e todos nós, mestiços deles [...] prosseguiríamos na função [...] de proletariado de ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável, sem [...] chegar a ser gente com destino próprio. Às vezes penso que continuamos cumprindo esse desígnio [...] debaixo do guante da velha classe dominante [...] dos senhores de escravos [...] e das novas elites...” (RIBEIRO, 2012, p. 246-247).

Na verdade, a tendência à concentração geográfica de riquezas seria ainda mais acentuada em circunstâncias como o agravamento da dívida externa, no início dos anos 1980, a aceleração da inflação, entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, e, principalmente, o ajuste neoliberal associado à implantação do Plano Real, na segunda metade dos anos 1990⁹. Desde então, pode-se entrever, sobretudo, em decorrência da sucessão de políticas neoliberais aplicadas no Brasil, uma nova divisão inter-regional de trabalho “marcada por grandes desigualdades e heterogeneidades inter e intra-regionais e por focos localizados de maior dinamismo econômico relativo no interior das cinco macrorregiões brasileiras” (Brandão; Oliveira, 2005, p. 384).

Um quadro mais atualizado revela um Brasil de dimensões continentais. Sua população alcançou 190,7 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010a) – 213,8 milhões de habitantes na projeção para novembro de 2021 –, que se distribuem por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Porém, essa população espalha-se de forma desigual pelas cinco macrorregiões do país. O Sudeste concentrava mais de 42% da população brasileira. As regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, tiveram maior incremento demográfico nas últimas décadas em comparação com as demais. Apesar disso, a densidade demográfica nessas regiões permanece baixa. Isso se deve a que ao Norte cabe a maior área (mais de 45%), ao Centro-Oeste, a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país,

9 Quanto ao Plano Real, é oportuno lembrar que “a estabilidade de preços engendrou [...] um grave desequilíbrio na balança de pagamentos. À diferença do ocorrido no passado [...] desta vez privilegiou-se a estabilidade de preços buscando o endividamento externo de curto prazo mediante a elevação [...] das taxas de juros. Essa política de juros altos provocou uma redução dos investimentos produtivos e uma hipertrofia dos investimentos improdutivos. O país começou a projetar a imagem de uma economia [...] que se endividava no exterior para financiar o crescimento do consumo e investimentos especulativos, alienando o patrimônio nacional mediante um programa de privatizações” (FURTADO, 1999, p. 28).

vive na segunda menor área (menos de 11%), daí corresponder a esta uma densidade mais elevada em comparação com as demais regiões.

Essas diferenças refletem desigualdades socioeconômicas existentes *entre* as regiões – e, também, no *interior* delas. Em relação à distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil, no início dos anos 1990, o Sudeste era responsável pela geração de mais de 58% do Produto Interno Bruto, o Sul, por mais de 17%. De modo que em ambos se concentravam mais de $\frac{3}{4}$ da riqueza produzida no país (IBGE, 2010b). Do início dos anos 2000 até meados dos anos 2010, houve pequena variação em favor das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. No entanto, a essas macrorregiões, que abarcam mais de 82% do território e onde vivem mais de 43% da população, cabiam menos de 28% do PIB brasileiro. Logo, é indiscutível que a capacidade de gerar riquezas ainda está concentrada no Sudeste brasileiro.

Em relação à geografia das condições de vida da população, dificilmente se poderia esboçar um quadro mais aproximado da situação brasileira. É certo que houve alguma redução nas desigualdades sociais, inclusive, nas disparidades inter-regionais ao longo dos anos 2000 e 2010. Contudo, dada a imutabilidade das estruturas econômicas internas e a inserção passiva do Brasil na economia mundial, modificações na situação social podem ter limitando-se à superfície. Quanto à piora dos indicadores sociais no pós-golpe midiático-jurídico-parlamentar de 2016, ela parece indissociável do impulso recebido pela recente guinada ultraconservadora na política e ultraliberal na economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo nesta intervenção era examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica, no presente tempo histórico, dialogando com alguns dos intérpretes do chamado *pensamento social brasileiro*.

O Brasil de que se tratou nas linhas acima é, por inúmeras razões, uma formação social única. É um projeto que se realiza a revelia da gente que passaria a integrá-lo. Isso se explica pelo fato de que “a história do Brasil [...] dá nascimento à primeira civilização de âmbito mundial, articulando a América como assentamento, a África como a provedora de força de trabalho e a Europa como consumidora privilegiada e como sócia principal do negócio” (RIBEIRO, 2012, p. 279).

No presente tempo histórico, o Brasil constitui uma formação social única também por zelar pela manutenção das relações sociais produtoras de desigualdades e disparidades regionais – *um território desestruturado em regiões* que permanecem se conectando privilegiadamente com os destinatários dos recursos de sua ainda exuberante natureza – ao longo dos mais de cinco séculos de sua existência (THEIS; BUTZKE, 2019).

As evidências sugerem que, no âmbito doméstico, desenvolvimento regional, embora mobilizasse atenções e energias para prover acesso à saúde, à moradia, a terra, à água, à comida, a condições dignas de trabalho e a salários justos para a população, tem se limitado a organizar, em escala subnacional, o processo de acumulação de capital e assegurar os privilégios da classe dirigente.

Todavia, no presente tempo histórico, também têm manifestando-se os brasileiros simples – a descendência dos indígenas, dos negros, dos brancos pobres e dos mestiços, vítimas de preconceitos de classe, raça e gênero – que, desde as margens, ousam construir espaços de autêntica autonomia – sem centros, sem periferias, sem semiperiferias. Ao invés de desenvolvimento regional, espaços de esperança (DINERSTEIN, 2014).

De maneira que talvez tenha chegado o tempo de os brasileiros simples das margens confrontarem as forças que se têm empenhado em promover desenvolvimento regional como pretexto para atender a supostas necessidades de toda a sociedade.

Ao invés de oferecer soluções, desenvolvimento regional tem se revelado parte dos problemas (THEIS, 2019). Mais desenvolvimento regional não tem evitado que mais pessoas venham adoecendo e sejam privadas de casa, terra, água e comida. Talvez, tenha chegado o tempo de os brasileiros simples das margens bloquear o fluxo do passado, com todas as suas mazelas, de impedir que o passado estenda “os conteúdos formais fechados provindos do que-já-se-efetivou” sobre “o que-ainda-não-veio-a-ser” (BLOCH, 2005, p. 16).

REFERÊNCIAS

BLOCH, Ernst. **Thomas Münzer: teólogo da revolução**. Trad. V. Chacon; C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança** (vol. 1). Trad. Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2005.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: G. CAETANO, G. (org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006.

BRANDÃO, C. A.; OLIVEIRA, H. S. Divisão inter-regional do trabalho no Brasil dos anos 90: perdas de quantidade e qualidade nos investimentos, empregos e instrumentos de regulação. In: RIBEIRO, A. C. T. et al. (org.) **Globalização e território: ajustes periféricos**. Rio de Janeiro: Arquimedes; IPPUR, p. 355-389, 2005.

DINERSTEIN, Ana Cecilia. “Social movements, autonomy and hope: notes on the Zapatistas”. In: KUMAR, S; KUMAR, R. (Org.) **Social movements: transformative shifts and turning points**. Nova Delhi: Routledge, 2014, p. 236-262.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestructuración económica e impacto regional: el nuevo mapa de la industria brasileña. In: DE MATTOS, C. A. et al. **Globalización y territorio: impactos y perspectivas**. Santiago: PUC/Chile; FCE, p. 153-181, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge/Mass.; London: Harvard University Press, 1971.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

IBGE. **Resolução Nº 05, de 10 de outubro de 2002**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002

(Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areateritorial/resolucao.shtm>; Acesso em 13 de março de 2011).

IBGE. Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1; Acesso em 13 de março de 2011).

IBGE. Sistema de contas nacionais, Brasil, 2004-2008. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf; Acesso em 13 de março de 2011).

LIMA, Pedro Garrido C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, 10 (2), p. 58-85, 2007.

LOURENÇO, André Luís Cabral de. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. **Economia e Sociedade**, 14 (1), p. 177-186, 2005.

PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia** (= Grandes nomes do pensamento brasileiro). São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 334-360, 2019.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica: o caso do Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 7, n. 2, p. 206-227, 2020.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, Andreia et al. (Org.) **Capitalismo**: crises e resistências. São Paulo: Outras Expressões, p. 83-110, 2012.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Desarrollo regional desigual e inserción internacional subordinada: el caso de Brasil. **DAAPGE** [Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal], n. 33, p. 31- 50, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1974.

PANDEMIA: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

Milena Barros Marques dos Santos

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas neste estudo pretendem discutir aspectos da precarização do trabalho, durante a pandemia da Covid-19, tendo como pano de fundo, dentre outras questões, a fetichização da tecnologia na era do capitalismo de vigilância. Essa nova ordem econômica – marcada por concentração de riqueza, conhecimento e poder utiliza-se da tecnologia digital, inteligência artificial e algoritmo para extração de mais-valia (ZUBOFF, 2019).

O advento das TICs expande o trabalho morto e, ao mesmo tempo, a multiplicidade de aplicativos e plataformas digitais tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios (ANTUNES, 2018). Nesse sentido, o pressuposto da nossa discussão é que, no contexto do capitalismo de vigilância, o fetiche da tecnologia favoreça a superexploração do novo proletário de serviços, denominado por Antunes (2018) de escravo digital.

Para o desenvolvimento do trabalho, à luz do materialismo dialético, discutiremos a realidade do trabalho no Brasil durante a pandemia, utilizando informações, principalmente, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em seguida, traremos apontamentos sobre o trabalho em Marx, e, depois, sobre o fetichismo. Ao final, apresentaremos algumas considerações.

PANDEMIA E TRABALHO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) assumiram nova centralidade no contexto da pandemia da Covid-19. O uso de artefatos tecnológicos e da Internet e as habilidades digitais foram enaltecidos como alternativa emergencial para mitigar os efeitos do isolamento social, medida preventiva à propagação do novo Coronavírus. Mas, a crença de que para todo problema há uma solução tecnológica (HARVEY, 2008; FEENBERG, 2003) é um fetiche que não se sustenta diante dos impactos da crise sanitária, que interferiu no *modus operandi* da sociedade global, metamorfoseando as relações de trabalho, modelos de ensino, comércio eletrônico, fruição cultural, dentre outros (CETIC.BR, 2020), os quais passaram a depender sobremaneira das TICs, principalmente na era do capitalismo de vigilância.

O trabalho é a categoria fundante do mundo social (MARX, 2015; TONET, 2015). Mas a dissociação das atividades de trabalho das demais atividades da vida social, na sociedade capitalista, fizeram com que o trabalho perdesse seu sentido como processo de humanização, e se incorporasse como atividade natural de produção para a troca, independente do seu contexto histórico (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Em sua sanha pela obtenção máxima de mais-valia, objetivo do capital (MARX, 2015), o capitalismo transmuta-se sem perder, porém, a essência predatória (SILVA, 2021).

Na atualidade, em esfera mundial, a principal característica do capitalismo é a centralidade do capital financeiro que, estando articulado às megacorporações produtivas transnacionais, preside as estratégias de acumulação e dominação (SILVA, 2021). São as finanças que comandam o nível e o ritmo da acumulação, no que tange a criação de capacidades de produção e extensão das relações de produção capitalistas, combinando efeitos da liberalização, da desregulamentação das trocas, dos movimentos de capitais e da tecnologia (CHESNAIS, 2000). O capital financeiro, atrelado às disciplinas de maximização de valor, é a fonte de poder no qual o capitalismo de vigilância se assenta (ZUBOFF, 2019).

As TICs configuram-se como elemento primordial para os novos mecanismos utilizados no capitalismo. A Internet e as novas tecnologias medeiam relações sociais e favorecem a expansão do trabalho online e do uso de aplicativos digitais que, de um lado, tornam invisível a atuação das grandes corporações globais, e de outro, expandem a tríade terceirização, informalidade e flexibilidade. Esse processo denominado por Antunes (2018, p. 37) de uberização do trabalho é anterior à pandemia, e deve-se à articulação das tecnologias de nosso século com as condições deficitárias do século XX, refletindo a precariedade no trabalho, a corrosão de direitos sociais e conquistas históricas, podendo oscilar entre o desemprego ou o “privilégio da servidão” (idem, p.34).

No Brasil, por exemplo, após o golpe de 2016, foi sancionada a Lei nº 13.467/2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o contrato de trabalho intermitente, em que o trabalhador presta serviço por valor de hora estabelecido, mas sem qualquer garantia de um mínimo de horas trabalhadas, portanto, sem previsão de valor de salário, uma vez que depende apenas da demanda do empregador, e sem direitos adicionais ou benefícios como férias, 13º salário ou FGTS. Em consequência, nos dois anos seguintes,

2018 e 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ estimou que houve mais de 225 mil contratações nessa modalidade.

No período pandêmico, em 2020, a OIT constatou o aprofundamento da precarização do trabalho informal, dando lugar a novas fragilidades associadas ao mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. Mais de 1,6 bilhão de trabalhadores informais no mundo foram gravemente afetados e a dificuldade de realização do teletrabalho foi um dos entraves que intensificou os efeitos atuais da recessão (OIT, 2020).

A perda de horas de trabalho no mundo foi aproximadamente quatro vezes maior que a registrada na crise financeira mundial de 2009. A quantidade de pessoas desocupadas aumentou em 33 milhões (OIT, 2021). As previsões do organismo internacional no relatório “Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo - Tendências 2022 (*World Employment and Social Outlook Trends 2022 - WESO Trends*)” é de que o desemprego global permaneça acima nos níveis pré-pandemia, pelo menos, até 2023, e que em 2022 tenhamos 207 milhões de desempregados, em comparação com 186 milhões em 2019 (OIT, 2022).

No Brasil, segundo a Pnad 2020 do IBGE, dos mais de 85 milhões de trabalhadores classificados como população ocupada, quase 40% (34,7 milhões) eram informais, ou seja, sem vínculo de trabalho como carteira de trabalho assinada ou semelhantes, portanto, sem direito, via de regra, a benefícios da previdência social (IBGE, 2020). Um estudo realizado pelo IPEA (2021) indicou que daqueles informais, dos que atuam no setor privado, aproximadamente 38% pararam de trabalhar quando do início da pandemia no Brasil.

A taxa de desocupação atingiu o maior índice, desde 2012, no primeiro trimestre de 2021, principalmente para mulheres

1 Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acessado em 19/04/2022.

e jovens até 24 anos, de acordo com dados da série histórica do IBGE. A população subocupada por insuficiência de hora² também alcançou recorde: mais de 7,3 milhões de pessoas. O desemprego, no final de 2019 era de 11,9%, em 2020, 13,5%, e em 2021, 11,1%, o que significa uma massa de quase 14 milhões de desempregados. A taxa de informalidade subiu de 38,3% em 2020 para 40,1% em 2021³.

Para a população ocupada, o PAINEL Pnad Covid-19 (IBGE, 2020a) indicou que, das pessoas que trabalharam remotamente, cerca de 85% estavam no mercado de trabalho formal e o restante, no informal. Em relação aos que não puderam exercer trabalho remoto, um levantamento realizado para o jornal EL PAÍS (05/04/2021),⁴ pelo *estúdio de inteligência de dados* da Lagom Data com base em informações do Ministério da Economia, trabalhadores formais em empregos como frentistas de posto de gasolina, motoristas de ônibus, operadores de caixa e vigilantes, tiveram um aumento de cerca de 60% de mortes no início de 2021, em comparação com o mesmo período de 2020, anterior à pandemia. Em relação aos afastamentos com casos de Covid-19 no biênio 2020-2021, as ocupações mais atingidas foram faxineiros, vendedores de comércio varejista, alimentadores de linha de produção, auxiliares de escritório em geral e motoristas de caminhão, conforme levantamento realizado em 2020 pela OIT⁵.

2 Pessoas que trabalham menos que 40 horas semanais, querem e estão disponíveis para trabalhar mais horas.

3 Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/02/desemprego-no-pais-cai-para-11-1-no-quarto-trimestre-de-2021> Acessado em 29/05/2022.

4 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-augenda-pandemia.html> Acessado em 24/04/2022.

5 Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_842760/lang--pt/index.htm. Acessado em 28/05/2022.

Os dados apresentados conduzem nosso olhar para a precarização do trabalho no período pandêmico, principalmente em âmbito nacional. Os impactos dessa precarização afetam diretamente a renda do trabalhador, e indiretamente, recaem sobre os meios de sobrevivência deles e de suas famílias. O grau de insegurança alimentar, por exemplo, é o pior desde 2004, conforme o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede PENSSAN (2021): são 55,2% da população, ou seja, 116,8 milhões de brasileiros, nessa situação.

Mas não estamos afirmando que o fenômeno é decorrente exclusivamente da pandemia, ou que se restringe à associação do uso de TICs. Acreditamos que o contexto intensifica problemas estruturais que recaem sobre parcela específica da sociedade e expande o que Antunes (2018, p. 30) denomina de novo proletariado da era digital. E, no nosso entendimento, é necessário compreender a conjuntura para que se possa pensar e estabelecer ações de enfrentamento, principalmente no âmbito das políticas sociais.

APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO EM MARX

O trabalho, em Marx, pode ser compreendido como um processo pelo qual o homem se apropria da natureza, alterando-a para produzir algo com utilidade, a partir da ação orientada por um objetivo (produção de valor de uso). Não se trata simplesmente de executar uma tarefa, como qualquer animal poderia fazê-lo, mas de alcançar um resultado pretendido anteriormente. É esse processo orientado que diferencia o homem dos demais animais, e que perpetua a condição natural da vida humana, sendo comum a todas as formas sociais, embora os meios de trabalho (o modo como se produz) variem conforme o momento histórico. Esse modo é indicador do grau de desenvolvimento da força de trabalho e das condições sociais

nas quais se trabalha. O trabalho se incorpora ao seu objeto, ao produto (mercadoria) que possui valor de uso e valor de troca (MARX, 2015, p.190).

No capitalismo, a economia é movida pela produção de mais-valia. Os capitalistas compram os meios de produção e a força de trabalho. O consumo dessa força de trabalho revela dois fenômenos característicos: o trabalho pertence ao capitalista, assim como seu produto. A diferença entre o valor de troca (mercadoria) e a soma das mercadorias requeridas para a produção, incluindo o valor do trabalho, é a mais-valia. Para alcançá-la, foi necessário separar trabalhadores e propriedade das condições de realização do trabalho: meios sociais de subsistência e produção foram transformados em capital, e os produtores diretos, em trabalhadores assalariados. Esse processo histórico de expropriação dos trabalhadores diretos, principalmente do campesinato, e a conversão dos meios de vida dos trabalhadores em capital é apresentado por Marx como a “assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2015).

Apesar de ser descrito por historiadores burgueses como a libertação dos trabalhadores da servidão e da coação corporativa, a acumulação primitiva foi, na verdade, um processo violento de expropriação da terra, dos meios de produção e despojamento súbito dos meios de subsistência de grandes massas humanas, lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. Porém, duas situações se colocavam diante dessa violência abrupta: não era possível a absorção desse grande contingente pela manufatura emergente e o ajuste ao novo modo de vida não foi imediato. Formavam-se massas de mendigos, assaltantes, pessoas marginalizadas devido às circunstâncias (MARX, 2015)

O antagonismo de classe foi responsável pela emergência de ações por parte do Estado para “amenizar a desigualdade social que brota, necessariamente, da exploração do capital sobre o trabalho” (TONET, 2015, p. 281). E o Poder Executivo

não era “senão um comitê para gerir os negócios comuns da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2014, p. 42). A burguesia agia, também, por meio dos legisladores que evitavam que se tocasse na liberdade de o capital extrair a força de trabalho, sob o discurso de preservar a “liberdade do trabalho” (MARX, 2015, p. 245).

As reivindicações do proletariado, de forma central, tanto na sociedade inglesa, quanto na capitalista em geral, eram para a redução da jornada de trabalho e o sufrágio universal e secreto (COGGIOLA, 2014). Na Inglaterra, por exemplo, o Parlamento criou as leis fabris de 1833, 1844 e 1850, que limitaram a jornada de trabalho para homens, mulheres, adolescentes e crianças. Porém, por pressão dos industriais, ao criarem limites para alguns setores, permitiam ampliar a exploração em outros segmentos para garantir o fornecimento adicional “que o capital tem direito segundo a lei de Deus e dos homens” (MARX, 2015, p. 248).

Na Alemanha, a luta de classes acirrou-se com o levante dos tecelões na Silésia, considerada a primeira revolta operária da história alemã moderna, em junho de 1844. O levante foi esmagado pela intervenção do exército prussiano, porém, Marx percebeu que o proletariado é elemento ativo da revolução e de sua emancipação. (MARX; ENGELS; 2010).

Diversos levantes e revoltas ocorreram na Europa no âmbito desse antagonismo de classes. A força do capital se enfraqueceu gradualmente e o poder de ataque da classe trabalhadora, ao contrário, cresceu. Os abusos desmedidos provocaram como reação o controle social que limitou, regulou e uniformizou legalmente a jornada normal de trabalho e suas pausas. As lutas pela regulação da jornada de trabalho provaram que “quando o modo produção capitalista atinge certo grau de amadurecimento, o trabalhador isolado, o trabalhador como ‘livre’ vendedor de sua força de trabalho sucumbe a ele sem poder de resistência” (MARX, 2015, p. 256).

Para Behring e Boschetti (2006), essas disputas em torno do tempo de trabalho entre a classe burguesa e a trabalhadora demonstraram o lugar central e a condição estrutural do trabalho como fonte de valor para o capital. A valorização do capital e da reprodução da força de trabalho perpassaram – e perpassam – pelo tempo médio do trabalho socialmente necessário, e, por isso, a luta de classes irrompeu de forma incisiva, expondo a questão social, cujo fundamento encontra-se na subsunção do trabalho ao capital.

O período das lutas de 1848, segundo as autoras, é reconhecido como momento de ruptura com o projeto burguês, e a legislação fabril pode ser compreendida como predecessora do papel do Estado na relação com as classes e os direitos sociais no século XX. A guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora tornaram-se mais forte no final do século XIX e início do seguinte, pressionada pela ampliação dos direitos, apesar das resistências burguesas sustentadas pelo liberalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

No liberalismo, direitos civis orientados para a garantia da propriedade privada e de liberdade individual foram reconhecidos. O Estado liberal não deveria intervir na regulação do trabalho ou no atendimento de necessidades sociais, mas agir para garantir o estabelecimento do livre mercado. Chesnais (2000) chama atenção para o eufemismo do termo mercado, que esconde formas de dominação política e social, e escamoteia formas concentradas de capital.

As bases do liberalismo foram enfraquecidas por um conjunto de fatores, como as lutas da classe trabalhadora na Inglaterra, França, Alemanha; o crescimento do movimento operário; a correlação e a composição de forças; a ocupação pelo proletariado em espaços políticos e sociais importantes; a fusão entre capital bancário e industrial dando origem ao capital financeiro. Esse enfraquecimento decorrente da luta pela emancipação humana, socialização da riqueza e instituição de uma

sociabilidade não capitalista assegurou importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, reconhecimento de direitos de cidadania e políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

No contexto do capitalismo tardio, houve hipertrofia e autonomia crescente do Estado, como reflexo histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular, principalmente devido à crise de 1929-1932 e à Segunda Guerra Mundial. O Estado, que pode ser compreendido como produto da divisão social do trabalho, combinou função econômica dele com o esforço de despolitizar a classe trabalhadora e com o mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, capaz de produzir uma sociedade pluralista. Porém, o aumento da intervenção estatal conferiu maior controle sobre os rendimentos sociais. O Estado capitalista tendeu a manter sua natureza de favorecer a dominação política de determinada classe social (MANDEL, 1982).

Nesse sentido, o Estado social responde a interesses e prioridades do modo de produção capitalista, assim como à reprodução da classe trabalhadora, mediando, conforme Ian Gough (1978), os interesses antagônicos e preservando as relações sociais de exploração existentes. As políticas sociais também possuem esse caráter contraditório (PEREIRA, 2008; BEHRING, 2009; TONET; 2015). Para Behring (2009), a política social, pelo ponto de vista da totalidade resulta de “contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”, considerando as tensões políticas e societárias que marcam a formulação e cobertura dessas políticas (BEHRING, 2009, p. 2).

Nas décadas de 1970 e 1980, o mundo foi marcado por profundas transformações econômicas e tecnológicas. O cenário econômico era de desregulamentação do sistema monetário internacional, crise econômica, depressão, atuação dos sindicatos, aumento de inflação, conflito social, lutas de classe, desemprego, endividamento público. O modelo de produção

do período, fordista/keynesiano, entrou em colapso na década de 1970. O caráter do ciclo depressivo de 1974/85, conforme Mandel (1990), poderia ser compreendido como ponto de convergência de cinco tipos de crises diferentes: 1) crise clássica de superprodução, limitada por déficit financeiro, aumento de crédito e expansão da dívida pública e privada; 2) combinação da crise clássica de superprodução com a mudança brusca da “onda longa” com redução progressiva dos altos rendimentos tecnológicos; 3) nova fase da crise do sistema imperialista (reflexos indiretos na alta do preço do petróleo); 4) crise social e política, agravada nos países imperialistas, resultante da depressão econômica e politização, combatividade e lutas operárias, e da reação pela tentativa burguesa de impor aos trabalhadores o peso da crise e da distribuição mundial da mais valia; 5) crise das relações de produção capitalista, acentuada pela conjunção das demais crises com a crise estrutural da sociedade burguesa.

Como resposta à crise estrutural – que abriu as portas à financeirização, e diante da necessidade de alterar os padrões de acumulação capitalista – países como a Inglaterra em 1979, com Margareth Thatcher, e os Estados Unidos em 1980, com Ronald Regan, adotaram diretrizes neoliberais. As estratégias envolviam soluções monetaristas “do lado da oferta”; alterações nas políticas fiscais e econômicas; enfraquecimento de sindicatos, associações e organizações sociais; privatização de empresas públicas; redução de impostos corporativos; redução de salário; desregulação, abrindo áreas de liberdade de mercado irrestritas aos interesses corporativos.

A teoria neoliberal da mudança tecnológica – sustentada nos poderes coercitivos da competição: busca de novos produtos, métodos de produção e formas de organização – incorporou-se ao senso comum dos empreendedores, tornando-se um fetiche de que para todo problema haveria uma solução tecnológica (HARVEY, 2008). Há um vínculo constitutivo entre “dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades

sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças na relação espaço-tempo, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo” (idem, 2008, p. 79)

A ortodoxia neoliberal e o fundamentalismo do livre mercado foram propagados pelo FMI, Banco Mundial e Escola de Chicago. Países se endividaram, e em troca do escalonamento da dívida, tiveram de se submeter ao chamado “ajuste estrutural”, um conjunto de reformas institucionais, como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatizações. Um dos efeitos foi a extração de altas taxas de retorno nas décadas de 1980 e 1990 pelos países de economia avançada, e a restauração do poder de suas elites (HARVEY, 2008).

O enfrentamento à crise impactou diretamente no mundo do trabalho, tanto nas dimensões objetivas, quanto nas subjetivas, confluindo na estratégia de reprodução ampliada de capital, que necessitava de novos negócios para se valorizar, a chamada superacumulação de Mandel ou acumulação por espoliação de Harvey, de acordo com Mota (2018). A espoliação social, marcada pela unidade entre a potenciação da exploração do trabalho e espoliação material e social, seja da terra, da natureza, dos direitos e meios de vida da população, é a marca do novo imperialismo. Esses dois eixos da espoliação ampliam a superexploração do trabalho, principalmente nos países periféricos, como o brasileiro.

No Brasil, a contradição entre a indústria controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamentos internacionais para fazer a parcela do excedente que pertence ao capital internacional voltar à circulação foi uma singularidade da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista instaurado. As “crises desse padrão eram rigorosamente, crises da circulação internacional do dinheiro-capital” (OLIVEIRA, 1977, p. 87). A mundialização do capital e os

avanços tecnológicos da Terceira Revolução Industrial criaram uma espécie de trabalho abstrato virtual. Nas relações contraditórias do país, predominou, [e predomina], o rebaixamento da força de trabalho com a dependência externa e com geração constante de desigualdades, um ‘ornitorrinco’ que se utilizou do arcabouço ideológico do neoliberalismo (OLIVEIRA, 2003).

O legado do neoliberalismo, segundo Zuboff (2019), foi uma benção para o capitalismo de vigilância, devido ao remodelamento do pensamento que reflete na elaboração de políticas acerca do papel regulador do Estado, e, principalmente, a autorregulação quando a tecnologia e Internet começaram a assumir papel preponderante.

METAMORFOSES DO CAPITALISMO

Marx, ao tratar do desenvolvimento da maquinária, questionou, a partir de John Stuart Mill, “que todas as invenções mecânicas já tenham servido para aliviar a faina diária de algum ser humano” (MARX, 2015, p. 301). No capitalismo, o desenvolvimento da maquinaria, assim como o de qualquer força produtiva do trabalho, deveria reduzir o preço das mercadorias ou de parte da jornada de trabalho objetivando a produção de mais-valia (MARX, 2015). Como consequências imediatas da produção mecanizada, tem-se substituição da força de trabalho por máquinas, barateamento da força de trabalho e formação do exército industrial de reserva.

Como as máquinas dispensavam a força física, era possível ampliar a exploração do trabalho feminino e infantil, o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), e intensificação do trabalho (mais-valia relativa). Nesse sentido, concordamos com a indagação apresentada por Marx, e a partir dela, nos questionamos sobre: o uso das tecnologias; a quem serve o desenvolvimento científico-tecnológico, principalmente, na atual era do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019);

que fins pretendem atingir, principalmente, com o Fetiche da Tecnologia (FEENBERG, 2003).

O fetichismo em Marx (2015) diz respeito não apenas à mercadoria, mas a formas sociais de maior complexidade, como o dinheiro e o capital, e, podemos acrescentar, com base em Feenberg (2003), a tecnologia. O fetiche da mercadoria pode ser pensado e aceito como um fenômeno social. Seu caráter místico não resulta do valor de uso, mas na atribuição do valor de troca, pois “as relações entre os produtores, nas quais se efetivam aquelas determinações sociais de seu trabalho, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho” (MARX, 2015, p. 122).

No mundo dominado pelas finanças (CHESNAIS, 2000; ZUBOFF, 2019; SILVA, 2021), a vida social sofre influência do fetichismo, com o dinheiro produzindo dinheiro, valor valorizando-se por si mesmo, e o capital parecendo ser a fonte misteriosa de seu próprio crescimento. O triunfo do fetichismo financeiro provocou um salto do fetichismo da mercadoria com a mundialização do capital – e isso se deve em grande medida ao uso das TICs – pois “a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho aparece como uma força renovada” (CHESNAIS, 2000).

Conforme Grespan (2021), baseado em Marx, o fetichismo, em sentido amplo, desmascara e explica os mecanismos mistificadores do mundo organizado pelo valor que se valoriza. As relações humanas se coisificam e aquelas entre as coisas adquirem subjetividade, e essa ilusão é real, condiciona comportamentos, concentra poderes sociais efetivos em representações, e dificulta a percepção de seus artifícios. A contraposição do trabalho morto (pretérito e objetivado) ao trabalho vivo (que transfere valor para o produto) resulta no valor dos meios de produção. Assim, ocorre um esvaziamento da consciência ligada à produção da vida e o fetichismo, sob a forma complexa, define-se como poder das representações que

comanda o trabalho e a vida. Aos indivíduos é dado conhecer uma realidade distorcida e unilateral dos processos sociais que organizam a ação social.

Em relação à tecnologia, o esvaziamento da consciência ocorre do mesmo modo que para a mercadoria, em seu caráter relacional, pois aparece como uma instância não-social, mas dotada apenas de racionalidade técnica (FEENBERG, 2003). No fetichismo tecnológico a ação técnica nega as dimensões sócio-históricas e cria uma ilusão que se torna um aspecto da realidade social. As relações objetivas e subjetivas com a tecnologia são modeladas por essa interpretação que apresenta os artefatos tecnológicos essencialmente orientados para um determinado uso ou funcionalidade, sendo essa a abstração inicialmente construída em nossa percepção imediata de tecnologia. A tecnologia é social, mas sempre que esse aspecto é retirado, resta a instrumentalização primária: “a tecnologia, em essência, descontextualiza e manipula seus objetos” (idem, p. 23). Podemos, então, compreender que a tecnologia se relaciona com seu contexto histórico, político, cultural, e pode estar sujeita às lutas de classes.

As TICs se entranham de maneira cada vez mais profunda através das necessidades da vida cotidiana, mediando diversas formas de participação social, e nesse contexto, entramos na era do capitalismo de vigilância. Shoshana Zuboff (2019), ao apresentar o conceito de capitalismo de vigilância, pontua uma série de definições da qual destacamos: uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima de forma gratuita, para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas; uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços tem o objetivo de mudar comportamentos; expropria direitos e destitui a soberania dos indivíduos; e revive a imagem apresentada por Karl Marx do capitalismo como o vampiro que se alimenta do trabalho, apropriando-se de todo aspecto de toda experiência humana. O

capitalismo de vigilância necessita do digital para existir, mas não se confunde com a tecnologia que emprega.

Devemos ter em mente que as TICs, apesar do fetiche tecnológico, são meios com fins econômicos intrínsecos ao seu desenvolvimento e desdobramento. Não são neutras ou desinteressadas como propõe a visão clássica da ciência e da tecnologia. Na verdade, são socialmente construídas, visando a máxima produtividade, a partir de padrões orientados pela economia e produção de rentabilidade (SANTOS, 2020). Seu uso expande o trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional, cada vez mais presente na produção material e imaterial, configurando-se como elemento novo e central para efetiva compreensão dos novos mecanismos utilizados pelo capital em nossos dias. Os aplicativos tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios (ANTUNES, 2018).

No capitalismo de vigilância, há o amplo emprego de tecnologias, uso de plataformas, inteligência de máquina, algoritmos que se inserem nas relações sociais, incluindo o trabalho. A empresa Uber Technologies Inc., por exemplo, criada em 2010 em São Francisco, EUA, tem o objetivo de “aproximar pessoas e revolucionar o modo de se movimentar nas cidades. [...] A Uber usa a tecnologia para dar às pessoas o que elas querem, quando e onde elas precisam⁶”. Atualmente, está presente em 71 países, com 3,5 milhões de parceiros motoristas/entregadores e 101 milhões de usuários. No Brasil, as atividades se iniciaram no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, com a Copa do Mundo de 2014 – hoje, está em mais de 500 cidades. Com o slogan “Seja seu próprio chefe – Dirija com a Uber”, a empresa comemorou, em 2020, mais de 1 milhão de parceiros motoristas/entregadores no Brasil e 22 milhões de

6 Disponível em <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acessado em 23/04/22.

usuários. O número é expressivo: quase 1/3 de todos os parceiros no mundo e 1/5 dos usuários.

A Uber é o exemplo emblemático da escravidão digital de Antunes (2018). De um lado temos os chamados “parceiros”, que prestam o serviço em seus veículos, sobre os quais têm a responsabilidade de realizar manutenção e limpeza; não têm remuneração fixa; sem direitos sociais trabalhistas, como férias, 13º salário, licença saúde, auxílio alimentação, seguro-desemprego, ou qualquer outro benefício da previdência social – direitos tão fundamentais, como temos observado nesse período pandêmico. De outro, temos a empresa, que afasta de si qualquer responsabilidade por quem contrata para a prestação do serviço sob o discurso de fornecer tecnologia para aproximar pessoas, visando obter o máximo lucro.

Outro exemplo, o i-Food – startup “brasileira que aproxima clientes, restaurantes e entregadores de forma simples e prática”⁷ – iniciou suas atividades em 2011, com 12 mil pedidos por mês. Nos anos seguintes, com investimentos em tecnologia e uso de aplicativos digitais, fusões corporativas, e, em 2019, investimento em inteligência artificial, chegou a 20 milhões de pedidos por mês. A plataforma delivery, em março de 2021, teve crescimento de 418% em relação ao mesmo período em 2020, conforme a revista *Veja* (08/04/2021)⁸. As entregas são feitas pelos entregadores, que seguem a mesma lógica dos “parceiros” Uber.

A Magazine Luiza⁹, fundada em 1957 em Franca (SP) também registrou crescimento expressivo: mais de 200% em relação a 2019. Em 2021, os investimentos em tecnologia

7 Disponível em <https://institucional.ifood.com.br/ifood> Acessado em 28/05/22

8 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/plataforma-de-delivery-tem-crescimento-de-418-em-relacao-a-2020/>

9 Disponível em: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download.aspx?Arquivo=XYF39NBjzu62DR+ete/xfw==> Acessado 30/05/22.

auxiliaram no avanço de 46,6% no e-commerce e de 63% no *marketplace*. Além disso, a empresa atingiu os menores percentuais de despesa da sua história. Em 2019, a plataforma digital de varejo com lojas físicas tinha mais de 4,2 mil contratos de trabalho em regime de intermitência (“assistentes de loja”), das quais 1,8 mil passaram a trabalhar 48h por semana.

Nessas empresas, os lucros em 2020 e 2021 foram bilionários. Temos, de um lado, os “parceiros”, entregadores ou assistentes de loja, prestando serviço de forma precária, e de outro, os capitalistas, utilizando-se de tecnologias, plataformas digitais, inteligência artificial, algoritmos, para superexplorar o trabalhador. Um estudo realizado pelo Dieese revelou que, em 2019, a remuneração mensal média na modalidade intermitente foi de R\$ 634,00, ou seja, 64% do valor do salário mínimo vigente à época e que mais de 20% dos trabalhadores resultaram em renda zero (não foram chamados a trabalhar)¹⁰. Ao final de 2021, o trabalho por conta própria havia crescido 6,6%, porém, com rendimentos médios 69% inferior ao de trabalhadores que iniciaram suas atividades antes da pandemia, conforme o Dieese (2022)¹¹.

Sob o fetiche da tecnologia, os capitalistas escamoteiam as relações que se configuram como trabalho com o interesse de maximizar o lucro. Induzem tanto comportamento dos trabalhadores, quanto dos usuários. Inserem-se, a nosso ver, na lógica do capitalismo de vigilância. Em formatos diferentes, mantém a lógica e a essência do capitalismo, sobretudo, quando se considera a concepção de trabalho em Marx, como discutido anteriormente.

10 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmpPauta17.pdf> Acessado 30/10/21

11 Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoempPauta22.pdf>. Acessado em 29/05/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou discutir alguns aspectos da precarização do trabalho durante a pandemia da Covid-19, período em que o discurso sobre os benefícios do uso das tecnologias foi enaltecido como mitigador dos efeitos da crise sanitária, principalmente devido aos protocolos de biossegurança, como o isolamento social. O objetivo foi problematizar se o contexto intensificou esse processo de degradação e superexploração do trabalhador na era do capitalismo de vigilância. Para tanto, partimos de dados estatísticos em relação ao trabalho no Brasil no período pandêmico, com informações como índice de desemprego, desocupação e trabalho informal. Utilizou-se dados do IBGE, IPEA, Cetic.BR, OIT, Dieese. Na sequência, de forma geral, discutimos sobre trabalho, papel do Estado, políticas sociais, fetichismo e apresentamos alguns casos emblemáticos do que consideramos serem elucidativos da precarização do trabalho, como os motoristas de aplicativos sejam no transporte, como a Uber, ou entregas de food-tech, e trabalhadores na modalidade intermitente.

Em nossa leitura, os resultados indicam a importância e atualidade da discussão em um tempo em que assistimos a corrosão dos direitos sociais conquistados nas lutas da classe trabalhadora frente aos abusos desmedidos do capital. Atualmente, o capital financeiro, articulado às grandes corporações e atrelado à maximização de valor na era do capitalismo de vigilância, preside as estratégias e ritmo de acumulação, utilizando-se de algumas características das TICs, como ubiquidade e imediatismo, para se ampliar. Essas tecnologias tornam invisíveis as grandes corporações, expandem o trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional, influenciam comportamento, exploram os trabalhadores, que desmobilizados, tornam-se mais vulnerável – ou, conforme Marx em 1867, sucumbem ao modo de produção capitalista

sem poder de resistência (MARX, 2015. p.256) – e precarizam o trabalho. A flexibilização do trabalho é favorecida pelo uso das TICs, e o Estado, ainda que atue no antagonismo de classes, permanece favorecendo e cedendo aos interesses do capital, como quando regulamentou o trabalho intermitente. Assim, entendemos que o fetiche da tecnologia contribui para escamotear as práticas de expropriação capitalista, favorecendo a superexploração do novo proletário de serviços, o escravo digital, principalmente em período de crise, como na pandemia da Covid-19.

Enfatizamos que não consideramos a corrosão das conquistas trabalhistas e a intensificação da precarização do trabalho como consequências exclusiva da pandemia. Esse é um processo que tem sido gradual e constante, mas que se intensificam e se tornam evidentes em período de crise como esse. Enquanto as taxas de desemprego, desocupação e informalismo chegam a índices recordes no Brasil, e assistimos a número de mortes bastante elevado de trabalhadores em setores como o de motoristas e vigilantes, vemos de outro, empresas como Uber, i-Food e Magazine Luiza com recorde de lucro, agudizando as desigualdades e exploração do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. **Política social no contexto da crise do capital**. In: CFESS e ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.p.301.321

BEHRING,E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). Painel Covid-19. Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19/>. Acessado em 03/01/2021.

CHESNAIS, F. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Publicado em *Les Temps Modernes*, 607, 2000. Reproduzido com permissão do autor e da revista. Trad. Ruy Braga.

COGGIOLA, O. 150 Anos do Manifesto Comunista (prefácio). In: MARX, K. e Engels, F. **Manifesto Comunista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

FEENBERG, A. **Do essencialismo ao construtivismo: a filosofia da tecnologia numa encruzilhada**. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Do_essencialismo_ao_construtivismo.pdf

GRESPLAN, J. **Marx – uma introdução**. Boitempo Editorial. Edição do Kindle, 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Loyola, 2008 (cap. 1 a 5).

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del bienestar**. Traducción: Gerório Rodriguez Cabrero. Madrid: H.Blume Ediciones, 1978.cap. Prefácio à edição espanhola e Cap. de 1 a 4.

IBGE, Pnad Covid-19. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9e88a636785c573625be-2c5632bd3087.pdf . Acessado em 05/01/2019.

IPEA, Carta de Conjuntura – trabalho no setor informal (2021). Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/>

PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf Acessado em 22/10/2021

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo, Editora Ensaio, 1990. Cap. 25 e 26. P.209-230.

_____. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital – crítica da economia política**, Livro I. São Paulo. Boitempo, 2015. PDF.

MARX, K. e Engels, F. **Manifesto Comunista**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. “Reivindicações do Partido Comunista da Alemanha”. In: MARX, K e ENGELS, F. **As lutas de Classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOTA, A. E. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, I. (org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro. Gaal, 1981.

_____. **Crítica à razão dualista, e o Ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo, 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Relatório 6 *El Covid-19 y el mundo del trabajo***, (2020). Disponível em <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_755917.pdf> Acessado em 21/10/2021.

_____. Relatório 7 *El Covid-19 y el mundo del trabajo*, (2021). Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/covid-19/lang-pt/index.htm> Acessado em 23/10/2021.

_____. Relatório Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo - Tendências 2022 (*World Employment and Social Outlook Trends 2022 - WESO Trends*). Disponível em: https://www.ilo.org/wcmstp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_834081.pdf. Acessado em 28/05/2022.

PEREIRA, P. “Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania”. In: BOSCHETTI et al. (org.) **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo, Ed. Cortez, 2008. p. 87-108.

SANTOS, M. B. M. **Desigualdades digitais e desigualdades estruturais: um estudo no contexto do desenvolvimento no Semiárido brasileiro**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional. UEPB, 2020. Disponível em <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3678> . Acessado em 22/10/2021.

SILVA, M.L.L. A previdência social no Brasil sob a mira e ingerências do capital financeiro nos últimos 30 anos e a tendência atual de capitalização. In: SILVA, MLL (org.) **A contrarreforma da previdência social no Brasil (uma análise marxista)**. Campinas-SP: Papel Social, 2021

TONET, I. Qual política social para qual emancipação. In: **Revista SER Social**, Brasília, v. 17

ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Intrínseca. Edição do Kindle, 2019.

JUVENTUDE(S): ENTRE A ATUALIDADE E A HISTORICIDADE DO CONCEITO

Leonardo Brandão
Giancarlo Marques Carraro Machado

INTRODUÇÃO

Se hoje em dia qualquer show de rock chega a reunir pai, filho e neto, três gerações participando do mesmo evento, na década de 50 qualquer jovem irritaria o adulto ao se requebrar ao som da barulhenta música e ainda cultuar o intolerável hábito de mascar chiclete, que, no dizer da época, era “coisa de cafajeste”. Paulo Sérgio do Carmo (CARMO, 2003, p. 32).

Este texto visa realizar uma discussão acerca do conceito de “juventude” na contemporaneidade, mas diferenciando nuances de seu significado em tempos históricos relativamente próximos. De início, devemos ter em mente que a noção de juventude é uma criação e, por esse exato motivo, como afirmou Afrânio Mendes Catani, ela não se prende simplesmente a um dado natural ou biológico (2008, p. 12). Em outras palavras, se todas as pessoas, no presente e no passado, de qualquer nacionalidade, sexo, língua, religião, condição

social etc, passam ou passaram pela puberdade – exceto em casos de patologia –, não podemos afirmar que todas também passaram, passam ou irão passar pela juventude.

Segundo a historiadora Fernanda Quixabeira Machado, “ser púbere na idade antiga, ser efebo na idade média, ser moço no século XVIII, ser rapaz no século XIX e ser jovem no século XX não significam a mesma coisa. Não se trata de uma mera troca de palavras” (2006, p. 24). Deste modo, não podemos deixar de pensar a juventude como uma criação histórica, embora os historiadores, diferentemente dos demais pesquisadores ligados a outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Educação ou a Psicologia, ainda não constituíram uma tradição de pesquisas consolidadas sobre o tema¹.

JUVENTUDE E HISTÓRIA

Na área da história, a primeira grande tentativa de impulsionar a temática da juventude veio do continente europeu, onde foi lançada, no ano de 1994, uma coletânea em dois volumes intitulada “*Storia dei giovani*”, organizada pelos historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt, a qual foi traduzida para o português e publicada em 1996 pela editora Companhia das Letras sob o título de “História dos jovens”.

No Brasil, embora o tema tenha começado a ser alvo de discussões nos encontros dos pesquisadores universitários de história, como na ANPUH Nacional de 2009, realizada em Fortaleza, onde as pesquisadoras Esmeralda de Moura e Maria Fávero Arend propuseram um simpósio temático sob o título de “Infância, Adolescência e Juventude no Brasil: História e

1 No caso da Sociologia, por exemplo, Afrânio Catani lembra que “desde o marco da Sociologia da juventude norte-americana surgida a partir da década de 1920, as pesquisas acadêmicas já têm quase um século de tradição consolidada sobre o tema”. CATANI, Afrânio Mendes. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 11.

Historiografia” e a Revista *Brasileira de História*, em sua edição de número 37, do ano de 1999, tenha trazido o dossiê: “Infância e adolescência”, a temática da juventude – muitas vezes confundida com a temática da infância ou da adolescência – ainda não ganhou a devida atenção que merece².

No Brasil, os poucos estudos históricos pertinentes ao assunto dizem respeito, na maioria das vezes, a uma história política dos movimentos estudantis, representados pela UNE e por sua luta contra a Ditadura Militar. Deste modo, como também notou a historiadora Ana Cristina Teodoro da Silva, “procurar pela presença de jovens no discurso historiográfico brasileiro significa encontrar a presença de estudantes” (1999, p. 140).

Não obstante a escassez de publicações sobre os jovens na área de história, sobretudo no que diz respeito às questões sociais, culturais, comportamentais, estéticas etc., não é novidade que houve uma importância crescente acerca de seu papel como ator social a partir da segunda metade do século XX. O sociólogo Luís Antônio Groppo, por exemplo, numa série de ensaios sociológicos e históricos sobre a juventude, chegou a afirmar que esta, enquanto uma categoria social, “tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades, o funcionamento delas e suas transformações” (2000, p. 12).

Se, como dissemos no início, a ideia de juventude é uma construção histórica e cultural, sua percepção contemporânea, divulgada pelos meios de comunicação, é uma invenção recente³, pois coincide com a vitória dos aliados na Segunda

2 Ressaltamos que não é comum observarmos nos cursos de História, por exemplo, disciplinas optativas com o nome “História dos Jovens”. Por outro lado, vale destacar que a revista *Projeto História* da PUC/SP, apresentou dois dossiês sobre o tema da infância e juventude: volume 54 de 2015 e o volume 55 de 2016.

3 A título de exemplo, lembramos que o antropólogo Massimo Canevacci escreveu que, até os anos de 1960 eram os pais quem decidiam a mobília interior do

Guerra Mundial e a posterior ascensão dos Estados Unidos ao poder global. Embora possamos argumentar, como fez o jornalista Jon Savage (2009), que tal construção tenha precedentes que remontam ao último quartel do século XIX – e em lugares como Grã-Bretanha, França e Alemanha – a grande maioria dos pesquisadores, incluindo o próprio Savage, concorda que foi a partir da segunda metade do século XX, e mais precisamente a partir dos Estados Unidos, que se generalizou esse processo, ainda em curso, de simbolização – (sobretudo pelo cinema⁴) – de um ideal de juventude em consonância a um certo conjunto de elementos que, entre os mais visíveis, figuram o gosto pela música (principalmente o *rock*), por práticas esportivas e de lazer, pela valorização do corpo, da moda e também, e talvez principalmente, pela busca de vivências que contenham alguma experiência de transgressão e rebeldia (SANT’ANNA, 2005).

Importante lembrarmos, em todo caso, que não há somente uma juventude ou uma única cultura juvenil. Elas são marcadas pelo “polimorfismo”⁵ e certamente foram e são – talvez hoje mais do que ontem – múltiplas e referentes a espaços, condições sociais e históricas específicas. De todo modo, as características arroladas acima (gosto pela música, moda, corpo, lazer

quarto dos filhos, sendo que “a decoração do quarto foi conquistada pelo estilo de quem lá vive (o jovem neste caso) apenas recentemente”, isto é, na passagem da década de 1960 para a de 1970. CANEVACCI, Massimo. Polifonia dos silêncios. *Matrizes*, v.1, n° 2, 2008, p. 111.

- 4 Segundo a historiadora Luisa Passerini, o cinema foi (e ainda é) um dos maiores construtores de discursos sobre a juventude. De acordo com a autora, por volta da metade da década de 1950, “começa de fato a existir uma produção cinematográfica que não só adota os jovens e os adolescentes como protagonistas e seus problemas como argumentos de suas histórias, mas dirige-se diretamente ao público dos *teenagers*”. PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos jovens: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 368.
- 5 A palavra polimorfismo, destacada pela historiadora Luisa Passerini, busca indicar a existência da multiplicidade nas culturas juvenis. PASSERINI, *Op. cit.*, p. 367.

etc.) parecem resumir os sentidos mais exaltados – e explorados – pelos meios de comunicação que, a um só tempo, tanto retrataram quanto ajudaram a construir esse conjunto de significados geralmente identificados como juvenis. Mesmo assim, reiteramos que a categoria social juventude nunca representou uma homogeneidade.

Ao longo do tempo, entretanto, dificilmente a ascensão do jovem como um importante ator social teria surgido em períodos anteriores e com tamanha força como a que ocorreu a partir da geração *baby boom*⁶ nos Estados Unidos. Além da rápida ascensão econômica desse país no pós-guerra, o que oportunizou a uma grande quantidade de crianças crescer em relativa prosperidade material e em níveis educacionais elevados, o panorama cultural que possibilitou a referida simbolização já vinha sendo gestado desde a década de 1930, conforme assegurou Edgar Morin. Tratava-se do início da formação daquilo que foi identificado por ele como “cultura de massas”, ou seja, uma espécie de “Terceira Cultura” promovida pelo desenvolvimento do cinema, da imprensa, do rádio e da televisão, que ao se popularizarem, projetavam-se “ao lado das culturas clássicas – religiosas e humanistas – e nacionais” (MORIN, 2009, p. 14). Tais fatos, como observou a historiadora italiana Luísa Passerini, fizeram com que os jovens – também chamados *teenagers*⁷ – passassem a tomar uma maior consciência de suas possibilidades. Nas palavras da autora,

6 Trata-se da geração nascida nos anos posteriores a Segunda Guerra Mundial, “entre 1946 e 1964”. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995, p. 70.

7 De acordo com Jon Savage, a palavra *teenager* começou a ser usada em 1944, nos Estados Unidos, para descrever a categoria de jovens com idade entre 13 e 19 anos. Segundo suas palavras, “A origem do termo estava na forma flexionada de *ten*, dez, que, segundo o *Concise Oxford Dictionary*, era acrescentado aos numerais de três a nove para formar os nomes daqueles de 13 a 19 (*thirteen, fourteen, fifteen, sixteen, seventeen, eighteen, nineteen*)”. SAVAGE, Jon. *A criação da*

Na década de 1950 aparecem *teenagers* diversos daqueles das gerações precedentes pelo número, riqueza e autoconsciência. Tratava-se da primeira geração de adolescentes americanos privilegiados, mas sobretudo da primeira geração que apresentava uma coesão tão acentuada, um auto-reconhecimento enquanto comunidade especial com interesses comuns. A figura do adolescente que de tal modo emergia era associada sobretudo à vida urbana e encontrava seu hábitat na *high school* – que parecia transformada num cosmo em si mesmo –, com os clubes, as atividades esportivas, os bailes, as festas e outras atividades extracurriculares e lugares acessórios, como a *drugstore*, o automóvel, o bar para jovens. (PASSERINI, 1996, p. 354).

Embora “adolescência” seja um termo proveniente da Psicologia e possa indicar, como bem explicou o psicanalista Contardo Calligaris⁸, uma espécie de “moratória” entre as ludi- cidades da vida infantil e as obrigatoriedades e compromissos dos adultos, ela também pode ser um prisma por onde se reconhece e podemos observar parte dessa categoria social expressa como “juventude”, mas o contrário nem sempre é verdadeiro. De fato, se não é possível afirmarmos que todo jovem seja necessariamente um adolescente, e levando em conta que a própria

juventude: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 484.

- 8 De acordo com o psicanalista Contardo Calligaris, para começarmos a compreender a questão “adolescente”, devemos levar em consideração que se trata de alguém que: “1. que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade (por exemplo, no nosso caso: destaque pelo sucesso financeiro/social e amoroso/sexual); 2. cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo; 3. para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória”. CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 15.

noção de juventude está passando por uma dilatação atualmente – pois, como afirmou o antropólogo Massimo Canevacci, “cada indivíduo pode perceber sua própria condição de jovem como não-terminada e inclusive como não-terminável” (2005, p. 29), percepção similar à que levou, por exemplo, o sociólogo Michel Maffesoli diagnosticar a juventude não como um ser passageiro que precisaria ser ultrapassado, mas sim como “um estado de espírito” (2006, p. 36), ou ainda a ensaísta argentina Beatriz Sarlo, que afirmou que “a juventude não é uma idade e sim uma estética da vida cotidiana” (2000, p. 36) –, precisaríamos compreender que essa dilatação indica, caso seja essa uma hipótese que se sustente sociologicamente, que estaria em curso um fenômeno, como escreveu Luís Antônio Groppo, de “transformação dos estilos de vida e subculturas transitórias das juventudes em formas de ser alternativas e opcionais para os indivíduos de qualquer idade na sociedade atual” (2000, p. 288).

Em um livro chamado “O desaparecimento da infância”, por exemplo, o crítico social Neil Postman (1999) fornece uma série de dados tanto do declínio da ideia da infância (tal como essa se tornou significativa a partir do século XVII⁹) quanto de um correspondente enfraquecimento no caráter da idade adulta na contemporaneidade. Neste meio campo, segundo esse autor, estaria se fortalecendo um híbrido de “criança adultificada” e de “adulto infantilizado”. Em suas observações, ele refere-se tanto a uma homogeneização dos hábitos alimentares (“A refeição ligeira e de má qualidade, antes só apreciada pelos paladares menos exigentes e pelo estômago de avestruz do jovem, é agora

9 Segundo o historiador Phillipe Ariès, “A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII”. ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p. 28.

a alimentação comum entre os adultos”), dos entretenimentos (“o que agora diverte a criança também diverte o adulto”), da música (“tampouco é necessário distinguir entre gosto adulto e gosto jovem em música”) e linguagem (“registrei muitos exemplos de pessoas de mais de trinta e cinco anos e de todas as classes sociais que proferem, sem intenção irônica, expressões típicas dos adolescentes”). Além disso, suas observações sobre a moda também nos fornecem subsídios para pensar essa propalada confusão entre as idades. Segundo ele,

Garotos de doze anos agora, usam ternos nas festas de aniversário, e homens de sessenta anos usam jeans em festas de aniversário. Garotas de onze anos usam saltos altos e o que já foi uma marca nítida de informalidade e energia juvenil, o tênis, agora parece ter o mesmo significado para adultos (POSTMAN, 1999, p. 142).

Deste modo, a descronologização da concepção de juventude, ou a suposta diluição das fronteiras geracionais no mundo atual, são fatos que podem indicar que as identidades juvenis não estão assentadas em referenciais etários. Mas isso parece ser uma “verdade” em recente construção – a qual certamente conta com amplo apoio e interesses mercadológicos –, pois numa perspectiva histórica não podemos deixar de interpretar tal fenômeno enquanto uma espécie de resultado do processo de criação da juventude e de investimento simbólico numa juvenilização da vida social. A esse respeito, por exemplo, Groppo afirmou que,

[...] a emergência da juventude como signo e substituição da experiência juvenil pela vivência da “juvenilidade” podem ser explicadas pela própria atuação das juventudes e seus movimentos na Revolução Cultural

da segunda metade do século XX – cujo momento mais visível foram os anos 1960. Nessa Revolução Cultural, uma contradição recorrente da juventude moderna se explicitou e, talvez, solucionou-se: o papel transitório da juventude versus as identidades e as subculturas juvenis. Ou seja, a contradição entre os projetos das instituições oficiais da sociedade moderna e as criações de identidades, subculturas, grupos e movimentos juvenis com relativa autonomia em relação àquelas instituições sociais que projetaram a faixa etária “adolescência” e planificaram a categorial social “juventude”. De um lado, as ações, intervenções e concepções objetivas, científicas, técnicas, liberais, conservadoras, oficiais e oficiosas de instituições sociais, o Estado, partidos e movimentos políticos, associações civis, Igrejas etc. Do outro lado, as reações, adaptações, reinterpretações ou invenções de caráter contestador, radical, anárquico, delinqüente, irreverente, inconsequente, lúdico, prazeroso, múltiplo, local ou universal, de indivíduos, grupos, movimentos, associações ou unidades de geração jovens. (GROPPO, 2000, p. 287).

Embora seja possível, portanto, e de acordo com os autores supracitados, levarmos em consideração que uma série de aspectos históricos, impulsionados pela cultura do mercado, foi gradualmente deslocando as identidades juvenis dos referenciais etários e, aos poucos, passou a penetrar e seduzir uma ampla classe de idade – o que vem aos poucos descaracterizando a relação entre juventude e faixas etárias –, historicamente devemos observar que, quando abordamos as décadas iniciais deste processo, principalmente o período de 1950 a 1970, não é possível afirmarmos, de forma tão categórica, ser a juventude algo distante dos referenciais de idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao invés de fugirmos ou negarmos o critério etário nessas décadas iniciais do processo de juvenilização, devemos levar em consideração que neste momento a noção de juventude era um indicador mais preciso do que se tornou atualmente. Pois se hoje “ninguém é jovem porque todo mundo o é”¹⁰, naquela época havia diferenças mais acentuadas, e por isso não era raro se ouvir falar em conflito de gerações ou, nos termos do historiador Eric Hobsbawm, de um “enorme abismo histórico que separava as gerações” (1995, p. 322).

Embora não seja necessário categorizar de modo explícito os limites etários – o que fatalmente seria um erro, haja vista que a noção de juventude como já pontuamos não se assenta em critérios biológicos – o que buscamos afirmar é que a plasticidade da noção de juventude, nas décadas iniciais de sua construção enquanto uma categoria social, era bem menos elástica do que a observada por alguns cientistas sociais atualmente.

Assim, se hoje podemos notar, como um dos traços mais marcantes da sensibilidade contemporânea, uma forte obsessão pelo apagamento das marcas visíveis do tempo que se inscrevem nos corpos (rugas, gordura, flacidez, cabelos brancos, lentidão etc.) e, nesse fluxo, a existência de uma quantidade surpreendente de pessoas com idades mais avançadas declarando-se jovens – e de fato possuindo um estilo de vida baseado nos “ideários da juventude” –, essa não era a realidade vivida pela maioria das pessoas nesses anos que perfazem a revolução dos costumes. “Não confie em ninguém com mais de trinta anos”¹¹,

10 Frase atribuída a Robert Elms, um colaborador da revista *The Face*, especializada em moda para a juventude. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995, p.142.

11 “Não confie em ninguém com mais de trinta anos”. “A frase pronunciada nas agitações estudantis, na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, em fins da década de 60, correu mundo, virou música e chocou os mais velhos. Mesmo que

como dizia uma das frases mais conhecidas das agitações juvenis dos anos finais da década de 1960, indica bem a diferença entre esses dois períodos retratados e a importância da categoria “geração” para as análises históricas.

Feito tal ressalva, portanto, é importante assinalarmos que mesmo considerando juventude, assim como as outras categorias sociais – criança, adulto, terceira idade – fabricadas pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos” (GROPPO, 2000, p, 8), é preciso levar em consideração suas distintas significações no tempo histórico.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Polifonia dos silêncios. *Matrizes*, v.1, n° 2, 2008, p. 107 – 119.

CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

fosse mera provocação, era um atrevimento”. CARMO, Paulo Sérgio. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: SENAC, 2003, p. 9.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Fernanda Quixabeira. “**Nós somos jovens**”: um problema no presente e uma esperança de futuro na Cuiabá dos anos 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, 2006.

MAFFESOLI, Michel. O retorno das emoções sociais. In: SCHULER, Fernando; MACHADO DA SILVA, Juremir. **Metamorfoses da cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: Neurose. 9º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

PASSERINI, Luisa. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. **História dos jovens**: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Representações sociais da liberdade e do controle de si. In: **Revista Histórica**, nº 5, setembro de 2005, p. 1 – 17.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna:** intelectuais, arte e videocultura na Argentina. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude:** como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Juventude de papel:** representação juvenil na imprensa. Maringá: Eduem, 1999.

DEPENDÊNCIA E DESEQUILÍBRIOS ENTRE MONTES CLAROS E AS CIDADES DE PEQUENO PORTE DO NORTE DE MINAS GERAIS: EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA¹

Raíssa Cota Pales
Eduardo Antônio Salomão Condé
Gilmar Ribeiro dos Santos

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da dependência dos habitantes das cidades de pequeno porte do Norte de Minas em relação à infraestrutura educacional de Montes Claros, cidade média-polo da região, acompanhando também as migrações pendulares, sazonais e definitivas. Aborda também as consequências desses desequilíbrios, analisando as implicações, negativas e positivas, sociais, econômicas e políticas desse processo que levou a concentrar o desenvolvimento na cidade de Montes Claros e que deixou as demais cidades demasiadamente dependentes.

1 Este trabalho é um extrato da tese de doutorado intitulada “Da desconcentração à reconcentração: a polarização do desenvolvimento nas cidades médias mineiras – um estudo de caso do norte de Minas”. Raíssa Cota Pales. UFJF. 2021.

Vale ressaltar que, pela amplitude de municípios (o Norte de Minas possui 89 municípios), foi necessário selecionar uma amostra. Nossas análises serão restritas às cidades de Janaúba, Januária, Salinas, Pirapora, Grão Mogol, Bocaiúva e, claro, Montes Claros. Elas foram abraçadas pelo estudo por serem, em via de regra, aquelas que possuem os melhores indicadores socioeconômicos do Território Norte e por serem polos microrregionais.

O esforço foi de mapear as articulações referentes ao ensino superior, mostrando como o processo de reconcentração do desenvolvimento em cidades médias, se por um lado desconcentrou o desenvolvimento das grandes metrópoles, por outro, restringiu o desenvolvimento às cidades médias, deixando os habitantes das cidades de pequeno porte, geralmente, dependentes da infraestrutura da cidade média.

CIDADES MÉDIAS NO DEBATE REGIONAL

A discussão sobre cidades médias-polo é fundamental ao explorar a questão do desenvolvimento regional. O debate em torno das cidades médias surgiu na década de 1950 e se intensificou na década de 1960 na Europa Ocidental, principalmente na França, devido a alguns problemas enfrentados naquele momento. Tais problemas eram, essencialmente, de ordem geográfica, social e econômica. São eles: (1) o agravamento dos desequilíbrios regionais em países europeus, (2) a piora na qualidade de vida nos grandes centros urbanos, bem como a intensificação dos problemas sociais e (3) a fragilidade do fluxo de informações e das relações socioeconômicas nas cidades de grande porte na maior parte dos países do mundo, interferindo na política e na economia. (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2002).

A América Latina também enfrentava tais desafios e, logo, essa nova estratégia foi difundida entre os seus países,

inclusive o Brasil. Por aqui, esse movimento ganhou força na década de 1970 e foi um processo construído por estratégias políticas visando à desconcentração da atividade econômica e da densidade populacional nas grandes capitais. Atualmente, apesar de não ser apropriado associar o dinamismo econômico e populacional das cidades médias unicamente às ações do governo federal e estadual na década de 1970, é correto afirmar que a maximização do crescimento dessas cidades atendeu aos objetivos de desconcentração da riqueza almejados naquele momento. (SERRA, 1999).

Segundo Serra, os objetivos que levaram as cidades médias ao patamar social, econômico e demográfico em que hoje se encontram foram:

1. O crescimento das cidades médias era visto como positivo – e até certo ponto emergencial – para a desaceleração do ritmo de crescimento das metrópoles nacionais e regionais;
2. Para além das intenções de atenuar o crescimento das regiões metropolitanas, os investimentos nas cidades médias eram vistos como fundamentais para a distribuição espacial da riqueza nacional. Uma distribuição que, calçada em centros urbanos dotados dos fatores necessários ao desenvolvimento eficiente de atividades dinâmicas, possibilitaria convergir os interesses de equidade distributiva e manutenção de um ritmo de crescimento econômico acelerado;
3. O crescimento e multiplicação das cidades médias também podem ser lidos como respostas aos objetivos de ocupação territorial. As cidades médias, funcionando como pólos dinamizadores regionais, possibilitariam também a convergência dos interesses em integrar o território e ocupar as fronteiras nacionais. (SERRA, 1999, p. 01).

Tais objetivos foram influenciados, em parte, pela tese da reversão da polarização, divulgada amplamente por Richardson (1980), na década de 1970, e que defendia a ideia de que os países em desenvolvimento tenderiam, naturalmente, a uma desconcentração da atividade econômica das grandes metrópoles em direção às cidades médias. Esse seria um processo natural na medida em que fossem percebidos os altos custos sociais das grandes metrópoles, como o tempo perdido nos congestionamentos, a poluição e os altos custos do setor imobiliário (SERRA, 1999). Na esteira deste debate, Hirschman defende que

[...] a necessidade da emergência de pontos de desenvolvimento ou pólos de desenvolvimento, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento. (Hirschman 1961, p. 276).

Nesse contexto, durante a década de 1970, já era possível vislumbrar algumas mudanças em curso no Brasil. Porém, foi nos anos de 1990 que ocorreram transformações mais significativas na produção industrial no Brasil via cidades médias, consequência da estratégia de desconcentração implantada pelo Estado. (STEINBERGER e BRUNA, 2001).

EDUCAÇÃO

Os municípios norte-mineiros têm um histórico de desenvolvimento atrelado aos projetos da SUDENE. Apesar disso, tais investimentos não foram capazes de desenvolver os municípios do território Norte de forma homogênea, nem tampouco alavancar a economia do Norte de Minas para se aproximar da dinâmica da maioria dos outros territórios. Somado a isso, na década de 1970, Montes Claros passou a ser destino de investimentos nas diversas áreas da economia.

No final da década de 1970, o cenário substancialmente agrário de Montes Claros começou a mudar. Com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, foi instalado em Montes Claros um parque industrial significativo e diversificado, atraindo profissionais das cidades do entorno para trabalhos manuais e profissionais especializados das diversas regiões do país, inclusive do exterior (Relatório de Pesquisa, 2016). A criação da SUDENE, na década de 1950, que também englobou o Norte de Minas, por conta do esforço contundente das lideranças e políticos locais, contribuiu decisivamente para a modernização da atividade pecuária e da agricultura, através de grandes projetos de irrigação e também para a industrialização de alguns municípios.

A década de 1960 se configurou como uma época de transição, ou seja, período de preparação dos municípios para se adequarem e, enfim, receberem os incentivos da Superintendência. Os grandes projetos instalaram-se de fato na região somente a partir da década de 1970. Nesse contexto, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, outra agência de desenvolvimento criada para auxiliar no desenvolvimento regional, também atuou com a implantação de grandes projetos de irrigação. A SUDENE e a CODEVASF viabilizaram políticas de incentivos fiscais e financeiros para a promoção da atividade econômica, principalmente nos setores agroindustrial de reflorestamento e irrigação. (PAULA, *et al*, 2006).

Tais políticas propiciaram a modernização tecnológica na agricultura, na indústria e também aumentaram a oferta de serviços públicos. Nesse contexto, Montes Claros foi a grande beneficiada dos projetos da SUDENE, já que,

[...] de 1964, época do primeiro projeto aprovado, até o final de 1979, a maioria dos projetos foram concentrados em Montes

Claros (54,8%), Pirapora (25,8%), Várzea da Palma (13%) e Bocaiuva (3,2%), restando a todos os outros municípios da região apenas 3,2% dos projetos. (SINDEAUX; FERREIRA, 2012, p. 08).

Ainda que a proposta inicial da SUDENE fosse desenvolver áreas historicamente com a economia com menor desenvolvimento, como o Nordeste e o Norte de Minas, ela replicou a lógica do Estado: investir em áreas mais dinâmicas. Não foi por acaso que a Superintendência, nas décadas iniciais de sua atuação, privilegiou Montes Claros (principalmente) e Pirapora. Essas duas cidades possuíam dinâmicas e infraestrutura superiores frente aos outros municípios do Norte de Minas. Conforme Telles,

[o] processo de crescimento econômico regional já nasceu dependente do financiamento estatal que privilegiava as áreas onde já existiam pré-condições de se consolidar o capitalismo industrial. Tal situação torna então compreensível o fato de as cidades mais bem-estruturadas do Norte de Minas, como Pirapora e Montes Claros, receberem um maior nível de investimento. (TELLES, 2006, p. 23).

Esse montante de ações fez com que Montes Claros se estabelecesse como polo regional e uma minoria dos municípios norte-mineiros conseguissem atingir um desenvolvimento modesto. Ao analisarmos os dados sobre educação, salta aos olhos o desequilíbrio entre os territórios norte-mineiros. Dados referentes ao analfabetismo, anos médios de estudos, percentual de adultos com ensino superior (pode ser observado na figura1), dentre outros, revelam essa situação. No ritmo atual, estamos longe de conseguir mais equilíbrio entre os Territórios de Desenvolvimento do estado de Minas Gerais. Se afinarmos

mais nossa análise, veremos que, além do Norte de Minas configurar-se como um dos territórios menos dinâmico em termos econômicos e sociais de Minas Gerais, ainda pesa o fato de haver profunda desigualdade entre os 89 municípios.

Ater-nos-emos aqui à análise da educação no nível superior entre os municípios do Norte de Minas. A justificativa para dar atenção a esses dados da educação e não aos demais é que a discrepância maior entre os municípios refere-se ao quantitativo de Instituições de Ensino Superior (IES) e, conseqüentemente, ao número de cursos superiores; sem contar que, em relação à educação, essa é a principal causa dos deslocamentos pendulares², temporários³ e definitivos ou permanentes,⁴ na cidade de Montes Claros.

Em relação ao primeiro apontamento: percentual da população dos municípios norte-mineiros com curso superior completo, ao observarmos a figura 1, o primeiro ponto que nos chama atenção é a grande quantidade de municípios que possuem baixo percentual de pessoas com 25 anos ou mais com formação superior completa. Dos 853 municípios de Minas Gerais, em 531 esse percentual não ultrapassa 6%. Além disso, é preocupante o fato de que grande parte desses municípios esteja concentrada nos territórios Norte, Jequitinhonha, Mucuri e Mata.

O nível de escolaridade de um indivíduo interfere diretamente no seu desenvolvimento profissional e pessoal. Como mostrou a pesquisa “Retornos da Educação no Mercado de

2 São “deslocamento entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica.” (BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 05).

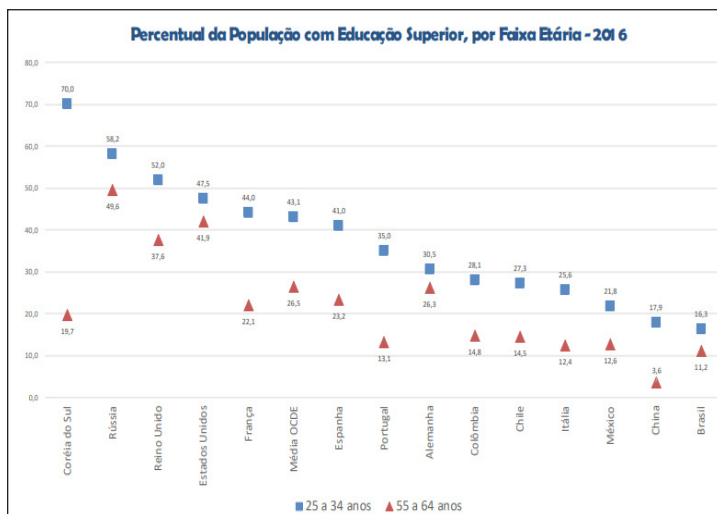
3 Ocorre quando o migrante reside apenas por um período pré-determinado no lugar para o qual migrou. (<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Migra%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>).

4 Ocorre quando a pessoa passa a residir permanentemente no local para o qual migrou. (<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Migra%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil.pdf>).

Trabalho”, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), quanto mais anos de estudos, mais elevado é o salário. A pesquisa revelou que para cada ano de estudo que o brasileiro acumula, há em seu salário um salto médio de 15%.⁵

Apesar das iniciativas governamentais, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Financiamento Estudantil (FIES), a expansão das Universidades Públicas e a criação de Institutos Federais, os números da educação superior no Brasil ainda são tímidos. Em 2016, o percentual de pessoas de 25 a 34 anos e 55 a 64 anos com superior completo era de 16,3% e 11,2%, respectivamente; dados muito aquém do desejável.

Gráfico 01: Percentual da população com Educação Superior, por faixa etária – 2016



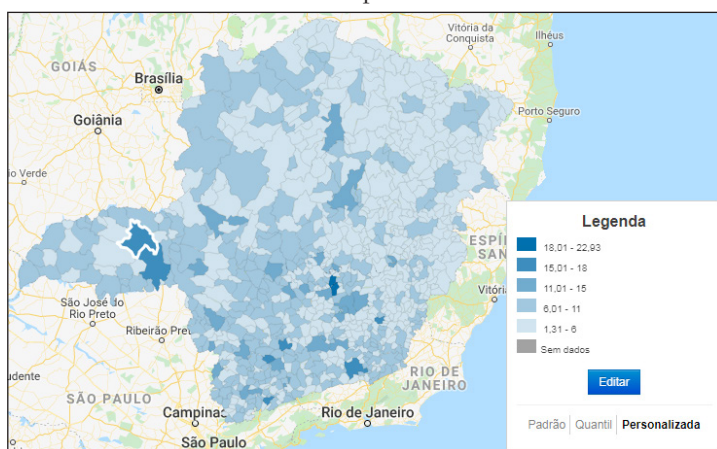
Fonte: Education at a Glance, 2018 (OCDE).

Tabela elaborada por Deed/INEP.

⁵ Informações disponíveis em: www.bibliotecadigital.fgv.br.

Voltando nossa atenção para o Norte de Minas, é notório (figura 1) como Montes Claros destaca-se neste cenário. Apesar de um número baixo, se comparado ao percentual das outras cidades médias (Juiz de Fora ocupa a 4ª posição em Minas Gerais, com um percentual de 17,4% e Uberlândia ocupa a 7ª colocação com 15,8%), em um contexto no qual os municípios possuem, em sua maioria, percentual que não ultrapassa 6%, a cidade se sobressai com 13,3% das pessoas com 25 anos ou mais com superior completo, ocupando a 18ª posição no ranking mineiro.

Figura 1: Percentual de pessoas com 25 anos ou mais com superior completo



Fonte: www.atlasbrasil.org.br.

Em Montes Claros há vasta quantidade e diversidade de cursos superiores, em universidades públicas e privadas. A cidade possui 12 instituições de ensino superior, totalizando mais de 150 cursos superiores presenciais nas diversas áreas do conhecimento. Sem contar os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Em contrapartida, ainda que existam Instituições de Ensino Superior (IES)

nas cidades de pequeno porte, o número é bastante limitado, assim como a oferta e diversidade de cursos superiores.

É claro que Montes Claros, por ser a maior cidade do Norte de Minas, tanto em termos socioeconômicos quanto populacionais, possuir maior número de IES, é o esperado. O que nos chama a atenção é o fato de que grande parte dos outros 88 municípios do território Norte não possui sequer uma IES e os que possuem, as têm em número bastante reduzido, normalmente com baixa oferta de cursos em redes privadas. Esse cenário é decisivo para agravar a dependência que a população dessas cidades tem em relação a Montes Claros.

A maioria das cidades de pequeno porte do Norte de Minas não tem nenhum curso superior à disposição da população. Algumas cidades, como Pirapora, Janaúba e Januária, possuem uma modesta infraestrutura em relação à educação. Essas cidades têm cada uma delas apenas três IES. Pirapora conta com duas instituições públicas: um *campus* da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e um *campus* do IFNMG; e uma instituição privada: a Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FACFUNAM (em parceria com as Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE), somando apenas 13 cursos, 8 deles na instituição privada. Januária segue o mesmo exemplo de Pirapora: possui a mesma instituição pública e privada, porém possui 18 cursos superiores e a maioria deles fornecidos pelo IFNMG. Janaúba conta com a Unimontes, o IFNMG e um *campus* da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), totalizando 16 cursos superiores ofertados, a maioria ofertada pela FUNORTE. Salinas também chama atenção, pois possui apenas duas instituições públicas, a Unimontes e o IFNMG; este último oferece 10 cursos superiores na cidade. As demais cidades possuem uma quantidade pequena de IES ou nem as possuem, muitas delas.

Através dessas informações, é possível observar que a Unimontes, o IFNMG e a FUNORTE estão presentes em várias

idades norte-mineiras. A Unimontes está presente em algumas cidades norte-mineiras há décadas, contudo, com um número reduzido de cursos. O IFNMG foi criado em 2008 e todos os seus *campi* criados próximos a essa data. Em algumas cidades, como Januária, Salinas e Janaúba, o número de cursos ofertados é bem expressivo. Januária conta com 9 cursos e Salinas e Janaúba contam com 10 cursos superiores. A FUNORTE, IES privada, nas cidades onde se estabeleceu, possui uma quantidade significativa de cursos superiores.

Nesses últimos anos houve uma mobilização intensa, tanto da rede pública quanto da privada, para levar IES para cidades menores. É claro que os objetivos não são os mesmos. Enquanto as IES públicas respondem a um anseio do governo de levar educação a lugares mais isolados e com histórico de desenvolvimento atrasado, as IES privadas respondem ao desejo inerente do capital: o retorno financeiro. É conveniente apontar que mesmo a expansão das IES particulares foi possível, em parte, devido à ampliação de políticas públicas governamentais como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), que possibilitaram aos estudantes, sem condições financeiras adequadas de arcar com os custos de sua formação, ingressar em cursos superiores. Dessa forma, tais políticas públicas contribuíram, de certa forma, para aumentar a demanda das faculdades particulares, possibilitando sua expansão para cidades de pequeno porte. De acordo com Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 35) “entre 1995 e 2010 (...) o que mais se expandiu no período foram as matrículas nas instituições privadas, que tiveram um crescimento da ordem de 347,15%, enquanto na rede pública o aumento foi apenas de 134,58%.

Sobre esse aumento diferenciado no número de matrícula nas redes públicas e privado, Chaves e Amaral argumentam:

Pode-se afirmar que o grande volume de recursos associados ao FIES e ao ProUni que

se dirigem às instituições privadas contribuiu de forma fundamental para que o quantitativo de matrículas continuasse a aumentar mais no setor privado que no público. No ano de 2015, o total de recursos associados aos dois programas atingiu R\$ 16,5 bilhões, significando em torno de 15% dos recursos empenhados pelo governo federal na Função Educação, valor significativo, em face dos R\$ 12 bilhões de complementação ao FUNDEB, realizado pela União. (Chaves; Amaral, 2016, p. 68).

De qualquer forma, houve nas cidades de pequeno porte um aumento considerável da oferta de cursos superiores, o que, inclusive, fez com que essas cidades começassem a atrair estudantes de outras cidades menores para seu entorno. Exemplo ilustrativo é Pirapora, que, após o estabelecimento do IFNMG e da parceria da FUNORTE/FUNAM, atrai estudantes de Ponto Chique, Várzea da Palma, Ibiaí e Barra do Guaiçuí.⁶

Mesmo com todo o esforço de descentralizar e de democratizar o acesso à educação, o crescimento da oferta de educação superior nas cidades de pequeno porte foi tímido e concentrado em poucas cidades, se levado em conta o universo de 89 municípios. Naturalmente, não seria viável que todos esses municípios fossem contemplados por IES, principalmente, por conta do tamanho das cidades e da população. Contudo, mesmo em cidades que são polos microrregionais, como as citadas anteriormente, esse crescimento não foi suficiente para atender à população de forma expressiva. Um número significativo de estudantes, ainda hoje, precisa deslocar-se, diariamente ou temporariamente, para Montes Claros para investir em formação superior.

6 Segundo informação obtida pela pesquisa direta.

Quadro 1: Quantidade de Instituições de Ensino Superior em cidades selecionadas do Norte de Minas⁷

Cidade	IES	Quantidade de cursos superiores
Montes Claros	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	31
	Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)	23
	Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros – FASAMOC	17
	Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	3
	Instituto Superior de Educação Ibituruna (ISEIB)	Sem informação
	Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE	31
	Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros (FACIT)	8
	Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI)	6
	Faculdade de Computação de Montes Claros (FACOMP)	4
	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Montes Claros (FUNEC Montes Claros)	5
	Faculdades Prominas	18
Pirapora	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	6
	Faculdade de Tecnologia Alto Médio São Francisco – FAC FUNAM	8
	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	2
Januária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	3
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	9
	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	2
	Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE	7

⁷ IES presenciais.

Cidade	IES	Quantidade de cursos superiores
Janaúba	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	3
	Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE	10
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	3
Salinas	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	1
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	10
Grão Mogol	Não há IES presencial.	
Bocaiúva	Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	2

Fonte: Elaboração própria, 2020, com base em: www.intranet.ipen.br; www.emec.gov.br; www.ifnmg.edu.br; www.unifipmoc.edu.br; www.funorte.edu.br; www.fasi.edu.br; www.ufmg.br.

Diariamente chegam à cidade de Montes Claros inúmeros ônibus com estudantes de várias cidades norte-mineiras de pequeno porte. A título de exemplo, diariamente, saem da cidade de Janaúba dois ônibus, com um total de 85 alunos, que pagam uma mensalidade de R\$ 300 reais.⁸ O mapa 1, abaixo, evidencia o fluxo de deslocamento diário das cidades de Janaúba, Janaúria e Pirapora em direção a Montes Claros. De acordo com Queiroz *et al.* (2012, p. 10), “(...) o deslocamento de pessoas entre os municípios de Janaúria, Janaúba e Pirapora para Montes Claros é denso, complexo e articula uma série de dinâmicas econômicas e sociopolíticas no espaço urbano norte-mineiro”. No ano de 2010, a população de Pirapora foi a quem mais migrou diariamente para Montes Claros, por motivos de trabalho e estudos. Entre 900 e 1000 pessoas migravam diariamente para a cidade, sendo a maioria desses deslocamentos por motivos de estudo.⁹ Em Janaúba também havia um fluxo muito

8 Informação obtida com pesquisa direta, em 2018.

9 Informação disponível em QUEIROZ, *et al.*, 2012.

grande, entre 800 e 900 precisavam migrar diariamente para Montes Claros. Em Januária esse número era expressivamente menor, entre 300 e 400.

De acordo com Fonseca e Fernandes,

com base nos dados do Censo 2010 [considerando o quesito data fixa] (...) é possível afirmar que Montes Claros recebeu um total de 5.239 habitantes dos demais municípios da microrregião de Montes Claros. (...) Considerando o quesito data fixa, ou seja, pessoas que chegaram a Montes Claros no período de 2005 a 2010, a maior quantidade é de Coração de Jesus (1.238 pessoas), seguido de Francisco Sá (636 pessoas), Capitão Enéas (581 pessoas), São João da Ponte (576 pessoas) e Brasília de Minas (405 pessoas). (FONSECA; FERNANDES, 2014, p. 12).

Correlacionando os dados desse mapa e do quadro 1, não é surpresa que Januária tenha o menor número de pessoas que migram diariamente para estudar, uma vez que, de acordo com os dados apresentados, há em Januária 16 cursos superiores em IES públicas à disposição da população, e ainda sete cursos superiores na FUNORTE, IES privada, ao passo que em Pirapora há apenas cinco cursos em IES pública e grande parte dos cursos concentra-se na IES privada (oito cursos). Janaúba segue o exemplo de Pirapora, apenas seis cursos em IES públicas e dez na iniciativa privada. Vale ressaltar que a população dessas cidades é semelhante: Januária e Janaúba possuem uma população de quase 70 mil e em Pirapora a população é de quase 60 mil habitantes.¹⁰ Ou seja, a demanda dessas três cidades é semelhante.

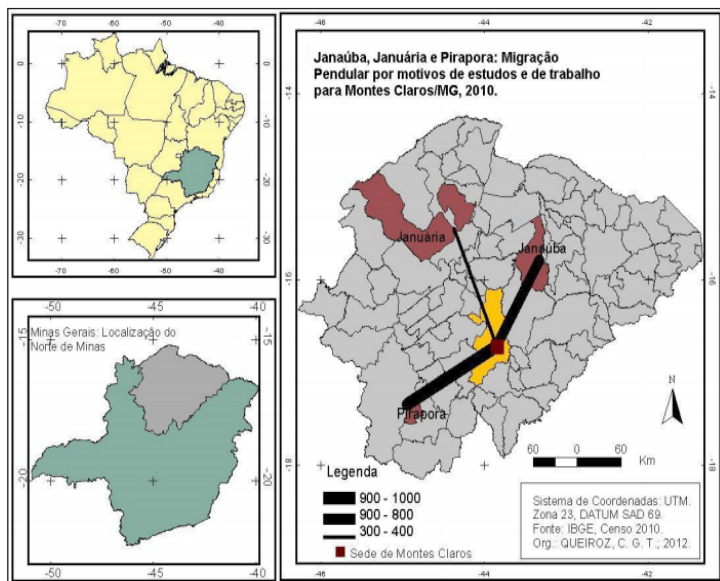
10 De acordo com o IBGE.

Há indício, então, de uma forte correspondência entre oferta de IES públicas e necessidade de deslocamento diário para Montes Claros. Com a oferta maior e mais diversificada em Janaúria, o número de pessoas que precisa se deslocar até Montes Claros para estudar é menor, ao passo que, com a baixa oferta de cursos em Pirapora e Janaúba, maior número de pessoas precisa se deslocar para estudar em Montes Claros. Lembrando que aqui são dados de deslocamentos diários, há ainda aquelas pessoas que migram temporariamente para a cidade para fazer um curso superior.

Por mais que nessas três cidades haja uma oferta, de certa forma ampla em IES privadas, estudar na rede privada demanda gastos substanciais e é uma parte pequena da população que pode arcar com esses custos, tomando como base a renda *per capita* dessas cidades.¹¹ Ainda que haja políticas públicas voltadas para inserção da população carente na Universidade particular, como o PROUNI ou FIES, não é possível contemplar toda a população que almeja uma vaga. O FIES é um empréstimo que deve ser pago futuramente e mesmo o PROUNI, que oferece bolsas, nem sempre é integral; e mesmo para concessão de bolsas integrais ou parciais, há uma série de critérios para consegui-la e permanecer com ela.

11 A renda per capita de Janaúba, Janaúria e Pirapora era, em 2010, R\$ 468,29, R\$ 359,19 e R\$ 596,44, respectivamente, lembrando que o salário mínimo naquele ano era de 510 reais.

Mapa 1: Migração pendular por motivos de estudo e de trabalho para Montes Claros/MG, 2010



Fonte: IBGE, 2012. Org.: QUEIROZ, C. G. T.; 2012. In: QUEIROZ, *et al.*, 2012.

Montes Claros, por ser um polo regional, atraiu vasta quantidade de faculdades particulares e é sede de três instituições públicas, conforme exposto no quadro 1, acima. A Unimontes, maior IES da cidade, foi criada em 1962 e tinha o nome de Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (FUNM); em 1989 tornou-se ente público:

Através da Constituição Estadual de 1989, a FUNM foi transformada na Universidade Estadual de Montes Claros, instituída através do Decreto Estadual nº 30.971, de 09/03/1990. A efetiva integração da UNIMONTES como ente público (autarquia) ocorreu, no entanto, a partir de 01/08/1990, quando os servidores da extinta FUNM passaram a ser incorporados ao quadro pessoal do Estado. O primeiro estatuto da universidade

foi aprovado através do Decreto Estadual nº 31.840, de 24/09/1990.¹²

A transformação da Unimontes em autarquia vai ao encontro do que vem sendo discutido em todo o trabalho. Aqui se tem um claro exemplo do processo de reconcentração dos investimentos em cidades médias, que ocorreu na década de 1970, e intensificou-se em 1990.

A instalação de uma universidade com tamanha amplitude em Montes Claros contribuiu para a cidade se fortalecer como polo regional. Estudantes de várias cidades da região migraram e migram, ainda hoje, com o objetivo de estudar. Foram atraídos estudantes, professores e funcionários técnicos em busca das oportunidades oferecidas pela Universidade. Atualmente, a atração de pessoas para a cidade se deve também às universidades particulares que foram sendo instaladas no município, com o passar do tempo, assim como o *campus* da UFMG e o do IFNMG.

Quadro 2: Quantitativo de alunos matriculados na Unimontes, por cidade, em estabelecimento de ensino médio,¹³ 2019¹⁴

QUANTIDADE	CIDADE
3186	Montes Claros
362	Janaúba
235	Januária
160	São Francisco
141	Pirapora
133	Bocaiúva
119	Brasília de Minas
100	Paracatu

12 Informação retirada do site: www.unimontes.br.

13 As dez cidades com maiores quantitativos de alunos matriculados.

14 A tabela completa está no anexo A.

QUANTIDADE	CIDADE
97	Salinas
91	Unaí

Fonte: Secretaria Geral da Unimontes. Elaboração própria, 2020.

O quadro 2 apresenta um recorte da origem dos estudantes matriculados no ano de 2019. Optou-se por colocar apenas as dez cidades com estabelecimentos de ensino médio que possuíam o maior número de estudantes matriculados (incluindo Montes Claros). Além disso, optamos por usar a variável “Cidade de estabelecimento com Ensino Médio”, em vez de “Naturalidade”, por entendermos que aquela traduziria de forma mais fidedigna a migração de estudantes para estudar na Unimontes e na cidade de Montes Claros.

Dentre essas dez cidades, quase todas aquelas consideradas polos microrregionais – Pirapora, Janaúba, Januária, Bocaiúva e Salinas – estão presentes, com exceção apenas de Grão Mogol que, no ano em destaque, possuía apenas 22 estudantes matriculados. Levando em consideração que no quadro acima estão apenas as dez cidades com maior número de estudantes matriculados, se somarmos todos os estudantes que não cursaram o Ensino Médio em Montes Claros – e por consequência entende-se que migraram para Montes Claros para estudar na Instituição – esse número chega a quase 6 mil estudantes, ou seja, o número de estudantes da Unimontes, que não é natural de Montes Claros, é muito grande e, pelo quadro exposto, pode-se notar que uma boa parcela desses estudantes é das cidades que funcionam como polo microrregional.

A migração, ocasionada pela ampla oferta de cursos superiores, movimenta a economia da cidade, principalmente em decorrência daqueles que se instalam na cidade de forma temporária ou definitiva. O mercado imobiliário, o setor de serviços, alimentação, transporte, dentre outros, se expande com a chegada desses migrantes. A tabela abaixo completa o apresentado

acima e mostra a procedência dos alunos dos Cursos de Graduação e pós-graduação de algumas Universidades instaladas em Montes Claros. Como não podia ser diferente, a maioria dos estudantes é de Montes Claros, um total de 70%. Contudo, há um grande número de estudantes naturais das cidades de pequeno porte, 25% dos matriculados são dessas cidades. Um percentual alto, se comparado ao número de matriculados oriundos de outras regiões do estado e ainda de outros estados. Os estudantes das cidades de pequeno porte chegam até Montes Claros para estudar através de ônibus estudantis, que fazem o trajeto diariamente, ônibus de companhia, táxis, caronas e carros particulares. Seja qual for o transporte e o tipo de migração, muitos estudantes têm, em Montes Claros, a oportunidade de ingressar no ensino superior para poder buscar novas e melhores oportunidades de trabalho.

Tabela 1: Procedência dos alunos dos cursos de graduação da Unimontes, Fasi, Funorte, Faculdades Santo Agostinho e Pós-Graduação Funorte, em 2009

Procedência	Nº de matriculados	%
Montes Claros	13.791	70
Cidades do Norte de Minas	5.025	25
Cidades de outras regiões de MG	786	4
Cidades de Outros Estados (SP, GO, BA, RJ, MS, DF)	196	1
Outro país (Bolívia)	1	0
Total	19.799	100

Fonte: Medeiros, 2009. In: QUEIROZ, *et al.*, 2012, p. 66.

Sem dúvidas, Montes Claros é o grande polo da educação no Norte de Minas. Na cidade está instalada a maior Universidade da região, com a maior oferta de cursos. Existem os polos da UFMG, do IFNMG e várias faculdades da rede particular com ampla oferta de cursos superiores. Esse destaque atrai muitos estudantes para a cidade em busca de qualificação

e uma melhor posição no mercado de trabalho futuramente. Os estudantes, principalmente aqueles que vão morar na cidade de forma temporária ou definitiva, movimentam a cidade contribuindo para a dinâmica econômica se tornar mais efervescente.

Por outro lado, com todos esses aspectos levantados, a possibilidade de ter maior oferta de cursos superiores nas outras cidades do Norte de Minas torna-se cada vez mais necessária. É indiscutível que essa oferta não poderia se estender a todos os municípios norte-mineiros; contudo, ampliar a presença de IES nas cidades que funcionam como polo microrregional seria viável, uma vez que foi observada intensa procura dos habitantes dessas cidades e das demais cidades da região por cursos superiores. Importa lembrar que essas cidades têm, via de regra, melhor infraestrutura e já são institucionalizadas como polos microrregionais. Ampliar ali a oferta seria um caminho viável e facilitaria a locomoção de grande parte da população das cidades de pequeno porte que compõem a região, uma vez que, em muitos casos, as distancias seriam menores e os custos também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colhendo os frutos dos investimentos maciços, os indicadores de Montes Claros são os melhores da região. Não é fútil reafirmar que o esforço em desconcentrar a atividade produtiva das grandes metrópoles via cidades médias foi louvável. Contudo, com a reconcentração nas cidades médias, alguns problemas ainda persistem. O caso do Norte de Minas evidencia esse fato com mais clareza. A diferença de infraestrutura entre Montes Claros (cidade média-polo) e as demais cidades de pequeno porte da região é extremamente acentuada. Enquanto a cidade média-polo da região atraiu para si grande parte dos investimentos, nem mesmo as cidades que desempenham o papel de polo microrregional possuem uma infraestrutura desejável.

Pode-se afirmar que, em razão do cenário vigente hoje ser reflexo de decisões políticas, o desafio para diminuir o fosso existente entre as cidades médias-polo e as cidades de pequeno porte depende da atuação do Estado na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, é importante frisar que não se espera a completa igualdade entre as cidades, mas que, proporcionalmente ao número de habitantes, fossem ofertados serviços em quantidade e qualidade que atendessem à demanda dos habitantes das cidades de pequeno porte, garantindo a reprodução material e social que está, em parte, condicionada à oferta desses serviços.

É imprescindível colocar na agenda um planejamento integrado regionalmente. A ausência de uma estratégia como esta, que também atue contra a excessiva concentração de recursos nas cidades médias-polo, está condenando à permanência na situação atual de quem já está em posição desfavorável.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, Rangel Irineu. Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias. In: **Rede brasileira de Estudo sobre Cidades Médias: Uma abordagem multidisciplinar**, 2002. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/os%20limiares%20demogr%C3%A1ficos%20na%20caracteriza%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 20 set. 2014.

BRANCO, M. L. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. (2005a) Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**. Salvador, 23 a 27 de maio de 2005. ANPUR: Salvador.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil – O PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, nº 04, p. 49-72, out.-dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n4/1982-6621-edur-32-04-00049.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2019.

FONSECA, Gildete Soares; FERNANDES, Duval Magalhães. Montes Claros espaço de emigração e imigração intermunicipal na microrregião de Montes Claros. Trabalho apresentado no **XVI Seminário sobre a Economia Mineira**, realizado em Diamantina (Minas Gerais), de 16 a 20 de setembro de 2014. Disponível em: diamantina.cedeplar.ufmg.br. Acesso em: 02 jul. 2019.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo Universal de Cultura, 1961.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000, s. p.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de; *et al.* A região Mineira do Nordeste. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Rio de Janeiro. 2006.

Relatório de pesquisa. **O lugar das políticas sociais: o nível municipal, articulação intersetoriais e capacidade de inovação em municípios selecionados de Minas Gerais e São Paulo**, 2016.

SERRA, Rodrigo Valente. Desconcentração urbana e oportunidades de trabalho: um estudo da integração dos imigrantes no mercado de trabalho das cidades médias e regiões metropolitanas

brasileiras. In: **Rede brasileira de Estudo sobre Cidades Médias: uma abordagem multidisciplinar**, 1999. Disponível em: <http://redbcm.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2014.

SINDEAUX, Roney Versiani; FERREIRA, Cândido Guerra. **Industrialização e trabalho na indústria no Norte de Minas: origens, Sudene e reflexões sobre o perfil recente dos trabalhadores formais ocupados**. 2012. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/industrializacao_e_trabalho_na_industria_no_norte_de_minas.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

TELLES, Selva de Sousa Lima. (2006). **Velhos atores, novas práticas: desenvolvimento tecnológico e modernização conservadora no norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento social). Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento social, – Montes Claros, 2006.

Sites consultados

www.atlasbrasil.org.br;
www.bibliotecadigital.fgv.br
www.intranet.ipen.br;
www.emec.gov.br;
www.ifnmg.edu.br;
www.unifipmoc.edu.br;
www.funorte.edu.br;
www/http://fasi.edu.br;
www.ufmg.br;
www.ibge.gov.br.

ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIOPOLÍTICAS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL (1808-1931)

Luciana Santos Lenoir
Maria da Luz Alves Ferreira
Maria Janine Dalpiaz Reschke

UNIVERSIDADE, MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO

Os significados atribuídos à universidade atrelam-se aos paradigmas daquilo que frequentemente convencionam como modernidade. A formulação intelectual do que se entende por modernidade, foi concebida por um modo de produção do conhecimento orientado pelo padrão mundial de poder, pelo ordenamento eurocêntrico do sistema-mundo, ou seja, naturalizado e fundamentado pelas dimensões colonialista/modernista e capitalista. Conforme Quijano (2005), refere-se à manifestação e concretização de uma racionalidade específica ou de uma perspectiva de conhecimento mundialmente hegemônica justaposta àquelas prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos. Se empiricamente, a modernidade associou-se às dimensões daquilo que tende a ser interpretado como inovador, dinâmico, avançado, racional científico, laico e secular, é admissível considerá-la como um fenômeno que ocorre em qualquer cultura, independente do período histórico. Trata-se, portanto, de uma concepção que estabelece a ruptura com as vertentes epistemológicas predominantemente

conservadoras, tradicionais e eurocêntricas¹ do conhecimento que enfocam a universalidade homogênea, como também, com as relações de dominação que envolve o saber e o ser.

Há um discurso que tende a atribuir às sociedades ocidentais a construção das universidades. Reconhece-se, de fato, que as sociedades ocidentais, mediadas pela estratificação em classes sociais, fundaram instituições educativas destinadas à formação de graduados tendo em vista comporem as suas direções administrativa político-religiosa e técnico-profissional. Para Ribeiro (1969), a preparação de especialistas dotados de saber erudito requereu a constituição de estruturas equivalentes ao que hoje se qualifica como universidades. Reconhece-se que a universidade clerical da idade média europeia é um exemplo das estruturas mencionadas, uma vez que se restringiu à função de “guardiã de um saber herdado de caráter de revelação, sem possibilidades de enriquecê-lo e sem liberdade para questioná-lo”. (RIBEIRO, 1969, p. 38)

A idealização da universidade moderna composta pela intitulada “civilização ocidental”, desenvolveu-se após a ruptura com o feudalismo e desde então, enfrenta desafios e contestações de ordens diversas para sua autoafirmação e autonomia no decorrer da história. O Renascimento e a Reforma foram fatos ocorridos à margem e contra a universidade. A Ilustração e a Enciclopédia, também, apontaram objeções combativas à universidade constituída no período. Já a Revolução Francesa decompôs a universidade interpretada como obsoleta da época medieval e criou, por meio de Napoleão, novos campos do

1 A concepção de eurocentrismo é aqui explorada em conformidade às análises de Quijano (2005), ou seja, é tratada como perspectiva de conhecimento de caráter homogêneo e desencadeada na Europa Ocidental em meados do século XVII. Nos séculos posteriores, tornou-se hegemônica e acompanhou a trajetória do domínio da Europa burguesa. Desta maneira, sua configuração relaciona-se à secularização burguesa do pensamento europeu, à experiência, às necessidades da ordem mundial estabelecida pelo poder capitalista e eurocentrado, reafirmada por meio das comparações com a América.

ensino superior no país, tendo em vista fornecer mecanismos de coesão à nacionalidade, em contraposição aos antigos moldes estabelecidos.

Nessas circunstâncias, Ribeiro (1969) revela que a concepção da universidade moderna é resultante da Revolução Industrial, fato responsável por compor sua representatividade e funcionalidade. Refere-se à instituição que se desvinculou das tradições escolásticas para priorizar o saber científico e tecnológico, tendo em vista, adaptar-se “às renovações institucionais de caráter liberal requerida pela burguesia e remodelar-se para servir a novos setores de interesses, para transmitir um saber novo, para criar novos valores e para dignificar novas tradições”. (RIBEIRO, 1969, p. 38)

Dias Sobrinho (2010) reforça que a “universidade moderna” é aquela que estruturou seus estudos e conteúdos mediante aos padrões europeus do século XIX. É aquela que se fundamenta pela institucionalização das análises científicas, mediante a consolidação de um modelo de produção de conhecimentos e mantém uma relação paradoxal entre o desenvolvimento social e econômico de acordo com as motivações que prevalecem na conjuntura sociopolítica que compõem a sociedade. Relata, ainda, a presença de um *ethos acadêmico* que compõe as relações entre docentes, discentes, o saber, a sociedade e as profissões.

Nota-se que o capitalismo industrial, estrategicamente, projeta a exigência de padronização de conhecimentos e técnicas a cumprir pela sociedade, tendo em vista atender às demandas da produção e das necessidades de consumo. Nesse sentido, Romanelli (2014) expõe que ampliar a oferta de sistemas educacionais é condição para a sobrevivência do próprio capitalismo industrial. O objetivo é fazer com que as populações adquiram condições mínimas para concorrer no mercado de trabalho e, também, para consumir. Naquelas nações em que foram estabelecidas relações capitalistas, a oferta dos sistemas

educacionais é direcionada para fornecer qualificação destinada ao mercado de trabalho. No caso das economias consideradas como de subsistência, a introdução tardia do capitalismo industrial foi capaz de gerar a ampliação da oferta do trabalho assalariado que, por conseguinte, representou um crescimento contínuo.

Salienta-se, conforme os argumentos de Acosta (2016), que o universo capitalista impõe a concepção de desenvolvimento, esquematiza as atividades econômicas, além de conduzir a própria estrutura da sociedade e suas respectivas relações. Sob essa dimensão, há instrumentos substanciais de uma ideia dominante conduzida pelo desenvolvimento, engendrada pelos valores determinados pelo “progresso civilizatório” europeu, com caráter expansionista, influente e destrutivo. São instrumentos sustentados pelo princípio de que o melhor nível social é atingido quando há liberdade (valor fundamental) para cada indivíduo buscar sua realização pessoal (a negação do outro) e em condições de competitividade (mercado), mediante a égide da propriedade privada. Trata-se de uma condição promovida por soberanias autossuficientes, estruturada pelo individualismo, por meio do paradigma do “*eu-sem-nós*”. Para o autor, a superação do conceito dominante disto que foi convencionalizado como desenvolvimento é considerada uma ação coletiva imprescindível para a composição do bem viver. Quando tal ação é assumida ativamente pela sociedade, mediante propostas que englobem a participação de diferentes povos e nacionalidades, de amplos segmentos da população e de diversas regiões do planeta, caminha-se para um real processo de transformação social e de rupturas de paradigmas.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento convencional tem sido visto como uma imposição cultural herdeira do saber ocidental – e, portanto, colonial. Daí se conclui que muitas das reações à colonialidade impliquem um

distanciamento do desenvolvimentismo. O Bem Viver, assim, se traduz em uma tarefa descolonizadora. Além disso, também deveria ser despatriarcalizadora. Para cumpri-la, será particularmente necessário um processo de descolonização intelectual nos âmbitos político, social, econômico e, claro, cultural. (ACOSTA, 2005, p.71-72)

No momento em que dada conjuntura social e histórica expõe a correlação entre educação formal e desenvolvimento, é necessário pontuar a interdependência entre alguns fatores. Nesse caso, há a herança cultural que direciona a composição e os objetivos expostos pela demanda educacional, assim como há os aspectos econômicos que fundamentam as exigências de qualificação profissional. Quando a demanda é delineada, exclusivamente, pela dimensão econômica, interpreta-se que há o princípio da necessidade exposta e da capacidade aquisitiva, em relação à disponibilidade para adquirir bens. No entanto, Romanelli (2014) ressalta que a associação entre educação e desenvolvimento também pode ser interpretada mediante os aspectos sociais que refletem o aparecimento e o crescimento de novas camadas sociais que fazem emergir uma consciência social que atribui valor à educação.

Na retórica desenvolvimentista sustentada pelo viés econômico e, também, alimentada pelo imaginário coletivo, a universidade atrela-se, portanto, à formação profissional para o mercado de trabalho. Em tais condições, a universidade concebe a experiência formativa com caráter individual, orientada para capacitação operacional e profissional e induzida pelos preceitos economicistas. A universidade e a produção científica condicionam-se, assim, à volubilidade das demandas econômicas e à dinâmica do mercado de trabalho. É uma concepção que restringe a universidade como um espaço destinado a reprodução de tendências mercadológicas, regida por acúmulo

e reprodução de conceitos. Emergem, assim, situações que inibem o despertar de potencialidades críticas e criativas, além de que desvalorizam as práticas cidadãs. Desse modo, são tolhidas a ação coletiva e a transformação social almejada no transcorrer e na conclusão de um curso da educação superior. É, também, uma perspectiva orientada por uma ideologia amparada por parâmetros economicistas, com viés liberal e preceitos de flexibilização. Trata-se de uma perspectiva sustentada por determinadas áreas de conhecimento e instituições acadêmicas, em que os resultados das atividades e das pesquisas científicas são direcionados para comercialização, interpretados como produtos que serão ofertados ao mercado consumidor.

Diante da percepção neoliberal e desenvolvimentista, é desencadeada correlação entre universidade, produção científica/acadêmica e desenvolvimento econômico que, conforme sugere Almeida e Batistela (2011), ocorre por meio dos processos de formação dos padrões que associam Pesquisa & Desenvolvimento. Tais processos foram construídos por determinadas economias nacionais (tais como a norte americana, japonesa e europeia), e que se propagaram por esquemas de ações entre Estado, empresas e instituições universitárias tendo em vista a atribuição e o incremento de competências econômicas. Desse modo, são configurados dois modelos de universidade: o tradicional e o globalizado.

No padrão tradicional, a pesquisa referir-se-ia aos interesses da comunidade acadêmica, em que prevaleceria a disciplina, a homogeneidade e um sistema próprio de hierarquia, centralizado no departamento. Já no padrão determinado pela globalização da universidade, os interesses da mesma tronam-se extra-acadêmicos. Agora, passa a operar um sistema baseado na transdisciplinaridade, heterogeneidade, em que estaria ausente a

hierarquia, pois se organiza segundo equipes flexíveis, ou seja, que se constituem conforme os objetivos momentâneos dos projetos para satisfazer as exigências do mercado (ALMEIDA; BATISTELA, 2011, p. 160).

Por conseguinte, os segmentos privados encontraram terreno fértil para dominarem a produção do bem público, o que conduz a uma concorrência desleal entre a universidade pública e o mercado de serviços universitários. Percebe-se, portanto, que o vínculo entre as dimensões estatal e mercantil, acaba por solidificar a antinomia ente estatal/público *versus* privado/mercantil. Segundo as exposições de Silva Júnior (2011), trata-se de demonizar a esfera estatal, que passa a ser interpretada como núcleo produtor das atividades ineficazes, opressivas, com caráter burocrático e inoperante em que predomina a má prestação de serviços, enquanto há uma supervalorização da esfera privada, “como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo” (SILVA JÚNIOR, 2011, p. 30)

Desse modo, emanam dois aspectos incongruentes quanto à educação superior. Blondel (2005) aponta que um aspecto refere-se à concepção de que a oferta do serviço público educacional incorpora, especialmente, a dimensão cultural que abrange a pesquisa fundamental, não rentável em termos econômicos, e essencial para o desenvolvimento social. Outro aspecto atrela-se à preponderância do mercado aplicada à oferta de formação profissional, fator interligado à teoria do capital humano e associado ao enriquecimento material. A autora revela que a referida oposição pode ser superável quando se identifica na organização da instituição acadêmica, a distinção do que está interligado ao investimento público imaterial em longo prazo, do que é dependente de uma oferta de formação direcionada para atender, exclusivamente, a uma demanda exequível.

As incongruências narradas ampliam-se quando o debate público/privado converte-se na dimensão entre centralização/descentralização. Para Blondel (2005), a ingerência dos interesses privados na organização universitária, realmente, demonstra-se como uma ação propícia para a descentralização das decisões em termos de programas, administração e gestão; enquanto que a responsabilidade pública, em geral, é conduzida por meio de um controle centralizado. No entanto, percebe-se que, quanto mais abrangente e diversificado administrativamente é o sistema universitário com caráter privado, maior a centralização. Daí, pontua-se que a pretensão de flexibilidade só adquire sentido, se as instituições universitárias tiverem autonomia.

Nessa perspectiva, configuram-se as “missões” atribuídas à educação superior e às suas respectivas instituições. Conforme Blondel (2005), duas das “missões” são interpretadas como tradicionais, as quais englobam, por um lado, a pesquisa e a cultura e, de outro, a formação docente. Já a terceira, configurada economias consideradas como “modernas”, relaciona-se às necessidades de qualificação e capacitação, por intermédio da formação profissional tendo em vista atender à composição de quadros científicos e técnicos, bem como administrativos e gerenciais dos segmentos políticos e econômicos.

Essas três missões não são contraditórias a longo prazo, pois todas concorrem par o desenvolvimento sustentável. Além disso, em sua realização, elas convergem na preocupação para o desenvolvimento sustentável. Além disso, em sua realização, elas convergem na preocupação pela equidade, que tende a beneficiar todos os cidadãos com recursos intelectuais e materiais do ensino superior, visto que atraem para ele parcelas crescentes da população. Contudo, na dinâmica dos sistemas universitários, elas podem parecer

difíceis de conciliar, e mesmo contraditórias. (BLONDEL, 2005, p.188).

Com a intervenção das organizações supranacionais amparadas por um forte caráter ideológico, ocorreram a implementação de programas de financiamento e a determinação de consultorias técnicas que influenciam as políticas destinadas à educação superior. Os modelos decretados condicionaram a dinâmica da estrutura administrativa, a gestão e as competências destinadas ao nível de ensino mencionado, de modo especial, naqueles países considerados como periféricos. São ações estratégicas de organismos metanacionais que designaram a estrutura dos sistemas educacionais e que instauraram mecanismos intensificadores dos processos de mercantilização, modificando desde a gestão universitária até o significado do trabalho acadêmico, que passou a ser considerado como “produto”. Ademais, as Instituições de Ensino Superior - IES públicas passam a sofrer transformações, tendo em vista adaptações ao paradigma atestado por continuas reformas estatais, que, por sua vez, são alicerçadas por privatizações, terceirizações e mercantilização dos bens e serviços acadêmicos.

Nesse contexto, Rodriguez e Martins (2011) salientam que a universidade na América Latina, reconhecida historicamente por estimular a criticidade e direcionar lutas em defesa da liberdade e da democracia, encontrou-se refém das indefinições dos segmentos públicos e tornou-se, assim, alvo de críticas que a rotularam como elitista, com baixa produtividade diante da incorporação das exigências requeridas por modelos econômicos. Estabeleceram-se recomendações internacionais mediante a determinação de critérios para a organização da educação superior, bem como da sua avaliação. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização

para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE² induziram as agendas dos governos latino-americanos mediante princípios, diretrizes e prioridades para concessão de créditos. Designou-se um modelo de “desenvolvimento universitário” que associa as instituições de educação superior às empresas, fato que restringe (estrategicamente ou não) as ações do Estado quanto ao financiamento das universidades públicas.

As intervenções do Banco Mundial quanto à condução da educação superior foram fundamentadas em estratégias que abarcavam a construção e o desenvolvimento de instituições consideradas não-universitárias, tais como escolas politécnicas; institutos de estudos tecnológicos de curta duração. São ações que se apresentam com cursos de curta duração, tendem à segregação consequente do grau de seletividade para inserção em universidades. Também, houve o incentivo para implantação de instituições privadas direcionadas a atender do modo flexível às imposições e mudanças do mercado de trabalho. Ressalta-se que as instituições privadas, algumas com fins não lucrativos, geralmente podem apresentar-se com boa qualidade e com alto grau de seletividade; enquanto outras, que enfocam o lucro, admitem todos aqueles que arcam com as altas despesas das mensalidades, porém, a qualidade pode ser questionável.

Em continuidade à conjuntura descrita, o Banco Mundial foi capaz até mesmo de dimensionar a centralidade exercida pela docência, à medida que instaurou a ideia de ampliação de ferramentas didático-pedagógicas, por meio de recursos virtuais. Concebe-se, assim, a denominada transnacionalização do

2 Há também direcionamentos técnicos conduzidos pela União Europeia – EU, pela Área Comum de Educação Superior – ALCUE/UEALC e pelo Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior da América Latina e do Caribe – IESALC. Salienta-se a interferência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL ao indicar que o Estado não é responsável por financiar a educação superior, além de que orienta o fornecimento de bolsas aos alunos e recomenda a autonomia das universidades no que condiz à obtenção de recursos necessários para sua manutenção.

mercado universitário, por meio da adaptação dos recursos didáticos tecnológicos, condição que altera a estrutura pedagógica das universidades convencionais. Ocorre, portanto, a indução ao ensino à distância mediante a propagação de instrumentos de aprendizagem virtuais. Desse modo, a condição até então elementar de frequência em aulas presenciais é substituída pela exigência da presença *on-line*, em dimensões extraterritoriais. Propagam-se outros processos de construção e de difusão do conhecimento científico que reconstituem os compromissos sociais, locais, nacionais e globais.

As transformações socioeconômicas suscitadas pela sociedade global fizeram com que recaísse sobre a universidade, especialmente da América Latina, a exigência da redefinição quanto à sua gênese tendo em vista adequá-la às necessidades do desenvolvimento econômico. Segundo Ribeiro (1969), os universitários foram induzidos a redefinir posturas para elaborar uma ideologia modernizadora explícita. Tal condição é demonstrada diante da ausência de defensores de estruturas universitárias regidas por tensões, radicalismos e ações progressistas, mesmo porque até para continuar a cumprir suas funções historicamente requisitadas, fez-se necessário que a universidade alterasse suas maneiras de ser e de atuar socialmente. Verifica-se, também, que até o perfil crítico foi modificado diante do desafio de elaborar um projeto de desenvolvimento autônomo e equivalente à dimensão modernizadora, por meio da formulação de programas de renovação.

Pontua-se que o real conceito de formação relaciona-se ao acúmulo da experiência, à dimensão empírica que envolve vivências coletivas, além das apreensões que circunscrevem o mundo. Destarte, é a esfera que possibilita ao indivíduo tornar-se sujeito responsável pela construção do conhecimento, ao processar suas experiências, e capaz de extrapolar o seu universo, expondo-se ao mundo e, concomitantemente, questionando-o de modo crítico, num movimento contínuo de reflexão.

Compreende-se aqui a universidade como instituição educativa que carrega o propósito de fomentar o constante exercício da crítica por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão. Nessa perspectiva, o conhecimento é conduzido pelas problematizações que emergem em diferentes contextos históricos e sociais, como também, pela dinâmica das relações estabelecidas entre sujeitos e objetos. Trata-se de uma instituição de serviço público³ de oferta da educação, formatada por meio da docência, com ações estruturadas num processo contínuo de investigação, construção científica e análise crítica quanto aos conhecimentos.

De acordo com Pimenta e Anastasiou (2002), as finalidades outorgadas à universidade foram embasadas, historicamente, por dois princípios. Um de caráter organizacional associado à convicção de que a universidade é institucional e legítima, dotada de fundamentos democráticos que contemplam a diversidade e a pluralidade de ideias. Já o outro, vincula-se à dimensão do seu funcionamento, em que há convicção de que a qualidade do processo educativo na universidade é consequente da participação dos sujeitos nos processos decisórios, fato que incentiva e potencializa práticas colegiadas e cooperativas. Desse modo, as funções universitárias podem ser sistematizadas mediante as condições de:

criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício das atividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e econômico das sociedades. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 163)

3 Salienta-se que as instituições privadas comunitárias tendem a investir em ações que privilegiam a extensão.

Em vista disso, reconhece-se o ensino universitário como fenômeno multifacetado que abrange a disseminação e a internalização de saberes, como também os campos de ações que permitam a inter-relação entre conhecimento, cultura, técnicas, competências, habilidades, valores, crenças e atitudes. Destarte, o ensino e a aprendizagem são construídos e reconstruídos, continuamente, mediante princípios dialógicos, em ambientes que priorizem interação e participação.

SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

No Brasil, como já é reconhecida, a ordem social estabelecida pela economia colonial consagrou-se pelo predomínio da grande propriedade e da mão de obra escrava. As estruturas econômica e sociocultural foram marcadas pela unidade básica do sistema de produção, da vida social e, especialmente, do sistema de poder fundamentado pela família patriarcal. Romanelli (2014) reforça que a dualidade da estratificação social da época associada à manutenção de um esquema de segurança permitiu definir a estrutura de poder alicerçada pela autoridade ilimitada do proprietário de terras. Foi assim que se estabeleceu a autoridade e o domínio da estrutura patriarcal que impôs, mediante receptividade espontânea, a importação de formas de pensamento e ideias dominantes herdadas da cultura medieval europeia e sustentadas pelos jesuítas.

Não estranhamente, a sociedade latifundiária, buscou imitar o estilo da metrópole e os hábitos da coroa portuguesa e a obra educativa da Companhia de Jesus foram essenciais para tanto. Nessa conjuntura, o direito à educação formal restringiu-se a uma minoria de proprietários de terras e senhores de engenho. No entanto, as mulheres e os filhos primogênitos (destinados a direcionar, futuramente, os negócios paternos) foram excluídos da educação escolarizada. É assim que se configura o caráter elitista da educação de classe no Brasil, conduzida

pelos padres jesuítas, com enfoque para a distinção social dos aristocratas rurais.

Era natural que assim fosse, porque esse tipo de educação veio a transformar-se no símbolo da própria classe, distintivo desta, fim, portanto, almejado por todo aquele que procurava adquirir status. Na época coloquial mesma, já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes (dados pelos colégios) passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia, onde se constituiu uma pequena aristocracia de letrados, futuros teólogos, padres -mestres, juizes e magistrados. (ROMANELLI, 2014, p.36)

É possível verificar que a história do sistema da educação superior no Brasil possui origens e características peculiares e tardias quando comparada ao contexto latino-americano. Diferentemente dos outros colonizadores que ocuparam e exploraram o continente americano, os portugueses impediram a instauração de instituições universitárias no Brasil⁴. Aqueles filhos de aristocratas ou funcionários de alta hierarquia que se interessassem pela educação superior, eram conduzidos à Universidade de Coimbra, em Portugal.

Olhando o conjunto da América se observa que, na área de colonização espanhola, a universidade surgiu muito cedo; na área

4 Ribeiro (2014) revela que enquanto dezenas de universidades do mundo hispano-americano foram responsáveis por graduar mais 150 mil acadêmicos durante os séculos da vida colonial, o Brasil contava apenas com grandes escolas. Ademais, em todo o período colonial, cerca de 2.800 brasileiros graduaram-se em Coimbra.

de influência inglesa, surgiu tardiamente e somente em décadas muito recentes apareceu na região colonizada pelos portugueses. As colônias espanholas contavam com seis universidades no final do século da conquista, e aproximadamente dezenove no momento da independência. A América inglesa, ao tornar-se independente, contava apenas com nove universidades. Umas e outras eram instituições reais e religiosas, orientadas por jesuítas e dominicanos, na Hispano-América, e por seitas protestantes de variada denominação, na zona inglesa. O Brasil contou apenas, durante o período colonial, com um arremedo de universidade na Bahia, que ministrava cursos propedêuticos para o sacerdócio e para estudos de direito e medicina, a completar-se em Portugal. A América espanhola e a zona inglesada continente dispuseram, por isso, de quadros intelectuais muito mais amplos e qualificados que o Brasil, para a organização nacional e para reorientar o ensino superior. (RIBEIRO, 1969, p. 76)

No que tange à educação superior, a coroa portuguesa buscou inibir o ordenamento de representações intelectuais nas colônias, uma vez que centralizou na metrópole a formação em tal nível de ensino. Até mesmo a ação jesuíta, tendo em vista constituir um seminário para a formação do clero brasileiro, foi eliminada, assim como parte da reduzida educação formal que havia na colônia, diante da expulsão da Companhia de Jesus executada, posteriormente, pelo Marquês de Pombal. Apesar das divergências apresentadas pela literatura, há a tendência em reconhecer que a educação superior no Brasil surgiu durante o período de permanência da família real, compreendido entre 1808 a 1821. Considera-se a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar a primeira instituição de ensino superior do Brasil, criada na Bahia em 1808. Naquele mesmo ano, com

a instalação da corte portuguesa no Brasil, inaugurou-se uma instituição similar no Rio de Janeiro.

Depois de decretada a Independência em 1822, conceberam-se outras instituições acadêmicas nas principais cidades brasileiras. No período em questão não houve disposição política para estruturar universidades mediante parâmetros institucionais e legais de caráter público, uma vez que predominava o modelo português de universidade escolástica que se adequava ao cenário sociopolítico, cultural e ideológico pós-colonial do Brasil. É válido mencionar que a coexistência de instituições acadêmicas em diferentes estados do país não se vincula ao ideário de universidade em seu verdadeiro e real significado, uma vez identificada a ausência de sistematização funcional, institucional, pedagógica e científica. Compreende-se, portanto, que não foram criadas universidades, mas escolas autônomas destinadas à formação de profissionais liberais, como iniciativa exclusiva da Coroa.

A partir da independência política ocorrida em 1822, a sociedade brasileira demonstrou complexidade em sua estrutura social em função do processo de imigrações internacionais e da diversificação econômica. Observou-se uma estratificação social com a presença de uma camada intermediária originada – além de decorrente e acentuada - com o processo da mineração, que adquiriu projeção, especialmente, no perímetro urbano em que se radicou. Romanelli (2014) descreve que o referido estrato obteve participação na vida social diante das atividades produtoras que desempenhavam (artesanato, pequeno comércio e burocracia) e do comprometimento político. Ademais, a referida camada intermediária foi responsável por desencadear a demanda pela educação naquele período, que então se condicionou à ideia ascensão e projeção social.

Salienta-se que as mulheres continuaram sem acesso à educação formal quando começaram a estabelecer os primeiros educandários no país. Somente a partir da primeira metade do

século XIX é que se registra o acesso das mulheres à “educação secundária”, mediante escolas destinadas exclusivamente a elas - cursos normais direcionados ao magistério - e fundamentadas pelo forte caráter patriarcal, com didáticas e conteúdos morais orientados para a fixação de papéis sociais convenicionados como femininos. Ademais, os estudos secundários eram privados, com mensalidades de alto valor e majoritariamente masculinos. Identifica-se que a dificuldade do acesso das mulheres aos cursos secundários inviabilizou a inserção na educação superior. Somente em 1887 é atribuída a conclusão de um curso de graduação por uma mulher, ou seja, Rita Lobato Velho Lopes recebeu o título de médica.

A historicidade da universidade brasileira é delineada por referências eurocêtricas, predominantemente, pelos modelos das estruturas didático-pedagógicas e metodológicas jesuítica, francesa e alemã. Na tradicional, rigorosa e conservadora vertente jesuítica, o processo de ensino-aprendizagem conciliava características do método escolástico adotado desde século XII e do *modus parisiensis*, criado pela Universidade de Paris. As atividades eram conduzidas por referências em latim, com regras fixas para abordagens, uma vez que as exposições teóricas e conceituais eram fidedignas às leituras realizadas pelos professores. A oratória era regida pela lógica da argumentação e pelos silogismos, fato que reprimia possíveis digressões.

Nas primeiras três primeiras décadas do século XX, prevaleceu a estrutura do modelo francês quanto à produção de conhecimento científico. A adoção do modelo franco-napoleônico constituiu-se pela unificação ideológica e caracterizava-se pela organização não-universitária, com viés profissionalizante⁵.

5 A formação das instituições de educação superior no Brasil norteou-se por uma orientação napoleônica. Com Referência francesa, a construção da universidade no Brasil equipara-se a um conglomerado de escolas como caráter autárquico. A iniciativa de Napoleão foi de aniquilar a tradicional estrutura da universidade medieval, vinculada à teologia. Para tanto, a burguesia concebeu as grandes escolas

Os cursos eram organizados em faculdades com o objetivo de graduar burocratas para desempenhar as funções do Estado e com enfoque para a formação dos quadros profissionais que atendia, prioritariamente, a elite. Havia fixidez por parte do corpo docente mediante uma estrutura imutável de reprodução fidedigna de doutrinas. A organização administrativa definia-se por um perfil centralizador e fragmentado, com caráter impositivo.

No processo de ensino-aprendizagem, o modelo francês impõe rígida relação hierárquica entre professor e aluno, tendo em vista preservar a metodologia tradicional, com uma pedagogia de manutenção, sem qualquer estímulo para a construção coletiva do conhecimento. Nesse contexto, o professor assumia-se como autoridade inquestionável, que transmitia o conhecimento incorporado pelas teorias clássicas; enquanto o aluno, obediente, submetia-se à condição passiva de reprodutor do conhecimento, por meio da memorização de conteúdos. Salienta-se que a avaliação possuía caráter meramente classificatório.

Já o modelo alemão ou humboldtiano foi idealizado no final do século XIX, quando a universidade emergiu num processo de edificação nacional, num período em que a Alemanha perdeu o pioneirismo da Revolução Industrial, já desencadeada pela França e Inglaterra. Com os parâmetros descritos, coube à universidade, portanto, a tarefa de integração nacional, de incorporação da cultura alemã à sociedade industrial e de desenvolver alternativas técnico-científicas que introduziriam o país no cenário competitivo do capitalismo internacional. Desse modo, Pimenta e Anastasiou (2002) expõem que o modelo adotado no Brasil fundamentou-se pelo direcionamento às análises

nacionais que graduavam homens, advogados, médicos e engenheiros, avessos ao teologismo. Era um modelo representado pela categoria administrativa federal, sem a pretensão de aglutinações em universidades.

que envolviam questões nacionais, como mecanismo indutivo para a renovação tecnológica e como estratégia para sanar a condição de dependência tendo em vista estruturar a autonomia nacional.

Essa universidade, voltada para a resolução dos problemas nacionais mediante a ciência, busca unir os professores em si e aos alunos pela pesquisa, em dois espaços de atuação: os *institutos*, visando à formação profissional, e os *centros de pesquisa*, que seriam regidos por situações essencialmente opostas ao modelo francês a saber: a autonomia ante o Estado e a sociedade civil; busca desinteressada da verdade como caminho também do autodesenvolvimento e a autoconsciência; atividade científica criativa, sem padrões preestabelecidos; caráter humanitário da atividade científica; processo cooperativo entre os docentes e entre estes e os discentes; docência como atividade livre; associação cooperativa entre professores e alunos sem forma exterior de controle e organização acadêmica. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 151)

O modelo didático-pedagógico alemão adotado nas universidades brasileiras foi, também, reproduzido de acordo com os moldes da estrutura da educação superior norte-americana, que se centrava na produção do conhecimento e na pesquisa. A gestão acadêmica fundava-se na concepção de cátedra, enquanto categoria responsável pela superposição orgânica da governança institucional e pela divisão das áreas do conhecimento. Ao ampliar para a dimensão de “liberdade de cátedra”, ainda presente na organização curricular de grande parte das instituições de ensino superior do Brasil, verifica-se que “para cada disciplina científica haveria um líder intelectual autônomo

e responsável tanto pela gestão dos processos administrativos, como pela gestão acadêmica dos conteúdos curriculares”. (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 120)

Verifica-se que desde a transição do período colonial para neocolonial e após a independência, a América Latina viveu transformações, mesmo sem assimilar autonomamente o saber e a tecnologia da então denominada “nova civilização industrial”. Nas universidades latino-americanas, houve uma substituição do modelo ibérico de educação superior pelo francês. Adiante, com a revolução tecnológica termonuclear, verificou-se um processo de “modernização reflexa” que direcionou a universidade latino-americana a tornar-se consumidora da produção técnico-científica alheia. Diante disso, a educação superior na América Latina submeteu-se a uma nova dominação, capaz de destiná-la a “representar papéis subalternos no processo produtivo mundial, e a existir — em definitivo — não como povo para si, mas como proletariados externos de outras nações”. (RIBEIRO, 1969, p.39)

No Brasil, a Constituição da República instituída em 1891, foi responsável por determinar a dualidade de sistemas educativos. Desse modo, coube à União a responsabilidade pela criação e controle das instituições de ensino superior e secundário nos estados e no Distrito Federal. Em contrapartida, reservou-se aos estados a competência de criação e controle da oferta do então ensino primário e do ensino profissional de nível médio, que na época, reservava as escolas normais às mulheres e as escolas técnicas aos homens. Apesar da expansão quantitativa do sistema educacional, poucas mudanças qualitativas ocorreram na prática.

Nessa perspectiva, a Figura 1, referente à cópia do documento original disponibilizado pelo arquivo histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, fornece dados interessantes acerca da educação superior no Brasil no período compreendido entre 1907 a 1912.

Figura 1: Número de Instituições de Ensino Superior conforme dependência administrativa, curso, sexo e recursos humanos no Brasil: 1907-1912

620

DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA

Ensino superior
Enseignement supérieur
ESCOLAS — ÉCOLES

ANNOS ANNÉES	ESCOLAS ÉCOLES										Total Total	
	Discriminadas segundo a administração Réparties d'après leur administration		Discriminadas segundo a natureza do ensino Réparties d'après la nature de l'enseignement				Discriminadas segundo o sexo dos alunos Réparties d'après le sexe des élèves					
	Federaes Fédérales	Particulares Privées	Jurídicas Juridiques	Médico-cirúrgicas e farmacêuticas Médico-chirurgicales et pharmaceutiques	Politécnicas Polytechniques	Para o sexo masculino Pour le sexe masculin	Para o sexo feminino Pour le sexe féminin	Mistas Mixtes				
1907.....	2	3	2	2	1	3	—	2		5		
1908.....	2	3	2	2	1	4	—	1		5		
1909.....	2	3	2	2	1	4	—	1		5		
1910.....	2	3	2	2	1	3	—	2		5		
1911.....	2	3	2	2	1	3	—	2		5		
1912.....	2	11	6	5	2	9	—	4		13		

PERSONAL DOCENTE — PERSONNEL ENSEIGNANT

ANNOS ANNÉES	PERSONAL DOCENTE PERSONNEL ENSEIGNANT																			Total Total
	Discriminadas segundo a administração das escolas Réparties d'après l'administration des écoles		Discriminadas segundo a natureza do ensino Réparties d'après la nature de l'enseignement				Discriminadas segundo a categoria Réparties d'après la catégorie													
	Das escolas federais Des écoles fédérales	Das escolas particulares Des écoles privées	Das cursos de direito Des cours de droit	Das cursos de medicina e farmacia Des cours de médecine et de pharmacie	Das cursos de engenharia e arquitetura Des cours d'ingénierie et d'architecture	Letras ordinarias Lettres ordinaires	Letras de transacção Lettres de transaction	Letras subalternas Lettres subalternes	Letras de honra Lettres de honneur	Professores ordinarios Professeurs ordinaires	Professores auxiliares Professeurs auxiliaires	Professores extraordinarios Professeurs extraordinaires	Professores de ensino especial Professeurs d'enseignement spécial	Professores de ensino superior Professeurs d'enseignement supérieur	Medeiros Médecins	Libreiros Libraires	Preparadores Préparateurs	Assistentes Assistants		
1907....	119	64	52	79	52	103	—	—	30	—	2	—	—	8	—	—	—	27	13	183
1908....	119	61	50	78	52	105	—	—	22	—	3	—	—	8	—	—	—	28	14	180
1909....	119	63	51	79	52	106	—	—	22	—	3	—	—	8	—	—	—	29	14	182
1910....	119	62	50	79	52	101	—	—	26	—	3	—	—	8	—	—	—	29	14	181
1911....	179	60	48	133	58	54	—	—	3	—	57	28	—	8	29	33	27	239		
1912....	181	161	108	168	66	97	2	15	10	3	—	74	34	2	8	31	34	32	342	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Evidencia-se o baixo número de instituições que ofertava o referido nível de ensino no país. Observa-se que há discriminações alusivas à dependência administrativa (federais e particulares); à natureza do ensino (havia apenas três cursos de graduação: Jurídicas, Médico-Cirúrgicas e Politécnicas) e segundo o sexo do aluno (havia instituições mistas, além de outras que separavam o alunado conforme o sexo).

No decorrer de cinco anos, foram implantadas treze instituições de educação superior no Brasil e não existia nenhuma direcionada para atender exclusivamente às mulheres, apesar da presença da variável no referido documento. Há quatro instituições denominadas como mistas constituídas no decorrer do período analisado, fato que não permite concluir a presença de mulheres, uma vez que não foram mensuradas as matrículas por sexo. Ou seja, predominavam instituições direcionadas para a formação específica do público masculino que, ao todo, eram nove, condição que ressalta a supremacia da estrutura fundamentada pelo patriarcalismo. Em cinco anos, foram implantadas no Brasil, onze instituições privadas e apenas duas públicas permaneceram. A prevalência de instituições particulares reforça o histórico caráter elitista do nível de ensino, uma vez que somente alguns restritos estratos eram capazes de arcar com as despesas das mensalidades.

Quanto à formação acadêmica, identifica-se a predominância de instituições que ofertavam o curso de Jurídicas, hoje denominado como Direito. Destaca-se que o ano de 1912 é o que possui o maior registro de instituições e cursos. Nota-se, ainda, que o maior número de professores concentrava-se nas duas únicas instituições públicas: 181 profissionais exerciam a docência nas federais, enquanto nas particulares, registram-se 161. Além disso, o maior número de docentes encontrava-se nas instituições que ofertavam o curso de Médico-Cirúrgicas.

A década de 1920 presenciou um grande movimento em torno do que se denomina como “modernização” do país. O processo de industrialização direcionou a urbanização e as transformações socioeconômicas e culturais que, por conseguinte, também atingiu a educação. Segundo Durham (2005), um grupo de educadores sustenta alterações nos sistemas de ensino que foram alcançadas parcialmente. Quanto à educação superior foi requisitada, naquela época, a “modernização” de tal nível de ensino tendo em vista que as universidades não se reduzissem à mera condição institucional e atingissem a dimensão de “centro de saber desinteressado”. A proposta consistia em uma ampla reforma do sistema de educação superior, para que a formação de grandes universidades substituísse as antigas escolas autônomas, como espaço destinado às ciências básicas e à pesquisa, como também o direcionamento estratégico para a formação profissional. O caráter era público e não confessional aos moldes importados da Itália, mas agregava inspirações norte-americanas.

Nesse contexto, durante a gestão de Eptácio Pessoa, as primeiras instituições acadêmicas no país são oficializadas mediante determinação normativa do Governo Federal, com o Decreto 14.343, responsável pela criação da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o Governo Federal restringiu a abertura de escolas superiores apenas para aquelas cidades brasileiras com população superior a 100.000 habitantes. A Universidade do Paraná, constituída por meio da Lei Estadual 1.284 em 1912, não foi reconhecida oficialmente pelo Governo Federal, uma vez que Curitiba, naquele momento, não alcançava o valor populacional estabelecido, condição que se consolidou em 1946. Já a Universidade de Minas Gerais, foi concebida em 1927.

A Revolução de 1930 caracterizada pela intensificação do capitalismo industrial no Brasil, fez com que emergissem novas exigências educacionais. De acordo com Romanelli (2014),

trata-se de um período marcado significativamente pelas aspirações sociais quanto à educação e, consequentemente, a ação do próprio Estado. O Decreto 19.851 de 1931 estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras que empregou ao ensino superior, a prescrição de regime universitário. Nessa perspectiva, foi criada em 1934 a Universidade de São Paulo em conformidade às normas institucionais determinadas pelo referido documento e com um diferencial dentre as demais, uma vez que apresentava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, responsável pela formação de professores.

De acordo com Romanelli (2014), o Decreto 19.851 de 1931 foi composto de amplas e pretensiosas finalidades incompatíveis a então conjuntura educacional brasileira, como das suas respectivas instituições. Mesmo que a legislação contemplasse princípios de investigação científica, as universidades tenderam a concentrar esforços, com raras exceções, aos princípios alusivos ao exercício profissional. Faz-se necessário considerar que, também, a ausência da tradição em pesquisa pode ser vinculada às variáveis que perpassam por aspectos referentes à estratificação, à herança cultural e aos processos de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. Associam-se, ainda, fatores pertinentes à própria organização estrutural do ensino, uma vez que a legislação brasileira foi direcionada à omissão quanto à previsão de condicionantes resolutos quanto às atividades de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O encadeamento da educação superior e o surgimento das universidades no Brasil apresentaram-se de modo tardio em relação aos demais países da América Latina e com uma série de limitações. Observou-se que, no país, as IES constituíram-se por intermédio da reprodução de estruturas hegemônicas de dominação eurocêntrica, que determinaram padrões norteadores

de métodos e procedimentos técnicos. Ademais, desde os primórdios da sua constituição, a educação superior no Brasil foi direcionada para atender a um público específico, com predominância de caráter privado e viés segregador, uma vez que excluiu parte significativa da população brasileira. Revelou-se, ainda, o desinteresse por parte do Estado em estabelecer critérios para implementação de políticas públicas voltadas para o referido nível de ensino.

Com o decorrer do tempo, identificou-se a tendências das IES em condicionarem-se aos interesses do capitalismo industrial e aos propósitos da globalização econômica que traçaram estratégias produtivistas de formação de mão de obra em detrimento das ações críticas, da ampliação e diversificação do conhecimento e das perspectivas cidadãs. Em tais circunstâncias, identificou-se a predominância e a preservação da oferta de cursos destinados às profissões tradicionais (medicina, engenharia e direito). É possível concluir, portanto, que algumas características apresentadas na estrutura do sistema da educação superior como se apresentam na atualidade do país, foram delineadas e construídas no início da década de 1920.

REFERÊNCIAS

ACOSTA A. **O Bem Viver** – Uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária/ Editora Elefante, 2016.

ALMEIDA, M. L. P.; BATISTELA, A. C. A relação universidade pública & setor produtivo n América Latina: mais impasses do que possibilidades. In: ALMEIDA, M. de L. P.; PEREIRA, E. M. de A. (org.) **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 145-174.

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. IN: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008, p. 107-259.

Beltrão, K. I.; Alves, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. IN: **Cadernos de Pesquisa**. 2009, v. 39, n. 136 , pp. 125-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100007> Acesso em 20/09/2021

BLONDEL, D. O Ensino Superior: Missão, Organização, Financiamento. IN: DELORS, J. **Educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.187-191.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. In: **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas, 2010, vol.15, n.1, p.195-224.

DURHAM, E. R. Educação superior, pública e privada. In: SCHWARTZMAN, S.; BROOCK, C. (orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2005, p. 191-233.

IBGE. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/educacao.html> Acesso em 15/08/2021

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. IN: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Ensaio insólito**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro (Coleção Biblioteca básica brasileira), 2013.

_____. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), 2014.

RODRIGUEZ, M. V.; MARTINS, L. G. A. Ensino superior na América Latina e a globalização da racionalidade capitalista. In: ALMEIDA, M. de L. P.; PEREIRA, E. M. de A. (org.) **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 123-144.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: (1930-1973)**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL PELA PERSPECTIVA DA RENDA

Handerson Leonidas Sales
Antônio Dimas Cardoso
João Paulo Antonini

INTRODUÇÃO

As relações econômicas e de intercâmbio político entre nações foram estabelecidas sob diferentes níveis de industrialização e crescimento econômico. Essas relações deixaram uma herança histórica de distorções nas transformações sociais dos países com menor avanço industrial, resultante, em certa medida, da lógica de funcionamento desse mesmo sistema. Uma dessas heranças é a desigualdade de renda, associada ao elevado índice de desemprego, que geram severas discrepâncias sociais e comprometem a qualidade de vida de gerações inteiras, além de intensificar a assimetria entre países centrais e periféricos, fomentada pela relação centro-periferia.

Uma dessas consequências assimétricas é apresentada no relatório no *Relatório de Informes em 2019* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que previa para países com baixo desenvolvimento humano, o falecimento de 17% das crianças nascidas em 2000 e estimava ainda que apenas 3% conseguiriam atingir o ensino superior no ano 2020

(UNDP, 2020). De forma paradoxal, muitos países da América Latina, que se enquadram nesse cenário de baixo desenvolvimento humano, aumentaram seu PIB. O Brasil é um desses exemplos, pois chegou a ocupar em 2018 a posição de 9^a economia¹ do mundo e, no entanto, no mesmo ano posicionou-se na 57^a lugar entre os países com menor salário mínimo dentre os países analisados² e está entre os 10 países mais desiguais no mundo, apontado pelo índice Gini³.

Mais comumente utilizado como sinônimo de crescimento, o desenvolvimento na sua acepção mais completa não se efetiva plenamente nas circunstâncias em que as discrepâncias socioeconômicas tendem a permanecer acentuadas em seu processo progressivo e entre países. Sendo assim, a expressão “desenvolvimento desigual” apresenta-se como uma força antagônica ao desenvolvimento social e inscreve-se na dialética da economia mundial, a qual destoa dos países centrais, com efeitos de crescimento econômico com desigualdade de renda.

Vista por outro ângulo, a expressão “desenvolvimento desigual” retrata certo arranjo de progressivas melhorias para parte da sociedade, mesmo que esse processo ocorra em constante desequilíbrio socioeconômico e não atinja igualmente a todos os membros do grupo social, o que implica em concentração de renda e bem-estar para uma parte e exclusão de outra. A variável capitalista presente nos países periféricos, apoiada em suas estruturas que assumem especificidades próprias, torna

1 Brasil a nona posição com US\$ 1,868,626.09 (em milhares) (WORLD BANK, 2020a), países analisados e está entre os 10 países mais desiguais no mundo, apontado pelo índice Gini.

2 No Brasil em 2018 o salário mínimo correspondeu a € 240,1 por mês em média e ficou na 57^a entre os 97 países com menor salário mínimo analisados (EXPANSIÓN, 2020).

3 “10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país” (IBGE, 2020b). “Ocupa a 10^a posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de 143 países” (PNUD, 2020).

a desigualdade de renda inerente ao seu processo de reprodução de capital em níveis acentuados em comparação às vistas mundiais. A desigualdade de renda, como reflexo desse modelo, revela, por sua vez, as mazelas de um crescimento econômico sem transformações sociais originadas na debilidade desse mesmo espectro.

Nesse sentido, apoiando-nos nas narrativas do subdesenvolvimento, nas teorias da Dependência e do Sistema Mundo, pretende-se realizar neste capítulo uma análise do reflexo da relação centro-periferia no desenvolvimento dos países periféricos pelo aspecto da desigualdade de renda, apoiando-nos na realidade brasileira.

DESIGUALDADE DE RENDA COMO EFEITO DA RECONFIGURAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A desigualdade socioeconômica já se fazia presente nos países da América Latina desde o início de suas atividades produtivas. A desigualdade de renda é um fenômeno observável desde a colonização dos países latino-americanos e essa característica não depende exclusivamente do tipo de acumulação percebido nessas nações ou pelos seus ciclos econômicos históricos. O crescimento econômico dos países dessa porção do continente americano, mesmo após o processo de industrialização, não foi capaz de reduzir as distâncias sociais existentes nessas sociedades. Uma dessas distâncias revela-se na desigualdade e concentração de renda. Em termos gerais, os países da América Latina apresentam distorções severas na contabilização dos seus ganhos, normalmente mal distribuídos para as parcelas mais pobres das suas populações.

Nas sociedades latino-americanas, o processo histórico forjou um conjunto de relações sociais e políticas específicas. Não houve, no sentido literal, integração ou incorporação das

economias locais ao mercado mundial, como ocorreu com as colônias de outros continentes. Houve a formação de uma nova sociedade, a partir da destruição em grandes proporções das comunidades autóctones e da criação e desenvolvimento de instituições baseadas exclusivamente nos modelos dos colonizadores. O desenvolvimento dos países latino-americanos, mesmo durante o período da industrialização por substituição de importações, teve seu caráter patrimonialista e foi reflexo dos interesses hegemônicos externos (MENDONÇA, 2009).

Para uma sociedade fundamentada em atividades concorrentes e de acumulação capitalista, a renda das famílias é uma das principais fontes de financiamento da economia nacional, uma vez que parte dela a ciclicidade da economia, dada através do consumo. Nesse contexto, a concentração de renda causa prejuízos incalculáveis para que essa ciclicidade perpetue, gerando desigualdades socioeconômicas e suas mais profundas derivações, como a queda da oferta de crédito, a alta dos juros e o desfinanciamento do trabalhador.

Os estudos de Piketty (2015) buscaram compreender as razões que levaram os países centrais a terem uma força de trabalho com maiores remunerações. Com bases nos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, seus estudos demonstraram que a média de participação dos empregados dos EUA e França na distribuição do valor adicionado das empresas destes países no período de 1920 a 1995, permaneceram nas faixas entre 62,1% a 69,1% (nos EUA) e 61,9% a 71,8% (na França). Nesse sentido, conclui o autor que a razão da elevação dos salários desses países não está relacionada com a participação na riqueza gerada, mas sim com a progressão da produtividade. Ao produzir mais, controla-se a ciclicidade econômica pela baixa dos preços, pelo aumento do consumo e pela tendência de aumento da empregabilidade.

A discrepância brasileira dessa realidade de participação dos empregados na distribuição do valor adicionado das

empresas pode ser percebida ao comparar os estudos de Batista (2018), a partir do valor adicionado de 416 empresas atuantes no Brasil, confrontados com estudos de Pong e Mitchell (2005) sobre o valor adicionado no Reino Unido, os quais contemplaram 409 empresas. Ambas as pesquisas evidenciam períodos coetâneos, passíveis de comparação, compreendidos entre 1999 a 2003, nos quais demonstraram disparidade na participação dos empregados na distribuição do valor adicionado. No Reino Unido, se comparado ao do Brasil, verificam-se médias de 79% e 17%, respectivamente, o que pode essa diferença estar associada à condição da produtividade, como afirmado por Piketty.

Esses resultados empíricos coadunam com os argumentos de Marini (2000) sobre a superexploração do trabalho, fundamentado na Teoria da Dependência, ao verificar a menor participação dos salários sobre esse montante, por maior que seja a produtividade das empresas nos países periféricos, ainda assim, haveria maior apontamento da desigualdade de renda se comparada com os países centrais. No entanto, a superexploração do trabalho representa uma compensação da baixa produtividade dos países periféricos, de forma a manter a atratividade do capital estrangeiro, que pode ser demonstrada pela comparação das taxas de mais-valia entre os países centrais e periféricos sobre a expectativa de haver uma correspondência direta entre a produtividade e mais-valia.

O estudo de Martínez (1999), ao analisar vinte países⁴ classificados em ordem crescente de mais-valia monetária, demonstrou nos países mais produtivos menores taxas de mais-valia que nos países com menores indicadores de produtividade. O autor também apontou que os países classificados

4 Países de alta produtividade: Canadá; Dinamarca; Finlândia; Luxemburgo; Noruega; Suécia; Estados Unidos e Alemanha. Países de baixa produtividade: México; Colômbia; Guatemala; Coreia do Sul; Filipinas; Madagascar; Zâmbia; Hong Kong; Índia; Panamá e Turquia (MARTÍNEZ, 1999).

abaixo da média, considerando a baixa produtividade, foram justamente os países periféricos. Demonstrou ainda que a taxa de mais-valia foi proporcional à produtividade nos países que pertencem ao mesmo bloco de produtividade.

Furtado (1981), realiza uma análise mais ampla sobre o contexto da baixa produtividade e remuneração da força de trabalho dos países periféricos em sua abordagem sobre o mito do desenvolvimento, destacando que o processo de industrialização das economias subdesenvolvidas, iluminada pela esperança da universalização do desenvolvimento observado nos países desenvolvidos, enfrenta difíceis obstáculos referentes à falta de capital, limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas se comparadas com as regiões centrais, bem como o reduzido consumo do mercado interno. Reconhece ainda que, adicionalmente a todos esses obstáculos, o aumento da capacidade competitiva das empresas que orientam seus investimentos para países periféricos permanece centrado na utilização da baixa remuneração da sua força de trabalho, não reversível na trajetória de industrialização da economia periférica.

Marini (2000), ao descrever as várias formas utilizadas de superexploração laboral, reafirma Furtado, estende essa discussão como o prolongamento da jornada, aumento da intensidade e queda do valor de pagamento da força de trabalho. Wallerstein (1985), ao afirmar a existência de preconceito no capitalismo histórico, não definido pela cor da pele, xenofobia ou qualquer outra análise sociológica, mas pela forma opressora de se relacionar com a baixa renda na periferia, analisa que, para o opressor, os oprimidos seriam culturalmente inferiores e isso serviria de justificativa ideológica para a desigualdade global.

Piketty (2015, p. 68) demonstra algo adicionalmente a esse contexto, quando, na década de 1990, a discrepância dos níveis salariais no Sul em relação aos centrais, em razão da ausência da qualificação, assentia: “os assalariados do Sul, dos quais mais de 50% ainda não são alfabetizados, é um fator essencial

para explicar o fato de o poder de compra médio dos assalariados dos países subdesenvolvidos ser dez vezes inferior ao dos países desenvolvidos”. Isso revela, portanto, haver a associação de baixa qualificação com o reduzido poder aquisitivo dos assalariados.

A diferença da renda familiar entre ricos e pobres durante a década de 1990, apresentada pela Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2004), indica que na maioria dos países da América Latina, o decil mais rico apropriou mais de 30% da receita bruta total do país, como é o caso do Brasil que chegou a 45%. Além disso, com exceção da Costa Rica e Uruguai, 66% a 75% da população⁵ possui renda *per capita* inferior à média global. Mais recentemente a CEPAL (2019) ressalta que, apesar da desigualdade de renda na América Latina, assim como no Brasil, ter reduzido entre 2002 e 2014, a partir de 2015 essa tendência tem desacelerado. Países⁶ em que a desigualdade de renda aumentou no período de 2014 a 2018, também tiveram aumento das diferenças de renda absolutas entre o primeiro e o décimo decil.

Meller e Valdés (2009) compreendem que há uma invariância dos indicadores distributivos na América Latina, que revela a desigualdade coexistente com o aumento da renda *per capita*, apontando para a trajetória da curva de Kuznets (1955),

5 “la relación de ingresos entre el decil más rico y los cuatro deciles más pobres también da cuenta de una alta concentración. La mayor distancia a este respecto se verifica en Brasil, donde el decil más acomodado tiene un ingreso 32 veces superior al ingreso conjunto de los cuatro deciles menos favorecidos. En la región, esta diferencia alcanza un promedio simple de 19,3 veces, valor sumamente alto si se lo compara, por ejemplo, con el de Uruguay (8,8 veces) o de Costa Rica (12,6 veces), países con la mejor distribución del ingreso de toda la región.” (CEPAL, 2004, p. 86)

6 Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai (CEPAL, 2019).

sendo divergente do formato de sino⁷, que parece deslocar-se definitivamente na linha do horizonte. Esses autores consideram dois principais mecanismos para explicar as razões que levam os países latino-americanos ao crescimento econômico sem redução da desigualdade: o primeiro corresponde à oferta ilimitada da força de trabalho nos países latinos americanos. Isso permite ao setor produtivo expandir com uma remuneração constante do fator trabalho, elevando a margem de lucro e o seu reinvestimento no processo produtivo. O segundo mecanismo, do crescimento econômico sem redução da desigualdade, se dá pelo fato de um grupo de renda, que representa a maioria da força de trabalho, não ser suficientemente capaz de gerar poupança em função da sua baixa renda. A exceção dos países que conseguiram migrar para a classificação de desenvolvidos, como aconteceu no Leste Asiático, com a Coreia do Sul.

Para compreender a realidade brasileira de concentração de renda, os estudos de Souza (2016) contemplaram o seu comportamento no período entre 1926 a 2013. A pesquisa demonstrou que, no Brasil, assim como no restante do mundo, o período pós-guerra reduziu a fração apropriada dos mais ricos na renda do país, fato que durou apenas na década de 1950, porém, a desigualdade da renda teve retomada nos anos de 1964 passando pela década de instabilidades em 1980 até o início dos anos 1990. A partir de 2000, até 2009, o país apresenta uma recuperação econômica com redução do coeficiente Gini⁸

-
- 7 Os estudos de Kuznets (2015) revelaram a mitigação da desigualdade traçada sob uma linha no gráfico semelhante a uma curva em forma de sino, de maneira que em uma primeira etapa houvesse um aumento da desigualdade, e posteriormente após atingir o pico da curva, o início da segunda etapa, com um declínio da desigualdade, tendo como fator determinante o avanço do processo de industrialização.
- 8 Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* no Brasil em 2001: 0,5944; 2009: 05401 (IBGE, 2020). “Medida de concentração, mais frequentemente aplicada renda [...]. Os valores do coeficiente de Gini variam entre 1 e zero; quanto mais próximo de 1 for o coeficiente, maior será a concentração na distribuição de

com subsequentes variações de aumento em 2012 e retorno a redução em 2013.

Segundo dados do World Bank (2020), no Brasil, o coeficiente Gini interrompe sua tendência de redução a partir de 2016 com ascensão até 2018, último ano apurado, retornando aos mesmos patamares dos últimos 10 anos. Essas observações realizadas em vários períodos da história brasileira coincidem com os grandes ciclos políticos do desenvolvimentismo, das ditaduras de 1937 e de 1964, com a Constituição de 1988 (CF/88) e posteriormente a estabilidade da moeda nacional e retomada econômica. Programas brasileiros criados a partir do empenho da nova CF/88, como o “Vale gás”, “Fome zero” e “Bolsa Família”, entre outros de menor escala, contribuíram diretamente para a redução dos índices de miséria e pobreza famélica, garantindo, de uma forma ou de outra, a preservação da dignidade alimentar de grande parte da população mais pobre do país.

Souza (2016) observa a partir de 1994, a existência de uma relativa estabilidade na desigualdade brasileira, no qual a fração recebida pelo centésimo mais rico esteve em torno de 20% e 25% da renda, enquanto que os países centrais da Europa se mantiveram abaixo dos 15%. Mais recentemente, após 2015, a retomada da concentração de renda, apontada pelo Gini, coincide com a intensificação de adoção de medidas neoliberais ocorridas no país⁹.

qualquer variável, acontecendo o contrário à medida que esse coeficiente se aproxima de zero”. (SANDRONI, 1999, p. 106)

9 Mediadas neoliberais adotadas pós *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocasião em que o vice-presidente Michel Temer assume a presidência, em 12 de maio de 2016, conforme aponta Santos (2016) com medidas que visam a consolidação de um Estado Mínimo para a área social e ações de impactos negativos sobre a auditoria fiscal do trabalho, levando a sua fragilização e agravando o processo de precarização do mercado.

A baixa média salarial observada nos países periféricos é uma condição que agrada investimentos por parte de países do eixo central da Economia mundial, uma vez que é atrativa por ser vista como um elemento gerador de baixos custos para a produção. Essa condição corrobora com as afirmações apresentadas por Wallerstein (1985), da contribuição desses países no arranjo sistêmico da economia mundial para acumulação de capital nas regiões geograficamente industrializadas, promovidas pela sua capacidade de geração de riquezas e absorção das transferências de valores das regiões com menor avanço industrial para fortalecer o seu sistema autocentrado¹⁰.

É necessário salientar que a exploração de mão de obra, de forma predatória e inconsequente, somente gera hiperconcentração de renda, provocando forte obstrução no ganho das famílias. Compatibilizar os interesses distintos, entre quem trabalha e quem financia, é um desafio que perdura as formas de se empreender no Brasil e em toda a América Latina. Esse quadro de desigualdade apenas salienta e evidencia a dependência e a subordinação da força de trabalho dos países latino-americanos ao capital financeiro nacional e internacional.

ASSOCIAÇÃO DA DEPENDÊNCIA E SUBORDINAÇÃO DOS PAÍSES PERIFÉRICOS COM A DESIGUALDADE DE RENDA

Os estudos citados sobre desigualdade de renda da força de trabalho parecem reforçar as bases epistemológicas que sustentam a dependência¹¹ e subordinação dos países periféricos

10 De acordo com Amin (1976) a articulação que determina um sistema capitalista autocentrado é a conexão da produção de bens de consumo com a de bens de produção. Essa conexão significa o abastecimento do crescimento da produção de bens de consumo com equipamentos de alta tecnologia dentro do mesmo país.

11 É necessário esclarecer que a dependência não está na origem da demanda do mercado ou da captação de capital estrangeiro para investimentos, mas, na estrutura

na relação centro-periferia. A superexploração do trabalho, juntamente com outros elementos estruturantes dessa relação, como transferência de valores e a cisão do ciclo de capital entre a produção e circulação de mercadoria, formam a base dessa dependência e configuram o modo de reprodução de capital presente nos países periféricos. A transferência de valores nessa relação ocorre justamente no esforço de um país produzir, supostamente e a título de exemplo, o dobro da quantidade unitária de um determinado produto primário, para atingir o valor da compra de um específico produto manufaturado que outrora se equivalham.

O estudo contemporâneo de O campo e Parra (2003), levantado pela CEPAL, demonstra essa realidade ao examinar o comportamento dos preços de 24 produtos básicos e 07 índices de valor unitário de manufaturas, no período de 1900 a 2000, revelando a confirmação da existência de deterioração dos termos de troca, apesar de não ter sido contínua em todo período e tampouco homogênea entre os produtos. Revela o estudo: “enquanto os bens não alimentares perdiam cerca de 15% de seu poder de compra ao longo do século, os alimentos perderam metade” (OCAMPO; PARRA, p. 11, 2003) o que implica em transferência de valores.

Segundo Carcanholo (2013), a diferença do degrau de produtividade é que permite a transferência de valor de um país para o outro. Como afirma Marini (1976), cede gratuitamente as nações desfavorecidas parte do valor produzido no intercâmbio com países que se posicionam com maior composição orgânica. Furtado (2005) já evidenciava esse efeito com um exemplo histórico ao apontar a redução nos preços das exportações do Brasil no período colonial na segunda metade do século

que faz com que haja influxo de novos padrões de consumo advindo do processo interno de exploração do trabalho, o que permite novas formas de economias industrializadas em subdesenvolvimento.

XVII em comparação com o ano 1650 e posteriormente o ano 1830 em relação a 1821 e, por fim, o ano 1850 em relação a 1841. A declinação dos preços das exportações provocou uma declinação dos termos de troca e “essa desvalorização significaria uma importante transferência de renda real em benefício do núcleo colonial” (FURTADO, 2005, p. 24), que continuou presente no período pós-colonial¹².

Além dos estudos de Furtado (2005), Prebisch (1949, p. 82) também revelava a deterioração dos termos de troca ao demonstrar que “desde 1870 até antes da Segunda Guerra Mundial a relação preço moveu-se constantemente contra a produção primária [...] nos anos 1930, só era possível comprar 63% dos produtos finais da indústria adquiríveis nos anos 1870”. Não obstante, a vulnerabilidade dos países periféricos a esses fenômenos encontra-se reforçada pelo atual cenário de ascensão das *commodities*, fomentada por sua demanda crescente no mercado externo e encabeçada pela China. A exemplo do Brasil, esse cenário desencadeou o aumento da produção de *commodities*, o que provocou um ambiente adequado para fortalecer o permanente papel, característico de país periférico, de alimentar a base das cadeias produtivas de países com avançada industrialização.

Sendo assim, a retomada do domínio da produção de bens primários com estrutura especializada em *commodities* pode tornar o país mais suscetível à transferência de valores. Esse efeito será percebido mais acentuadamente quando houver declinação da tendência de alta dos seus preços, como já evidenciados pelos estudos de O campo e Parra (2003) em períodos passados. Além disso, contribui para intensificar o fenômeno

12 Mesmo considerando a alta conjuntural dos preços das matérias-primas na década de 2000, Luce (2018, p.56) apresenta pela série histórica da CEPAL uma deterioração dos termos de intercâmbio se considerado os períodos 1950 a 2008 nos seguintes países: “40% para o Brasil, 13% para a Argentina, 62% para Guatemala, 44% para o Uruguai [...]”

da desindustrialização brasileira, realidade não exclusiva entre seus pares na América Latina.

Adiciona-se a esse quadro dominante das exportações de *commodities*, característicos dos países periféricos, a presença do elemento cisão do ciclo de capital entre a produção e a circulação de mercadoria da relação centro-periferia, ao assumir, segundo Wallerstein (1985), o papel de contribuir com insumos primários e tarefas inferiores na cadeia produtiva. Marini (1976), já alertava sobre os efeitos da cisão do ciclo de capital na América Latina em seus estudos e os dividiu em duas etapas. A primeira, contemplada entre 1850 a 1920, os países latino-americanos não haviam atravessado o processo de industrialização, mas estavam vinculados ao mercado mundial pela exportação de produtos agrícolas, pecuários e recursos naturais.

Nesse período, a exportação desses produtos era a principal atividade da economia e vista pelo governo como a garantia para o superávit da balança comercial. Esse cenário serviria de estímulo para que os proprietários de meios de produção consolidassem o início da superexploração do trabalho na América Latina, haja vista que o consumo do trabalhador não alteraria a demanda da economia exportadora.

A segunda etapa, correspondente ao início do século XX, Marini (1976) ressalta o avanço do processo de industrialização de alguns países latino-americanos¹³. Nessa fase, a indústria de bens de consumo se consolida sem que a produção interna

13 Na interpretação de Luce (2018), a cisão será, a partir dessa fase, considerada como distensão do ciclo de capital. Diferentemente da fase anterior, o assalariado passa a ter um papel importante de consumo ainda que limitado a produtos básicos para sua sobrevivência. É possível considerar também, o consumo do trabalhador à determinados produtos, outrora inacessíveis, que ao longo tempo se tornaram possíveis pelo efeito da concorrência, da produção em escala e da lei de nivelamento da taxa de lucro que tendem a reduzir preços dos produtos, o que permite uma melhoria no poder aquisitivo do trabalhador. Porém, esse consumo se efetiva em ritmo menor que os países centrais, que como dito, possuem maior capacidade de consumo do trabalhador.

de bens de capital pudesse sustentar o seu crescimento. Essa afirmação está em congruência com os argumentos de Furtado (1966) quanto a limitação das tecnologias disponíveis e obsoletas desses países e que existe nesse processo a debilidade no crescimento da produtividade no setor de bens de consumo por não inserir em seu processo novas tecnologias.

Os estudos de Werner (2020), afirma que se por um lado, essa debilidade restringiu a produtividade nacional, mais especificamente da categoria de produtos manufaturados, por outro, conferiu o fortalecimento da sua estrutura nacional especializada em *commodities* agrícolas e minerais associadas a elevadas taxas de juros e câmbio valorizado, principalmente com a liberação comercial e financeira observada no Brasil, a partir de 1990.

Ressaltam Bresser-Pereira e Marconi (2008), que de 2002 a 2005 tanto as *commodities*, inclusive o minério, quanto as manufaturas, aumentaram suas exportações, impulsionando o saldo da balança comercial para resultados positivos. Concomitantemente a partir de 2003, a moeda brasileira teve início a um novo movimento de apreciação cambial que durou até 2008. Já a tendência de crescimento das exportações para os produtos manufaturados foi interrompida em 2006, dando início a um declínio, enquanto as *commodities*, principalmente o segmento de minério e agrícola, pelo levantamento de Diniz, Souza e Melo (2014), seguiram em evolução progressiva até o ano mensurado de 2011.

Bresser-Pereira e Marconi (2008) demonstram ainda a contribuição na variação do saldo da balança comercial influenciada de forma positiva pelas *commodities* (162,8%) e negativa pelas manufaturados (-62,8%) nos períodos entre 1992 a 2007. Diniz, Souza e Melo (2014) complementam que a participação dos produtos primários na exportação saltou de 30% (2006), para 49% (2011) enquanto que os manufaturados reduziu de 56% (2006) para 37% (2011). Informações de estudos do Banco Central (2019) ampliam os dados sobre a

exportação de manufaturas até 2017 e ratificam que o Brasil vem apresentando uma queda na participação das exportações de manufaturados chegando a atingir 35%, em 2017 do total de suas exportações.

Além disso, ressalta Araújo; Araújo e Punzo (2016) que grupos de atividades intensivas em exploração econômicas de recursos naturais de elevada escala ganhou espaço com a abertura comercial, e elevou sua eficiência¹⁴. E esse processo foi iniciado no Brasil na segunda década de 1990, com o declínio da eficiência dos setores de manufatura. Segundo dados do IPEA (2021), a partir da década de 2000 inicia-se a retomada da participação dos produtos básicos nas exportações, que após atingir o percentual mínimo de 22,8% em 2000 reascende sua escalada, balizada pela alta dos preços das *commodities* e aumento da sua demanda internacional. Ultrapassou a participação dos produtos manufaturados em 2010, a qual alcançou 40,2% (US\$79,562 milhões), percentual inferior a porção aferida pelos produtos básicos de 45,3% (US\$90.005 milhões).

Recentemente, em 2019, os produtos básicos mantiveram sua liderança nas exportações, respondendo por 52,8% (US\$119.017 milhões) de participação, contra 34,5% (US\$77.926 milhões) dos produtos manufaturados. Esse quadro indica que a redução na participação dos produtos manufaturados não pode ser creditada somente ao aumento das exportações das *commodities*, mas complementarmente, pelas taxas negativas da variação dos valores absolutos de exportação dos produtos manufaturados¹⁵ (IPEA, 2021).

14 O seu Valor de Transformação Industrial passou de 34% - 1996, para 47% - 2011 (ARAÚJO; ARAÚJO; PUNZO, 2016). Valor de Transformação Industrial: é uma medida de eficiência da indústria: O Valor da Transformação Industrial (VTI) corresponde à diferença entre o valor bruto da produção industrial (VBPI) e o custo das operações industriais. (UFSC, 2020).

15 A título de exemplo, essas exportações de manufaturados sofreram taxas negativas nos anos de 2009, 2012, 2014, 2015 e 2019, de tal forma a atingir em 2019

Essa realidade se estende à data recente, pois em 2020, a China importou 72% do minério de ferro e 73% da soja, principais produtos da exportação brasileira. Desta forma, o saldo da Balança Comercial brasileira vem se subordinando diretamente ao crescimento econômico da China e às suas variações (MDIC, 2021). Não obstante, a comercialização brasileira com a China passou a ter via de mão dupla. Além das exportações, o Brasil também optou por importar produtos chineses, de tal forma que dividiu com os EUA, a posição de maiores parceiros na aquisição de produtos manufaturados¹⁶.

Desta forma, as décadas de 2000 e 2010 apontam uma transição da relação centro periferia entre Brasil e demais países centrais. Ao tornar a China parceiro relevante nas relações de intercâmbio, a princípio favoráveis pela diversificação das parcerias internacionais, pode, contudo, ocupar posição semelhante em estrutura, outrora estabelecida na relação entre centro e periferia, retratados nesse trabalho.

A consequência desse quadro resume-se no aumento da dependência das exportações brasileira confiadas a apenas um país, cuja comercialização está concentrada justamente nos produtos básicos que se tornaram dominantes nas exportações brasileiras entre as categorias dos fatores agregados. Por sua vez, o fenômeno da desindustrialização reduz expectativa de tornar a produtividade avançada e consequentemente a

(US\$77,92 bilhões) valores inferiores ao ano de 2010 (79,56 bilhões), o que reforça os estudos de desindustrialização no Brasil já citados (IPEA, 2021)

- 16 Em 2009 a China ultrapassa os EUA no volume de aquisições das exportações brasileiras. A proporções de participação da China e EUA nas importações do Brasil tiveram o seguinte comportamento respectivamente: em 2000 2,2% e 23,1%; em 2010 14,1% e 14,9%, em 2019 19,9% e 17,0%. Em 2020 a maior proporção de produtos importados da China corresponde a indústria de transformação que participou em 21,2% de toda a importação brasileira, assim estratificada: 11,8% em máquinas e equipamentos de transporte; 3,9% em produtos químicos, 3,1% artigos manufaturado diversos, 2,4% obras diversas e outros produtos (MDIC, 2020).

possibilidade do aumento da participação da força de trabalho no valor adicionado das empresas residentes no país.

Todo esse cenário contemporâneo corrobora com os elementos estruturantes da relação centro-periferia e, conseqüentemente, reproduz, mais acentuadamente, os efeitos da concentração da renda do sistema capitalista nos ambientes periféricos. Foi o que identificou Sales (2021) em seus estudos ao selecionar em Minas Gerais grupos de tratamento de municípios com intensa atividade extrativa mineral. Compreendendo o período de 2000 a 2010, o estudo revelou traços dos elementos estruturantes da relação centro-periferia acima da média dos demais municípios do estado, referentes à cisão do ciclo de capital entre produção e circulação de mercadoria, e, a superexploração da força de trabalho. Além disso, demonstra que os municípios com atividade extrativa mineral intensa, apresentaram diferença estatisticamente significativa no crescimento econômico com maior variação na desigualdade de renda que o grupo de controle dos demais municípios de Minas Gerais.

Diante desse atual cenário e os estudos apresentados, a periferia do sistema capitalista, a exemplo do Brasil, torna-se vulnerável aos efeitos desfavoráveis da relação centro-periferia, com um inerente processo de desigualdade de renda. Reafirma a retórica, revelada pelos estudiosos das transformações sociais capitalista, de que configurações socioeconômicas são criadas e recriadas pelos países periféricos, a fim de fomentar o crescimento econômico através de um sistema capitalista que se sustenta na ascensão de suas próprias contradições e que estão vinculadas e subordinadas a relação centro-periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar uma análise do reflexo da relação centro-periferia no desenvolvimento dos países periféricos pelo aspecto da desigualdade de renda, apoiado na realidade

brasileira. Nessa análise foi possível realizar associações do atual cenário da desigualdade de renda com elementos estruturantes da relação centro-periferia, principalmente no que diz respeito a superexploração da força de trabalho, transferência de valores e à cisão do ciclo de capital entre a produção e a circulação de mercadoria.

A relação centro-periferia demonstrou-se permanentemente desfavorável aos países periféricos, apesar das suas reconfigurações necessárias para sustentar nesses países um capitalismo *sui generis*, capaz de permitir que avancem em seu crescimento econômico, no entanto, sob uma configuração que os tornam subordinados ao sistema econômico mundial e relutantes a conversibilidade rumo a um capitalismo autocentrado.

Os efeitos desfavoráveis dessa configuração regida pelos elementos estruturantes da relação centro-periferia revelam-se em última instância no desenvolvimento desigual, sobretudo pelo aspecto da renda da força de trabalho, nos países periféricos. No Brasil, ainda no século XXI, o país chegou a fazer parte dos dez maiores PIB no mundo, no entanto sob o contraste da desigualdade socioeconômica e de renda tanto interna quanto discrepante aos níveis dos países centrais.

As características da economia brasileira são congruentes com as das teorias Marxista da Dependência, do Sistema Mundo e do Desenvolvimento Desigual. Nas últimas décadas o país tem se inclinado para tendência da desindustrialização e concomitantemente aumentado sua posição entre as lideranças das exportações de *commodities* ao mercado internacional. Os produtos básicos de *commodities* dominam as exportações do país além de fortalecer sua característica primário exportador.

Esse quadro associado a baixa composição orgânica dos processos das indústrias brasileiras e remuneração da força de trabalho brasileira é apropriado para intensificar o permanente posicionamento de dependência e subordinação ao sistema econômico mundial com fomento a desigualdade de renda,

mantido para alimentar o capitalismo autocentrado dos países centrais.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual** - ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. 334 p.

ARAÚJO; Elisangel; ARAÚJO, Eliane Cristina de; PUNZO, Lionello. A ‘bela’ e o ‘gigante’ adormecidos: análise comparativa de dois casos de desindustrialização recente e suas causas – Brasil e Itália. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 25-35, 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/29649>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

AREND, Marcelo. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE; André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins, CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. 643 p.

AZEVEDO, Lygia Nunes Rotondi de. **Desindustrialização prematura na América Latina**. Dissertação de Mestrado em Economia da Mundialização e do Desenvolvimento – Université Paris 1 Panthéon Sorbonne / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo, 2015.

BC - Banco Central do Brasil. **Boletim Especiais do Banco Central 2019**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Evolucao_da_pauta_exportadora_brasileira_e_seus_determinantes.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020.

BATISTA, Alexandre Teixeira Norberto. **Dimensões latentes da distribuição da riqueza: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo. São Paulo, 2008**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 196 p.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. ***Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999***. Santiago: Nações Unidas, 2004. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/2382-decada-desarrollo-social-america-latina-1990-1999>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. **Panorama social da América Latina - 2019**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

DINIZ, Fabiana Araujo; SOUZA, Máira Melo de; MELO, Paulo Thiago N. B. de. Doença Holandesa no Brasil: uma análise do comércio exterior brasileiro no período de 1996-2011. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. v. 10, n. 16, 2014. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Doen%c3%a7a-Holandesa-FINALpara-pdf.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2020

DOS SANTOS, Theotonio. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era, 1980. 482 p.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 260 p.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 127 p.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. p. 253

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 117 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2011/b09ufb.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

INDEXMUNDI – **Preço de Mercadoria**. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/>>. Acesso em: 17 de mar. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Exportações fator agregado produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 19 de mar. 2021f.

KUZNETS, Simon. *Economic Growth and Income Inequality*. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, 1955. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1811581?seq=1>>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271 p.

MAIA, Bento Antunes de Andrade. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e sociedade**, Campinas, v.29, n.2, p.549-579, 2020.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000200549&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 202.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976. 88 p.

_____. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. SADER, Emir (Org.) Petropolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000. 295 p.

MARTÍNEZ, Glória. Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 4, p. 105-121, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica a economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. 1092 p.

MELLER, Patrício; VALDÉS, Gonçalo. Crescimento Econômico na América Latina. Capítulo 5. In: CARDOSO, F. H.; FOXLEY, F. (Org.) **América Latina, desafios da democracia e do desenvolvimento**. V. 1: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009. 398 p

MDIC, Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviço. **200 anos de exportação**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/balanca/outras/200_anos.zip>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. **Guia de comércio exterior e investimento / Intercâmbio comercial com o Brasil e o comércio exterior**. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/indicadores-economicos-e-comerciais?l=pt-br>>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Revista Argumentum**, Vitória, v.1, p. 78-91. 2009.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 420 p.

OCAMPO, José Antonio; PARRA, María Ángela. *Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX*. **Revista de La Cepal** 79, 2003. p. 7-35. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10872/1/079007035_es.pdf>. Acesso em 15 de jun. 2020.

PIKETTY, Thomas; TELLES, André. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. 142 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2020.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136. 489 p.

_____. *Five stages in my thinking on development*. In: MEIER, G. M.; SEERS, D. (Org.) **Pioneers in development**. New York: Oxford University Press, p. 173-191, 1984.

PONG, Chris; MITCHELL, Falconer; Accounting for a disappearance: a contribution to the history of the value added statement in the UK. **Accounting Historians Journal**, v. 32, n. 2, p. 173-199, july, 2005

SALES, Handerson Leonidas. **Relação centro-periferia e o desenvolvimento desigual nos municípios mineiros: produção de minério para o mercado internacional**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Social – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2021.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 648 p.

SANTOS, Roseniura. A retomada do Programa Neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 795-812, 2016.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

UFSC - Núcleo de Estudo de Economia Catarinense – NECAT. **Valor da Transmissão Industrial** – IBGE. Disponível em: <<https://necat.ufsc.br/valor-de-transformacao-industrial-ibge/>>. Acesso em 20 ago. 2020.

UNDP - United Nations Development Programme. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_overview_-_spanish.pdf> Acesso em: 18 fev. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 93 p.

WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e efeitos-China no Brasil, pós-1990. *Revista latino-americana de estudios urbano regionales* – EURE (Santiago), v. 46, n. 139, p.143-162, 2020

WORLD BANK. **Grupos de países e empréstimos do Banco Mundial**. Disponível em: <<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519>>. Acesso em: 24 de fev. 2020.

PENSAMENTO DECOLONIAL, DESENVOLVIMENTO E BRANQUITUDE: EXISTE UM SUJEITO UNIVERSAL?

Natália de Paula Narciso Rocha
Felisa Cançado Anaya
Andréa Moreira Lima

INTRODUÇÃO

Uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa.

Grada Kilomba, 2016

O processo de colonização produziu uma série de transformações epistemológicas, políticas, sociais, culturais e econômicas nos países do Sul Global. As classificações construídas em torno da categoria raça, tendo como referência o sistema-mundo de poder eurocêntrico, serviu como marcador de diferença social estruturante da sociedade brasileira. Modelo que se impôs pela dominação, violência e subordinação do saber e do ser dos distintos povos indígenas aqui existentes e da população negra trazida escravizada para o Brasil. Esse padrão de poder moderno-colonial produziu privilégios raciais,

econômicos e políticos para uma elite branca, que se mantém contemporaneamente; e culminou na construção ideológica de um sujeito universal, bem como em um modelo de desenvolvimento que coloca os países do norte global, no topo de uma escala hierárquica a ser seguida.

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre a criação do sujeito universal, assentado nas categorias raça e branquitude, e sua contribuição para dialogar com a noção hegemônica de desenvolvimento. A perspectiva teórica utilizada para esta discussão tem como referência o pensamento decolonial¹, e as categorias epistemológicas racialização, colonialidade do poder, branquitude e desenvolvimento. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica, que permitiu explorarmos o pensamento decolonial e o discurso do desenvolvimento para fundamentar a ideia de raça e o surgimento do sujeito universal na colonização. Para isso, utilizamos Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Gustavo Esteva, Eduardo Gudynas, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento, entre outros. Para debater a branquitude utilizamos autores que discutem raça, branquitude e negritude, como Aparecida de Silva Bento, Lia Vainer Schucman, Liv Sovik, Frantz Fanon, bell hooks, entre outros. Com base no pensamento decolonial e com os estudos acerca da branquitude, buscamos compreender, portanto, a noção de sujeito universal.

1 Os termos “pensamento descolonial” e “pensamento decolonial” têm sido utilizados ora como sinônimos, ora demarcando especificidades analíticas. Para Ballestrin (2013), o pensamento descolonial é um movimento de rompimento com o colonialismo, isto é, uma ruptura para com as normas e valores herdados do processo de colonização de nações e povos. O “pensamento decolonial”, em contraponto, ressalta uma permanência, mesmo que sutil, de aspectos colonizadores nas relações humanas e instituições sociais, os quais necessitam serem destacados, problematizados e superados. É nesse sentido que as autoras do presente capítulo escolheram trabalhar com o conceito de “pensamento decolonial”.

PENSAMENTO DECOLONIAL, RAÇA E RACIALIZAÇÃO

O sujeito branco, especificamente o homem branco, foi “criado” e personificado logo que as Américas foram “descobertas”. Em contato com sociedades diversas, o homem branco europeu não demorou em racializar e classificar esses povos que tinham na cor da pele sua diferença demarcada. Aníbal Quijano, um dos principais autores do pensamento decolonial na América Latina, escreve que o processo de racialização e hierarquização foi, e ainda é, necessário para dominar nações.

De acordo com Quijano (2021), a colonização foi um processo violento que resultou em profundas transformações nas relações sociais, econômicas, epistemológicas e subjetivas de distintos povos do Sul Global e que só foi viável devido a emergência da noção de raça enquanto categoria de diferenciação entre os povos. Logo, “raça” emerge como um termo relacional e histórico, sendo sua universalização uma das principais características do sistema de colonização e da colonialidade do poder².

Com o processo de colonização iniciado em 1500, novas identidades sociais foram criadas: o negro, o índio, o mestiço, o amarelo, e por fim, a criação do sujeito universal. Sujeito que não necessita demarcar sua condição racial frente ao outro e nem explicitar as razões de sua suposta superioridade frente aos sujeitos não brancos, logo, demarca-se a racialidade do outro (Santos 2020). De acordo com Piza (2002), ser branco é uma condição humana considerada natural, modelo paradigmático do branco europeu, em oposição à objetificação e à animalização atribuídas aos povos racializados. Para Silvio

2 As relações de poder instituídas na colonização e que perduram até hoje, é chamado por Aníbal Quijano (2021) de colonialidade do poder, um conceito desenvolvido pelo autor que explica um padrão de poder eurocêntrico existente em todo mundo.

Almeida (2018), a noção de ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa. Com o advento da colonização, a cristianização dos povos serve não somente como instrumento de aniquilação e dominação de outras culturas (FANON, 2008), mas também, como instrumento de domesticação e subjugação do outro.

As construções biologicistas em torno da noção de “raça” buscaram relacionar características físicas (fenótipos) às diferenças cognitivas, comportamentais, psicológicas e relacionais, a partir de um significado ideológico e não científico (MUNANGA, 2003). Serviram como argumento naturalizador para o emergente projeto moderno-colonial que buscava justificativas à dominação e divisão da população humana entre inferiores e superiores. Assim, “raça” surge a partir da relação intrínseca entre ciência, ideologia e poder, combinada às práticas de controle dos corpos, do trabalho, da autoridade e da subjetividade de diversos povos colonizados.

Para Charles Mills (1999), a colonização desenvolveu o contrato racial em sua perspectiva política, moral, epistemológica e histórica, e permitiu uma exploração global da Europa e o privilégio racial branco. O contrato racial, de acordo com Mills, define os papéis sociais, políticos e econômicos como um sistema que estrutura a sociedade racialmente. A consolidação dessa hegemonia europeia no mundo, assenta-se sob a noção de eurocentrismo, processo que extirpa dos povos subalternos suas subjetividades e inflige a colonialidade do poder, do ser e do saber.

bell hooks (2020)³, autora negra norte americana, no livro “E eu não sou uma mulher?”, aponta como as experiências das jornadas da escravidão foram traumáticas para os homens e

3 O nome usado em letras minúsculas corresponde ao desejo da autora, Glória Jean Watkins, que usava o nome de sua avó materna Bell Hooks, porém em minúsculo para dar mais ênfase em seus escritos do que em sua pessoa.

mulheres negras. Os navios negreiros eram o espaço de preparação das pessoas africanas para o mercado de escravos, o longo trajeto trazia a destruição da dignidade humana, a eliminação dos nomes e *status*, dispersão dos grupos para que não pudesse haver uma língua em comum entre eles e a retirada de qualquer sinal evidente da herança africana nos povos, além das torturas e castigos constantes a que eram submetidos os escravizados. Esse processo nos mostra a tentativa de erradicação da cultura africana nos povos que eram arrancados de suas terras e trazidos para as Américas a fim de produzir riqueza beneficiando a Europa.

A fim de tornar seu produto vendável, o escravizador precisava garantir que nenhuma criada negra recalcitrante envenenasse a família, matasse crianças, incendiasse a casa ou oferecesse resistência de qualquer outra forma. A única garantia que ele poderia dar era baseada em sua habilidade de domar a pessoa escravizada. Sem dúvida, a experiência vivida no navio negreiro tinha um impacto psicológico tremendo nas mulheres negras e nos homens negros. A rota da África para a América era tão horrível que somente sobreviviam as mulheres e homens que conseguiam manter o desejo de viver, apesar da condição opressora em que estavam. (bell hooks, P. 44, 2020)

A abolição da escravidão no Brasil, último país da América Latina que decretou o fim desse sistema, não teve outra finalidade senão a segregação do negro na sociedade, já que a abolição não resolveu o “problema” da escravidão. No dia 13 de maio de 1888, os negros viram-se libertos de suas correntes de ferro e continuaram aprisionados a um sistema de desigualdades e opressões, sem direito a um pedaço de terra, a um trabalho assalariado, a moradia, ao estudo ou qualquer outro

direito humano a não ser a “liberdade”. Foram obrigados a servir os senhores que ainda permaneciam por aqui e a perpetuar o processo de divisão racial do trabalho.

Europa se hizo, en esas condiciones, también el centro de la elaboración intelectual de la experiencia colonial/moderna del conjunto del capitalismo. El resultado fue el eurocentrismo, una perspectiva de conocimiento tributaria por igual de las necesidades capitalistas de desmistificación del pensamiento sobre el universo y de las necesidades del Blanco de legitimar y perpetuar su dominación/explotación sobre las demás razas como superioridad natural. Eso incluía la apropiación de las conquistas intelectuales y tecnológicas de los pueblos colonizados. Pero, sobre todo, un modo de imponer sobre ellos un distorsionante espejo que les obligara a verse con el ojo del dominador. El eurocentrismo ha tenido plena hegemonía mundial, aunque siempre contestada dentro y fuera de Europa. (QUIJANO, P.48, 2000)

Logo, a escravidão foi a base do mercado global do atual sistema capitalista, no qual o desenvolvimento dos países do norte **não seria possível sem a exploração das Américas e de seus povos.**

De acordo com Gustavo Esteva (2000) e Aníbal Quijano (2014), a categoria *desenvolvimento* se universalizou após a II Guerra Mundial com a reconfiguração do sistema capitalista. Teve como referência emblemática o discurso do ex-presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, proferido no dia 20 de janeiro de 1949. Momento em que utilizou a palavra “subdesenvolvido”, para classificar os países do sul global em relação a hegemonia política, militar e econômica dos norte americanos no mundo.

Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. (...) deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila. (ESTEVA, 2000, P.60)

O discurso do desenvolvimento não somente apagou as particularidades culturais e as distintas identidades dos povos subalternizados, mas, também, os inviabilizaram em sua diversidade e os homogeneizaram na categoria subdesenvolvidos; adjetivo comparativo de deficiência e atraso. A pauta oculta deste discurso tinha como ideologia a ocidentalização do mundo, uma espécie de colonização insuspeita realizada pela monocultura do pensamento e das práticas impostas aos países considerados subdesenvolvidos. A partir de então, os países ditos desenvolvidos eram considerados modernos, racionais e protestantes enquanto os países subdesenvolvidos eram tradicionais, não protestantes, com racionalidade pré-moderna e quase primitivos.

Para Aníbal Quijano (2014), desenvolvimento é um termo de “perigosa biografia” na América Latina, pois ele vem mudando de identidade e sobrenomes, mas continua com seu objetivo: a consolidação hegemônica dos Estados Unidos e da Europa no mundo. O autor argumenta que não é o país que se desenvolve, mas o padrão de poder capitalista, assentado nas relações de poder construídas na colonização e que são necessários para operar na modernidade.

O desenvolvimento passou a ser encarado como um discurso universal, uma luz no fim do túnel a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Um caminho único, um padrão criado pelos países ricos. Assim, o sistema da colonização “precisou” categorizar e classificar os povos para dominá-los e o sistema capitalista de produção foi o meio de exercer e proliferar estas relações de poder. Relações subsumidas pelo discurso sedutor

do desenvolvimento e dissociadas das desigualdades raciais e sociais advindas dessa ideologia.

Mesmo após 130 anos do fim da escravidão, tais desigualdades sociais e raciais se intensificaram. A população negra não possui as mesmas oportunidades e tratamentos sociais que os brancos nesse país e convivem todos os dias com as consequências da colonização. A colonização foi um sistema que permitiu uma série de universalizações, como o sujeito universal, a hegemonia europeia no globo, a supremacia das epistemologias europeias e ocidentais. Para Boaventura de Souza Santos, o epistemicídio foi uma destas consequências e diz respeito ao apagamento das epistemologias dos povos subalternos do sul global por meio da imposição do ponto de vista dos grupos que têm poder sobre o ponto de vista dos grupos excluídos (SANTOS, 2018).

De acordo com Lélia Gonzalez, o desenvolvimento econômico no Brasil foi o resultado de um modelo de “modernização conservadora excludente”, um desenvolvimento econômico desigual. Esse modelo de desenvolvimento econômico é resultado de uma divisão racial do trabalho, pois forma uma massa marginal que diz respeito, segundo Gonzalez, à força de trabalho que incide principalmente na população negra, assim como o desemprego e subemprego, uma divisão racial do trabalho.

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação

social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitzado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALEZ, p.96, 2020)

Reconhecer a diversidade de experiências dos sujeitos e suas particularidades é importante para a construção de um conhecimento imbricado na transformação da sociedade e que contesta as marcas do racismo e do sexismo na ciência. Isso significa pensar uma ciência que inclua as experiências, permitindo a reinterpretção da história e de seus sujeitos. As teóricas bell hooks (1995); Gloria Anzaldúa (2000); Gayatri Spivak (2010) ao investigarem sobre a fala/silêncio de mulheres racializadas na produção científica apresentam novas estratégias epistemológicas para que os sujeitos, os quais foram historicamente colocados como objetos do saber, tenham espaço para se expressar de forma espontânea, por meio da produção de um saber local, sobre si mesmos. As autoras apostam na construção de uma posição subjetiva relacional e não de uma identidade fixa ou um lugar estanque, para a produção de um pensamento contextual e narrativo, demonstram, assim, como o sujeito e suas experiências distintas interferem significativamente na produção do conhecimento e no seu lócus enunciativo (LINO, LIMA e ALVES, 2020).

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL: O QUE A BRANQUITUDE TEM A VER COM ISSO?

As desigualdades sociais advindas do desenvolvimento revelam o lugar de privilégio simbólico e material ocupado desde a colonização pelo homem branco. Para Costa (1984), “o

branco e a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura, a civilização em uma palavra: a humanidade”. Por isso, é essencial compreender o que foi a colonização e a escravização dos povos no mundo para que possamos discutir a branquitude no Brasil. Pois, a branquitude, como identidade branca, é sinônimo de relações de poder e privilégios dentro da sociedade, resultado dessa dominação dos negros e indígenas.

A branquitude, termo utilizado nos estudos sobre a identidade do branco, é estudada por diversos autores brasileiros, embora os estudos sobre branquitude se popularizaram principalmente nos Estados Unidos, nos anos de 1990. No Brasil, esses estudos ganharam força a partir do ano 2000, com a produção teórica de Maria Aparecida Silva Bento e Lia Vainer Schucman. Tais autoras revelaram a importância de compreender o papel que os brancos ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil e denunciam os privilégios simbólicos e materiais que estão postos nessa identidade. Para Lia Schucman (2020), definir a branquitude não é uma tarefa fácil, a autora argumenta que o “ser branco” não é definido apenas pela genética, especialmente no Brasil, onde o branco pode ter sangue negro. O ser branco no Brasil está ligado à aparência, ao fenótipo. Estudar a branquitude é estudar as relações de poder que ela possui e os lugares de poder que ela ocupa.

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN, p.61, 2020)

A autora do livro “Aqui ninguém é branco”, Liv Sovik (2009), inicia seu texto afirmando que no Brasil sabemos que existe o negro, mas não afirmamos se existe o branco. Ela explica o motivo para isso: a valorização da mestiçagem e o discurso do mito da democracia racial. A dificuldade de se definir o branco no Brasil é a dificuldade de assumir também o racismo e o poder que a identidade branca possui. Ao negar, historicamente, a questão racial no Brasil, as desigualdades raciais foram naturalizadas. Por essa razão, Sovik pontua que ser branco no Brasil não é uma questão genética, mas de imagem, do papel social do branco e o lugar que ele ocupa.

A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática — é a prática que conta — que são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento. (SOVIK, P.50, 2009)

O mito da democracia racial, está presente na crença brasileira da convivência cordial e harmoniosa entre as raças e etnia. Aliada à crença da inferioridade da pessoa negra. Esse mito consolidou um quadro de desigualdade racial estrutural, pois o racismo historicamente é negado e velado. O Brasil continua sendo descrito, por muitas pessoas, como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas raças passariam por um processo acelerado de cruzamento e seria algum

dia todos brancos. Porém, a miscigenação ocorreu por meio de diversas violências, resultado da relação originária entre o europeu branco invasor e violador da mulher negra ou indígena que permeou também a forma como uma cultura impôs-se sobre a outra (BENTO, 2002).

A miscigenação possibilitou o “surgimento” do pardo no Brasil, uma nova categoria de raça que procurava afastar os estereótipos do ser negro. Essa categoria não extinguiu com o racismo, embora tenha dificultado identificar o que é ser negro e ser branco no país. Segundo Abdias Nascimento (2016), o mito da democracia racial foi disseminado por muitos anos no Brasil e surgiu como forma de retirar a identidade do negro brasileiro e criar a ilusão de várias raças e de uma igualdade social que era inexistente.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação social grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial”

que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, P. 111, 2016)

A democracia racial, portanto, foi uma teoria criada no período dos processos de miscigenação que aconteciam no Brasil, difundida e mundialmente conhecida pelas obras do autor Gilberto Freyre. De acordo com Sueli Carneiro (2020), o processo de miscigenação foi realizado por meio da violência para apagar a “mancha negra” deixada no país pelo sistema escravocrata, o qual foi um instrumento para o branqueamento da população, criando uma identidade no imaginário da sociedade.

No imaginário social tudo aquilo que é próximo ao branco e distante, portanto, do negro, é tido como aceitável e por isso junto ao processo de miscigenação e do mito da democracia racial, foi construído uma preeminência do branco em detrimento do negro, tanto nas subjetividades do ser, como nos sistemas políticos, econômicos e sociais.

[...] o que parece é que nossa sociedade se apropriou dos significados compartilhados sobre superioridade e pureza racial e, dessa forma, desenvolveu um sistema hierárquico silencioso e camuflado de atribuição de status social que desvaloriza as pessoas na proporção direta em que elas se afastam do modelo ideal de brancura, representado aqui nos depoimentos dos sujeitos como: tom de pele muito claro, cabelos lisos e loiros, traços finos, olhos claros e ascendência nor-te-europeia. [...] Assim, esse ideal de branco,

internalizado por todos aqueles com diferentes “graus” de brancura, opera para favorecer os mais fenotipicamente “brancos” em detrimento dos “menos brancos” em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoava do que esse sistema generalizado de atribuição de status define como belo, desejável ou admirável. (SCHUCMAN, P.157, 2020)

Compreendemos que o sujeito universal foi possível por causa dos vários processos sofridos pela população racializada no mundo, a consolidação da hegemonia europeia ao redor do globo e os legados da colonização para a população branca fazem com que tenhamos uma supremacia do sujeito branco, o tornando universalizado. A manutenção dos sistemas de privilégios sociais, políticos, econômicos são consequência de uma série de eventos mundiais que favorecem os sujeitos brancos e os países colonizadores junto aos países ditos desenvolvidos.

Fica evidente que não é possível discutir branquitude sem discutir a história do racismo, sem discutir a negritude, sem compreender o desenvolvimento como parte do processo de dominação da branquitude na sociedade. As disparidades entre esses grupos nos mostram como o país foi “construído” nas relações de poder baseados na ideia de raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização foi um período que marca historicamente a “criação” das identidades geopolíticas e sociais no Mundo, baseados na ideia de raça e construídos por um pensamento ultrapassado biológico. O europeu colonizou, exterminou e escravizou incontáveis povos americanos e africanos. A hierarquização desses povos só foi viável porque a categoria raça foi criada e instituída para diferenciar a população humana em

inferiores e superiores. A classificação desses povos foi articulada, de acordo com Quijano (2021), com o controle do trabalho, da autoridade e da subjetividade.

Nesse contexto, a Europa torna-se o centro da intelectualidade, da cultura e do poder econômico e conquista a hegemonia mundial. A colonialidade do poder é a perpetuação das relações de poder conquistadas pela Europa nos dias de hoje. Eles possuem a racionalidade, constroem nossas subjetividades, detêm os saberes, é o centro da produção do universal no mundo.

A colonialidade do poder é também uma colonialidade do ser e do saber. O pensamento decolonial propõe, portanto, uma “Outra narrativa”, esse outro sujeito que estava obscurecido. É a proposta de uma nova epistemologia que procura compreender o “Outro” que o eurocentrismo apagou ou criou na história.

Esse trabalho buscou refletir a branquitude e a ideologia do desenvolvimento a partir do pensamento decolonial, a criação do sujeito universal que se consolidou na colonização. É o início de um longo processo de hegemonia da Europa e do branco no mundo. O sistema, que a colonização produziu, foi o sistema da universalização e da supremacia, as universalizações das epistemologias, dos sujeitos, das noções de raça, de trabalho, de desenvolvimento, de gênero, família. A supremacia do branco no mundo é empírica quando falamos sobre a raça e o racismo e sobre as vantagens e as desigualdades extremas na sociedade.

Nos estudos sobre raça é comum que os povos racializados sejam o objeto de estudo dos pesquisadores, mas como nos lembra Lia Schucman (2008), é necessário colocar o branco em foco. Estudar o branco nos possibilita apreender sobre as relações de poder e questioná-las, assim como entender os mecanismos de produção de desigualdades raciais no Brasil, construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social. Pois “mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio. simbólico da

brancura, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2002, p. 28 apud COSTA 2020).

De acordo com Schucman (2008), mesmo que um branco “abra mão” dos seus privilégios é impossível que esses privilégios não o acompanhem, por isso a discussão sobre o racismo no Brasil não se faz por sujeitos individuais, mas por estruturas. Compreender a dimensão subjetiva do racismo e da branquitude nos permite refletir sobre a ideia normativa que naturaliza o branco como universal e sobre a hegemonia do modelo ocidental de desenvolvimento que nos é imposto.

Investigar e analisar tais questões são problematizações do lugar construído em torno do opressor/oprimido e do “desenvolvido/subdesenvolvido”, ou seja, as situações fazem-se necessários a compreensão das situações de desigualdades raciais. Assim, alimentando a possibilidade de uma “contra narrativa” universalizante e assumindo um posicionamento político de enfrentamento aos imaginários ocidentais que historicamente nos aprisionaram a estereótipos e imagens distorcidas da nossa própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** – Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Glória. Evangelina. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo”. **Revista Estudos Feministas**, 8(1), 229-236, 2000.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (11), 89-117, 2013.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: *Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude*

e branqueamento no Brasil / Iray Caroline e Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 08/06/2021

CARNEIRO, Sueli. A miscigenação racial no Brasil. In: CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Miscigenação**. In: Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 19/11/2020.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p.223-244, 1984.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUGBA, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos: ecología, economía y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Bolívia: CEDIB, 2015.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvi Libanio. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, bell. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, 3(2), 464-478, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINO, T. R., LIMA, A. M., & ALVES, T. F. **Sobre a enunciação de mulheres não brancas na ciência: uma análise da produção intelectual de Gloria Anzaldúa e bell hooks**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf>. Acesso em: 10/06/2021. Dossiê: Literatura, língua e identidade.

MILLS, Charles W. **The racial contract**. Cornell University. First printing, Cornell Paperbacks, 1999.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação (PENESB). Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para branquitude**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> >. Acesso em: 08/06/2021.

QUIJANO, Aníbal. **El fantasma del desarrollo en América Latina**. Revista Del Cesla. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/369/365>. Acesso em: 15/05/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Rodrigo Severo dos. **A branquitude de white face and blonde hair**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XIII, NoXXIII, abril/2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª Edição. São Paulo: Veneta. 2020.

SOVIK. Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

wpcontent/uploads/2018/02/Aqui_ninguem_e_branco._Rio_de_Janeiro_Ae.pdf. Acesso em: 09/06/2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Traduzido por **Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo**. São Paulo: Ubu

HETERODOXIA E INTERDISCIPLINARIDADE NO PENSAMENTO E NO MÉTODO DE CELSO FURTADO: NOVOS CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DO (SUB) DESENVOLVIMENTO¹

Tiago Macedo Bezerra Maia
João Moraes de Sousa

“Eu sou um apenas um rapaz latino-americano [...] vindo do interior.”

Belchior

INTRODUÇÃO

Celso Furtado (1920-2004), paraibano da cidade de Pombal, fez sua trajetória como um pensador que abriu caminhos para a superação de antigas fronteiras disciplinares que, por muito tempo, apartaram ciências e saberes.

1 Este capítulo, fruto de uma parceria acadêmica, foi, em grande parte, escrito pelo autor Tiago Macedo Bezerra Maia, como sua atividade final da disciplina “Celso Furtado Intérprete do Brasil: Trajetória, Método e Obra”, que cursou como momento inicial de seu doutorado, no semestre 2021.2. Esse componente curricular foi ministrado conjuntamente pelo Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa (IEB/USP) e pelo Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes (FEA/USP), no Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras (PPGCIB), do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, o texto passou pela apreciação e revisão do co-autor, Prof. Dr. João Moraes de Sousa, que ofereceu valiosas contribuições para a consolidação desta versão final.

No âmbito das ciências humanas, especialmente das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas, fez-se constantemente preocupado com o estabelecimento e a consolidação de um diálogo entre campos científicos numa perspectiva hoje conhecida como interdisciplinar. Essa é uma das mais importantes e notórias facetas de seu pensamento e que confere atualidade às suas reflexões.

É hoje reconhecido, nacional e internacionalmente, como um dos mais eminentes intelectuais brasileiros do Século XX, cujas ideias impactaram em tantas áreas do conhecimento humano quantas foram as ciências que a sua interdisciplinaridade pôde alcançar. Inclusive, do ponto de vista das ciências econômicas, é considerado como um dos primeiros e um dos maiores, senão o maior dos economistas heterodoxos desse país, em virtude da abertura metodológica e conceitual que oportuniza à economia ao aproximar-se, cada vez mais, da sociologia, da antropologia e da ciência política, além da filosofia, da história, da geografia e da literatura, etc., dentre outras áreas das humanidades, por exemplo (BORJA, 2013; BARBOSA, 2021; FREIRE D'AGUIAR, 2021; VIEIRA, 2021).

Tendo iniciado a sua formação universitária na área jurídica, pois cursou direito na UFRJ, obteve o grau máximo acadêmico de doutor em economia na renomada universidade francesa de Sorbonne. Posteriormente, vivenciou uma longa jornada acadêmica, na qual teve incursões em variadas instituições estrangeiras de excelência como, por exemplo, Yale, Sorbonne, American University, Cambridge, Columbia, dentre outras.

Por onde passou, sempre semeou e nutriu vigorosas reflexões na busca de romper e transcender reducionistas e simplificadores limites impostos pelas tradicionais fronteiras disciplinares (MAIA e SOUSA, 2020b). Em virtude de seu período de estudo doutoral parisiense, é importante, desde o início deste escrito ter em mente que:

A ciência econômica com a qual Furtado teve contato em Paris caracterizava-se, pois, por compreender fatores não econômicos na interpretação dos fenômenos econômicos, com ênfase para os arranjos culturais e políticos dos países, para as classes sociais e estruturas de poder. A formação [...] adquirida nesse período e o seu preexistente apreço por leituras históricas, sociológicas e antropológicas convergem, assim, em uma interpretação da economia não restrita a análise das variáveis operantes em um modelo de equilíbrio. Caberia a ele, doravante, conhecer as especificidades históricas e sociais de seu país e mobilizar ferramentas ajustadas para compreender a constituição e o funcionamento da economia brasileira, cerzindo uma ciência econômica adequada ao contexto analisado (KLÜGER, 2021, p. 71).

Por toda sua vida, travou constantes batalhas contra os tentáculos da dependência e contra os mecanismos do subdesenvolvimento, trazidos à América Latina (e, por conseguinte, ao Brasil) através de movimentos modernizadores estruturais de um capitalismo que se expandiu em escala global. Esse ímpeto fortaleceu-se e norteou-se a partir de instrumentos de dominação econômica, que passaram a figurar como estratégias intencionais para estagnar as maiores potencialidades e limitar as formas de resistência das nações periféricas subdesenvolvidas, tornando-as, de modo gradativo, mais dependentes, cultural e tecnicamente, das nações centrais desenvolvidas (MAIA e SOUSA, 2020a).

Com os avanços da modernização, seguiu-se uma “onda” de industrializações que levou a uma transição econômica paulatina, a exemplo do Brasil, que em certo momento foi forçado a implementar modificações do modelo primário exportador para o padrão industrial da substituição de importações. No

olhar heterodoxo da maturidade do pensador paraibano, a cultura, por exemplo, teria sido primeira e fundamentalmente apropriada como pressuposto da amplitude do impacto desse movimento modificador estrutural da economia brasileira (FURTADO, 1978; 1984).

Antes de a técnica instaurar-se, o modo de vida (a cultura) de uma burguesia liberal e capitalista, desde o início dos tempos modernos, foi expandindo-se e enraizando-se em todos os espaços do mundo, a partir da Europa. Ressalta, assim, como precaução e como um postulado do método histórico-estrutural (na sua leitura do estruturalismo latino-americano), que devem ser analisados esses fenômenos socioeconômicos, sob o prisma de cada relação estrutura-conjuntura, com foco nas particularidades das experiências socialmente vividas (MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b).

Considera-se, assim, as temporalidades e as espacialidades específicas nas quais esses contextos se formaram e que, em seu conjunto, abrem um horizonte que aponta para análises complexas dessas ‘partições’ histórico-geograficamente articuladas e socioeconomicamente incrustadas, na visão de sociedade como uma totalidade sistêmica pressuposta que orienta a busca da compreensão fenomênica, a exemplo do caso da cultura (e dos subsistemas culturais). Consequentemente, sobre isso:

[...] percebe-se em Furtado [...] um componente diferencial na interpretação do (sub)desenvolvimento: a dimensão cultural. Embora reconheça a necessidade de crescimento econômico para gerar desenvolvimento, o autor atribui importância central à dimensão cultural como fator decisivo na mudança social, ou seja, no processo de desenvolvimento. Dessa forma, crescimento econômico, por si só, não é capaz de gerar desenvolvimento, se este não vier acompanhado de uma mudança no âmbito dos

valores e da cultura (CASSOL e NIEDERLE, 2017, p. 45).

Com essas palavras introdutórias, já pode ser antecipada uma ‘antevisão’ de elementos nesse caráter inovador e de originalidade do pensamento ‘nada ortodoxo’ de Furtado. Ele se insurgiu, ‘hereticamente’, contra a epistemologia e metodologia do ‘cânone’ tradicional da economia ortodoxa dominante no chamado ‘*mainstream*’ e majoritariamente produzida, defendida, ensinada e difundida na sua época (SAES e SOARES, 2021).

Essa sua rebeldia, insubordinação, desobediência e/ou transgressão epistêmicas, também fazem sua visão heterodoxa, tão atual e urgente de ser revisitada. Nisso, insere-se e conecta sua perspectiva vanguardista de interdisciplinaridade, que estabelece como uma espécie de ‘bússola iconoclasta’ para uma economia em constante ampliação dialógico-epistêmica, ou seja, aberta para acolher e recepcionar saberes advindos de ciências, metodologias e formas de conhecimento outras (inclusive, de algum modo, até mesmo de fora dos ‘castelos’ e ‘ilhas’ das ciências tradicionais), para além das diretrizes da ortodoxia de seu tempo (KLÜGER, 2021).

Destaca-se aqui, uma vez mais, como exemplo de heterodoxia e de aplicação da interdisciplinaridade nas reflexões de Furtado, a sua compreensão de cultura e a centralidade que a atribui, pois, além de conceituá-la como um sistema simbólico constituído por e constituinte de sentido(s) de mundo socialmente significado(s) e experienciado(s); também, por muitas vezes, a compreende como modo de vida voltado ao âmbito dos valores-fins compartilhados em uma comunidade (FURTADO, 1978; 1984).

Eis que o âmbito cultural, em um olhar furtadiano, por exemplo, prepararia e antecederia uma visão de mundo burguesa pressuposta e compartilhada em uma sociedade, seria refletido nos caminhos trilhados coletivamente e que, assim,

tornaria possível a recepção dos meios técnicos que teriam chegado com as modernizações instauradas pelos avanços do capitalismo.

Essa ideia (que por longos anos, pelo menos desde a sua formação, esteve germinalmente sendo gestada em suas reflexões), emergiu com todo vigor em Furtado, a partir de constatações sociológico-antropológicas e histórico-geográficas que, dialogando com a economia, em escritos de sua maturidade intelectual, tornou central e imprescindível o elemento ‘cultura’, no seu pensar.

E isso bem se exemplifica no *a priori* cultural burguês, que, nesse momento (desde a transição do final dos anos 70 e meados dos anos 80 por diante), passou a expor com mais clareza e maior foco, a expansão e o enraizamento da cultura da burguesia como condições de possibilidade fundantes do produzir e do reproduzir sociais, que viriam, em seguida, a manifestarem-se no *a posteriori* das estruturas formadas junto aos pilares do poder econômico de uma burguesia capitalista dominante, em constante avanço e ascensão (FURTADO, 1978; 1984).

E o acima exposto, dessa forma, daria-se, em paralelo e em simultâneo, no liame de uma escala ainda mais alargada, nas engrenagens globais de dependência que caracterizariam e marcariam as relações de poder, subornidação e exploração entre os países na relação centro-periferia, ou seja, dos desenvolvidos para com os subdesenvolvidos (KORNIS, 2013).

Como ponto de partida, bem se exemplifica, acima, tanto no referente à heterodoxia quanto ao que concerne à interdisciplinaridade, ambas notadamente presentes em suas análises, a ênfase com que marcaram e pautaram sua vida acadêmico-intelectual, influindo de tal forma até no seu modo peculiar de agir através do diálogo crítico sempre aberto a novidades e disposto a operar sínteses de ideias outras, agregando-as às suas mesmas. Esses aspectos cruciais de seu pensamento podem ser situados como fundamentais, primeiro na elaboração e,

depois, na aplicação de seu método histórico-estrutural, “lente” por meio da qual o intelectual de Pombal pôde inovar, consolidando suas teorias da dependência e do (sub)desenvolvimento (MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b).

Demonstrar a atualidade desses dois pilares crítico-reflexivos (heterodoxo e interdisciplinar) no pensamento de Furtado, e traçar um panorama mais geral, situando o(s) seus lugar(es) nas reflexões furtadianas, são os objetivos deste estudo, parte de uma agenda de pesquisa que aqui, para os autores, dá mais um significativo passo.

HETERODOXIA X ORTODOXIA: UMA CONFLITUOSA DUALIDADE NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SUA PRESENÇA NAS IDEIAS FURTADIANAS

Na história do pensamento econômico (OLIVEIRA e GENNARI, 2015; BRUE, 2016) e na teoria econômica (COLANDER et al., 2004; LAWSON, 2006; DEQUECH, 2007), desde muito tempo, há uma dualidade que vem propiciando uma contraposição conflitiva entre duas grandes perspectivas quanto às possibilidades e os modos de se abordar os fenômenos da economia, suas condições, suas pressuposições e suas implicações.

Essa ‘díade’ tem, em cada época e a cada geração de novos economistas, dado origem a várias correntes reflexivas nos campos disciplinares econômicos. Esse ‘choque’ de concepções sobre ‘o econômico’, foi e até hoje é protagonizado por antagonismos teórico-metodológicos (e práticos) existentes entre os ortodoxos e os heterodoxos.

O pensamento econômico ortodoxo, ‘*latu sensu*’, desde meados do século XIX e início do século XX, vem procurando sustentar-se, epistêmica e logicamente, em um método dedutivo rigoroso e pré-definido, que seria justificado e legitimado

por modelos matemáticos, caracteristicamente quantitativos, portanto. Nesse prisma, os agentes econômicos são considerados a partir de individualizações atomizadas, pré-concebidas de modo generalizado (universal), nas construções modelísticas elaboradas pelos economistas da ortodoxia (COLANDER *et al.*, 2004; DEQUECH, 2007).

Se, por um lado, parecem afirmar-se interna e logicamente, por outro, não levam em conta as influências das externalidades, principalmente, das interações destes agentes econômicos enquanto sujeitos-atores sociais e nem do espaço-tempo em que esses se relacionam e socialmente vivem.

Também, sublinha-se, não são visualizados, tais agentes, no âmbito das posições que ocupam no mundo social, e nem vislumbrados imersos em uma cultura, como condicionantes de e para suas ações sociais e econômicas. Assim, constata-se que, a ortodoxia “[...] se funda em duas hipóteses; a primeira faz referência ao agente econômico e a segunda, à interação social [...]” (SALAZAR, 2001, p. 54).

Na ortodoxia, os modelos geralmente são atemporais (a-históricos) e são, em grande medida, amparados por metodologias e ferramentas quase que ‘apenas’ lógico-quantitativas aplicadas dedutivo-universalmente (como generalização), ou seja, são utilizados, na maioria das vezes, para todo espaço e para todo tempo, de modo indiferenciado (OLIVEIRA e GENNARI, 2015; BRUE, 2016).

Desse modo, os adeptos de correntes calcadas na heterodoxia apontam para as vulnerabilidades argumentativas ortodoxas, com base nas inconsistências fático-empíricas derivadas dos pretensos, autorreferentes e demasiado abstratos parâmetros lógicos de concatenação interna dos seus modelos e de suas aplicações. Isso se daria como pedra angular de um frágil ‘estatuto de cientificidade’ que legitima e valida a ‘ciência econômica da ortodoxia’, nos moldes acima elencados. Por isso, faz-se mister destacar que:

O critério de verdade, para as ciências [...] é a compatibilidade [...] com a realidade, não – só – sua coerência interna. Mas os economistas neoclássicos – conhecidos como ortodoxos – ignoram esse princípio, [...] veem no caráter matemático e relativamente coerente de suas teorias [...] a ‘prova’ de que são ‘científicas’ (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 10).

Os heterodoxos que passam a tomar força a partir da segunda metade do século XX (principalmente entre os anos 50, 60 e 70), por outro lado, então, compreendem que os processos econômicos dependem fundamentalmente, em suas concepções, dos cerne metodológicos indutivo-empíricos espacial e temporal (BRUE, 2016).

Esses acentos, no pensar da heterodoxia, seriam mais apropriados para desvelar (com uma maior profundidade e amplitude) as mais variadas nuances manifestas nos e dos complexos fenômenos sociais, culturais e históricos (dentre esses, também estão as processualidades e as agências na e da economia), a partir de experiências concretas situadas no tempo e no espaço, que mostram a realidade e os sentidos partilhados em uma sociedade (DEQUECH, 2007).

É de bom grado aqui ressaltar que, no íterim dos cursos de ciências econômicas das universidades brasileiras, ‘ortodoxo’ é, geralmente, usado para designar tudo o que seja referente à economia neoclássica, em termos de nuances específicas de seus construtos teóricos, onde podem ser verificadas bases principiológicas da ortodoxia (OLIVEIRA e GENNARI, 2015).

Como mais um princípio ortodoxo, nota-se que há uma centralidade normatizadora considerada como referencial lógico-dedutivo norteador para os sistemas das economias nos quais mostram-se as ‘racionalidades econômicas’, a exemplo dos impulsos dos agentes na economia (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2012).

Dessa maneira, tanto no(s) modo(s) ortodoxo(s) de se perseguir uma maximização objetivo-funcional da produção, quanto como nos seus ‘olhares’ que voltam-se sempre ao estabelecimento de um equilíbrio de mercado ideal pretendido, se operacionalizam ‘se e somente se’ for aplicado tal modelo à luz de contínuas abstrações e deduções universalizadoras (ou generalizadoras), do tipo ‘tudo o mais constante – *ceteris paribus*’, só para se elencar mais exemplos de postulados de economistas neoclássicos (BRUE, 2016).

Isso tem ecoado em toda a ortodoxia e nas modelagens de seus adeptos, mesmo diante das ressalvas heterodoxas, que apontam incongruências neoclássicas, se cotejadas tais ideias forem com a realidade concreta, de modo que melhor funcionariam apenas na forma de modelos ‘abstratos idealizados’ (COLANDER *et al.*, 2004).

Assim, se sublinha que os ortodoxos, não por acaso, tendem a ‘guardar’ esses e outros princípios como abstrações autoevidentes e não verificáveis, ou seja, são tidos ‘*ab initio*’ como evidências não passíveis de comprovação empírica no mundo real concreto, mas existentes como deduções de axiomas operados logicamente ‘pela pura razão’ (BRUE, 2016).

É preciso pôr em evidência que estudos heterodoxos contributários das ideias furtadianas acerca das condições de possibilidade das ações econômicas, vêm lutando nas trincheiras epistemológicas da economia e das humanidades para demolir as muralhas dos ‘castelos’ científico-disciplinares, e essas questões são tratadas hoje, inclusive, como elemento ‘operacional’ não somente do e no campo das ciências econômicas, mas no limiar de fronteira nas ciências humanas (MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b; QUINTELA *et al.*, 2020; BARBOSA, 2021; KLÜGER, 2021; SAES e SOARES, 2021).

Com o neoliberalismo (suas especificidades e suas variantes posteriores), tem sido percebido um movimento, no pensamento econômico, a partir de meados dos anos 80 e

do início dos anos 90 do século XX para cá, que pleiteia uma tentativa de resgatar e de conservar os tradicionais ‘fechamento’ e ‘encastelamento’ científicos, nos estudos de economia (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2012).

Essa mobilização pode ser observada, até, muito além das questões epistemológicas e, mais ainda, como um importante fator referencial, constitutivo e formador do(s) sentido(s) de realidade e do modo de situar-se no mundo de muitas das novas gerações de economistas, ou seja, tal como se deu no caso dos ortodoxos, de ontem, hoje, ecoa em muitos estudantes, profissionais e acadêmicos da economia que insistem em revisitar o ideário da ortodoxia (OLIVEIRA e GENNARI, 2015).

Esse ‘efeito conservador’ nas ciências econômicas, seria ‘limitante’ pois estreita o campo de visão e enturva a ‘lente analítico-econômica’, em grande parte e principalmente, pelo fato de muitos ortodoxos desconsiderarem, em virtude de simplificações modelísticas, as complexidades das dimensões socioculturais e histórico-políticas, por exemplo, em suas descrições e explicações dos fenômenos econômicos.

Sendo este, dessa forma, um dos elementos ‘limitadores de compreensão’ para os economistas, diante de tantas plurifacetadas e multicausalidades dos processos econômicos, esses são hoje enfrentados (de modo paralelo complementar), também no íterim de outros campos científico-disciplinares das humanidades como a sociologia, a antropologia, a psicologia e etc. (BRUE, 2016).

É importante sublinhar, desde logo, que esse ‘estado da arte’ atual e a importância ‘complementar’ de parte dos que hoje também pensam a economia, seus fenômenos e processos (mesmo os de fora das ciências econômicas), reforçam a urgência acima ‘pincelada’ do tão necessário diálogo interdisciplinar no prisma das ideias de Celso Furtado. Esse ‘olhar’ se faz fundamental para um entendimento mais ampliado da economia, e mais alargado da interpretação dos fenômenos

socioeconômicos, em comparação com as modelagens simplificadoras dos ortodoxos (MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b; QUINTELA *et al.*, 2020).

Na heterodoxia, dessa forma, situam-se os economistas cujos métodos contrapõem-se às deduções abstratas e aos princípios axiomáticos dos ortodoxos, tanto se isso o façam de modo mais amplo e geral quando se refuta todos os pressupostos ortodoxos, como de modo parcial e específico, quando se recepciona apenas alguns poucos princípios da ortodoxia e os outros, em sua maioria, são refutados.

Os economistas aderentes às ideias heterodoxas, portanto, além de apresentarem em suas teorias, geralmente, uma recusa expressa aos pressupostos ortodoxos, buscam possibilidades compreensivas mais ampliadas dos fenômenos por eles estudados, a exemplo das agências econômicas que, reitera-se aqui, são melhor compreendidas no horizonte das suas condicionantes histórico-culturais, que surgem nas e das interações e relações sociais que as tornam possíveis e a elas são pressupostas (OLIVEIRA e GENNARI, 2015).

Furtado, expoente do pensamento econômico nacional, até em uma rápida leitura de alguma obra sua, proporciona aos seus leitores e estudiosos a identificação de notórias marcas de sua heterodoxia. Na sua vida pública, também, sempre confirmou em suas tomadas de decisão e suas falas, na prática, o claro acento heterodoxo. Sobre isso, até escreveu que, para um economista: “[...] que possua uma base metodológica sólida, e clara compreensão do método científico em geral, tende a ser, quase necessariamente, [...] heterodoxo” (FURTADO, 1962, p. 98).

Ele foi, por tudo isso, um dos principais difusores da heterodoxia nas ciências econômicas brasileiras, latino-americanas. E, isto posto, subinha-se que o intelectual paraibano:

[...] rompeu com seus pares, proferiu “here-sias” e foi heterodoxo para ampliar seus

olhares sobre o funcionamento da economia [...] Refutando o hermetismo da – ortodoxia [...], o economista brasileiro pôde encontrar um olhar mais amplo, arejado e complexo para compreender os sentidos da [...] dinâmica da economia mundial. Furtado permaneceria [...] debatendo com economistas, mas por meio de um arcabouço significativamente crítico às teses canônicas da ciência econômica e profundamente interdisciplinar no método (SAES e SOARES, 2021, p. 219).

É necessário pontuar aqui, também, que os economistas que procuram refletir sobre a sociedade e os fenômenos a ela inerentes, como totalidades, partindo de um prisma heterodoxo, enfrentam, principalmente, o caráter universalizante (generalizante) da abstrata, dedutiva e autoevidente normatividade dos axiomas das e nas racionalidades econômicas (COLANDER *et al.*, 2004; DEQUECH, 2007).

Também, em seguida, colocarão em ‘xeque’ a atomização dos e nos agentes econômicos individuais, e a pretensa idealização do equilíbrio de mercado, pois nas teorias e nos modelos da ortodoxia, são invisibilizados ou postos em segundo plano, na compreensão dos sistemas da(s) economia(s), as especificidades das dimensões tempo e espaço que irrompem da realidade fática, empiricamente constatada. Assim, eis que:

[...] economistas heterodoxos buscam, portanto, desenvolver novas teorias adequadas aos fenômenos sociais e históricos – e dentre esses estão, os da economia – que observam, questionando, a partir da empiria, a universalidade das teorias pré-existentes (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 23).

É importante ressaltar que, em uma visão “panorâmica” das ciências econômicas, a heterodoxia pode reverberar e

sublinhar uma extensa gama de ‘legendas e espectros’ teóricos das mais diversificadas correntes inseridas na história do pensamento econômico.

O enquadramento na heterodoxia, metaforicamente figura como um ‘guarda-chuva’ que abarca e abraça um ‘mosaico’ de aspectos que apontam para o núcleo reflexivo de muitas vertentes alternativas atípicas à ortodoxia, tais como, dentre muitas outras, a marxista, a pós-keynesiana, a institucionalista, a estruturalista latino-americana, etc. Nessa perspectiva percebe-se, por exemplo, que:

[...] a postura política ou posição ideológica de certo autor ou corrente de pensamento, caso faça a apologia da economia de mercado – na ortodoxia – ou sua crítica – na heterodoxia [...] no Brasil, – pois – fazer ciência econômica heterodoxa [...] passa pela identificação desta com a visão de que o sistema econômico capitalista é estruturalmente instável e que, por isso, políticas econômicas intervencionistas são bem vindas (ANGELI, 2014, p. 734).

Atualmente, muitos economistas (mesmo os que se inspiram na ortodoxia e seus cânones), estão mais abertos e também já utilizam outras metodologias, em conjunto com suas tradicionais modelagens numéricas lógico-matemáticas quantitativas, bem como os heterodoxos também incorporaram em suas teorias elementos matematizantes e até se esforçam em elaborar modelísticas mais aderentes ao real (OLIVEIRA e GENNARI, 2015).

Em ambos os casos, não obstante a prevalência, seja das equações entre os ortodoxos, seja da historicização nos heterodoxos, nas duas situações, há uma tendência, nos dias de hoje, de um cada vez maior uso de metodologias ‘*quali-quantit*’, nas quais dialogam aspectos quantitativos e qualitativos.

Mas, para efeito ‘didático’, e para uma melhor compreensão da problemática do embate ortodoxia x heterodoxia, nos quadros da história do pensamento econômico, em síntese, os heterodoxos se concentraram, mormente, no uso de metodologias qualitativas, focadas na análise sociológico-compreensiva e cultural-política, consideradas no ‘recorte epistemológico’ do tempo e do espaço, como mais apropriado aos fenômenos que são estudados (COLANDER *et al.*, 2004; LAWSON, 2006; DEQUECH, 2007).

É importante lembrar aqui que, em especial, quanto a mais algumas das muitas implicações políticas que envolvem ortodoxos e heterodoxos, e, assim, também como se nota nas escolhas e decisões que se mostram a obra intelectual e os caminhos da vida pública do heterodoxo Furtado, pois:

[...] um heterodoxo estaria mais próximo de um programa político progressista, pró-mercado interno [...], intervenção estatal para estímulo ao investimento produtivo e a favor de políticas de redistribuição de renda (via transferência de renda ou valorização do salário). Por oposição, um ortodoxo se oporia [...] intervenção estatal na economia, seja para controlar os preços, seja para redistribuir a renda, ou mesmo para controlar certos nichos de mercado (telecomunicações ou exploração de recursos naturais, – por exemplo). [...] economistas ortodoxos seriam os agentes difusores de um regime [...] pró-austeridade, já os heterodoxos, de um regime [...] antiausteridade [...] (RIBEIRO, 2018, p. 109).

Assim sendo, reitera-se em resumo que, na ortodoxia econômica, o eixo-base norteador do pensar e do agir dos economistas (na economia), se dá como uma ‘equação calculada’ dos fatores abstratos e dedutivo-axiomáticos ‘racionalidade-atomização-equilíbrio’. Nas visões heterodoxas, o eixo-base das

reflexões e ações econômicas (e dos economistas) que aparece como ponto comum nas muitas correntes de pensamento que dela derivam, é o contexto das condicionantes estruturais concretas ‘sociedade-instituições-historicidade’.

Por isso, frisa-se que, nos construtos ortodoxos, podem ser percebidas sistematizações fechadas e mais simplificadoras (mais limitadoras e reducionistas, portanto), e nas elaborações heterodoxas, há elementos de sistematizações mais abertas e mais complexificadoras das fenomenalidades e processualidades econômicas, compreendidas a partir das realidades socioculturais e históricas analisadas de modo mais aprofundado e abrangente sobre as multicausalidades e pluridimensionalidades dos fenômenos socioeconômicos (LAWSON, 2006).

Nesse sentido, mais uma vez, faz-se cristalino o quão urgente é o viés interdisciplinar para a economia. Consoante essa perspectiva de uma heterodoxia pautada por uma tão necessária abertura para a(s) interdisciplinaridade(s), já se tangencia e sugere reverberações dessa em algumas premissas heterodoxas fundamentais furtadianas.

Isso pode ser confirmado, como exemplificação, também nas reflexões e o paralelo traçado por Furtado sobre as categorias de desenvolvimento sociocultural e desenvolvimento econômico do e no Brasil, sempre articuladas com a preocupação constante de situá-las e diferenciá-las, parecendo destacar essa distinção como um dos pilares-base de seu arcabouço teórico-conceitual-categorial, Nesse sentido, Furtado afirma que:

[...] à questão inicial [...] na ciência econômica, [...] tem faltado [...] uma discussão aberta [...] que faça emergir uma autêntica doutrina do desenvolvimento [...] capaz de aglutinar o esforço construtivo dos homens de pensamento. Dispuséssemos dessas diretrizes e bem mais fácil seria encaminhar os homens de ação para uma tomada de

consciência mais lúcida dos problemas que enfrentam tumultuadamente neste país em rápida transformação. Essa matéria, evidentemente, transcende – interdisciplinarmente –, a competência exclusiva dos economistas. A ciência política, a sociologia, – a antropologia – e outras disciplinas deverão ser igualmente mobilizadas. Os ideais da convivência social, particularmente em uma sociedade com elevada diferenciação de classes, não podem ser subordinados – restrita e – estreitamente aos critérios do desenvolvimento econômico. O objetivo último de todos nós, que trabalhamos nas ciências sociais, é criar condições para o aperfeiçoamento do homem, harmonicamente desenvolvido. Não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande urgência. Não é possível educar o homem sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro (FURTADO, 1962, p. 85-86).

E foi nessa perspectiva crítica da verificação dos limites do método ortodoxo, no âmbito das ciências econômicas e de uma idéia equívoca de desenvolvimento difundida pela ortodoxia da economia, que se mostraram, a Furtado, em simultâneo, as fragilidades e vulnerabilidades, fraquezas e inconsistências de tudo isso, para os economistas lidarem efetivamente com o real.

Isso se infere e se constata em vários momentos da obra de Furtado, a exemplo de quando expõe o prisma ortodoxo ao crivo da sua heterodoxia, no tratamento das questões que emergem do enfrentamento da realidade na faticidade de seus problemas concretos, que com toda a sua complexidade, passa a exigir uma nova ‘constante’ de perene e viva atualidade, a

saber: uma abertura ao diálogo interdisciplinar por parte dos que trabalham com as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas (dentre estes, os economistas), ou seja, uma nova postura mais adequada às complexidades dos problemas da sociedade na contemporaneidade.

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM PROFÍCUO DIÁLOGO NAS E DAS HUMANIDADES: UMA POSSIBILIDADE DE ABERTURA PARA AS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A noção de interdisciplinaridade é uma característica do pensamento heterodoxo furtadiano que figura como “[...] chave [...] aberta para a imaginação criadora e transformação do mundo, é o que – também – permite pensar os temas contemporâneos por meio das ideias de Celso Furtado” (BARBOSA, BOTELHO, CEPÊDA e SAES, 2021, p. 19-20).

Sobre o pensar interdisciplinar, nesse texto, considera-se como:

[...] um modo de trabalhar o conhecimento [...] orientado pela reintegração dos aspectos que ficaram isolados ou dispersos em razão de certo tratamento dito disciplinar. O que se busca com esse expediente epistemológico – interdisciplinar – [...] é justamente uma visão não fragmentada, ampla e por isso mesmo mais adequada à realidade [...]. Em suma, a interdisciplinaridade busca compensar a fragmentação do saber que decorre não da realidade, mais dos meios – científicos – que dispomos para conhecê-la [...] em sua irredutível complexidade (OLIVEIRA, 2018, p. 198).

É valioso aqui ressaltar que Furtado parece ter se mantido sempre numa postura de atenção ao seu aguçado ‘faro’, numa atitude de abertura em permanente disposição para a

interdisciplinaridade, seja nas suas leituras que, mesmo quando ‘diletantes’, eram sempre espelhadas em suas mais íntimas preocupações e inquietações existenciais e sociais; seja nos seus estudos acadêmicos ou vida pública, que, paulatinamente, foram dando o tom e o ritmo de suas obras, e assim, foi compassadamente aparecendo em sua trajetória intelectual e até, também, como servidor público. Nesse sentido:

A postura interdisciplinar se dá por meio de um diálogo que articula os olhares de diversas disciplinas. É da ordem do conhecimento [...] confrontado com os objetos. Acontece que os objetos – da realidade – não existem atomisticamente separados e isolados. Eles existem numa rede, o que os insere numa totalidade, são sempre partes de um todo. Formam uma teia de significações que se interpenetram umas nas outras. Não de forma “mecânica”, – matemática ou simplesmente autômata –. É por isso que se fala da complexidade do real. O real não é simples. Ao isolarmos os objetos em múltiplas ciências, estamos tentando separá-los de sua unidade no todo – da sua totalidade. O olhar de uma única ciência não esgota o conteúdo significativo de um objeto, por mais que se possa isolá-lo [...] (SEVERINO, 2011, p. 85).

É de grande valia ressaltar que a interdisciplinaridade, no mundo e no Brasil, dos tempos das formulações furtadianas para os dias atuais, tem avançado como possibilidade que abre novos caminhos para as áreas mais diversas da ciência, da educação e formação acadêmica (inclusive às das ciências econômicas, como Furtado com sua heterodoxia parecia já estar indicando tal direção).

Desse modo, as reflexões e as práticas interdisciplinares, em gradativa articulação e consolidação para transformar os

modos de pensar epistemológico e de fazer científico, antes separados e isolados disciplinarmente, na atualidade, se almeja uma crescente integração entre as ciências e os saberes (MAIA e BARBOSA, 2020).

Isso tem ocorrido para que se torne possível efetivamente lidar, cada vez de maneira mais apropriada, com as muitas searas da complexidade manifesta no real, com foco na compreensão das variadas facetas da humanidade, nos vieses plurais da vidas natural, animal, humana e social, por exemplo.

E, do ponto de vista dos economistas brasileiros, Furtado foi um pioneiro na busca e aplicação desse inovador e criativo horizonte, à sua época. Portanto, no tocante às ressonâncias de tais avanços furtadianos, no caráter vanguardista da interdisciplinaridade de seu pensamento científico-econômico, diante de um panorama epistemológico mais geral e atual das ciências, pode-se dizer que:

A necessidade da interdisciplinaridade na produção e na socialização do conhecimento [...] vem sendo discutida por vários autores, principalmente por aqueles que pesquisam as [...] epistemologias [...]. [...] a literatura sobre esse tema mostra que existe – hoje, - pelo menos uma posição consensual quanto ao sentido e à finalidade da interdisciplinaridade: ela busca responder à necessidade de superação da visão fragmentada nos processos de produção e socialização do conhecimento – em todas as ciências (THIESEN, 2008, p. 545).

Em um olhar epistemológico mais detido sobre todas as áreas das humanidades (e aqui, em especial, das ciências sociais e ciências sociais aplicadas) a ideia de uma de uma atitude ‘interdisciplinar dialógica’ entre campos científicos e saberes os mais variados, vem flexibilizando e rompendo as fronteiras e barreiras dos ‘insulamentos’ disciplinares tradicionais herdados do positivismo, e que quase fizeram das ciências ‘ilhas’

‘auto-referentes, pré-potentes e em-si-mesmadadas’ de conhecimentos fragmentários isolados e apartados da realidade, tendo isso, inclusive, influenciado profundamente a economia em sua corrente ortodoxa.

Nas ciências humanas como um todo (e também nas ciências econômicas, portanto), as discussões quanto ao reconhecimento e a recepção do uso teórico e prático da interdisciplinaridade orbita em torno das questões inerentes e referentes às possibilidades trazidas pelas reflexões relacionadas às problemáticas da unidade/multiplicidade, do isolamento/integração, do insulamento/interconexão e da fragmentaridade/totalidade das ciências, de seus objetos e das suas inter-relações expressas nos conhecimentos que os campos científico-disciplinares produzem (MAIA e BARBOSA, 2020).

Um horizonte dialógico, colaborativo e cooperativo entre teorias e práticas diversas, oriundas de variadas ciências e saberes plurais, sinaliza para a urgência dos caminhos de uma gradual, possível e necessária integração disciplinar a ser percorrida, tal como Furtado, em sua heterodoxia, antecipou. Nesse interim, ressalta-se que, nas “pegadas” pioneiras de Furtado:

[...] o contexto social da produção científica [...] de novas configurações de saberes, induziu acadêmicos a construírem problemas de pesquisa, e mesmo de organizar o modo de produzir ciência a partir da transferência de metodologias e da produção coletiva entre áreas e campos muitas vezes considerados ‘distintos’ [...]. Compartilham-se insights teóricos e metodologias de investigação no intuito de produzir sínteses para enfrentar os desafios apresentados [...] (LIMA e CORTES, 2013, p. 419).

Assim, é notório que, ao se tratar dos fenômenos manifestos na complexa realidade, em todas as suas multifacetas e

pluridimensões, há uma implicação para as ciências que, antes fechadas em si mesmas, percebem-se hoje na necessidade que faz urgir abrirem-se para a construção de elos que estabeleçam liames dialógicos junto às demais áreas do conhecimento e de saberes outros, ultrapassando e superando, assim, os reducionistas e simplificadores limites disciplinares dos seus campos científicos estabelecidos pelas origens positivistas da maior parte das ciências humanas (MAIA e BARBOSA, 2020).

E Furtado também muito semeou essa ideia à frente de sua época, como um dos primeiros “bastões” intelectuais e acadêmicos brasileiros da inserção desse debate epistemológico na economia brasileira, em paralelo, também, com a sua vanguarda na difusão de seu método histórico-estrutural, acentuada e notadamente heterodoxo e interdisciplinar.

HETERODOXIA E INTERDISCIPLINARIDADE: FUNDAMENTOS BASILARES DO MÉTODO HISTÓRICO- ESTRUTURAL DE CELSO FURTADO E DA COMPREENSÃO FURTADIANA DO (SUB)DESENVOLVIMENTO

Os passos que estudiosos e intérpretes traçam nos caminhos da formação do pensamento furtadiano parecem levar, desde os seus rudimentos, para a busca de um conhecimento da totalidade da realidade como norte para a produção de um entendimento mais ampliado e aprofundado do real, sinalizam o teor de sua audaciosa propositura, ao mesmo tempo em que fazem um irrecusável convite a adentrar em toda a abrangência de sua “agenda” reflexiva.

No ímpeto de perscrutar a realidade e compreender os sentidos de tudo aquilo que nela se mostra e que deles pode ser alcançado, o heterodoxo Furtado enfrentou uma realidade de imbrincadas complexidades por meio de uma proposta-convite interdisciplinar, criativa e inovadora. Em vista disso:

Não acreditando em uma ciência econômica pura, independente de julgamentos de valor e da aceitação de princípios de convivência social, Furtado indicaria os limites [...] do economista e a irracionalidade da aceitação, como universais, de teorias formuladas para realidades delimitadas no tempo e no espaço (BIANCONI e SAES, 2021, p. 255).

Assim, ao lê-lo e estudá-lo, a cada página, vai se delineando um ‘chamado’ para desbravar a complexidade do mundo real por meio de sua peculiar dinâmica interdisciplinar, através da qual estabeleceu diálogos entre campos científicos já tão variados quanto eram ainda tão isolados, a exemplo das ciências sociais e das ciências sociais aplicadas (BARBOSA, 2021).

Esse novo e integrador horizonte interdisciplinar de ampliação das possibilidades científicas advindas do encontro e do diálogo entre disciplinas até então ‘ilhadas’ pautaram a trajetória e a obra de Furtado, comprometido sempre com seu projeto maior, ao qual dedicou toda a sua vida, de transformação da realidade das sociedades latino-americanas, partindo de uma mudança das estruturas sociais do Brasil (MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b; KLÜGER, 2021).

E sobre o caráter interdisciplinar de seu pensamento, confirma, em seus escritos autobiográficos, o próprio Furtado (1997a; 1997b), que sempre revisitaria e reforçaria sua contundente crítica ao isolamento disciplinar da economia de seu tempo e, no mesmo plano, transparece nestas linhas (e entrelinhas) que se seguem, seu viés heterodoxo de compreensão e enfrentamento dos problemas epistemológico-econômicos e da formulação de uma teoria do (sub)desenvolvimento, já desde quando era um jovem intelectual e um promissor ‘polímata’, pois para ele:

O pesado corpo da ciência econômica, concebido para funcionar em um universo onde a dimensão – histórica do - tempo inexistia, oferecia grande resistência [...]. Em torno dela pipocavam ideias novas vindas da história econômica, da demografia, da antropologia, da sociologia, da história da ciência [...]. Em pouco tempo mais, cristalizaria o paradigma do desenvolvimento, [...] encontraria novo canal por onde desaguar. Ao ganhar nitidez esse paradigma, impor-se-ia a necessidade de romper fronteiras e buscar a interdisciplinaridade, de afrouxar as camisas de força, [...] de recolocar o problema epistemológico [...] nas ciências sociais – e nas ciências sociais aplicadas - (FURTADO, 1997a, t. 1, p. 197).

Nesse sentido, pode se verificar acima, com clareza, as sendas abertas em virtude de sua perspectiva interdisciplinar e heterodoxa, para uma gama de diversas influências das mais diferentes disciplinas das ciências humanas, a exemplo das ciências sociais (como a sociologia e a antropologia, principalmente, tal como elencadas por Furtado mesmo acima), que, em seu conjunto, também muito e decisivamente contribuíram para formar o pioneiro e vanguardista pensamento furtadiano (MAIA e SOUZA; 2020a; 2020b; QUINTELA *et al.*, 2020; BARBOSA, 2021; SAES e SOARES, 2021).

E, dessa forma, logo abaixo, segue situando-se em uma posição claramente heterodoxa, quando de modo categórico e direto, contundentemente ataca os limites da economia ortodoxa, ao comentar sinteticamente esse aspecto. Na gênese de sua inovadora ideia de desenvolvimento, explicitando, desde logo, sua opção heterodoxa ao anunciar, enfaticamente, o ‘papel’ dorsal da cultura em seu pensamento, Furtado afirma que:

[...] a apreensão do fenômeno do desenvolvimento exigia um enfoque mais amplo do

que nos permitia a análise econômica, pois estávamos lidando com um amplo processo de mudança cultural, ‘força criadora das civilizações’ (FURTADO, 1997a, t. 1, p. 285).

Celso Furtado, por entre todos os campos disciplinares que estavam no raio de alcance de seu alargado horizonte científico e ímpeto interdisciplinar, deles muito nutriu seu ‘ânimo’ de cientista-humanista e muito deles recepcionou, de modo a estabelecer uma frutífera troca entre os mesmos e dentre esses com a economia, mas, sempre tecendo ferozes críticas a esta última, e de modo concomitante, em que não apenas reproduzia ideias na construção de suas teorias e seu método, mas, ao acolhê-las, as articulou de um modo peculiar e próprio, inovando em suas reflexões (MAIA e SOUZA; 2020a; 2020b; QUINTELA *et al.*, 2020; BARBOSA, 2021; SAES e SOARES, 2021).

Depois de uma síntese sobre o aporte heterodoxo e interdisciplinar furtadiano, agora situado em seu pensar, será tecida uma breve análise de pontos dorsais de seu método de compreensão da realidade, o método chamado por ele, e assim conhecido como histórico-estrutural. É preciso destacar que esse método furtadiano foi tão significativo como inovador e que foi um dos maiores contributos de Furtado ao grupo cepalino.

Esse grupo iniciou toda uma escola de pensamento econômico-social à qual se vinculou e que tinha na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/CEPAL, que seus frequentes encontros, instigantes debates e elaborações analíticas de cenários para propositura de políticas públicas que mudaram a ‘visão’ do mundo sobre a América Latina e o Brasil, dentre uma multiplicidade de outras coisas (OLIVEIRA e GENNARI, 2015).

Esses intelectuais cepalinos, pares de Furtado, junto com ele tomaram tamanha projeção conjunta, que ficaram internacionalmente conhecidos como uma corrente do pensamento econômico contemporâneo, então denominado ‘estruturalismo

latino-americano’ (MAIA e SOUZA; 2020a; 2020b; QUINTELA *et al.*, 2020; BARBOSA, 2021; SAES e SOARES, 2021).

Sobre a metodologia histórico-estrutural furtadiana, que se orienta interdisciplinar e heterodoxamente, é importante ser salientado que:

[...] no momento da gênese do método histórico-estrutural, o seu formulador estava empenhado [...] em defender uma visão interdisciplinar do problema do desenvolvimento, com ênfase na necessidade de incorporação de um paradigma antropológico – e sociológico – [...] (BOLAÑO, 2015, p. 99).

Furtado, como heterodoxo, nas suas análises da economia, do desenvolvimento e da dependência, por exemplo, levou sempre em consideração a crucialidade dos fatores históricos, sociais, culturais e políticos constitutivos das particularidades e singularidades de uma dada sociedade, (indo muito além de uma ‘lente’ apenas voltada à economia, no intuito de entender os fenômenos econômicos sob os prismas da heterodoxia e da interdisciplinaridade), especialmente quando focado nas sociedades latino-americanas e brasileira (KLÜGER, 2021; SAES e SOARES, 2021).

E, por isso, é reverenciado como um dos grandes intérpretes do Brasil, fundamental para se compreender mais profundamente as múltiplas causalidades e dimensões plurais formadoras desse país, seu nome é ‘canônico’ no pensamento social brasileiro e latino-americano (MAIA, 2020; MAIA e SOUZA, 2020a; 2020b; RICUPERO, 2020; BARBOSA, 2021, VIEIRA, 2021). Consoante o acima exposto, sublinha-se:

[...] ao elucidar o processo histórico, com foco na economia, mas sem perder de vista as dimensões sociais, política e cultural, e fazendo cirúrgicos cortes transversais no

tempo e no espaço, de modo a indicar como essas dimensões se articulam nos planos interno e externo [...] o seu objetivo era chegar ao presente, para influenciar o futuro [...] (BARBOSA, 2021, p. 97).

Grosso modo, essa metodologia heterodoxa de Furtado é uma perspectiva que parte do princípio de que as regiões ou os países possuem características estruturais heterogêneas próprias e precisam ser visualizados, analisados e compreendidos no âmbito concreto dessas suas especificidades sociais, culturais, políticas, históricas etc. (BRESEER-PEREIRA, 2004; RODRÍGUEZ e BURGUEÑO, 2007; MAIA e SOUZA, 2020a; 2020b).

E tal veia analítica ‘historicizante’ dos fenômenos socioeconômicos o coloca também e diretamente em contraposição ao caráter universalizador (generalizante) das metodologias dos modelos abstrato-dedutivos da visão ortodoxa sobre a economia. Por conseguinte, o método furtadiano:

[...] é [...] acima de tudo histórico. [...] sua análise parte da observação da realidade. [...] Furtado e o estruturalismo – cepalino – não pregam a recusa da teoria econômica, mas sim sua mediação com as especificidades históricas – de cada contexto estrutural estudado – (SAES e SOARES, 2021, p. 221).

Nesse sentido, do ponto de vista da heterodoxia furtadiana, não pode haver um modelo econômico único, geral, universal e a-histórico que se adeque às diversidades sociais e satisfaça toda e qualquer análise econômica de uma sociedade específica, como postulava a ortodoxia, ao descartar ou minorar a centralidade do binômio espaço-tempo, para uma compreensão minuciosa e profunda dos fluxos e influxos socioeconômicos em suas particularidades estruturais e contextuais.

Por exemplo, nessa perspectiva heterodoxa, que envolve a ênfase interdisciplinar dada por Furtado também à compreensão da centralidade das manifestações culturais e das problemáticas concretas de uma realidade complexa que as ligam às dinâmicas da economia, passam a implicar de modo direto nas inovadoras e criativas concepções apresentadas quase que como o início de um ‘acabamento não finalizado’ de suas teorias do (sub)desenvolvimento e da dependência, na obra furtadiana da maturidade, pois:

A questão cultural, especialmente tratada por Celso Furtado [...] auferiu maior importância na análise da estrutura social, tornando-se um dos – centrais e – principais vetores nos – seus – escritos pós 1980 (ALMEIDA e SALOMÃO, 2021, p. 13).

O método histórico-estrutural, em suma, teve como um dos seus mais cruciais objetivos, proporcionar uma compreensão mais densificada dos elementos vários da totalidade das estruturas que forjam a multidimensional realidade de contextos sociais específicos.

Essa metodologia, enraizada no núcleo intelectual dos pensadores do estruturalismo latino-americano, a partir do acima exposto, constatou e estabeleceu assim, como uma das premissas básicas de sua aplicação, a noção de que os sistemas econômicos nacional e internacionalmente, fundam-se em hierarquias e assimetrias econômicas e de poder social, cultural e político, que são direcionados mas também direcionam, mutuamente, os caminhos do poder econômico. E, para que tal método se tornasse ‘exequível’, além de pressupor e expressar uma aderência à heterodoxia torna premente a utilização da interdisciplinaridade para sua operacionalização analítica (BOLAÑO, 2015; MAIA e SOUSA, 2020a; 2020b).

No entanto, faz-se mister realizar, ainda, a ressalva de que essa característica ‘heterodoxamente interdisciplinarizada’ das ideias de Furtado, proporcionalmente, parece ter sido mais articulada como pressuposto subliminar, que expressa propriamente com esforço reflexivo mais detido (apesar de ser mencionada, em seus termos e ao seu modo, em obras e épocas variadas como esse capítulo procura mostrar em um panorama geral); foi se evidenciando com maior clareza, ao longo de sua obra, e curiosamente, na medida em que a cultura tomava centralidade no seu pensamento maduro (QUINTELA *et al.*, 2020; ALMEIDA e SALOMÃO, 2021).

Isso parece poder ser verificado, na trajetória de seu pensamento, a partir de uma obra em especial que, para alguns, seria o marco de uma espécie de ‘virada cultural’, pois foi nela que a cultura (que sempre teve sua importância na obra furtadiana desde os tempos de sua formação, mas sem ter sido até então trabalhada de forma detida e com o devido foco), no final da década de 1970, como prelúdio da agenda furtadiana das décadas de 1980 e seguintes passou de modo notório e indubitável, a ser uma ‘pedra de toque’ dentro do mosaico de ideias basilares do arcabouço reflexivo da maturidade de Furtado. Assim:

A démarche do diálogo com outras áreas do conhecimento, uma das marcas de sua obra, ganhou – maior – nitidez em *Criatividade e dependência na civilização industrial* – publicado em 1978 – [...] dizia tratar-se de um desses textos que [...] podem interessar aos estudantes de ciências sociais com preocupações interdisciplinares [...]. O livro teve versões em inglês, alemão, espanhol e francês. Seu aspecto mais fascinante é a visão [...] Celso apresenta ao ligar os conceitos de cultura e desenvolvimento. Trata-se de um livro de síntese e de aprofundamento das linhas principais de seu pensamento (QUINTELA *et al.*, 2020, p. 63-64).

Por isso, os contributos heterodoxos e interdisciplinares de Celso Furtado, através da elaboração e da aplicação do método histórico-estrutural, nas reflexões que iluminam e possibilitam uma compreensão mais robusta do binômio cultura-(sub) desenvolvimento:

[...] resultam da fundamentação das análises na consideração de características particulares – que determinam e são determinadas pelas transformações históricas, económicas – culturais – e sociais (nacionais e internacionais) – e do desenvolvimento e da aplicação do método histórico-estrutural, que ao incorporar análises historicamente contingentes com dimensões não-reducionistas [...] – se ancora em – uma concepção de mundo que considera mais do que fatores meramente económicos. Ademais, cumpre destacar a contribuição original quanto à compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na condição de processos mutuamente constituídos [...] (MISSIO, JAYME JR., OREIRO, 2012, p. 28-29).

Ou seja, para o economista nordestino em estudo, toda essa multidimensionalidade e pluralidade de fatores que emanam do real concreto, acima referenciados, são compreendidos, heterodoxa e interdisciplinarmente, com foco em contextos e estruturas peculiares, como ‘dados sensíveis’ e ‘fontes inesgotáveis’ de angular e dorsal relevância para a análise e a compreensão das dinâmicas dos processos económicos de uma dada sociedade situada no tempo e localizada no espaço. Figuraria, assim, como ‘pano de fundo’, as sendas do desvelar de processos estruturais sociais, culturais, políticos e económicos contextualizados (RODRÍGUEZ, 2009). Assim, para Furtado, eis que:

A tarefa de pensar o subdesenvolvimento latino-americano – e brasileiro – [...] exigia, por um lado, a leitura crítica da produção teórica sobre a temática do desenvolvimento nas diferentes correntes de pensamento em voga, para não incorrer num particularismo excludente e, por outro, aprofundar o conhecimento empírico da realidade latino-americana, aprendendo com ela. Tinha-se muito claro que só assim seria possível ensaiar uma interpretação do subdesenvolvimento latino-americano – e brasileiro – capaz de instrumentalizar decisões práticas com o objetivo de sua superação. [...] Já estava posto àquela época que não havia, pois, como pensar o subdesenvolvimento sem esforço analítico totalizador. Era indispensável partir de uma perspectiva analítica integradora, tanto do ponto de vista dos diferentes aspectos da realidade e das distintas realidades [...] latino-americanas – e brasileira – como também, das diferentes disciplinas das ciências sociais (SANTOS, 2011, p. 59-60).

Assim, nas linhas acima, foi desenhado um cenário, através de alguns indícios comprobatórios, na obra do autor em tela, da hipótese inicial de que não apenas o método histórico-estrutural furtadiano, mas em toda a obra de Furtado e, em especial, nos escritos de sua maturidade, há uma espécie de ‘chave de leitura’ pautada pela heterodoxia e pela interdisciplinaridade, como sustentáculos e elos das suas reflexões, o que dota seu pensamento de grande urgente atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou, inicialmente, evidenciar o quão desafiador foi, para Celso Furtado, como pensador heterodoxo, enfrentar a ortodoxia econômica neoclássica, vigente e

enraizada com toda sua força teórico-modelística, no momento histórico em que o economista paraibano viveu, formou-se profissional e publicamente atuou.

Por isso, delimitou e elucidou o escopo superficial e reducionista das ciências econômicas, sob ‘a guarda’ dos ortodoxos a ele contemporâneos, e pôs em xeque as bases metodológicas e argumentativas pressupostas e defendidas por esses, lançando nova luz a essas questões com a audácia e o pioneirismo de sua heterodoxia.

Junto a isso, ele percebe também as limitações e simplificações de uma ciência feita de modo auto-referente e fechada, baseada em modelos abstratos que não dizem muito ou quase nada da realidade empírica socialmente vivida. E, para oferecer alternativa a essa desconexão epistêmico-metodológica ortodoxa com o real, mergulhou cada vez mais fundo numa tendência que já trazia consigo, desde a juventude e formações universitárias em ciências jurídicas e sociais na graduação e, principalmente, no doutorado em economia, na França, a interdisciplinaridade, que o acompanharia até as obras de sua maturidade, onde aparece mais nitidamente.

Para melhor alcançar e entender a totalidade dos fatores geradores dos problemas socioeconômicos da América Latina e do Brasil, (e dentre eles, o subdesenvolvimento e a dependência), aponta para a inconsistência e insuficiência dos métodos até então disponíveis nas ciências econômicas, e como alternativa para esta análise e compreensão em maiores profundidade e amplitude, desenvolve o método histórico-estrutural.

Essa inovadora metodologia furtadiana foi uma das grandes contribuições dos pensadores da importante corrente chamada estruturalismo latino-americano, pois levava em consideração as especificidades sociais, históricas e culturais estruturais das sociedades estudadas como via de acesso ao entendimento das dinâmicas econômicas específicas da América Latina e do Brasil. Com esse método, Furtado pôde articular heterodoxia e

interdisciplinaridade, aprofundar suas intuições e suas teorias sobre o desenvolvimento e dependência e suas consequências em contextos nacionais e internacionais peculiares.

Desse modo, os resultados aqui elencados sinalizam para a realização de mais um importante passo na agenda de pesquisa dos autores, que esperam poder, de algum modo, oferecer essa singela contribuição para futuras e certamente logo vindouras pesquisas que abordem o pensamento furtadiano nas suas dimensões epistemológicas e metodológicas. Ao mesmo tempo, esse texto enseja expor um pouco do quão rico e necessário é revisitar as reflexões de Celso Furtado, na esteira de sua sempre surpreendente atualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Belize Borba de; SALOMÃO, Ivan Colangelo. A Atualidade do Pensamento Cepalino: do Estruturalismo ao Neoestruturalismo. *Desenvolvimento em Questão*, [S. l.], v. 19, n. 54, 2021.

ANGELI, Eduardo. A agenda de pesquisa heterodoxa da *mainline economics*. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 3 (52), dez. 2014.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. Celso Furtado, intérprete do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], v. 1, n. 78, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i78p86-107. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/184722>. Acesso em: 4 dez. 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas; BOTELHO, André; CEPÊDA, Vera Alves; SAES, Alexandre Macchione. Celso Furtado, transdisciplinar e contemporâneo. *Revista do Instituto de Estudos*

Brasileiros, Brasil, n. 78, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/184722>. Acesso em: 4 dez . 2021.

BIANCONI, Renata; SAES, Alexandre Mecchione. Apresentação do artigo: “Objetividade e ilusionismo em economia”. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 1, mar. 2021.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **O conceito de cultura em Celso Furtado**. Salvador: EDUFBA, 2015.

BORJA, Bruno. **A formação da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. 202f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Method and Passion in Celso Furtado**. CEPAL Review, n.84, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Por um Pensamento Econômico Heterodoxo Dominante: Um Manifesto Acadêmico. *In: Revista Econômica - Niterói*, v.14, n.1, jun. 2012.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2016.

CASSOL, Abel; NIEDERLE, Paulo André. Celso Furtado e a Economia Política do Desenvolvimento Latino-Americano. *In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco W. (Org). Introdução às teorias do desenvolvimento*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

COLANDER, David *et al.* The Changing Face of Mainstream Economics. **Review of Political Economy**, v.16, n.4, oct. 2004.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.30, n.2, dec. 2007.

FREIRE D'AGUIAR, Rosa. *A Memória do Futuro*. História Econômica & História de Empresas, v. 24, n. 1, mar. 2021.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado: tomo I*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

FURTADO, Celso. *Aventuras de um economista brasileiro*. In: FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica: tomo II*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b.

KORNIS, George. *A cultura no pensamento (e na ação) de Celso Furtado: desenvolvimento, criatividade, tradição e inovação*. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 96, Jul. 2013.

KLÜGER, Elisa. Celso Furtado: por uma ciência econômica iconoclasta e inconformista. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 78, 2021. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742021000100066&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 22 dez. 2021.

LAWSON, Tony. The nature of heterodox economics. **Cambridge Journal of Economics**. Cambridge: Cambridge Political Economy Society, 2006.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maia Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 13, n. 3, set.-dez. 2013.

MAIA, Tiago Macedo Bezerra. **Homenagem ao duplo centenário de Celso Furtado e Florestan Fernandes**. Diário de Pernambuco (Seção Opinião), Recife, 25 jul. 2020.

MAIA, Tiago Macedo Bezerra; BARBOSA, João Breno M. N. Interdisciplinaridade e complexidade nas humanidades: um caminho necessário para a formação humana e científica como um horizonte possível no ensino de filosofia e de ciências sociais In: **Diálogos das Ciências Humanas no Campus Vitória**. 1 ed. Vitória de Santo Antão: IFPE/Copiarte, 2020.

MAIA, Tiago Macedo Bezerra; SOUSA, João Morais de. Celso Furtado, o (sub)desenvolvimento numa perspectiva cultural e a criatividade nos Maracatus Nação de Pernambuco. In: **Celso Furtado: a esperança militante (Desafios)**. 1 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020a.

MAIA, Tiago Macedo Bezerra; SOUSA, João Morais de. Reflexões sobre a cultura no pensamento social de Celso Furtado e na construção do método histórico-estrutural: um diálogo com a Sociologia e a Antropologia. **INTELLECTUS** (UERJ. ONLINE). v.19, 2020b. Disponível em: <<http://https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/52742>> Acesso em 08 dez. 2021.

MISSIO, Fabrício J.; JAYME JR, Frederico G.; OREIRO, José Luís. **A tradição estruturalista em economia.** 2012. Disponível em: http://joseluisoreiro.com.br/site/link/3b4c-257c6943e21b64ad04a29763cb3685e_a7215.pdf. Acesso em 08 dez 2021.

OLIVEIRA, Cícero. Ensino de filosofia, formação e interdisciplinaridade. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, jun, 2018.

OLIVEIRA, Robertson; GENNARI, Adilso Marques. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2015.

QUINTELA, Adroaldo *et al.* (orgs.). **Celso Furtado: os combates de um economista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2020.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. *In: Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)*. 1ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

RIBEIRO, Andrea. Ideias econômicas e economistas no Brasil: notas para o entendimento de um regime de conhecimento antiausteridade. *In: Em tese*, v. 15, n. 1 (parte II), mar./abr., 2018.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRÍGUEZ, Octavio; BURGUEÑO, Óscar. **Desenvolvimento e cultura: notas sobre o enfoque de Celso Furtado**. *In: SABOIA, J.; CARVALHO, F. C. (Orgs.)*. Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2007.

SAES, Alexandre Mecchione; SOARES, José Alex Rego. Ideias e método de Celso Furtado para pensar o século XXI. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 1, p. 21, mar. 2021.

SALAZAR, Óscar Rodríguez. Economía institucional, corriente principal y heterodoxia. *In: Revista de Economía Institucional*, Nº 4, PRIMERO SEMESTRE, 2001.

SANTOS, Fábio Pádua dos. O enfoque histórico-estrutural e a crítica relegada. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.14, n.1, jan./jul. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Do ensino da filosofia: estratégias interdisciplinares. **Educação em Revista**, Marília, v.12, n.1, Jan./Jun., 2011.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. Dec. 2008.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado: um pensador social brasileiro. **História Econômica & História de Empresas**, v. 24, n. 1, mar. 2021.

EXPOSIÇÃO PORNOGRÁFICA NÃO CONSENTIDA NA INTERNET EM DEBATE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, CULTURA DO ESTUPRO E PORNOGRAFIA¹

Mariana Nascimento Maia
Rafael Baioni do Nascimento

Neste capítulo buscamos apresentar algumas reflexões teóricas tecidas em torno de três conceitos-chave: violência de gênero, cultura do estupro e pornografia, com vistas a auxiliar a compreensão do fenômeno da exposição pornográfica não consentida, em especial da pornografia de vingança e seus aspectos socioculturais.

A pornografia de vingança é uma das espécies do gênero exposição pornográfica não consentida que abarca *ciberbullying*, *ciberstalking*, ciberextorsão e sextorsão (SYDOW; DE CASTRO, 2019). Consiste, em linhas gerais, na distribuição/publicação não consensual de imagens que contenham nudez, sob a forma de fotografias e/ou vídeos de sexo explícito, bem como áudios e mensagens de cunho erótico.

1 Este texto é o produto das reflexões expostas no terceiro capítulo da dissertação da Mestranda Mariana Nascimento Maia intitulada “Pornografia de Vingança: Violência de Gênero na Internet na Era Farmacopornográfica”. Trata-se de trabalho ainda a ser defendido no âmbito do PPGDS/UNIMONTES sob a orientação do Prof. Dr. Rafael Baioni do Nascimento.

Trata-se de modalidade de violência que se intensifica, sobretudo, na segunda década deste século com a popularização da internet e dos *smartphones*. Possui um caráter extremamente gendrado e acarreta consequências gravíssimas para a vida e saúde das vítimas, em razão das características peculiares do ambiente informático.

Antes de 2018, a conduta era enquadrada como crime contra a honra, mas ganhou um tipo penal específico a partir da promulgação da Lei nº 13.718/18 que inseriu o art. 218-C no Código Penal.

Acreditamos que o conceito de farmacopornografia, do filósofo espanhol Paul Preciado, é ferramenta útil para compreendermos a sistemática que rege a violência no ambiente informático. Neste sentido, o regime farmacopornográfico é um conjunto de técnicas de gestão e controle sobre os corpos e subjetividades, o qual também constitui um regime político e econômico que permeia todas as áreas de nossas vidas, mediando nossas relações. Segundo Preciado (2018), vivenciamos a Era Farmacopornográfica em que o tráfico de drogas e a indústria do sexo constituem os paradigmas do capitalismo pós-fordista.

O gênero é uma estrutura complexa, ambígua e contraditória que vai muito além da interação homem/mulher, bem como dos binarismos impostos pelos papéis dos sexos ou da biologia. O mais adequado seria falarmos em estrutura das relações de gênero, as quais perpassam o Estado, a economia, a família e também a sexualidade (CONNELL, 1995).

Essa categoria constitui as relações sociais por meio das distinções estabelecidas entre os sexos, as quais conferem significados às relações de poder. Esse marcador social possui um forte componente político, assim como o sexo, contudo, o que varia é a relevância conferida a cada um destes aspectos no contexto histórico e social sob rasura (SCOTT, 1995; RUBIN, 2017).

O contexto social produz diferentes masculinidades e feminilidades, no entanto há masculinidades e feminilidades hegemônicas acompanhadas por outras ditas subordinadas. Recorrer ao estudo da construção dessas masculinidades e feminilidades diferenciadas permite-nos compreender de forma mais abrangente o entrelaçamento entre sexualidade, poder e relações de gênero. Enquanto a masculinidade continua a ser produzida e reproduzida sob os moldes de um poder soberano e de viés patriarcal, a feminilidade é regulada por um conjunto de técnicas de caráter biopolítico responsáveis pela reprodução da população mundial dentro de padrões tidos como desejáveis (PRECIADO, 2018).

Trabalharemos, neste texto, com três conceitos-chave, conforme assinalamos anteriormente, a saber: violência de gênero, cultura do estupro e pornografia. Partiremos da noção de violência de gênero, trabalhada por Lourdes Bandeira (1999) que ressalta o caráter polissêmico do termo e a dificuldade em se estabelecer uma categoria unívoca. A própria Lei Maria da Penha consigna em seu texto que a violência de gênero abrange a violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, dentre outras formas em que podemos destacar: a violência política e a tecnológica².

A pornografia de vingança constitui-se como uma nova modalidade de violência de gênero que, em vez de substituir, veio somar-se a outras formas tradicionais de violência contra as mulheres. Nós já vimos que a construção diferenciada da sexualidade feminina e masculina contribui para a objetificação das mulheres e se reflete nas diversas formas de violência

2 A Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021 positivou a violência política e dentre outras medidas estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres. No que se refere à violência tecnológica, destacamos que se trata de modalidade de violência em que o agressor se utiliza de ferramentas digitais e redes sociais para perpetrar seus atos.

de gênero, em especial, nessa nova face que assume no ambiente informático.

A partir de toda essa problematização, podemos cogitar ainda sobre a possibilidade de a pornografia de vingança ser considerada uma forma de estupro. Após a reflexão sobre a questão, chegamos a duas conclusões distintas.

A primeira delas passa por uma perspectiva mais dogmática e alinhada com os princípios que norteiam o Direito Penal, em que não nos parece possível enquadrar a pornografia de vingança como estupro, ao menos não a totalidade de casos, tendo em vista o fato de as elementares do tipo penal de estupro serem bem rígidas e delineadas.

Começamos nossa análise pelo verbo “constranger” que compõe o núcleo do tipo penal do art. 213, CP, nem todas as vítimas são forçadas a serem filmadas e fotografadas em posições de nudez, algumas são filmadas de maneira sub-reptícia, já outras se permitem serem filmadas e experimentam prazer nessa prática. Do mesmo modo, só se configuraria o crime em questão se as vítimas fossem compelidas, mediante violência e/ou grave ameaça, a terem conjunção carnal ou a praticarem ou permitirem que com elas se praticasse outro ato libidinoso (sexo oral, anal, etc).

Com efeito, o grande problema no que se refere à pornografia de vingança reside na ausência do consentimento na divulgação desse material. O que ocorre nesses casos é uma ruptura na relação de confiança que se estabelece, em geral, entre um casal por parte de um deles. Além disso, o estupro só pode ser cometido mediante violência física ou grave ameaça³

3 Há ainda a figura do estupro de vulnerável prevista no art. 217-A do CP. O conceito jurídico em questão abrange o menor de catorze anos, assim como quem não tem o necessário discernimento seja por enfermidade ou doença mental, ou ainda, aquele incapaz de oferecer resistência no momento do ato sexual, como por exemplo uma pessoa completamente bêbada ou sob o efeito de outra substância entorpecente que afete sua capacidade de consentir livremente.

e em grande parte dos casos de pornografia de vingança esses elementos não estão presentes, o que inviabiliza a caracterização do crime de estupro.

Conforme nos adverte Franks (2015), a pornografia não consensual muitas vezes é utilizada como estratégia para chantagear o parceiro para que continue no relacionamento ou obstar que esse reporte os abusos às autoridades. Tanto pessoas ligadas à indústria do sexo (cafetões e traficantes de pessoas), quanto estupradores se valem dessa ferramenta para impedir que as vítimas deixem o comércio do sexo ou denunciem a violência que sofreram.

Assim, numa acepção estritamente legal do termo, sustentamos que não é possível entender pornografia de vingança como estupro, o que poderia ocorrer no caso concreto seria no máximo um concurso de crimes, mais precisamente concurso material na forma do art. 69 do CP. Imaginem, por exemplo, que Pierre estupra Luísa mediante violência e grave ameaça, filma o ato e a ameaça de divulgar o material caso ela reporte os fatos às autoridades. Se Pierre cumprir o prometido incorrerá nas condutas previstas pelos arts. 213 e 218-C, § 1º do CP em concurso material, pois, além de constranger a vítima a manter consigo relação sexual, promoveu a divulgação do registro audiovisual do estupro.

No entanto, quando pensamos o estupro para além da forma como a matéria é tratada, por nossas leis e jurisprudência atuais, chegamos a uma segunda conclusão: Por exemplo, se ao tomarmos como base a noção de estupro cunhada por prostitutas londrinas enganadas, podemos enxergar semelhanças entre o que elas consideram estupro e a pornografia da vingança. Sob a ótica delas, a quebra unilateral do contrato entre a profissional do sexo e seu cliente já configura um estupro (SEGATO, 1999).

Curioso notar que, já nesse período, faz-se menção a práticas que vão desde não pagar a quantia pactuada a tentar manter relações de natureza diversa do que foi previamente

estabelecido ao retirar o preservativo, quando sua utilização foi exigida como condição para que a relação sexual se aperfeiçoasse⁴.

O estupro emerge originalmente nas sociedades tribais como uma forma de punir, de disciplinar a mulher, não possuindo uma conotação de crime tal como conhecemos hoje. Atualmente, vislumbramos resquícios dessa mentalidade nos discursos dos agressores, elementos que reforçam o caráter disciplinador do estupro sobre o corpo feminino (SEGATO, 1999; GIDDENS, 1993).

O processo de socialização diferenciado de homens e mulheres permanece em curso, assim como as formas tradicionais de opressão de gênero. Contudo, acompanhamos em tempo real o surgimento de novas formas de violência contra as mulheres.

A cultura do estupro está umbilicalmente vinculada a esses estereótipos de gênero e tem por premissa básica o despojamento da mulher da condição de sujeito dotado de agência. O corpo feminino é concebido como mero objeto, como território a ser conquistado, verdadeiro espaço de risco. Podemos pensar em coisas absolutamente banais que demonstram esse controle sobre os nossos corpos: Qual de nós mulheres já não pensamos duas vezes antes de colocar shorts ou minissaia em um dia de calor intenso? De usar batom vermelho ou sair sem sutiã? Quem nunca evitou andar desacompanhada por ruas e espaços desertos e pouco iluminados? Quem nunca sentiu medo ao perceber uma aproximação suspeita e entrou em uma loja ou abordou algum desconhecido na rua fingindo intimidade, num claro apelo por socorro? Enfim, qual de nós nunca deixou de fazer o que queria por medo de sofrer violência em razão disso?

4 Referida prática é conhecida na esfera penal como *stealththing*, podendo configurar, a depender do entendimento doutrinário, crime de estupro (art. 213, CP) ou de violação sexual mediante fraude (art. 215, CP).

Referido processo diferenciado de socialização contribui para que haja uma desumanização das mulheres, o corpo feminino é transformado em mero objeto passivo, pois “[...] na modalidade de estupro, a sexualidade masculina é vista como puro lugar da iniciativa, o que faz ressaltar, na sexualidade feminina, um puro lugar de passividade, da inatividade, do lugar morto porque não sujeito” (MACHADO, 1999, p.347).

Essa realidade foi muito influenciada pela noção de amor romântico que emergiu no fim do século XVIII e trouxe o padrão da mulher virtuosa e recatada. Paradoxalmente, a respeitabilidade de uma mulher é aferida por sua capacidade de manter-se casta e imaculada, enquanto o homem é valorizado justamente por suas conquistas sexuais, advogando-se socialmente que a saúde física masculina depende deste comportamento (GIDDENS, 1993; LAQUEUR, 2001).

Nossa sociedade é permeada por uma cultura de estímulo e tolerância para com a violação sexual de corpos encarados como vulneráveis, vigora o princípio da injunção ao estupro, seja por meios físicos ou metafóricos. Consoante esses padrões sociais, a mulher deve encarnar um papel de passividade, de submissão, enquanto ao homem cabe à iniciativa, o domínio (SEGATO, 1999; GIDDENS, 1993; SWAIN, 2000; LAQUEUR, 2001).

O estupro vincula-se aos sentidos sociais e simbólicos atribuídos a homens e mulheres. Há uma dupla moral no que se refere à sexualidade feminina e masculina, o corpo que é marcado como impuro em face da violência sexual é o da mulher, jamais o do homem. O sexo tem o condão de situar a mulher entre os mundos da sexualidade virtuosa ou da sexualidade das prostitutas, o estupro a macula inexoravelmente (MACHADO, 1999; GIDDENS, 1993). Por outro lado, “o corpo masculino, não é puro, nem impuro; ele é concebido como o lugar de origem, o lugar não submetido a qualquer lei simbólica, impermeável a qualquer marca, como se fosse o lugar originário da lei simbólica” (MACHADO, 1999, p.348).

Percebam neste ponto a origem de toda uma construção social destinada a legitimar e justificar a dominação dos homens sobre as mulheres e as hierarquias que derivam dessas assimetrias. Essa dupla moral ou padrão duplo se reflete também no âmbito da pornografia de vingança quando analisamos a percepção social em relação ao homem e a mulher que aparecem em registros de conteúdo íntimo. O homem é percebido como o “viril”, “garanhão”, já a mulher como “vagabunda”, a “que não se dá ao respeito” e consente em ser tratada como uma prostituta. Existe um comportamento de permissividade em relação aos excessos masculinos no que tange ao sexo, justificados como “da natureza do homem”, seja em face do adultério ou ainda nos casos de violência sexual.

Os homens raramente são censurados pelo livre exercício de sua sexualidade e quando o são é porque romperam com o padrão social pré-estabelecido. Aqueles que se envolvem em práticas encaradas como desviantes, a exemplo de relações homoafetivas ou ainda em práticas sexuais fetichistas como o *cuckold*⁵, experimentam semelhante desaprovação social. Todavia, de maneira geral, os homens heterossexuais não amargam as consequências da exposição pornográfica não consentida na mesma proporção que as mulheres.

A prostituição e a pornografia apresentam-se como face dessa problemática e evidenciam as fragilidades do contrato sexual no que se refere às relações de gênero (PATEMAN, 1993). Indubitavelmente, a violência de gênero situa-se em um campo de disputa entre as noções de masculinidade, poder e dominação.

Nesta perspectiva, os avanços conquistados pelas mulheres especialmente no que diz respeito aos direitos sexuais e

5 Trata-se de uma gíria comumente utilizada nos países de língua inglesa para designar a pessoa que sente prazer em saber, ouvir sobre, participar ou ainda assistir a parceira manter relações sexuais com outras pessoas.

reprodutivos, bem como em relação à independência econômica desencadeou um processo de emasculação simbólica do poder masculino, o qual, em contrapartida, reage violentamente no sentido de assegurar a manutenção de suas bases. À medida que se flexibiliza o controle sobre a sexualidade feminina assiste-se a um aumento nas taxas de violência contra as mulheres.

Apesar de partirmos aqui do pensamento de Foucault, tendo em vista nossos objetivos, reconhecemos algumas lacunas que outros pensadores e pensadoras depois dele buscaram preencher. Segundo Giddens (1993), ele não contempla, por exemplo, a influência do amor romântico na construção diferenciada das sexualidades feminina e masculina, tampouco confere o mesmo destaque à categoria gênero como faz em relação à sexualidade. O aprofundamento sobre a categoria gênero ficou a cargo das teóricas feministas, sobretudo as pós-modernas, as quais avançaram suas análises não só a partir da obra de Foucault, mas também de Gilles Deleuze e Jacques Derrida. Do mesmo modo, Foucault não se debruçou especificamente sobre o fenômeno da pornografia, apenas encontramos em seu pensamento uma pequena digressão no capítulo IX de *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1998; GIDDENS, 1993).

Não obstante, o filósofo Paul Preciado (2018) atualiza o pensamento foucaultiano passando a incluir o fenômeno da pornografia, especialmente a partir de *Testo Junkie*. A pornografia não é algo fácil de ser definido, trata-se de um fenômeno cercado por muitas nuances. Etimologicamente a palavra pornografia provém das palavras de origem grega *porne* e *grapheim* que no sentido original versam acerca da escrita sobre as prostitutas ou sobre a prostituição (DE CASTRO; SYDOW, 2018). Trata-se de expressão historicamente destinada a designar uma sexualidade marginalizada, estigmatizada social e moralmente.

A pornografia encarna uma pedagogia sexual que se alinha a noção de dispositivo da sexualidade. Nos nossos tempos tornou-se uma das principais fontes de conhecimento sobre o sexo

e possui uma capacidade de reinventar-se que impressiona. A pornografia carrega em si essa potência antropofágica de reformular-se ao sabor das necessidades, não por acaso, Preciado (2018) aponta a pornografia e o tráfico de drogas como modelos de rentabilidade máxima do capitalismo, compondo o que designou de regime farmacopornográfico. Prova disso, é a própria transição das gravuras e revistas pornográficas para o cinema e, posteriormente, para a internet, o que potencializou seu poder de difusão e de gerar lucro (PRECIADO, 2018; DUARTE, RHODEN, 2016).

O regime farmacopornográfico, a que o autor se refere, emerge em face da necessidade de transpor as análises até então em voga e que muitas vezes não levam em conta as particularidades do momento em que vivemos. Sobretudo, a partir das transformações econômicas, políticas, sociais e informacionais ocorridas depois do fim da Segunda Guerra, as quais tomaram grandes dimensões a partir das décadas de 1990.

Conforme já esclarecemos ao leitor, o regime farmacopornográfico é constituído por um conjunto de técnicas de gestão sobre os corpos, o sexo e a sexualidade que visa controlar as subjetividades por meio do pornopoder e do farmacopoder.

A pornografia aciona uma verdadeira pedagogia sexual que atua no sentido de enquadrar os sujeitos em um modelo binário e heteronormativo - chamado por Butler de “matriz de inteligibilidade de gênero”. Enfim, trata-se de um dispositivo de produção de verdades que visa o controle das subjetividades por meio das tecnologias sexuais e de gênero (FOUCAULT, 1999; BUTLER, 2003; LAQUEUR, 2001; PRECIADO, 2018; LAURETIS, 1994).

Para Preciado (2018) e Butler (2003) pornografia é o produto da espetacularização do âmbito privado e da mercantilização do sexo, mas também é performance que se reatualiza e se espalha por meio da imagem e dos fluxos de informação que transitam pelos cabos e fibras ópticas. Constitui um dispositivo

masturbatório virtual atuante nos ciclos de excitação-frustração-excitação, uma vez que, mesmo que o espectador não consinta, acaba afetado bioquimicamente e corporalmente pelo fluxo imagético e de prazer. A indústria pornográfica foi relegada a uma posição marginal, no entanto compõe o paradigma da indústria cultural no capitalismo pós-fordista.

Cabe problematizar a essa altura do texto o porquê da publicização de aspectos da esfera íntima da sexualidade feminina provocar tantas reações negativas e violentas. Sem dúvida, a resposta a esse questionamento perpassa o processo de socialização diferenciada de homens e mulheres no que se refere à sexualidade que viemos abordando ao longo deste texto.

A questão da agência feminina e reafirmação de sua condição de sujeito são pontos-chave nessa discussão, pois ao passo que a exposição da intimidade à revelia das mulheres degrada, gera constrangimento e dor; a exposição consensual seja por meio da fotografia, do cinema, da teledramaturgia, das performances ou das artes plásticas em geral, enaltece, tem poder de transformação e, em alguns casos, de cura. A cantora Marina Lima, por exemplo, disse ter posado para a *Revista Playboy* por recomendação médica, o que contribuiu para sua autoestima e também para suas finanças. Podemos citar ainda as performances contrassexuais e pós-pornô da colombiana Nádía Granados que buscam romper com os padrões tradicionais do uso dos corpos e ainda encarna uma forma de protesto.

Buscamos neste capítulo nos debruçar sobre elementos fundamentais para a compreensão de como se estruturam as relações de gênero na sociedade moderna, passando pela construção diferenciada entre sexualidades femininas e masculinas, por meio de conceitos determinantes como violência de gênero, cultura do estupro e pornografia.

O nosso objetivo foi oferecer ao leitor um panorama geral acerca das relações de gênero que permeiam o nosso seio social

e de como essa realidade influencia a análise do nosso objeto de pesquisa.

É necessário percorrer ainda um longo caminho rumo à equidade de gênero e ao respeito à diversidade. Isso passa necessariamente pelo rompimento de velhos padrões culturais de gênero, sobretudo por meio da educação sexual e de gênero, jamais única e exclusivamente pela lei penal. Trata-se de uma luta que precisa ser abraçada tanto por homens quanto por mulheres em prol de uma sociedade que não oprima nenhum dos gêneros.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. Violência sexual, imaginário de gênero e narcisismo. *In*: Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (orgs). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília DF: Paralelo 15: Editora Universidade de Brasília, 1999 (p.353/386)

BRASIL. Código Penal de 1940. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade (p.185/206). *In*: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, jul/dez 1995.

DUARTE, Larissa Costa; ROHDEN, Fabíola. Entre o obsceno e o científico: pornografia, sexologia e a materialidade do sexo. *In*: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2016, p.715-737.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANKS, Mary Anne. **Drafting an effective “revenge porn” law. A guide for legislations**, 2015. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2468823>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. Sexo, estupro e purificação. *In*: Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (orgs). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília DF: Paralelo 15: Editora Universidade de Brasília, 1999 (p. 297-352).

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo. *In: Políticas do Sexo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo (SP): Ubu Editora, 2017 (p.09/62).

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: Educação & Realidade*. V.20, n.2, p.71-100, jul/dez.1995.

SEGATO, Rita Laura. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. *In: Suárez, Mireya e Bandeira, Lourdes (orgs). Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília DF: Paralelo 15: Editora Universidade de Brasília, 1999 (p.387-427).

SWAIN, Tânia Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. *In: Textos de História*, v. 8, nº 1/2, 2000 (p.47/84).

SYDOW, Spencer Toth; DE CASTRO, Ana Lara Camargo. **Exposição pornográfica não consentida na internet: da pornografia de vingança ao lucro**. Coleção Cybercrimes.2. ed. Belo Horizonte: Editora D’Plácido, 2019.

_____. **Perversão, pornografia e sexualidade: reflexos no direito criminal informático**. Belo Horizonte, v. 3, Editora D’Plácido, 2018.

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL E A ALTERNATIVA CONCRETA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*Wanderson Pereira Araújo
Hormindo Pereira Souza Júnior*

INTRODUÇÃO

O presente artigo vincula-se a uma pesquisa desenvolvida no doutorado em Educação na UFMG, que objetivou analisar de modo mais particular, sob a perspectiva da ontologia do ser social, o lugar da educação profissional e tecnológica na sociedade capitalista contemporânea, entendendo-a como um momento de formação e desenvolvimento dos trabalhadores engendrado pelo sistema educacional originário das contradições entre capital e trabalho, um complexo que supõe a instrumentalização dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, que se impõe como mecanismo de manutenção e de reprodução do sistema capitalista.

No quadro atual da crise do capital, a educação de modo geral vem ganhando uma nova roupagem que alinha a dinâmica educacional cada vez mais a relação capital-trabalho na fase contemporânea do capitalismo. Não mais exclusivamente em termos de dominação ideológica em função da reprodução da sociedade de classes e da sua inalterabilidade. No cenário brasileiro, os Institutos Federais e as Universidades entram em pauta na

disputa entre os interesses particulares capitalistas e os interesses universais do desenvolvimento humano e social, cujo propósito da prática política é a harmonia das relações de produção econômica sobre as quais estão assentadas. No qual a educação como expressão ambivalente e parte constitutiva de reprodução social passa a incorporar novas dinâmicas de utilidade sob as exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

Em um sentido amplo, partimos do pressuposto de que os trabalhadores não têm de ser educados para a tarefa de participar da estrutura produtiva do capital. Numa perspectiva alinhada ao pensamento de Mészáros (2006), entendemos que a educação de modo geral encontra-se subordinada a estrutura assegurada pela ordem social estabelecida, pela qual é regulada pela contradição antagônica entre capital e trabalho. Nesse sentido, o processo de reprodução societária exige uma educação adequada e, portanto, alienada ao modo peculiar da economia capitalista, onde as relações entre os homens são desenvolvidas e determinadas pelo modo de intercâmbio de mercadorias. Nesta dinâmica social, na qual a produção encontra-se alienada a estrutura capitalista, a educação não comparece apenas como reprodução da sociedade capitalista, mas também como uma mediação de fundamental importância para o desenvolvimento social dos indivíduos.

A raiz de todos os problemas sociais, não está fundamentalmente na educação, mas na totalidade dos processos sociais. Com bem evidenciou Mészáros em *Teoria da alienação em Marx*, a crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo o sistema da “interiorização” capitalista (representam as relações sociais alienadas de produção de mercadorias como expressão dos objetivos e desejos dos indivíduos). (MÉSZÁROS, 2006, p. 272-3).

A nossa reflexão, em concordância com Mészáros (2006, 2008), tem como eixo central a educação no quadro da crise estrutural do capital, como resposta a nefasta crise que assola

toda a vida planetária. É nesse quadro que, segundo Mészáros (2006, 2008) devem ser pensadas alternativas concretas para a transformação social. Pensar a educação dos trabalhadores como uma mediação que perspective a emancipação humana, supõe a defesa de um projeto social que rompe com o modo de pensar a educação como máquina reprodutiva do capital.

A PROPÓSITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES E DA PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A contradição entre capital e trabalho que se configura politicamente na contradição entre as classes sociais abarca a reprodução social sob o comando do capital. A existência objetiva e subjetiva da classe que não dispõe de outra coisa se não a sua força de trabalho em troca da sua sobrevivência compõe a classe proletária. Esta classe tem um caráter iminentemente histórico-social, produzido pela sociedade regida pelo capital. Os trabalhadores na condição de proletários têm a sua existência a partir de uma determinação histórica determinada pela divisão de classes, cujo trabalho encontra-se subordinado ao capital. A categoria educação assume nova forma e novo conteúdo no curso da contradição entre capital e trabalho, postos pelas relações sociais produzidas por essa contradição; daí, criam-se as visões de mundo, projetos antagônicos, ideologias etc. É nesse sentido que Mészáros (2008) contesta a função da educação, no sentido da “internalização” dos mecanismos de manutenção e de reprodução do sistema capitalista.

É a partir dessa dinâmica de exploração e de opressões que se coloca a necessidade de um projeto antagônico de interesse da classe proletária, no sentido de superar a exploração do trabalho e da propriedade privada, pela busca da “efetividade humana”, a emancipação humana.

A qualificação, o aperfeiçoamento e/ou a formação profissional (uma educação como forma de adequar os trabalhadores ao mundo do trabalho ou o aperfeiçoamento da força de trabalho especializada conforme a exigência do mercado) de caráter técnica e tecnológica dos trabalhadores pelo sistema educacional, nos dias atuais, tem um papel profundamente contraditório, emergente da contradição entre capital e trabalho. Na sociedade de mercadorias, o que interessa ao capital é a reprodução da ordem social, tendo em vista a melhoria das relações de produção do sistema capitalista, o que faz do trabalho docente, encarregado de tal processo, atividade produtiva para o capital. O trabalhador docente encontra-se submetido aos limites interpostos pelo sistema de produção dominante. Em particular, o sistema de ensino de formação da classe trabalhadora dispõe de uma ação de “qualificar ou requalificar” que poderão ser úteis as novas condições de trabalho, em escala ampliada, ou seja, a reprodução da força de trabalho para um circuito concorrencial. Esse sistema formal de educação ordenado e regulado pelo estado atende aos interesses do capital e guarda com eficácia e destreza, um tipo de doutrinação permanente, no sentido de que todos os indivíduos podem ser o que quiserem na “sociedade democrática”, onde todos são “iguais e livres” – uma noção fetichista da formação dos trabalhadores.

Esse ideal de educação é uma construção da sociedade burguesa sobre as massas, para que reajam conforme os seus interesses. A gravidade dessa reprodução ideológica, leva-se o indivíduo à conformação dos valores da sociedade capitalista como algo lógico e natural (MÉSZÁROS, 2008). A formação dos trabalhadores foi apropriada e subjugada pela esfera política e econômica, e aparece como uma mediação reificada sob o capitalismo.

A nosso ver, a formação profissional dos trabalhadores (por meio da educação institucionaliza), sob a égide da política administrada pelo Estado atende os interesses do capital e

contribui aos processos que subordinam o trabalho ao capital, é parte integrante de uma educação subordinada ao capital. A essência da formação do trabalhador é usurpada, em função da perpetuação da sociedade capitalista. Por essa razão, esse tipo de formação encontra-se relativamente limitado. Queremos realçar, neste texto, os elementos de uma educação autêntica, como aquela reclamada por Marx, capaz de aguçar a luta de classe, pois os elementos produzidos no interior da educação a serviço do capital aparecem em nossos estudos, em alguma medida, como possibilidades concretas de uma formação da classe operária (mesmo de forma inconsciente), que potencialmente podem contribuir com essa classe, no sentido de colocar os seus indivíduos no controle da produção. Cada vez mais, a formação para o trabalho coloca o indivíduo no interior das relações produtivas, sendo esse um elemento importante na engrenagem e no aumento da produtividade.

O aperfeiçoamento e a apropriação de conhecimentos produzidos pelo trabalhador nos diversos ramos da produção podem possibilitar que esse não se torne apenas um apêndice da máquina, mas um indivíduo que potencialmente possa controlar o processo de produção. Essa formação é uma mediação contraditória, em função da relação capital e trabalho, pois, ao mesmo tempo em que impulsiona a produção de mais-valia, cria os instrumentos de formação das novas gerações com potencial para efetivar uma ação política transformadora – caminha na direção da ampliação da base material, o que pode vir a ser uma possibilidade contributiva para tomada de consciência fundamental ao processo histórico que envolve a transformação social.

O problema dessa formação para o trabalho é a ausência da consciência do proletariado acerca da superação do capital, ao passo que a educação do trabalhador se circunscreve no esforço individual de melhorar meramente a força de trabalho para conquistar um lugar no mercado de trabalho.

Esse tipo de educação estaria correspondendo à vontade do capital, de forma material e ideológica, em que a consciência do homem está sendo conduzida à individualização. A educação de modo geral, em particular aquela voltada para os trabalhadores, pressupõe uma formação ideológica que leva o indivíduo à legitimação de um modelo de ser e de viver condizente com a reprodução da sociedade à qual pertence.

Segundo Lukács,

A educação, por mais “primitiva” que seja, por mais rigidamente que esteja presa à tradição, pressupõe um comportamento do indivíduo, no qual já podiam estar disponíveis os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia, visto que, nesse processo, necessariamente são prescritas normas sociais de cunho geral ao indivíduo quanto ao seu comportamento futuro enquanto homem singular e inculcados modelos positivos e negativos de tal comportamento (LUKÁCS, 2013, p. 475).

A educação é formadora do homem ao longo da história. Pressupõe um comportamento do indivíduo em cada momento. Pode-se dizer que a educação, na acepção de Lukács, é um complexo ideológico originário da mediação entre o homem e a natureza.

Na concepção de Mészáros, a moral e a legalidade, no sentido externo dos indivíduos, ou como meio de imposição ou de codificação de normas previamente estabelecidas para o bom funcionamento da sociedade vigente, são a mediação entre as necessidades sociais do homem como membro particular da sociedade. Essa mediação, no sistema capitalista, é a fixação reificada dos indivíduos na estrutura social vigente, conforme a necessidade de sua reprodução; a educação, por exemplo, cumpre uma função moral e legal da sociedade que a determina. Essa contradição torna-se exterior, ao homem, da sua própria realização.

Segundo Mészáros, a tarefa histórica na perspectiva da sociedade dos indivíduos reais só pode ser realizada pelo próprio homem, portanto, a moral só vem a desenvolver uma função positiva no ato da luta do homem com a tarefa de sua própria realização. No sentido marxiano, segundo Mészáros, “o órgão da moral como automediação do homem em sua luta pela autorrealização é a educação” (idem); portanto, realizar o ideal do homem, como necessidade interior dos indivíduos reais, não pode ser tarefa da instituição formalizada, mas do próprio homem.

Desse modo, Mészáros assevera que

[...] a educação é o único órgão *possível* de automediação humana, porque a educação – não num limitado sentido institucional – abarca todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interna para o homem, desde as funções humanas mais naturais até as mais sofisticadas funções intelectuais. A educação é uma questão inerentemente pessoal, interna; ninguém pode educar-nos sem nossa própria participação *ativa* no processo. O bom educador é alguém que inspira a autoeducação. Apenas nessa relação pode-se conceber a superação da mera exterioridade na totalidade das atividades vitais do homem – inclusive, não a abolição total, mas a crescente transcendência da legalidade externa. Mas essa superação, devido às condições necessárias a ela, não pode ser concebida simplesmente como um *ponto* estático da história para além do qual começa a “ideia de ouro”, mas somente como um *processo* contínuo, com realizações *qualitativamente* diferentes em suas várias fases (MÉSZÁROS, 2006, p. 172).

Mészáros coloca que a educação é uma mediação entre os homens e as necessidades internas, é uma forma pela qual

o homem se reconhece como produto e como negador de uma sociedade alienada; um indivíduo educado é aquele que se opõe de forma prática às tendências efetivas da alienação na sociedade existente. Segundo Mészáros (2006, p. 172): “O que deve ser combatido não é a salvaguarda legal de um certo nível de aquisições no plano moral, mas seu divórcio do homem”. O papel da educação é a expressão da superação da atividade alienada, é a tomada de consciência da positividade, ou seja, é um processo de autoconsciência da necessidade interior.

A educação dos trabalhadores como codificação imposta pelas necessidades externas da sociedade capitalista é fixada como meio subordinado aos fins da economia capitalista de mercado, cujas atividades humanas são meios para os fins alienados do capital.

Marx e Engels, e depois Mészáros, deixam evidentemente claro o papel da educação na perspectiva da construção da emancipação humana. A crítica das mediações capitalistas que negam a “essência humana” (incluindo a formação ideológica, a cultura e todas as instituições criadas pelo sistema) é a negação das necessidades internas dos indivíduos reais (MARX, 2004; MÉSZÁROS, 2006, 2008). A educação, não no sentido da educação institucionalizada, na perspectiva desses autores, implica uma mediação social importante cujo propósito deveria ser a formação da autoconsciência dos indivíduos, no sentido da luta pela autorrealização.

A crítica radical desses autores à negação dos mecanismos que preservam a perpetuação da miséria humana, em que cada vez mais os “meios de vida” e a própria vida se tornam posse e vida da propriedade privada de forma capitalista, define os contornos de uma autêntica formação do “homem total” ou do “homem plenamente rico e profundo” (MARX, 2004).

Marx já colocava a educação no horizonte da transformação social. No texto escrito por ele em 1866, para o desenvolvimento da *Primeira Internacional dos Trabalhadores*,

já ficava evidente os traços de uma educação de interesse do proletariado. As palavras de Marx expressam claramente o objetivo de levantar um movimento internacional das classes operárias, visando à questão central, a emancipação das classes operárias, através de uma grande combinação internacional de esforços que teriam como grande tarefa transformar a realidade das classes operárias pelas suas próprias mãos.

Marx chamava a atenção para o fato relacionado ao trabalho juvenil e infantil, afirmando ser indispensável a luta contra as tendências violentas do capitalismo, que transformavam os pais em proprietários de escravos, vendedores dos seus próprios filhos, os quais eram forçados a fazerem o jogo do capital, dada as suas necessidades. A partir dessa preocupação, Marx coloca um ponto fundamental:

[...] a parte mais esclarecida da classe operária compreende inteiramente que o futuro da sua classe, e, por conseguinte, da humanidade, depende completamente da formação da geração operária nascente (MARX, 2008, p. 4).

A formação da geração operária para a transformação da realidade não é a mesma formação oferecida aos trabalhadores pela classe dominante¹. Marx se refere à tomada de consciência sobre as relações sociais de produção, que assolam a classe operária e que privam o homem da sua autêntica liberdade. Somente por uma formação de natureza oposta à reprodução desse sistema de exploração, com vista a conquistar uma nova ordem social, desprovida de qualquer interferência capitalista, seria possível propiciar a formação plenamente humana.

1 Marx tece várias críticas ao papel da educação burguesa, principalmente ao Estado como educador do trabalhador (*Crítica do Programa de Gotha*, MARX, 2012).

Marx coloca a educação do trabalhador em pauta, dizendo que a formação dos filhos dos operários deveria ter como premissa a “educação social” (antes, advertindo que devemos abolir o trabalho juvenil e infantil como instrumento de produção capitalista). Para a classe burguesa, a educação é instrumento de criar e de recriar os meios de multiplicar o capital; é apenas o adestramento do indivíduo que permite a formação e a multiplicação do capital, o que representa a condição de existência do capital. Essa forma de educação é produto das relações sociais criadas pela burguesia, que interferem e que modificam o caráter essencial da educação, assim como afirmam Marx e Engels (2008), em o *Manifesto do Partido Comunista*. A “educação social” defendida por Marx se refere à educação sem a interferência ou a influência da classe dominante. Marx e Engels apontam que uma das medidas indispensáveis para revolucionar o modo de produção e pôr fim à abolição da propriedade privada seria a “Integração da educação com a produção material”.

Em *O Capital*, Marx enfatiza que a revolução industrial transformava definitivamente a forma existente dos ramos de produção, isto é, a indústria moderna revolucionava a base técnica de produção (as funções dos trabalhos e as combinações sociais dos processos de trabalho). Consequentemente, a forma de proceder dos indivíduos é transformada, conforme a crescente necessidade de produção social dos meios de vida. Percebe-se que, ao examinar a dinâmica de produção a partir do desenvolvimento da maquinaria, Marx chama a atenção para o aspecto da formação do homem no modo de produção capitalista, em que os trabalhadores são altamente explorados na fase inicial da indústria moderna, como uma forma catastrófica, e cuja capacidade de trabalho do homem é consumida na valorização do capital. Essa transformação altera substantivamente as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

A exploração capitalista passa a exigir uma massa de trabalhadores mais desenvolvida para suprir as necessidades variáveis do trabalho mecanizado. Marx (2013) aponta vários elementos que surgem desse processo “civilizatório” da produção capitalista; dentre eles, destaca a emergente necessidade de qualificar a classe trabalhadora para que pudesse exercer atividades múltiplas e especializadas. Percebe-se que o autor já apontava a tendência que levaria a classe trabalhadora a ser qualificada de acordo com os interesses predominantemente da reprodução do capital. O desenvolvimento da ciência, bem como a sua aplicação conscientemente planejada e sistematizada pela classe trabalhadora, certamente seria o aspecto positivo para se levar adiante a luta de classe dentro dessa transformação contraditória. Nesse ponto, o autor diz que a forma capitalista de produção criou a escola dos trabalhadores; o ensino e a instrução são elementos dessa escola.

Poderíamos afirmar, sem nenhuma sombra de dúvida, que esses fatores mencionados por Marx, hoje, se tornaram um sistema do capital mais abrangente, pelo qual se produz um exército de trabalhadores para os mais diversos ramos da produção, e, além disso, se tornaram, ao mesmo tempo, pequenos e grandes laboratórios de produção das condições técnicas de aperfeiçoamento e de incremento do sistema produtivo, reduzindo cada vez mais a demanda humana à correspondente necessidade comercial.

Em *O Capital*, sobre a jornada de trabalho, Marx enfatiza:

Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher

funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, [...] (MARX, 2013, p. 306).

A tendência, a partir do nascimento da indústria moderna, foi a transformação de um processo que se “desencadeou desmesurado e violento como uma avalanche” sobre a vida da classe trabalhadora.

Marx (2010), em *Trabalho assalariado e capital*, já mostra o caráter ineliminável da produção capitalista e da qualificação do trabalhador; este último é um fator que, junto a outros fatores, proporcionaria o aumento constante da “força de produção do trabalho”, ou seja, da produtividade. Enfatiza que “[...] a força de produção do trabalho é, sobretudo, aumentada por meio de *uma maior divisão do trabalho*, por meio de uma introdução generalizada e de um aperfeiçoamento constante da *maquinaria*” (MARX, 2010, p. 58). O autor aponta dois fatores fundamentais, divisão técnica do trabalho e aperfeiçoamento da maquinaria, que proporcionam, por um lado, a diminuição do custo de produção, e, por outro, a lucratividade sobre o trabalho. Quanto mais gigantesco o número de trabalhadores disponíveis, entre os quais o trabalho se divide, mais se introduz a maquinaria em escala ampliada. Em síntese, o capitalista, para se manter com o status de capitalista, em uma guerra concorrencial no mercado, utiliza-se, como meio, da “aplicação e aperfeiçoamento de novas máquinas, graças à exploração mais vantajosa e maciça das forças da natureza” (ibidem, p. 58), para criar uma forma maior de produtos, de mercadorias, do que os seus concorrentes. Portanto, quanto mais cresce a divisão do trabalho e a aplicação e o aperfeiçoamento da ciência da maquinaria, mais cresce o capital produtivo.

Marx, ao explicar como se dão as relações sociais de produção organizadas pelo capitalismo (a crítica à teoria do valor), nos mostra os mecanismos desenvolvidos pela sociedade burguesa que intensificam a exploração dos trabalhadores: a

relação capital-trabalho. Uma relação de dominação da classe trabalhadora que abrange toda a formação do indivíduo no sentido amplo, a educação do proletariado; ou seja, os mecanismos de formação dos indivíduos (sejam eles por meio de ensino formal ou não) são criados pelo sistema capitalista sob a presunção da dominação burguesa, que impede o indivíduo de se desenvolver plenamente, pois as amarras produzidas por esse sistema não permitem “a abolição do trabalho assalariado”. O trabalho assalariado é a forma ou meio essencial de se assegurar a apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador, é a exploração do trabalho, em favor da manutenção da propriedade privada.

A crítica que Marx e Engels fazem à “formação profissional” como fator embrionário do modo de produção capitalista é exatamente o fato de o trabalhador ser recrutado ou aperfeiçoado para a reprodução do sistema capitalista. As análises dos autores estão voltadas radicalmente para o combate da essência encoberta pelos valores e pelas ideologias produzidas pela classe dominante burguesa, e visam à abolição radical de toda essa dominação. A teoria social de Marx trata-se do combate aos mecanismos criados pelo mundo do capital, que retroage o desenvolvimento pleno do homem e que o escraviza.

Na introdução escrita por Engels para a edição do texto de Marx *Trabalho assalariado e capital*, em 1891, há uma expressão concisa sobre a compreensão de Marx que parte fundamentalmente do valor da força de trabalho, observando que essa na sociedade capitalista aparece como uma mercadoria que, em sua visão, é especial. Explicita Engels:

Com efeito, ela tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de mais valor do que ela própria possui. No estado atual da produção, a força de trabalho humana não produz só, num dia, um valor maior do que ela própria possui e custa; a

cada nova descoberta científica, a cada nova invenção técnica, esse excedente do seu produto diário sobe acima dos seus custos diários; reduz-se, portanto, aquela parte do dia de trabalho em que o operário retira do seu trabalho o equivalente ao seu salário diário e alonga-se, portanto, por outro lado, aquela parte do dia de trabalho em que ele tem de *oferecer* o seu trabalho ao capitalista sem ser pago por isso (ENGELS, 2010, p. 28-29).

Quando analisamos a natureza do trabalho docente nas escolas profissionais e tecnológicas, constatamos que a força de trabalho do professor apresenta-se como propriedade especial capaz de incorporar valor. Os resultados da atividade docente nos permitem frisar que as reproduções da força de trabalho qualificadas, bem como a aplicação tecnológica da ciência, constituem uma fonte de mais valor. Tais elementos fazem parte de uma determinada constituição econômica da nossa atual sociedade, em que valor produzido pela força do trabalho docente é apropriado pelo capitalismo e posto a serviço da reprodução do capital.

Pode-se afirmar que o trabalho docente na instituição formal de ensino profissional e tecnológico está a serviço do sistema de produção capitalista, obviamente, em uma complexa e contraditória relação social de reprodução subjetiva dos indivíduos. Como observa Mészáros (2006, p. 263), em sua obra *A teoria da alienação em Marx*, “a ‘educação formal’ não é mais do que um pequeno segmento dele [do sistema de produção capitalista]”. Isto implica em dois complexos apontados por Mészáros: o primeiro está associado à reprodução das atividades produtivas. O segundo está ligado ao processo de produção e de reprodução da estrutura de valores sob as perspectivas gerais da sociedade capitalista. Sobretudo, o trabalho docente, em nossa análise, está inserido no processo de reprodução do

capital, em uma acepção particular, é meio de transferir ou de produzir um valor maior do que o valor da sua força de trabalho; portanto, o que ele produz é um excedente de “produtos”, tanto o pessoal especializado para o mercado quanto as condições materiais de produção.

Segundo Mészáros (2008b), a “crise estrutural genuína da totalidade do nosso sistema de reprodução social” atinge de forma drástica toda a vida planetária. O desemprego crônico, a intensificação e a exploração do trabalho agonizam cada vez mais os indivíduos. Segundo ele, a educação reflete a necessidade de melhoria do sistema capitalista; portanto, limitar a educação aos princípios reprodutivos do sistema capitalista significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação autêntica.

Sendo a educação uma categoria histórica responsável pela reprodução dos indivíduos, é também “responsável pela produção e reprodução da estrutura de *valores* no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos” (idem, 2006, p. 263), de acordo com cada estágio da formação social, entre as dimensões da educação, como prática utilitarista do sistema de produção capitalista e como práxis transformadora do homem e do seu mundo.

Na elaboração teórica de Mészáros (2008a), no sentido mais abrangente do termo, a educação desempenha um papel importante para os primeiros passos da transformação social. No mesmo sentido, o autor defende que a tarefa histórica que os indivíduos têm de enfrentar contra o capitalismo envolve “a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade” (ibidem, p. 65), “a transformação progressiva da consciência em resposta às condições necessariamente cambiantes”. Mészáros aponta que a educação tem um papel soberano no processo de transformação social, qual seja, na “elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para automudança

consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente” (idem).

Mészáros (2008a) nos indica o lugar da educação no processo da transformação social. Isto é, a alternativa concreta de uma “sociedade de produtores livremente associados” só é possível com a “efetiva transcendência da autoalienação do trabalho” – esta, segundo o autor, é caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. A tese de Mészáros é o combate à reprodução metabólica social do capital e às suas funções controladoras, fato deveras desumanizante e esmagador da humanidade. Nesse sistema político e socioeconômico, a maioria dos indivíduos é subordinada à execução de tarefas subalternas; não só o trabalho é controlado e subordinado à lógica do capital, mas também a educação foi mantida num compartimento separado do trabalho, “sob o domínio da personificação do capital em nossa época” (idem).

Segundo Mészáros:

Na concepção de educação há muito dominante, os governantes e os governados, assim como os educacionalmente privilegiados (sejam esses indivíduos empregados como educadores ou como administradores no controle das instituições educacionais) e aqueles que têm de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estanques. (MÉSZÁROS, 2008, p. 69).

Mészáros adverte que essa concepção de educação tem um caráter alienante, pois está sob o domínio do sistema do capital. Segundo esse autor, é necessário e urgente, “se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana [...], contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta sustentável para a regulação da reprodução metabólica social” (ibidem, p. 71-72). Em particular, tratando-se da educação profissional, a

educação do trabalhador é necessariamente interposta, conforme os requisitos educacionais e intelectuais exigidos pelas empresas capitalistas, para que possam aumentar a acumulação lucrativa do capital. A educação dos trabalhadores, no sentido restrito, aparece subordinada a imperativos fetichistas do sistema do capital.

Mészáros propõe uma “alternativa concreta” a toda forma de subordinação do capital, uma “educação para além do capital”, que visa a uma ordem social qualitativamente diferente, que

[...] equivale ao *controle consciente* do processo de reprodução metabólica social por parte de produtores livremente associados, em contraste com a insustentável e estruturalmente estabelecida característica de adversários e a destrutibilidade fundamental da ordem reprodutiva do capital (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

A concepção de educação de Mészáros afasta-se radicalmente das concepções de educação dominantes subordinadas ao sistema capitalista. A alternativa apontada por Mészáros se articula com os princípios orientadores do processo de transição socialista. Essa alternativa, na expressão do autor, “só poder ser a *automediação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade*, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados” (*ibidem*, p.72-73).

A educação para além do capital, na concepção de Mészáros,

[...], é verdadeiramente uma *educação continuada*. Não pode ser ‘vocacional’ (o que em

nossas sociedades significa o confinamento das pessoas envolvidas a funções utilitarista estreitamente determinadas, privadas de qualquer poder decisório), tampouco ‘geral’ (que deve ensinar aos indivíduos, de forma paternalista, as ‘habilidades do pensamento’). Essas noções são arrogantes presunções de uma concepção baseada numa totalmente insustentável separação das dimensões práticas e estratégicas. Portanto, a ‘educação continuada’ como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da *autogestão*. (MÉSZÁROS, 2008, p. 75).

Para Mészáros, frente ao dilema histórico da “crise estrutural do sistema do capital global”, também é “uma época histórica de *transição* de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente”. O autor nos alerta que essas “são duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital; ao mesmo tempo, também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar” (ibidem, p. 76). Nesse sentido, a tarefa educacional apontada por Mészáros é, simultaneamente, “a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”. Segundo ele:

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, [...]. E vice-versa; a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições

cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós todos - todos, porque sabemos muito bem que ‘os educadores também têm de ser educados’ – mantê-las de pé, e não deixá-las cair (MÉSZÁROS, 2008, p. 76-77).

A concepção de educação em Mészáros está alinhada à tarefa de assegurar uma transformação socialista plenamente sustentável. A concepção de educação requerida pelo autor não é aquela vista ou compreendida como “um período limitado da vida dos indivíduos”, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo. O pensamento desse autor sobre a educação como formação contínua e inseparável da prática da autogestão dos indivíduos abrevia um afastamento completo e radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema produtivo vem sofrendo profundas alterações, do lado dos interesses do capital, a incorporação da ciência e da tecnologia à produção tem como resultado a economia de trabalho, introdução de novas sistemáticas de trabalho; do lado do trabalhador, temos o desemprego crônico, a desvalorização e degradação da força humana de trabalho e a exigência da denominada “requalificação” dos trabalhadores, com o propósito de adaptar aqueles que são necessários à nova forma de produção. Nesse sentido, a formação dos trabalhadores, sob o domínio do capital, tem se apresentado como finalidade derivada de estratégias políticas de assegurar a continuidade do processo de aperfeiçoamento da força de trabalho dentro da lógica da acumulação crescente do capital. Nos ditames do

capital, a formação profissional só vale enquanto lugar de um tipo de saber, para uma formação de personalidades humanas alienadas ao modo de produção capitalista, diretamente ligada as necessidades mercantis.

O que se verifica no pleito da Educação Profissional dos trabalhadores no Brasil, no contexto sociopolítico do atual momento, é a intensificação das condições, sobre a classe trabalhadora, de um sistema de exploração do trabalho, sob a prescrição ideológica da “interiorização” da aceitação passiva. Em outras palavras, a educação dos trabalhadores, no âmbito da formação profissional, técnica e tecnológica se subordina cada vez mais à dinâmica da reprodução do capital.

Diante dessa realidade, reafirmar a perspectiva marxista da educação e, a partir desta, exercer, nos limites da pesquisa educacional, o combate ideológico e anticapitalista, constitui-se o horizonte maior da investigação aqui referida, no contexto da qual, examina-se criticamente os pressupostos básicos e a tarefa histórica fundamental para a efetiva transformação social.

REFERÊNCIAS

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Volume II. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**: introdução. Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Vol. I. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. **Instruções para os delegados do conselho geral provisório: as diferentes questões**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

SERTÃO DESENVOLVIDO, SER TÃO DESIGUAL: DESENVOLVIMENTO E TRABALHO NO COMPLEXO INDUSTRIAL FLORESTAL NORTE-MINEIRO¹

Ricardo dos Santos Silva

As mudanças no processo de produção do carvão vegetal no norte de Minas Gerais respondem tanto a transformações socio-históricas regionais quanto a mudanças de natureza macroeconômica, no modo de regulação². A “nova” realidade que se configurou na produção de carvão vegetal no norte de Minas Gerais no início do século XXI (período que compreende a terceira fase da silvicultura no país) motivou a análise das relações de trabalho e das formas de sociabilidade dos trabalhadores envolvidos na imbricação entre o “velho” e o “novo”, entre o arcaico e o (pós) moderno presente na “nova” estrutura organizacional dessa cadeia produtiva.

1 Este capítulo apresenta resultados da Tese de Doutorado em Sociologia do autor, intitulada “Pós-fordismo no sertão? A modernização da cadeia produtiva do carvão vegetal no norte de Minas Gerais”, contendo trechos publicados em periódicos e em eventos científicos.

2 Segundo Boyer (1990, p.46) a regulação é entendida sinteticamente como a “conjugação dos mecanismos que promovem a reprodução geral, tendo em vista as estruturas econômicas e as formas sociais vigentes” (Boyer, 1990, p.46).

Trata-se de uma problemática concernente à sociologia do trabalho, usualmente empregada na análise do tecido industrial urbano. Porém, a metodologia “tradicional” da sociologia do trabalho no Brasil, embora tenha apresentado importância fundamental para o desenvolvimento da disciplina no país, impossibilita a compreensão das novas conexões que se afiguraram, especialmente em meados da década de 1990 (GUIMARÃES, 2004). Neste capítulo, buscamos superar essas lacunas ao articularmos as trajetórias de setores e trabalhadores na construção do objeto de pesquisa, ou seja, perspectiva adotada considera o trabalho como uma dimensão analítica concernente ao tema de maior envergadura, o desenvolvimento e a mudança social.

A análise proposta assenta no processo de desenvolvimento econômico no Norte de Minas Gerais, especialmente, a partir da sua articulação com o surgimento do Complexo Industrial Florestal e às mudanças nas relações de trabalho nesse ramo de atividade da cadeia produtiva siderúrgica mineira.

O desenvolvimento do Complexo Industrial Florestal teve início no final dos anos de 1960. Os investimentos e incentivos do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) à silvicultura nos anos de 1970, também, fomentaram a expansão do setor – este Fundo foi direcionado aos municípios na área da Sudene. Houve a modernização e transformação de fazendas em empresas rurais e a atração de diversas firmas de outras regiões e estados.

Esse Complexo está segmentado em três cadeias de produção representativas, divididas em função das diferentes formas de utilização da madeira bruta: *Madeira industrial*, atividade econômica baseada na integração floresta/indústria, no setor de atividade Chapas de madeira reconstituída e Celulose de mercado; *Energia*, atividade econômica baseada na plantação de florestas e integração floresta/indústria, no setor de atividade Florestal e Siderurgia; e *processamento mecânico*, atividade

econômica baseada na integração floresta/indústria, nos setores de atividade Serraria e Processamento de Madeira de Eucalipto para uso múltiplo (CARVALHO, R.M.M.A. *et al*, 2009).

Algumas empresas desse setor, nas suas três cadeias produtivas, iniciaram o processo de modernização das suas atividades produtivas no século XXI, porém, devido aos limites deste trabalho, serão enfatizadas algumas características desse processo na atividade de carvoejamento, importante fonte energética do setor siderúrgico, especialmente, na V&M Florestal situada no município de Bocaiuva/MG³.

Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa exploratória para a obtenção das informações que sustentam a discussão, especialmente, dados provenientes de literaturas especializadas na área, do Relatório de Sustentabilidade da V&M Florestal, referente ao ano de 2010, do Relatório de Avaliação da V&M Florestal e da Plantar S.A., do Relatório Final da CPI das Carvoarias instaurada em 2001 e entrevistas semiestruturadas.

BREVE DIGRESSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS GERAIS SOB A SUDENE

A região Norte de Minas Gerais foi marcada por um secular “isolamento” econômico e político iniciado, grosso modo, na primeira metade do século XVIII. Esse “isolamento” se deveu a alguns fatores, como: a distância dos mercados exportadores, o estabelecimento de contagens (impostos sobre mercadorias que seguiam para a região aurífera), concorrência com outras regiões, à repressão advinda da Coroa e o confisco

3 De acordo com o IBGE, o município de Bocaiuva/MG apresentou uma população de 46.595 habitantes no ano de 2010. A produção do carvão vegetal no município alcançou a quantidade de 28.367 toneladas, perfazendo um valor de R\$ 11.917.000,00 (onze milhões e novecentos e dezessete mil reais) no ano de 2009.

dos bens dos líderes da Sedição⁴ (ANASTASIA, 1983; MATA-MACHADO, 1991; BOTELHO, 1994). O Norte de Minas “atravessou os séculos isolado das regiões mais desenvolvidas do país e manteve um ritmo de crescimento lento e retardatário” (MATA-MACHADO, 1991, p.27).

Porém, na década de 1960 a região começou a se industrializar e romper com o secular “isolamento”. Devido à sua peculiaridade no estado de Minas Gerais foi incluída na área de atuação da Sudene no ano de 1963, por meio da Lei n. 4.239. O Norte de Minas assemelha-se ao Nordeste em suas características econômicas, sociais e culturais. A origem de sua população e seus hábitos, a sua estrutura produtiva, as suas características geográficas e os seus indicadores socioeconômicos apontam esta semelhança (CARDOSO, 2000).

A noção de heterogeneidade de Minas Gerais, uma das características mais marcantes do estado. A diversidade geográfica, cultural, socioeconômica e política engendrou e/ou influenciou os processos de desenvolvimento econômico nas regiões de Minas Gerais. Dulci (1999) verificou três modalidades de desenvolvimento que variam consideravelmente. Casos diametralmente opostos ocorreram em Juiz de Fora, que se assemelha ao modelo originário de industrialização (o parque industrial da localidade era uma extensão do centro mais dinâmico da economia brasileira durante a fase pioneira de industrialização) e no Norte de Minas, área de atuação da Sudene, que teve seu processo de industrialização estimulado por uma política do Governo Federal. Esses dois casos refletem respectivamente o tipo de industrialização motivada por *fatores de mercado*, relativamente independente de variáveis políticas, e a industrialização motivada por *fatores externos*, baseada

4 A Sedição, ocorrida em 1736, foi a revolta de maior repercussão histórica da região Norte de Minas Gerais, sendo gerada pelo avanço da ordem pública no sertão. Lutava-se contra a ampliação do poder público da Coroa portuguesa.

em meios institucionais para a dinamização de áreas sem interesse para investimentos de mercado. A terceira modalidade de desenvolvimento mineiro se baseou na busca de “uma via própria”, caracterizada pela articulação entre *recursos políticos* e o *potencial das condições de mercado* – modelo característico de Belo Horizonte. Assim, o processo de desenvolvimento deriva do impulso interno a partir da combinação de fatores econômicos e políticos⁵.

De forma geral, a perspectiva que orientou os estudos sobre o processo desenvolvimento econômico da região Nordeste do Brasil, sob a égide da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), considera fatores e agentes capitalistas externos à região como impulsionadores desse processo, (OLIVEIRA, 1977)⁶ e (FURTADO, 1989)⁷. As abordagens que tratam das ações da Sudene na região Norte de

5 Dulci (1999) buscou superar a dicotomia existente entre as abordagens “representacionistas”, as quais afirmavam que as lideranças políticas representavam os interesses dos grandes proprietários (o que explica, por exemplo, a grande influência política dos cafeicultores da Zona da Mata e do Sul de Minas Gerais durante a primeira república), e as abordagens que dissociavam economia e política, que defendiam a predominância da burocracia e das lideranças políticas profissionais na orientação do desenvolvimento – a despeito dos interesses privados. Havia uma nítida dicotomia entre as correntes, pois se a primeira verifica uma sintonia entre Estado e burguesia, a segunda, concebe o Estado como agente central do desenvolvimento (PEREIRA, 2007).

6 A integração nacional sob o domínio econômico e político da “região” de São Paulo (Centro-Sul), não encontrou resistência na debilitada “burguesia industrial açucareira-têxtil”, politicamente incapaz de redefinir e comandar seu “esquema de reprodução”. A perda de poder político “impedia-lhe de utilizar o próprio Estado, capturado pela burguesia industrial do Centro-Sul e, no Nordeste, pela oligarquia algodoeiro-pecuária, para redirecionar seus esquemas de reprodução” (OLIVEIRA, 1977, p.78). O “Estado que fica no Nordeste é um Estado imobilista, do ponto de vista das relações entre as classes ‘regionais’, ainda que do ponto de vista da acumulação em escala nacional operasse francamente, reiterando os termos de reprodução da economia industrial (OLIVEIRA, 1977, p.82)”.

7 As forças dominantes do Centro-Sul apoiavam as ações da SUDENE no sentido de efetuar mudanças estruturais no Nordeste (FURTADO, 1989), pois a modernização desta região abriria novos mercados, favorecendo as atividades industriais do Centro-Sul.

Minas Gerais também ressaltam as iniciativas externas como forças motrizes do desenvolvimento regional (BRAGA, 1985).

Porém, (PEREIRA, 2007) se distancia das abordagens que analisam o desenvolvimento a partir de fatores e agentes exógenos. Baseado na tipologia sugerida (DULCI, 1999) para o caso de Belo Horizonte, propõe existência de estruturas regionais de poder que, também, condicionaram o desenvolvimento do Norte de Minas Gerais. A política regional foi marcada pela presença simultânea de fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais – uma elite “polivalente” ou “multifuncional”. As lideranças empresariais urbanas, rurais e políticas norte-mineiras, fortemente unificadas e representadas pela Sociedade Agropecuária de Montes Claros, criada em 1944, posteriormente denominada Sociedade Rural de Montes Claros, pela ACI (Associação Comercial e Industrial de Montes Claros) criada em 1949 –, concordaram com o modelo de desenvolvimento implantado na região e se beneficiaram com o mesmo.

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ATUAL NORTE-MINEIRO A PARTIR DA NOÇÃO DE “METACAMPO”

O desenvolvimento econômico do Norte de Minas Gerais via Sudene dinamizou e diversificou as estruturas produtivas locais, tanto rurais quanto urbanas, e ocasionou ou estimulou a emergência de instituições⁸ e/ou seu amadurecimento. A estas transformações correspondem novas estruturas e relações

8 Citamos algumas dessas instituições: o CAA (Centro de Agricultura Alternativa) criado em 1985, promove iniciativas de desenvolvimento sustentável com o objetivo da manutenção do pequeno produtor rural no campo; o Escritório da Regional Norte do IEF (Instituto Estadual de Florestas) foi efetivamente implantado em 1985 – embora já existissem Escritórios Florestais em Januária, Rio Pardo de Minas, Jaíba, Pirapora e Montes Claros, desde 1975; ADENOR (Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas), criada em 2009, visando ao aceleração do desenvolvimento econômico sustentável da região, entre outras.

sociais que, conseqüentemente, constituem uma nova plataforma para as demandas de desenvolvimento regional.

Novos grupos e interesses concernentes à região entraram em jogo simultaneamente a articulação de diferentes espaços geográficos no processo de produção capitalista. A partir dos anos 1980 a “periferia” nacional foi paulatinamente integrada aos investimentos chamados *greenfields* por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II. Houve um reforço de gêneros industriais relacionados à exploração de recursos naturais no interior do país. As *greenfields regions* são caracterizadas pela inexistência de tradição industrial, débil atuação sindical, baixos salários e pelo interesse dos governos na atração de investimentos estrangeiros, por meio de incentivos fiscais e financeiros – “guerra fiscal”⁹ (FIRKOWSKI, 2005). A produção de carvão vegetal na região Norte de Minas seguiu essa linha, sendo articulada, principalmente, às firmas siderúrgicas concentradas na região central do estado.

Os investimentos *greenfields* possibilitaram a redução dos custos de produção e o aumento das margens de lucro. Essa estratégia predominou em Minas Gerais até os anos de 1990, mas vem regredindo ao longo do tempo, cedendo espaço para a aquisição de firmas estabelecidas no mercado (DE PAULA, 2006). A Vallourec & Mannesmann, líder mundial no mercado de tubos de aço sem costura, exemplifica as novas estratégias de investimentos. A Mannesmann Agroflorestal foi criada no ano de 1969. No ano 2000 a Mannesmann-Röhrenwerke e a francesa Vallourec formaram a V&M Florestal a partir de uma *joint-venture*. Em 2005 esse grupo passou a ser controlado integralmente pela Vallourec. A V&M Florestal tem como objetivo a produção de carvão vegetal com o intuito de garantir

9 Para uma melhor compreensão da chamada “guerra fiscal” e sua relação com o desenvolvimento desigual do país – essa heterogeneidade seria a causa mais profunda da guerra fiscal – ver Dulci (2002).

a auto-suficiência dessa fonte energética a V&M do Brasil na produção de tubos de aço sem costura.

De forma geral, esse conjunto de transformações redefiniu as relações entre agentes e os interesses que orientam a produção em escala regional. Em termos sociológicos, o desenvolvimento econômico pode certamente ser relacionado à mudança social. As perspectivas divergem quanto às causas das transformações nas estruturas sociais. O desenvolvimento econômico seria, por um lado, a causa das mudanças sociais¹⁰ (variável independente) ou, por outro, seria apenas uma das suas expressões¹¹ (variável dependente).

As abordagens sociológicas clássicas sobre o desenvolvimento das sociedades modernas verificam as forças motrizes da mudança social a partir de perspectivas diferentes. A mudança social seria, por um lado, derivada das transformações econômicas concernentes à produção capitalista – como proposto pela perspectiva marxista – ou, por outro, de fatores não econômicos que desempenham um papel fundamental nas transformações das sociedades modernas – perspectiva weberiana. Essas abordagens, que são aperfeiçoadas e adaptadas aos novos contextos, apresentam limitações na análise do desenvolvimento econômico atual nas diferentes regiões (entre nações

10 O desenvolvimento econômico na região Norte de Minas Gerais, como constatado nas abordagens centradas na feição exógena do processo, apresenta um caráter prescritivo, especificamente, do ponto de vista da população que é afetada pela mudança social. Na perspectiva dos “afetados”, o desenvolvimento seria a causa das mudanças nas estruturas sociais que historicamente orientaram suas ações. Os investimentos beneficiaram segmentos econômicos específicos, muitos dos quais, além das fronteiras da região e do estado de Minas Gerais.

11 Santos (2010), a partir de uma abordagem sócio-antropológica, considera o desenvolvimento econômico como parte de uma totalidade cultural complexa. “O desenvolvimento econômico não gera a mudança social, ele é a própria mudança, pois se identifica com a totalidade cultural. A economia, compreendida como uma fração desta totalidade, é incapaz de determiná-la. Trocando em miúdos, a ocorrência do desenvolvimento econômico é determinada pela evidência de mudança social, seu conteúdo substantivo” (SANTOS, 2010, p.5).

e/ou intranações), notadamente, quanto às relações entre os agentes e entre estes e as estruturas sociais que os condicionam. Considera-se aqui tanto os agentes estratégicos, que nas suas relações impulsionam e condicionam as mudanças, quanto os que as sofrem de forma mais ou menos passiva.

Apreender as relações entre agentes e estruturas sociais possibilita lançar hipóteses condizentes e coerentes com a realidade vivida, conhecida/interpretada pelo agente¹². Destarte, a análise das percepções dos agentes sobre desenvolvimento do Complexo Industrial Florestal visa articular subjetividade e objetividade, no sentido de (BOURDIEU, 1990), como momentos simultâneos¹³ presentes nas relações sociais.

12 Bourdieu (2007a) realiza uma crítica à escolástica – combate à ilusão do fundamento – e utiliza algumas categorias interessantes para a compreensão da conexão entre o agente/campo que mobilizamos ao longo do presente texto – por exemplo, a *illusio*. Cada indivíduo, inclusive o pesquisador, apreende a realidade a partir das condições de possibilidade dadas pelo seu campo. Destarte, é necessário “objetivar o sujeito da objetivação”, pois o objeto (para o pesquisador) é a representação transfigurada da relação que se tem com ele, relação orientada pelo *habitus* – não se deve atribuir ao objeto propriedades que são do pesquisador.

13 Bourdieu (1990) resume sua perspectiva que articula objetividade e subjetividade (em contraposição ao subjetivismo característico do interacionismo simbólico, especialmente da etnometodologia, e ao objetivismo presente, por exemplo, nas perspectivas de Marx e Durkheim) nos seguintes termos: “de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética e que, por exemplo, mesmo se o momento subjetivista parece muito próximo quando o tomamos isoladamente nas análises interacionistas ou etnometodológicas, ele está separado do momento objetivista por uma diferença radical: os pontos de vista são apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura” (BOURDIEU, 1990, p.152). Cabe salientar que o *habitus* é condicionado pelo campo, mas esse condicionamento é uma prioridade exigida pelo modelo de análise bourdieusiano e não uma prioridade ontológica, pois a realidade social não é movida pela mesma lógica do modelo sociológico.

A noção bourdieusiana de campo apresenta-se, nesse sentido, como fecunda para a análise do desenvolvimento do setor. A partir dessa perspectiva que rompe com os modos de pensamento substancialista e realista, (BOURDIEU, 2007b) utiliza a noção de *campo de poder*, segundo a qual existem relações de força entre agentes, ocupantes de determinadas posições sociais, que garantem uma quantidade de *força social* que possibilita a sua entrada nas lutas pelo monopólio do poder, especificamente, naquelas lutas que apresentam “uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder” (BOURDIEU, 2007b, p.29). As elites dos diferentes campos sociais travam as disputas no campo do poder. Esse campo assume a forma de um “metacampo” que condiciona as disputas em outros campos sociais. As transformações nele ocorridas alteram as posições sociais, as alianças e as oposições internas e, também, as relações entre agentes e as instituições desse campo com agentes e as instituições de outros campos sociais.

Inspirado na abordagem bourdieusiana Santos (2010) analisou o desenvolvimento econômico a partir dos casos do complexo mina-ferrovia-porto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na região oriental amazônica e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no Rio de Janeiro, recorrendo à noção de “metacampo”. Segundo o autor “este objeto econômico [o desenvolvimento econômico] condiciona assim, os limites da ação e a dinâmica das relações entre os agentes – inclusive aqueles (agentes e relações) que precedem a sua criação” (SANTOS, 2010, p. 13).

No caso do Complexo Industrial Florestal norte-mineiro, esse “metacampo” começou a ser constituído no final dos anos de 1960 e início da década posterior, como buscamos, brevemente, indicar nas linhas acima. O desenvolvimento desse setor no Norte de Minas transformou as estruturas que balizam as percepções e ações dos agentes diretamente ou indiretamente

envolvidos nesse processo. Novas demandas emergiram, em especial, a expansão do plantio florestal e da produção de carvão em Minas Gerais com o objetivo de suprir a demanda siderúrgica no estado. Existem, também, demandas do setor relativas à diminuição da carga tributária, melhorias nas redes viárias e maior apoio do Estado com vistas ao desenvolvimento dessa atividade. Carvalho *et al* (2009) constataram, também, que os principais problemas para o desenvolvimento do setor, na perspectiva de algumas empresas, assentam na legislação e na atuação do IEF.

Embora as empresas e o estado de Minas Gerais aparentemente “concordem” com o desenvolvimento – sustentável – do setor (presente nos seus discursos), as concepções relativas à definição desse desenvolvimento variam de acordo com o campo em questão. A produção do carvão envolve necessariamente a transformação da matéria/ambiente, alvo de preservação e cuja alteração reflete nas formas de reprodução social características da região, e a lucratividade das empresas. Essa variação de visões em torno das formas de produção do carvão vegetal coloca em disputa/contradição concepções de desenvolvimento sustentável ligadas aos setores socioambientais de Universidades (existem campos no interior das Universidades, não há unidade, pois existem concepções discordantes de acordo com a área de conhecimento) e instituições como o CAA, de um lado, e concepções de associações de produtores, como a Associação Mineira de Silvicultura (AMS) e do Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (SINDIFER), do outro. Nessa disputa as empresas têm demonstrado um poder de definir as regras do jogo, condicionando a mudança social.

Nesse processo de transformações, de lutas pela definição de desenvolvimento do setor, as formas de satisfação das necessidades de reprodução biológica e social dos norte-mineiros foram (e são) transformadas. No que tange, especificamente, às novas estratégias empresariais adotados, as transformações

tecnológicas e organizacionais na produção do carvão vegetal ocasionaram a exclusão de trabalhadores do processo produtivo, a redefinição demográfica no interior das fábricas e alterações nas identidades individuais e coletivas.

O DESENVOLVIMENTO ALTERA O COTIDIANO DO TRABALHO NAS CARVOARIAS NO SÉCULO XXI

Essas transformações no Complexo Industrial Florestal alteraram estruturas sociais regionais, especialmente, do trabalho¹⁴. No início do século XXI a *joint-venture* que originou a V&M Florestal ocasionou um processo de modificações técnicas e organizacionais na produção do carvão vegetal que buscamos compreender e lançar algumas hipóteses. É interessante ressaltar que a nova realidade na produção do carvão vegetal não se resume a V&M Florestal, outras empresas como a Minasligas e a Plantar S.A. passaram por transformações tecnológicas e organizacionais, especialmente, a mecanização de todas as atividades produtivas – colheita do eucalipto, corte das torras, transporte até os fornos, descarregamento dos fornos e carregamento dos caminhões que realizam o transporte do carvão.

Beaud e Pialoux (2009) analisaram as transformações do trabalho operário na Peugeot, na França, verificando a “desestabilização coletiva” e a “desmoralização individual” que os antigos operários¹⁵ enfrentavam. A reflexão sobre as estratégias

14 Há uma estreita relação entre a modernização do trabalho e as mudanças em outros espaços sociais, como na escola, nas relações na comunidade, nas formas de sociabilidade dentro e fora do trabalho, (BEAUD E PIALOUX, 2009).

15 Deve-se ressaltar que é possível falar em “classe operária” no caso analisado por Beaud e Pialoux (2009) devido às relações estabelecidas entre os operários e a empresa, a solidariedade do grupo, o orgulho operário e suas relações políticas no sindicato e nos partidos. Caso diferente da situação dos trabalhadores na produção de carvão vegetal que, além não passaram pela experiência taylorista/fordista,

patronais de modernização da empresa, especialmente, a transferência de trabalhadores da antiga fábrica de acabamento da Peugeot para a nova RC (Roupação de Carcaça) entre julho de 1989 e julho de 1994, pode auxiliar a análise sociológica de alguns aspectos das transformações tecnológicas e organizacionais que afetaram os trabalhadores em carvoarias no Norte de Minas. Sentimentos como o medo do futuro, de vulnerabilidade, de perda de um espaço familiar, de desvalorização social, dentre outros, concomitantes ao processo de automação da produção, foram verificados no caso francês.

A automação da produção nas carvoarias é marcada por certa ambiguidade. Por um lado, a mecanização das fases mais agressivas do processo de trabalho gera melhorias no ambiente e nas condições físicas de trabalho – menor exposição ao calor (solar e dos fornos), menor esforço físico e exposição à fumaça. Por outro lado, engendram transformações sociais que desestruturam grupos sociais – internamente à empresa e fora dela. Segundo o Relatório Final da CPI das Carvoarias instaurada em 2001, “impressionou” a exclusão¹⁶ causada pela automação, pois no “processo de colheita mecanizada de eucaliptos [...] cada trator substitui cerca de 70 trabalhadores com motoserras”. Cabe salientar que o caso do Complexo Florestal Industrial no Norte de Minas Gerais reflete, em escala regional, uma característica do desenvolvimento brasileiro analisada por Oliveira (2008), a articulação orgânica entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Se alguns grupos se beneficiaram desse processo grande parte dos trabalhadores vivenciou a exclusão

não desenvolveram relações sociais que possibilite sua caracterização como “classe operária”.

16 Existem, também, demissões não relacionadas exclusivamente à automação do processo produtivo, mas à intensificação do trabalho. Tarefas que anteriormente empregavam 20 (vinte) trabalhadores são executadas atualmente por apenas 3 (três). Isso que resulta em doenças ocupacionais e acidentes de trabalho (deve-se ressaltar que muitos desses acidentes não são registrados).

social devido à modernização das empresas. As práticas de terceirização e quarteirização¹⁷ (inclusive de atividades finalísticas) corroboram essa tese. Precários vínculos empregatícios, baixos salários e péssimas condições de trabalho deterioram as condições de trabalho e vida do carvoeiro – o Sindex-MG (Sindicato Extrativo Vegetal do Estado de Minas), na cidade de Curvelo-MG, registrou inúmeros acidentes de trabalho, relacionando-os às condições em que são realizadas as atividades nas empresas terceirizadas, normalmente microempresas.

De uma forma geral os trabalhadores que passaram pela modernização da empresa, especialmente, os excluídos se depararam com outro problema. Esses trabalhadores apresentam um baixo nível de escolaridade, pois as atividades nas carvoarias “tradicionais”¹⁸ demandam principalmente atributos físicos¹⁹. Em um mercado de trabalho caracterizado pela demanda de trabalhadores cada vez mais escolarizados/qualificados e competentes, as experiências cotidianas dos carvoeiros “tradicionais” não são consideradas.

Novas formas de organização e gestão do trabalho relacionadas ao modelo pós-fordista foram verificadas na V&M Florestal. A empresa recorre à entrega JIT (*Just in time*) que

17 A quarteirização no setor ocorre quando um trabalhador terceirizado, proprietário de uma motosserra, subcontrata e paga um ajudante para realizar as tarefas. Cabe salientar que a aprendizagem do trabalho, tanto do terceirizado quanto do quarteirizado, se baseia na observação e na prática (Relatório de Avaliação da V&M Florestal Ltda. e da Plantar S.A. Reflorestamentos ambas certificadas pelo FSC – Forest Stewardship Council, 2002).

18 Para uma análise mais detida da organização da produção, tecnologia utilizada e das relações de trabalho nas carvoarias tradicionais ver Brito (1990), Pereira (2007a) e Silva; Santos (2011).

19 Isso não significa que os trabalhadores não mobilizem conhecimento durante o processo de trabalho. Nas fases de abastecimento do forno e no controle da carbonização, por exemplo, “os trabalhadores sabem como fazer, ainda que não conheçam as propriedades físico-químicas da combustão [...] O trabalhador não possui conhecimentos formalizados e sistematizados, mas ‘incorpora’ competências, não facilmente verbalizáveis” (DIAS, *et al*, 2002, p.273).

pressupõe novas habilidades dos trabalhadores para a manutenção do fluxo produtivo com vistas ao atendimento da demanda energética siderúrgica. A utilização desse sistema pressupõe novas formas de comunicação internas à empresa²⁰, novas práticas de manutenção de equipamentos para evitar interrupção do fluxo produtivo, maior envolvimento e participação no trabalho, entre outras práticas, ver, por exemplo, (HIRATA, 1994) e (DURAND, 2003).

Estratégias como a gestão de competências dos trabalhadores²¹ e o pagamento da PLR (participação nos lucros e resultados) também foram implementadas na empresa. O modelo das competências se relaciona ao JIT (ou Fluxo Tencionado). É caracterizado, dentre outros aspectos, pelo sistema de remuneração individualizado, remunera-se pela mobilização em si, pelo envolvimento do empregado com os objetivos da empresa – a mobilização recebe a denominação de comportamento ou competência. Segundo Durand (2003, p. 153) a empresa controla “a lealdade dos empregados, para se assegurar de que eles dirigirão suas capacidades e mobilizarão sua subjetividade no sentido de atingir os objetivos, que são raramente negociáveis, tanto em termos de conteúdo, como de meios”.

A PLR, de acordo com Mello e Silva (2010), afeta a organização do trabalho ao incorporar na norma institucional princípios inerentes ao JIT e à flexibilidade. Essa incorporação

20 De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da V&M do Brasil (A V&M Florestal é uma das suas subsidiárias), “o processo de divulgação e compartilhamento de informações nas empresas V & M do BRASIL é orientado por um sistema de comunicação interna, que busca reforçar o alinhamento entre as áreas e oferecer suporte ao sistema de gestão e às estratégias empresariais. A ênfase é dada ao diálogo com colaboradores, por meio de comunicação direta e de uma série de veículos (impressos e eletrônicos), campanhas, eventos, entre outras iniciativas”.

21 Informação obtida no Relatório de Auditoria da Empresa realizada pela Bureau Veritas em novembro de 2007 e no site da V&M do Brasil, disponível em: www.vmtube.com.br

pode ser percebida, por exemplo, na flexibilidade salarial que se afasta da política salarial fordista, na associação do rendimento do trabalhador aos métodos de racionalização da produção característicos da *lean production* (produção enxuta).

A livre negociação (sem a presença do Estado) associada à PLR é uma característica do atual período de flexibilidade²² e instabilidade. Essa forma de remuneração afasta-se da negociação coletiva por setor ou ramo, concentrando-se nas empresas individuais. Ela passou a regular a vida no interior da fábrica e alterou a política de recursos humanos, pois estas passaram a levar em consideração as formas de gestão orientadas pelos resultados e metas, ou seja, o rendimento associado à consecução de metas, (MELLO E SILVA, 2010).

Há a possibilidade de intensificação do trabalho quando as formas de negociação da PLR²³, ainda de acordo com o autor supracitado, pautam-se pela ideia de “resultados”. Estes são definidos a partir da contratação de metas junto às empresas, tais como: produtividade, redução de custos, vendas, acidentes de trabalho, certificações pelo sistema ISO, introdução de técnicas de gestão, limpeza, dentre outras. O valor pelos resultados de 2010 na V&M do Brasil foi de R\$ 33,8 milhões, o equivalente a 2,3 salários nominais para cada empregado, com pagamento efetuado no início de 2011 (Relatório de Sustentabilidade da V&M do Brasil, 2010).

As práticas produtivas inauguradas no alvorecer do século XXI, que podem ser compreendidas como formas de

22 Segundo Mello e Silva (2010) a “PLR normatiza a flexibilidade, tornando-a uma regra geral: se antes esses abonos eram uma complementação cujo parâmetro era o salário fixo, agora o parâmetro são as metas, além dos resultados (lucros) da empresa.

23 Existem três formas institucionais para a implementação da PRL: a) via convenção coletiva da categoria; b) através do acordo coletivo das empresas e; c) de forma unilateral, por meio da apresentação de uma proposta fechada efetuada pela empresa, Mello e Silva (2010).

organização ou mentalidade, resultam da transposição de processos de produção engendrados sob relações sociais diferenciadas, especialmente, sob experiências de solidariedade e resistência de classe que caracterizaram o binômio taylorismo/fordismo. Essa transposição ocasionou mudanças estruturais que, em alguns casos, geraram uma indeterminação²⁴ de certos agentes no novo campo. Dito de outro modo, a *illusio* que passou a ditar as novas formas de comportamento no trabalho, que inscreveu as regras para jogar e ter sucesso no jogo/trabalho (competências, participação, envolvimento, entre outros), regras que se coadunam e reforçam o poder das empresas, escapou aos trabalhadores excluídos. Eles não aderiram ao jogo por não conseguirem incorporar a nova *illusio* (situação explicável pelas suas trajetórias de vida) o que gerou uma indeterminação derivada da decomposição de um campo familiar que dava suporte às suas práticas. Uma das consequências desses processos é ampliação das formas de trabalho precário e/ou informal e a inserção de cônjuges no mercado de trabalho local, também, em condições precárias.

No caso dos trabalhadores remanescentes, embora tenham passado pelas contradições, medos e incertezas, vividas e dramaticamente concretizadas no caso dos excluídos, experimentaram uma adaptação às novas práticas de trabalho que reforçou a submissão à empresa. A adaptação ao conjunto de habilidades e comportamentos exigidos, no quadro de uma nova *performance* do trabalhador, sua discrepância em relação às formas de sociabilidade que marcaram as trajetórias dos carvoeiros “tradicionais” (em termos de controle do trabalho, por exemplo), pode ser compreendida a partir da ideia de um “deslocamento civilizador”, seguindo a linha de Elias (1994), ou seja,

24 Bourdieu (1996), por exemplo, verifica alguns efeitos da “indeterminação” de Frédéric, decorrente da dupla determinação contraditória que ele sofria dos campos econômico e artístico. Essa indeterminação seria a fonte do fracasso social.

o operador/trabalhador desenvolve uma espécie de auto-restrição dos seus comportamentos – adequados ao novo modelo produtivo e em consonância com os objetivos da empresa²⁵. A persistente submissão do trabalhador ao capital/empresa, se desloca de uma forma de submissão motivada externamente, para outra “autocontrolada”²⁶ e entendida socialmente como necessária – que suplanta os limites da empresa e orienta a vida fora da dela – e adequada ao novo modelo produtivo.

Nesse quadro, tendo como referência a análise de Beaud e Pialoux (2009), a empresa consegue rearranjar as contradições entre grupos sociais. As relações de hostilidade entre os que estão na fábrica e os que estão fora dela – os desprovidos de qualificações e competências, portanto, vistos como “piores” – se acentuam devido à desestruturação das antigas relações e o aumento da concorrência/competição entre os trabalhadores. No caso da silvicultura, as empresas treinam os jovens (bolsistas) que assumem os postos de trabalho dos mais velhos “elas vão mandando embora os velhos e trazendo os novos para o mercado. Bolsa para a pessoa de 22 anos, 25, e os antigos delas, [elas] vão mandando embora” (*Entrevista 24: Presidente do*

25 Em uma abordagem interessante que segue a perspectiva foucaultiana do poder disciplinar, Maroni (1982) analisou o processo de trabalho sob o modelo produtivo taylorista/fordista no ABC paulista. Esse processo pressupõe as *sanções normatizadoras* à princípio exteriores (existem regulamentos operatórios que orientam as atividades e comportamentos dos trabalhadores que, por sua vez, são supervisionados rigorosamente pelos quadros hierárquicos) e que são posteriormente internalizadas pelos trabalhadores. Nos termos da autora “sujeito a tal malha do poder disciplinar, o operário é constantemente individualizado – produto e objeto de promoções ou penalidades – e, como tal, inscreve em si mesmo as relações de poder, interioriza a meritocracia e introjeta a competição, quebrando a solidariedade operária. O poder do capital exerce, a partir do próprio operário individualizado, as condições de sua eficácia política” (MARONI, 1982, p.39, grifo nosso).

26 Embora as terminologias utilizadas variem, parece ser consenso na sociologia do trabalho que uma das principais características do novo modelo produtivo é o domínio da subjetividade dos trabalhadores.

SINDEX-MG e da FTIEMG, Belo Horizonte/MG, março de 2013).

Segundo entrevista realizada com a gerente de Recursos Humanos de uma multinacional do setor, existem as seguintes exigências de escolaridade para o ingresso na empresa: “para cargos de Entrada (Operador Florestal), exige-se Ensino fundamental completo ou incompleto. Para os demais cargos, exige-se o Ensino Médio Completo. Anteriormente, não era exigido o Ensino Médio para cargos Operacionais das áreas de produção” (Entrevista 17: Analista de Recursos Humanos, Curvelo, outubro de 2013).

As entrevistas remetem à exclusão dos trabalhadores mais velhos e ao aumento no nível de escolaridade dos trabalhadores ingressantes. As grandes empresas passaram a selecionar trabalhadores com ensino médio completo. Essa exigência de escolaridade reflete um padrão típico do mercado de trabalho urbano, contrastando com o histórico característico do meio rural. Por meio da introdução de um novo nível de escolaridade para o recrutamento de trabalhadores, as empresas garantem a qualificação necessária à consecução das atividades concernentes ao processo produtivo, como fazem as empresas modernas das áreas urbanas e metropolitanas. Por fim, as novas formas de utilização da força de trabalho articulam-se às relações de trabalho tradicionais ou arcaicas (não fordistas). A inexistência de uma tradição sindical e/ou de classe que se contraponha às ações das empresas caracteriza essa articulação o que aumenta sobremaneira o poder dos produtores de carvão (grandes ou pequenas empresas), alimentando as desigualdades sociais locais. Novas formas de sociabilidade que individualizam os trabalhadores (envoltos em relações conflituosas) são constituídas e ocasionam dificuldades de mobilização do coletivo de trabalho, o que corrobora o processo de precarização permanente do trabalho e a reprodução das debilidades que caracterizaram o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A Sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril do São Francisco**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no séc. XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Flaubert analista de Flaubert. In: BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Meditações Pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.

BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel. 1990.

BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. **Industrialização da Área Mineira da SUDENE: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado

em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.

BRITO, José Otávio. Carvão Vegetal no Brasil: Gestões econômicas e ambientais. **São Paulo Energia**. São Paulo, SP, nº 64, mai./jun.1990 , p.221-227. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/YcDzd6q3pswcyzxFwJyNLfq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 out. 2021.

CARDOSO, José Maria Alves. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CARVALHO, Rosa Maria Miranda Armond. *et al.* Estudo das relações dos atores sociais no Complexo Industrial Florestal de Minas Gerais. **Revista Árvore**. Viçosa, MG, v.33, n.2, p.359-366, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rarv/a/kvzTTHPH-gKCJXRP5sNBSSpC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 out. 2021.

DE PAULA, G. M.. Estratégias Corporativas y de Internacionalización de Grandes Empresas Industriales Privadas Latinoamericanas. In: De Paula, G. M.; Ferraz, J.C.; Núñez, G.. (Org.). **Governabilidad Corporativa, Responsabilidad Social y Estrategias Empresariales en América Latina**. Santiago e Bogotá: CEPAL e Mayol, 2006, p. 145-174.

DIAS, Elizabeth Costa, *et al.* Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 , n. 1 , jan.-fev. 2002, pp.269-277. Disponível em: <<https://www.scielo>>

br/j/csp/a/4TFT6Ctyy87DxvrKQxj5P9r/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em 20 out. 2021.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e Relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR, n. 18, jun. 2002, p. 95-107. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsoc/a/9VWCKbZFNbfB5q8XjFhdncc/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em 20 out. 2021.

DURAND, Jean Pierre. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. Tradução de Leonardo Gomes Mello e Silva. **Tempo Social**. São Paulo, SP, v.15, n. 1, Abril 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/fk93cjKJG3Cm5pXHWJXbcvL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 20 out. 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, CE, v. 1, p. 67-80, 2005. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6612/3611>>. Acesso em 20 out. 2021.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados: estratégias e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Ed. 34, 2004, 408 p.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competências. In: FERRETTI, Celso J. et al. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARONI, Amnérís. **A estratégia da Recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELLO E SILVA, Leonardo Gomes. Trabalho e regresso: entre desregulação e re-regulação. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Crítica à razão dualista – o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Altamira. Precarização e (des)estruturação do trabalho nas carvoarias. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 8, n. 2, jul. 2007a. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1641>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. A força de Vulcano: Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental e no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Ricardo dos Santos; SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. Transformações no processo de produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, João Pessoa-PB, Brasil, 2011. p.1929-1939.

"PASSANDO A BOIADA": REFLEXÕES SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NO BRASIL

Thaís Guimarães Mendes
Rômulo Soares Barbosa

INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva analisar características das práticas de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos minerários no Brasil. Para tanto, busca-se, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, lançar luzes sobre arranjos normativos e práticas recorrentes que envolvem o licenciamento deste tipo de empreendimento.

O rompimento das barragens de rejeitos do Fundão, em 2015, na cidade de Mariana e do Córrego do Feijão, em 2019, em Brumadinho, ambas no Estado de Minas Gerais, expressam tragicamente as consequências da priorização (em especial pelos agentes de estado e corporações transnacionais) das estratégias econômicas sobre o meio ambiente¹, em detrimento a

1 Quanto aos “desastres” apresentados muitas vezes como naturais (ou assim retratados por meio de recursos discursivos mitigadores das consequências advindas, que encobrem as gêneses causadoras), Valencio (2014) pontua não se tratarem de algo excepcional, mas parte decorrente de um modelo de desenvolvimento que implica na “intervenção da máquina pública na conformação territorial” que

outras formas culturais e sociais de valorar, interagir e conceber a natureza.

A eficácia do discurso do desenvolvimento se mostra de tal forma ativa e enraizada, especialmente no tocante à exploração de recursos minerais em Minas Gerais, que a devassidão deixada pelos mares de lama sobre as “veias abertas”² mineiras e seus povos aparenta não ter sido o bastante para “sensibilizar as forças dominantes do sistema político formal” (ACSELRAD, 2019; ARAÓZ, 2020) ou frear o aumento da fronteira mineral no Estado, uma vez que, mesmo após as criminosas tragédias, os atos e as narrativas dos agentes públicos – a nível federal ou estadual - permanecem centrados numa perspectiva econômica de apropriação da Natureza, cujas externalizações, dotadas de pretensa formalidade, ressoam as demandas do capital.

Prova disso é que mesmo após a devastação de Mariana-MG houve intensa movimentação legislativa para desmantelamento de instrumentos ambientais destinados a evitar ou reduzir os chamados impactos ambientais e sociais. Como exemplo, foi sancionada no primeiro semestre de 2016, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Lei nº 21.972/2016 que alterou os trâmites de licenciamentos ambientais então vigentes no estado para conferir-lhes maior celeridade e simplificação das etapas procedimentais. No mesmo ano, a discussão a nível federal se acirrou no Congresso Nacional em virtude da Proposta

“desorganiza a vida social local”, embora permaneça omissa no tocante aos “serviços públicos comunitariamente requeridos”. (VALENCIO, 2014, p.21).

- 2 Referência à “Veias Abertas da América Latina”, do Uruguiano Eduardo Galeano. Segundo o autor, “é a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos” (GALEANO, 1971). Neste sentido, Araóz (2020, p.19) acrescenta que “desde cedo” a mineração na América Latina “foi definida pela metáfora das veias abertas”.

de Emenda à Constituição (PEC) 65/12 e do Projeto de Lei do Senado (PSL) 654/14³, os quais intentavam, respectivamente, a substituição da exigência do licenciamento ambiental pela simples apresentação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA pelo o empreendedor e a criação de um “licenciamento ambiental especial” para empreendimentos considerados estratégicos e de “interesse nacional”. Em todos os casos, o debate político materializou a concepção desenvolvimentista extrativista, deixando em evidência a expressa aliança e articulação entre parlamentares e interesses particulares corporativos para instalação de empreendimentos de “larga escala” (BRONZ, 2016), em desconsideração aos direitos de participação da sociedade civil e das populações atingidas nos procedimentos administrativos decisórios.

ASSIMETRIAS DE PODER DE UM CAMPO EM DISPUTA

Enquadrando-se a exploração dos recursos naturais como a saída econômica “instintiva” dos governos brasileiros nas últimas décadas, a imagem dos instrumentos de regulação ambiental, mais especificamente dos licenciamentos ambientais, assumem conotações negativas, vistas como “entraves” econômicos que devem ser afastados, “modernizados”, “simplificados”, para que os recursos naturais sejam amplamente extraídos conforme

3 O Projeto prevê como empreendimentos estratégicos a serem objetos de licenciamento ambiental especial aqueles destinados a atividades de sistemas viário, hidroviário, ferroviário e aeroviário, portos, instalações portuárias, energia, telecomunicações e exploração de recursos naturais (art. 1º), os quais seriam orientados “pelos princípios de celeridade, cooperação, economicidade e eficiência” (art.3º). Como justificativa para apresentação do Projeto de Lei, o senador autor aponta que a simplificação do procedimento se faz necessária para se alcançar o “desenvolvimento sustentável no país”, na medida em que, em virtude da morosidade dos órgãos ambientais, seria o licenciamento ambiental “considerado o vilão do atraso dos investimentos que tanto necessita o País” (BRASIL, 2015).

a sua destinação “antropocêntrica”⁴ e “utilitarista”⁵ de atender incessantemente às necessidades de consumo de nações globalizadas (ZUCARELLI, 2018; GUDYNAS, 2019). A apropriação da Natureza seria, portanto, o meio para assegurar o crescimento econômico do país, seja por intensificação das exportações ou como incentivo para levantar investimentos externos, a despeito das consequências ambientais, sociais e políticas decorrentes (GUDYNAS, 2019).

Face a comunhão dos propósitos estatais e das grandes corporações neste propósito, subsistem à margem interesses distintos que sobrevivem em discrepância de forças. O avanço da fronteira extrativista conta não somente com o aval dos agentes estatais, sujeitos enunciativos de um ente que, por sua própria natureza, invoca no imaginário social figura formal e neutra de administração de conflitos (BOURDIEU, 2004), como destes derivam atos administrativos que cancelam formas específicas de concepção dos territórios e recursos naturais, com pouca ou nenhuma oportunidade de fazer valer modos de vida alternativos que destoam à racionalidade do lucro. Isso porque a implementação de megaempreendimentos e de projetos de infraestrutura pressupõem o avançar destas atividades sobre o território para que sejam então fixados em local que melhor atenda às aspirações empresariais (isto é, que forneçam as condições geossociais para que, da prática, extraiam o maior lucro

4 Gudynas (2019) explicita que o significado de meio ambiente atualmente concedido se assenta numa perspectiva cultural antropocêntrica – a qual traz os seres humanos para o centro, como ponto de origem valorativo, em posição de privilégio como “sujeito” frente aos demais seres que apenas poderiam ser “objetos de valor” – o que possibilita o “controle e manipulação” da Natureza/objeto em compasso a uma atribuição econômica utilitarista que, em mediação com o desenvolvimento, conduz ao entendimento de que o crescimento econômico somente seria possível mediante a inescapável apropriação do meio ambiente.

5 “O utilitarismo se expressa na dominação, seja dos humanos sobre o meio ambiente, seja também de alguns humanos sobre outros – homens sobre mulheres, ou adultos sobre jovens” (GUDYNAS, 2019, p.22).

possível), espaço este que, não raro, já se encontra habitado/destinado por populações, povos e comunidades que ali imprimem formas particulares de ser e existir, muitas das vezes não se coadunando às logicidades do uso empresarial da terra.

Desta dinâmica, a construção do campo ambiental (ACSELRAD, 2004; ZUCARELLI, 2018) se sustenta a partir deste cenário de lutas (materiais e simbólicas) de legitimação acerca do conteúdo de categorias e práticas orientadoras dos processos de apropriação dos recursos materiais sobre os espaços territoriais, constantemente permeadas pelo confronto acerca do “sentido cultural” que será alçado ao legítimo para conduzir as práticas então decorrentes, estando os critérios de “avaliação e de legitimação constantemente em jogo”⁶ (ACSELRAD, 2004, p.24).

É assim que empreendimentos minerais, atividade de destaque na expansão extrativista, provocam o agravamento dos conflitos ambientais originados das discrepâncias de poder e dos diferentes usos dos territórios e do meio ambiente. Tais assimetrias de poder, contudo, são frequentemente encobertas por narrativas que capturam conceitos abertos, caros à opinião pública, à exemplo da sustentabilidade ou da “modernidade ecológica”, e enredam de modo a entender ser possível compatibilizar “interesses” que sejam concomitantemente “econômicos,

6 Ao universo em que se operam estas forças heterogêneas conflitantes, Bourdieu (2004) conferiu a designação de “microcosmos” ou “campos”, os quais são regulados mediante condições específicas de estruturas objetivas e *habitus*, em que os agentes são desigualmente distribuídos no espaço social a partir da acumulação do capital dotado por cada um (ou por cada grupo). A construção hegemônica do mundo social se estabelece, portanto, por aqueles que detêm o maior capital exigido às especificidades daquele campo (BOURDIEU, 2004), por meio do qual agem para conferir legitimidade a determinadas “categorias de percepção” (expressas em ideias, valores e representações que orientam a uma concepção de mundo particular), as quais, por sua vez, conduzirão as estruturas que edificam a própria desigualdade que lhe dera causa. A interação entre estas forças de poder assinala como diferentes grupos inseridos no campo ambiental se apropriam material e simbolicamente dos “recursos do território” (ACSELRAD, 2016, p.23).

ecológicos e sociais”, desde que adequados a uma boa “governança”, circunstância que denota a capacidade de atualização das tecnologias de manutenção do poder daqueles que detêm o “capital simbólico”, preservando-os nas posições de detentores da enunciação do discurso legítimo. Enquanto isso, a subsistência de consequências negativas ambientais ou sociais são percebidas como “sacrifícios”, passíveis de conformação mediante ferramentas como negociação, uso de tecnologias e planejamento (ZHOURI, 2019a; SVAMPA, 2016).

Dentre as relações, interações e manifestações do universo social, o evidente não se submete ao escrutínio da dubiedade ou da validação. Assim, critérios objetivos pré-existentes preservam o rito, as estruturas, o *modus operandi* das *doxas* em cada microcosmo, as quais adquirem eficiência por meio da internalização desta matriz de funcionamento nas inscrições da (in)consciência. Para Bourdieu (2004) é neste processo que se insere o alicerce para a preservação da “ordem simbólica”, uma vez que é pela assimilação das estruturas objetivas como algo imanente (em conjunto com a incorporação das classificações), reproduzidas pelos *habitus*, que operam a permanência do sistema de poder.

O poder é então distribuído em conformidade ao capital simbólico apresentado pelo indivíduo/grupo (BOURDIEU, 2014) e ditará arbitrariamente quais das distintas categorias e representações (expressas por diferentes grupos sociais) serão socialmente valoradas como superiores para justificar a dominação. Cada campo⁷ conta com especificidades próprias de

7 Para Bourdieu (2004), a noção de campo pressupõe uma fuga ao determinismo ao conceber que as relações sociais, atuantes no espaço social, operam-se e diferenciam-se a partir da desigual distribuição do poder entre os agentes, distinção que implica em constante tensão de forças pela posse dos instrumentos de dominação constituídos a partir do poder que deriva da posse do capital simbólico. Deste modo, os campos não são espaços vazios ou estáticos, mas dinâmicos, conduzidos por práticas que se inserem em determinados contextos históricos e, assim o sendo, as categorizações e divisões existentes nesta estruturação tensionada,

formação e funcionamento, de modo que os valores alçados à condição de superioridade - para que se destaque numa posição dominante - terá sua variável em cada tempo/espço de cada “microcosmo”.

No campo ambiental, Zucarelli (2018) argumenta que o “capital político” se destaca frente à concomitância de demais tipos de “capital simbólico”, com relevância também para as influências exercidas pelo caráter “técnico”. Isso porque distintos setores identificam como legítimos o conjunto institucional-normativo - formado pela estruturação de órgãos/instituições estatais e pelo licenciamento como a via de eficiência “eleita” - para que ocorra decisão acerca de qual conjunto de valores irá prevalecer na destinação dos recursos materiais. Por outro lado, há que se destacar ainda a relevância assumida pelo “capital técnico” (nesta seara consubstanciado pelo discurso técnico, pelo conhecimento das normas jurídicas e das estratégias de “bastidores” (BRONZ, 2016)) para alcançar “representação legítima de seu ponto de vista nos debates” (ZUCARELLI, 2018, p. 75). Nesta perspectiva, Acselrad (2019, p.23) traz ainda dimensão de incidência do “capital material”, o qual se consubstancia nas distintas apreensões pelos “sujeitos sociais” dos elementos materiais existentes (propriedades, água, “recursos vivos”, etc) e das consequentes influências de poder que estes podem favorecer sobre “marcos regulatórios jurídico-políticos do meio ambiente”, “operação de mecanismos econômicos” ou “exercício da força direta”.

A legislação ambiental brasileira, em que pese sua abertura ao capital, guarda em seu conteúdo estruturas institucionais e dispositivos normativos de proteção ao meio ambiente e às populações atingidas, operando, em tese, como contrapeso ao uso desenfreado dos recursos naturais. Nada obstante, aspecto

podem vir a ser “desinventadas”, “deslegitimadas” (ACSELRAD, 2004) a partir deste encadeamento das disputas simbólicas.

relevante do arranjo normativo ambiental, para além do seu conteúdo, centra-se na “discrepância” entre o intuito da norma e a sua aplicação no caso concreto. O vasto aparato normativo ambiental convive com a constante relativização, fragmentação ou desconsideração dos seus termos (ainda que gozem tais normas de mesmo critério de validação e eficácia que outras do ordenamento jurídico brasileiro) dada a prevalência das políticas voltadas a um desenvolvimento estritamente econômico, especialmente diante das dinâmicas e imediatismos do mercado global (para “inserção” do país no “processo da globalização econômica” (ZHOURI, 2005)) e do apelo cultural que os acionamentos de critérios econômicos provocam na sociedade e instâncias políticas. Quadro que não somente permite o “passar da boiada”⁸, como conforma o que Acselrad (2019, p.159) denominou de “democracia restringida”, na medida em que o poder alçado pelas grandes corporações em junção à prerrogativa do Executivo em dispor dos recursos angariados pelos empreendimentos ocasiona no consolidado uso de instrumentos para controle do território “com o propósito de esterilizar, em seu nascedouro, qualquer discussão mais substantiva sobre a natureza e a concepção de seus empreendimentos”, de modo a manter visão reducionista dos recursos naturais, enjaulados em perspectivas “controladas” e “fragmentadas” da Natureza,

8 Frase dita pelo então Ministro do Meio Ambiente, o Ministro Ricardo Salles, em reunião do governo federal ocorrida em 22 de abril de 2020, em que defende fosse aproveitada a atenção da imprensa voltada à cobertura da pandemia pelo COVID-2019 para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, sob justificativa de que estariam os representantes de governo sendo cobrados por tais mudanças nas viagens internacionais. O Ministro acrescentou que não seria necessário o Congresso para tanto e, posteriormente, quando a fala veio a público, justificou-se apontando que sempre teria defendido a desburocratização e a simplificação das normas e que “o emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

transformada essencialmente em mercadoria (GUDYNAS, 2019).

Deste modo, em última instância, é a autorização do Estado, por meio dos seus agentes e procedimentos, que confere legitimidade para que ocorra determinado uso do solo, de modo que, frente a possibilidades distintas de destinação do território e dos seus recursos, o ato administrativo será o instrumento inequívoco de validação para que sobrevenha uma forma específica de interação com aquele meio, o que importará por interromper quaisquer outras formas de destinação e uso existentes que não se compatibilizem com a atividade autorizada a ser implementada. Esta autorização, consubstanciada numa licença administrativa, conta com procedimentos e estrutura próprias, previamente definidos por normas que traçam a esquematização processual do trâmite a ser seguido, bem como das exigências necessárias para que haja a concessão da licença para instalação. A esquematização normativa dos licenciamentos ambientais operam segundo contornos que visam conferir aparente neutralidade em decisões acerca de projetos ambientalmente conflitivos que surgem ao longo do território nacional.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL: ARRANJOS NORMATIVOS E “BASTIDORES”

Entre as tensões e disputas decorrentes da forma de apropriação legítima sobre o meio material, a organização político-institucional ambiental brasileira, formada a partir da intensificação das pautas ambientais no cenário internacional (em especial pelas demandas do Banco Mundial e demais organismos internacionais)(BRONZ, 2016), ocorreu mediante instituição da Política Nacional do Meio Ambiente⁹ e do

9 Implementada pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e posteriormente recepcionada em partes pela Constituição Federal de 1988.

Sistema Nacional do Meio Ambiente¹⁰ (SISNAMA), que têm por objetivo a preservação, melhorias e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida¹¹(BRASIL, 1981), a serem alcançadas por meio da articulação de órgãos, entidades e fundações dos entes federativos (art.6º) (BRASIL, 1981).

Como meios para alcançar as garantias previstas (art. 9º, III e IV e art.10) foram formuladas exigência de avaliação de impactos ambientais e a necessidade de licenciamento ambiental de atividades – efetiva ou potencialmente – poluidoras como etapas prévias à eventual concessão de licença administrativa pelos agentes públicos ambientais. A partir deste momento, os estudos de impacto ambiental e o licenciamento ambiental constituíram-se formalmente como instrumentos de controle para prevenção de danos ambientais e sociais mediante planejamento das medidas a serem adotadas por empreendedores (BRONZ, 2016)¹².

Acerca da regulamentação específica para licenciamento de atividades poluidoras, o art.8º da Lei nº 6938/81 conferiu ao CONAMA responsabilidade por estabelecer normas e

10 Nos termos do art. 6º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, trata-se de Sistema composto por um órgão superior (Conselho de Governo), órgão consultivo e deliberativo (formado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), órgão central (Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República), órgãos executores (formado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes), órgãos seccionais (órgãos/entidades em âmbito estadual responsáveis por atividades que potencialmente degradem o meio ambiente) e órgãos locais (órgãos/entidades em âmbito municipal responsáveis pela fiscalização destas atividades).

11 “Ao tempo que propicie o desenvolvimento sócio-econômico do país, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana” (Art. 2º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981).

12 Inicialmente, foram regulamentados no país pela Resolução nº 001, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama, em 23 de janeiro de 1986, ato administrativo que condicionou o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente à elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA (art.2º).

critérios sobre a matéria. Foram então editadas as Resoluções CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 e nº 9, de 3 de dezembro de 1987 que, dentre outras regulamentações, determinou que o estudo de impacto ambiental deveria definir (entre demais exigências) os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos (denominada área de influência do projeto), a identificação e avaliação sistemática dos impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade¹³, bem como a necessidade de realização de audiência pública nos procedimentos¹⁴.

Ressalta-se também Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que atribuiu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA competência para processar licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades (referentes às ações administrativas da União) com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, além daquelas localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados ou cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites um ou mais Estados (art.4º, II e III)¹⁵.

13 No tocante ao estudo de impacto ambiental (EIA) o art. 5º da Resolução nº 001-Conama exige a observância das seguintes diretrizes: a) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; b) Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; c) Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

14 Nos termos do art.1º da Resolução CONOMA nº 9, de 3 de dezembro de 1987, a “Audiência Pública referida na Resolução CONAMA nº 1/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito”.

15 Com intuito de encerrar conflito de competência para processamento de licenciamento ambiental entre os entes da Federação, e sendo de interesse da união manter em âmbito federal licenciamento de obras com grande potencial lesivo ao meio ambiente, o Decreto 8.437/2015 regulamentou a Lei Complementar nº140, de 8 de dezembro de 2011, cujas competências foram assim distribuídas: os empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impactos locais,

Frente a esta esquematização normativa, a licença ambiental, na qualidade de “ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor” (para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos)(art.1º, II) deverá ser expedida em âmbito de três tipos de declarações administrativas, sendo estas a Licença Prévia (LP)¹⁶, Licença de Instalação (LI)¹⁷ e Licença de Operação (LO)¹⁸, cada qual com suas particularidades e exigências normativas próprias, que poderão ser concedidas isoladas ou sucessivamente, a depender da natureza, características ou fase do projeto (art.8º).

Embora tenha o processo formal de “redemocratização” pós Constituição Federal de 1988¹⁹ consagrado valorações

a depender de critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade serão de competência dos municípios; as competências da união, por outro lado, encerraram-se em extenso rol (inciso XIV), referindo-se às atividades/empreendimentos localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva, em terras indígenas, unidades de conservação instituídas pela União, de caráter militar, bem como aqueles localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados (art. 7º, XIV, e). Aos Estados, a competência é residual, na qual acaso não enquadrado o empreendimento/atividade nas competências municipais ou federais, recairão àqueles a atribuição licenciatória (BRASIL, 2011)

- 16 Art.8º, I: “Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação” (CONAMA, 1997)
- 17 Art.8º, II: “Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante”; (CONAMA, 1997)
- 18 Art.8º, III: “Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação”. (CONAMA, 1997)
- 19 A Constituição Federal de 1988 (norma de hierarquia superior na estrutura jurídica-normativa do país), além de recepcionar o desenho institucional anteriormente estabelecido, dedicou capítulo próprio ao meio ambiente (Capítulo IV,

alternativas acerca do meio ambiente e positivado condições morais para a criação ou reforma de direitos ambientais (GUDYNAS, 2019), ordenação que possibilitou a criação de legislações infraconstitucionais, normas infralegis e um melhor aparato de gestão ambiental, a inclinação política neste campo de disputa permaneceu na propensão à justificativa econômica como cerne das instâncias decisórias dos órgãos ambientais, em sacrifício dos demais interesses que deveriam ser tutelados pelo Estado. Desta forma, a despeito das especificações normativas a respeito do licenciamento ambiental, não raras vezes lançam empreendedores estratégias para adaptar o processamento – entendido como trâmite a ocorrer em âmbito de competências de determinado órgão/ente público – à sorte de interesses privados.

No jogo de disputas para categorização do uso legítimo do território, o licenciamento ambiental se consolidou como uma das principais vias institucionalizadas de instrumentalização entre as aspirações do mercado, consubstanciadas no projeto do empreendedor, e a decisão oficial do Estado acerca da possibilidade – ou, no jargão técnico, a viabilidade – de se instalar a obra pretendida em determinada localidade. E assim, é em âmbito do processo de licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente, que as interações entre os atores sociais se formam e as relações de poder – por meio de agentes estatais, classificações sociais e atos oficiais – atuam para conferir um sentido simbolicamente validado de destinação do território.

art. 225), mediante previsão do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a ser assegurado pelo Poder Público e pela coletividade “para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). A Carta ainda prevê como de competência comum a todos entes federativos a promoção da proteção ao meio ambiente e combate à poluição em qualquer das suas formas (art.23, VI), cuja defesa reside como questão principiológica inclusive para a ordem econômica (art.170, VI). Além disso, condicionou a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente à estudo prévio de impacto ambiental (art.225, §1º, IV)(BRASIL, 1988).

No plano dos empreendimentos, junto aos órgãos públicos de processamento da licença ambiental, a disposição dos atores não se dá de forma neutra ou aleatória. Ao inverso, a performática tecnicidade procedimental acoberta lugares e (por sua vez) *status*, os quais são previamente articulados. Cunhou-se pela experiência de profissionais de diversas áreas espécie de “*script*”, de roteiro performático, previsto como um conjunto de atos e discursos a serem seguidos para possibilitar às empresas o que a veracidade fática dos projetos obstaculária (fossem as normas aplicadas a rigor): a licença administrativa (BRONZ, 2016).

Por mais que cada projeto possa conter aspectos específicos, a recorribilidade com que empresas distintas reivindicam a partilha de valores comuns e se inserem em construção similar de uma imagem ética - afastada do que se observa da atuação na prática -, é suficiente para que seja possível extrair estruturação que comunica a maior parte dos processos de licenciamentos ambientais de mega empreendimentos no país (BRONZ, 2016). A grosso modo, a receita funcional a um é aproveitada ao todo. A repetição em que estes recursos (em maioria discursivos) incorrem em projetos de desenvolvimento distintos, em conjunto à análise das características destes empreendimentos em dado espaço regional, permitem entender de que forma as reiteradas narrativas são incorporadas ao trâmite do licenciamento ambiental para atuarem em favor da concessão da licença para instalação das obras.

Deste modo, Bronz (2016) traz a dimensão dos enunciados que mais se fazem presentes na cena dos mega empreendimentos, os quais, embora sirvam de modo específico para cada obra pretendida (amoldando-se, portanto, a contextos particulares de cada projeto), guardam vocabulário próprio, termos, justificativas e noções que, repetidamente, são acionados pelos mais diversos empreendedores ao longo do território.

Esta herança de conhecimentos técnicos (ou de “capital técnico” (ZUCARELLI, 2018)) é de propriedade de um dos

principais atores sociais participantes da cena administrativa. O conjunto destes “saberes” reside atualmente aos “consultores” cujo principal papel exercido consiste no repasse da tecnicidade e experiência que acumulam na área (leia-se, na arena mercadológica e política) para exercerem espécie de “moralização” aos empreendedores. Para dizer de outro modo, a atuação estratégica de empreendedores, nos mais distintos projetos, é orientada por empresas de consultoria e consultores especialista da área, a fim de que haja a conformação do projeto pretendido aos complexos regramentos da seara administrativa dos licenciamentos ambientais, de modo que socorrem-se ao discurso como um forte aliado na construção de um posicionamento que, para além dos aspectos formais, visa arrefecer os conflitos socioambientais decorrentes destes empreendimentos²⁰(BRONZ, 2016).

Diante deste jogo de encenações, a parte em que a percepção imediata absorve, assimilada sobre o que se mostra disponível aos sentidos diretos, acoberta aspectos ocultos sob a superfície, os quais são mais reveladores que os próprios conteúdos apresentados à exibição. A verdade apresenta Bourdieu (2004, p.153) “nunca está inteira na interação tal como está se oferece à observação”, na medida em que “esconde o invisível que o determina”. A interação, portanto, é mais do que a forma exposta aos sentidos leva a crer, de modo que a investigação acerca das relações exige a busca dos elementos objetivos ocultos que agem no espaço social. Neste aspecto, o mundo social, como também lugar de representações, torna-se a performance de um teatro, em que as lutas sociais operam para a “conservação” ou alteração das estruturas, a partir da posição de cada agente (BOURDIEU, 2004).

20 E, por sua vez, evitar sejam os conflitos judicializados, na medida em que implicariam, em melhor cenário, em atrasos na aprovação do projeto (e em maior dispêndio financeiro da empresa), e em pior, na obstaculização judicial à implementação da obra.

Acerca do uso da estratégia do discurso performativo nos licenciamentos ambientais, Bronz (2016), partindo-se desta pertinente analogia entre o procedimento administrativo e o teatro, divide o plano tático de empreendedores em dois momentos distintos, mas interdependentes: em primeiro estágio, no que a autora denominou de “bastidores”, por ser momento anterior à manifestação pública e oficial da empresa, é o período de maior protagonismo de consultores para a construção de uma moralidade nos atos provenientes dos empreendedores, cujo intuito reside no alinhamento do discurso (a ser oficializado) aos termos normativos e à “moral” vigente; em segundo momento, já durante o trâmite oficial e ritualizado dos licenciamentos administrativos, dá-se a estrutura do “palco”, em que os elementos performativos alinhados em momento anterior - entre consultores e empreendedores - materializam-se por meio de distintas manifestações e falas, oriundas de diversas fontes, impressas ou virtuais, que servem ao esforço de demonstrarem, discursivamente, a “viabilidade” do projeto.

Nos bastidores, os papéis acionados pelo empreendedor durante os procedimentos oficiais estão à espera da corporificação, momento em que as categoriais a serem futuramente suscitadas mostram-se sem os panos. É, pois, lugar em que se constrói uma representação para além do que a realidade conforma e que dá espaço à idealização – e concepção – do personagem na completude de suas práticas e falas para a atuação junto ao licenciamento e aos demais atores sociais que dividem esta “cena”. Na composição dos espaços do licenciamento, os bastidores afiguram-se como o local marginal (embora não menos relevante), circundante ao cenário público (este último espaço em que o licenciamento formalmente opera) e onde as representações, ainda não oficialmente articuladas, conferem lugar aos fatos a serem ocultados, por não se coadunarem aos trâmites (morais ou normativos) exigidos. É esta etapa em que se torna permitido “sair do personagem” (BRONZ, 2016).

No palco, por sua vez, as estratégias práticas e discursivas alinhadas entre empreendedores e consultores nos bastidores do processo de licenciamento ambiental ganham corpo e tons através do cumprir das etapas e ritos exigidos pelos regulamentos e pelo órgão ambiental competente ao processamento administrativo. A materialização dos dispositivos linguísticos acionam significados hegemonicamente legitimados, por meio do qual visam produzir no imaginário social um resultado fim dotado de benfeitorias nas mais diversas áreas, as quais prevaleceriam frente a todas as demais “perturbações” de um empreendimento desta natureza.

Conceitos éticos, esvaziados dos seus sentidos, são então acionados como meros artifícios retóricos. Assim, o que Bronz (2016) denomina como “tripé da sustentabilidade” mostra-se como o atual regulador moral da imagem performática empresarial. A construção da imagem empresarial deve ser hábil a demonstrar a viabilidade financeira, a justiça social e a responsabilidade ambiental destas corporações, valores tais importados de estratégias empresariais internacionais que foram paulatinamente inseridos nos ritos administrativos para licenças ambientais no Brasil. Outrossim, tal recurso visa produzir, por meio de uso estratégico de categorias dotadas de ampla significação, um resultado fim ideológico positivo, para obliterar as características específicas daquele projeto no conjunto de análise e produção das vontades, como se fosse possível alcançar a harmonização de políticas de desenvolvimento com melhorias na qualidade ambiental e para as populações atingidas.

Como ritual oficial de participação da sociedade nos trâmites de licenciamento ambiental, as audiências públicas (por Bronz (2016, p.33) denominadas de centros da “cena participativa”) constituem-se em etapa consultiva da população e evento em que, a despeito das diversas formas rígidas cerimoniais de regulação, há uma margem para atuação “livre” das comunidades,

sendo possível ocorrência de manifestações, protestos, representações, mediante uso de faixas, falas, figuras e cartazes. Este espaço, contudo, conflita com a “montagem da cena participativa” realizada por consultores, empreendedores e pela própria configuração oficial do órgão ambiental. Justamente por conceder maior espaço de exteriorização de contrariedades ao projeto pela população, os métodos de rigor se acentuam e toda a estrutura reflete a dominação dos empreendedores. Conforme denuncia Bronz (2016,p. 34) “a disposição dos participantes no auditório representa simbolicamente a distribuição das hierarquias e dos poderes em jogo no licenciamento”.

O uso de linguagem técnica própria, para além de servir como meio de assimilação a um modelo vendido como a formula do progresso e da felicidade (ou como a redenção do território diante das suas “carências”), funciona também para delimitar aqueles que irão compor a roda de domínio do jogo. Somente aqueles munidos de tecnicidade específica (ou do “capital técnico” (ZUCARELLI, 2018)) obtém autorização para ingressar propriamente neste campo. O discurso técnico apresenta-se, assim, como barreira de acessibilidade ao procedimento que determinará os rumos de uso do território. É então importante via para impedir acesso de comunidades atingidas na luta simbólica para legitimação de realidades alternativas.

As palavras não são simplesmente descritivas da realidade mas constroem a realidade. Essa hipótese, que é muito discutível quando se trata do mundo [físico], é fortemente verdadeira quando se trata do mundo social. É por isso que as lutas de palavras, as lutas sobre as palavras, são tão importantes: ter a última palavra é ter o poder sobre a representação legítima da realidade; em certos casos, impor a representação é impor a realidade quando se trata de fazer a realidade (BOURDIEU, 2012, p.443).

Deste modo, mais que mecanismos de aprovações de projetos específicos, estas táticas funcionam como reproduções sociais para construção da realidade aos moldes da racionalidade hegemônica, com vistas a atuar estrategicamente para a conservação do poder. A organização entre o “dito” e o “interdito” (BRONZ, 2016; ZUCARELLI, 2018), entre a inclusão e a exclusão de dados, fatos, informações, compõem a verdade de empreendedores e consultores, a qual, pela atual configuração de poder, tem sido reiteradamente legitimada pelo aval de agentes de estado acerca desta realidade produzida, resultando no controle territorial por uma pequena elite econômica, em detrimento de uma diversidade de formas de se conceber e utilizar o meio ambiente representadas por segmentos sociais heterogêneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os maiores desastres recentes da mineração mundial, ocorridos no estado de Minas Gerais em intervalo de poucos anos, longe de serem acidentes pontuais em decorrência de situações excepcionais, como insiste em categorizar o setor econômico-minerário, inserem-se como resultados de um longo processo de permissivos simbólicos e históricos que produzem vulnerabilidades sistêmicas e revelam como as relações de poder deste universo social se organizam e se orientam em consonância aos ditames do mercado, numa relação arbitrária, violenta e assimétrica de dominação e subjugação de povos, recursos e territórios. Os nefastos efeitos decorrentes destes eventos, embora tenham provocado adoecimento e mortes de pessoas, animais e ecossistemas, dentre diversas outras gamas de sofrimentos sociais, não se mostraram suficientes a impedir o avanço da fronteira mineral sobre os solos mineiros ou tampouco fez cessar ou arrefecer os incentivos normativos e administrativos à projetos que possuem o desenvolvimento como critério central de justificação.

A insistência na especialização econômica para atender a funcionalidade do “capitalismo transnacional”, em detrimento a outras formas de produção de valor, decorre de justificativas paulatinamente incorporadas às práticas e ao discurso hegemônico, naturalizadas de tal forma que assumiram caráter de destinação. A riqueza em recursos naturais não deixaria alternativa que não a compulsória mercantilização de produtos primários para a retirada destas nações da condição indigna de subdesenvolvidos. A redenção destes países estaria, portanto, na satisfação das demandas do capital pela venda da Natureza, papel atribuído – e incorporado – como papel da América Latina. Paradoxalmente, séculos de extração e exportação de riquezas conduziram a região para o lado oposto, subsistindo, ao inverso do ideário difundido, “pobreza e autoritarismo”, bem como “limitada contribuição para um genuíno desenvolvimento nacional” (GUDYNAS, 2009, p.187). A maldição da abundância (ACOSTA, 2018) guarda, deste modo, muito mais uma opção política-econômica dos governos latinoamericanos, conduzidos por uma racionalidade desenvolvimentista e (neo) colonial, do que uma destinação geográfica.

Deste modo, a despeito dos séculos de tensões nas arenas de conflitos operadas pelas atividades extrativistas e do rastro de destruição ambiental deixado nos locais de extração, a mineração remanesce no ideário popular como importante fórmula parageração de renda e crescimento econômico. Para tanto, intensificam e complexificam as estratégias discursivas para conservar a subalternização de populações, territórios e recursos e a manutenção dos fluxos desiguais de produção e consumo.

AGRADECIMENTO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo - duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.). **Descolonizar o imaginário** - debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante. São Paulo, p. 46-87, 2018.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: Andréa Zhouri (Org.). **Mineração, Violência e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Iguana Editorial, 2019.

ARAÓZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre. O extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. 1.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004

BRASIL, Presidência da República - Casa civil. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente [...]**. Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 11 de fev. 2020.

BRASIL, Projeto de Lei do Senado nº 654, de 2015. Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123372>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2020.

BRONZ, D. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: *Las venas abiertas de América Latina*. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In P. Léna & E. Pinheiro do Nascimento (Eds.), **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD. 2012, pp. 303-318.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao**

desenvolvimento. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 140-173

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

ZHOURI, Andrea. Megaprojetos e violência epistêmica: desafios para a ética ecológica. In FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C.; PHILLIPI JR, A. (Editores). *Ética Socioambiental*. 1. ed. ISBN Barueri/SP: Editora Manole, 2019.

ZHOURI, Andrea. **Mineração, Violência e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Andréa Zhouri (Org.). Marabá: Iguana Editorial, 2019a. Disponível em http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/95_00186784.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

ZHOURI, A. et al. (org.) **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**[tese]. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; 2018.

RECONHECIMENTO ÉTNICO-RACIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA / COM INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO BRASIL

Patrícia Macedo Ferreira
Adinei Almeida Crisóstomo
José Glebson Vieira

INTRODUÇÃO

O reconhecimento das identidades étnicas indígena e quilombola e a garantia formal da propriedade definitiva (comunidades quilombolas) e da demarcação (povos indígenas) dos seus territórios coletivos tiveram como marco legal importante para a formulação de políticas públicas a Constituição Federal de 1988. No entanto, após mais de três décadas da referida Carta Magna, vários desafios ainda perduram para a efetivação desses direitos.

O objetivo desse texto é analisar algumas dificuldades já identificadas na literatura relacionada ao tema e que na atualidade continuam a representar verdadeiros entraves à efetivação do direito de acesso à terra a indígenas e quilombolas. Disputas conceituais sobre o “ser indígena”, “ser quilombola” e “territórios coletivos” refletem o modo excludente de pensar a estrutura agrária brasileira, entraves que denotam a importância da titulação e demarcação territorial para esses grupos étnicos. Para pensar a necessidade de análises em profundidade que apontem

caminhos para identificar e enfrentar entraves na implementação de políticas públicas para/com indígenas e quilombolas no Brasil, observamos os avanços e recuos na operacionalização do eixo “acesso à terra” do Programa Brasil Quilombola-PBQ (2004), na primeira década da edição do artigo 68 do ADCT da CF/1988, que prevê a titulação dos territórios coletivos de quilombos.

No cenário de redemocratização do Brasil das décadas de 1980 e 1990, movimentos negros, indígenas e outras organizações vivenciaram a experiência concreta na luta por cidadania, protagonizando demandas ao poder público, tendo em vista a concretização de direitos estabelecidos na última Constituição Federal. A busca de direitos através da igualdade e diferença é o berço da luta política por especificidades em direitos e sujeitos e a formulação de políticas públicas para/com esses grupos étnicos é o ponto de partida para mudanças concretas na realidade social. O artigo 3º da Constituição Federal de 1988 formaliza o compromisso do Estado em reduzir as desigualdades sociais, sendo este o marco temporal na arena de política pública no Brasil (RODRIGUES, 2010).

RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES ÉTNICAS INDÍGENA E QUILOMBOLA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 é considerada por autores como Vera Rodrigues (2010) um novo marco para a Política Pública no Brasil e para o reconhecimento de direitos étnico-raciais e territoriais de quilombolas. Beltrão et al. (2009) também consideram a referida Carta Magna um avanço jurídico para os direitos indígenas, assim como a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (ratificada em 2002) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (aprovada em 2007). Trata-se da garantia formal da condição de cidadania diferenciada: inclusão igualitária nas

sociedades nacionais e valorização da organização sociocultural das etnias, compreendendo seus indivíduos e povos como sujeitos individuais e coletivos de direitos, assegurando-lhes o direito de acesso às políticas diferenciadas.

No contexto do referido marco de políticas públicas para grupos étnicos no Brasil, as comunidades quilombolas também são consideradas novos sujeitos de direitos e de cidadania. De acordo com Rodrigues (2010), estas emergem das lutas sociais do mesmo período, junto com os debates que envolvem militantes dos movimentos negros, intelectuais, juristas, formuladores e gestores de políticas públicas.

Nessa conjuntura, o ser indígena ganha contornos de instrumento político para afirmação dos direitos coletivos de sujeitos, movimentos e organizações indígenas, sentimento de pertencimento que passa a ser sinônimo de orgulho, o que contribui para a mudança gradual de suas imagens e inserções públicas (BELTRÃO et al, 2009). O mesmo ocorre com os movimentos negros que ultrapassam o viés da denúncia para investir na proposição de políticas públicas (RODRIGUES, 2010), cuja dinâmica com o Estado tem sido de avanços e recuos para os dois grupos.

No entanto, Almeida (2002) é categórico ao afirmar que não dá para entender quilombo hoje a partir da noção colonial e imperial. É preciso romper com esse conceito “frigorificado” adotado a partir de definição estabelecida pelo Conselho Ultramarino (1740), ao mesmo tempo em que o artigo 68 do ADCT da CF/1988 se aproxima ao utilizar o termo “remanescentes de quilombos” para reconhecer a propriedade definitiva das terras ocupadas por essas comunidades. Para o autor, essa visão busca associar o quilombo a “não-civilização”, a resíduos e a mera sobrevivência daquilo que teria deixado de existir com a abolição da escravidão. Nesse sentido, também é preciso romper com a ideia romantizada do “ser indígena” que sempre

foi isolado e que devemos devolvê-lo ao seu isolamento, com a necessária tutela por parte do Estado.

A questões conceituais sobre identidades e territorialidades indígenas e quilombolas representam alguns dos entraves iniciais (e que ainda perduram) na implementação de políticas públicas para esses grupos étnicos. Almeida (2002) também observa a dificuldade dos implementadores de pensar o território enquanto propriedade coletiva distinta da propriedade individual, bem como das estabelecidas pelos legisladores brasileiros no que se refere às categorias básicas usadas para pensar a estrutura agrária (censo agropecuário do IBGE e estatísticas cadastrais do Incra). O território não é a extensão de imóveis rurais ou número de estabelecimentos, sendo impossível pensar a questão agrária dissociada de fatores étnicos. Assim, o autor recomenda a intensificação do trabalho etnográfico identificando e analisando situações concretas e evitando linguagem classificatória das regras e predefinições.

A observação etnográfica é o meio de reinterpretar o conceito e de conhecer novas especificidades. No entanto, o debate sobre o “quilombo contemporâneo” e o “ser indígena” é multidisciplinar, perpassa por diversas disciplinas e formações acadêmicas, já que não dá para compreender a política pública de regularização fundiária e de demarcação de terras separando a discussão da questão agrária dos grupos étnicos sujeitos do direito à terra. A pluralidade de autodefinições contraria disciplinas militantes e critérios técnicos da burocracia administrativa, prova disso são casos em que ocorrem as sobreposições de “terras de preto” e “terras de índio” (ALMEIDA, 2002).

O atributo da identidade étnica indígena e quilombola revela sentidos peculiares, diferenciadas a partir das diversas concepções e práticas territoriais que repercutem de modo efetivo na política territorial em torno da qual os grupos étnicos acentuam seus vínculos de pertencimento e o reconhecimento

da ocupação e das formas de habitar. É em torno dos modos de ocupar e habitar os seus territórios que podemos localizar e compreender a luta ampla para garantir acesso à terra em termo dos conceitos jurídicos dominantes. As novas identidades, como afirmam Seeger e Viveiros de Castro (1979), são instrumentalizadas como parte de uma luta pela garantia do acesso à terra. No entanto, embora pontos de vistas gerais sobre a questão indígena e quilombola sejam importantes para a defesa de seus direitos territoriais, são estudos aprofundados que considerem a variação ecológico-cultural desses grupos, que viabilizarão a defesa desses direitos e a autogestão.

Ocorre que, para os mesmos autores, o contato com a sociedade nacional produziu definição de território e de terra uniforme para os grupos indígenas inscrita nas concepções econômico-jurídicas ocidentais brasileiras. Não obstante, estes conceitos variam para cada grupo e se distinguem da visão da economia nacional de objeto alienável de transações individuais ou como mercadoria. Logo, a viabilização de propostas de defesa do direito indígena e quilombola à terra requer estudo aprofundado sobre as formas de subsistência dos distintos grupos étnicos do Brasil, assim como das diferentes territorialidades.

O desenvolvimento de estudos assim é algo recente e apontam que nem toda identidade étnica pode ser pensada a partir do conceito de terra e território produzido por outra realidade histórico-cultural. Isso porque, podem variar o uso econômico da terra, as formas de perceber o território, as fronteiras geográficas (importantes ou fluidas, móveis e em expansão) (SEEGER; VIVEIROS DE CASTRO, 1979). Assim, a garantia de propriedade coletiva dos territórios indígenas e quilombolas demanda compreender a variação ecológico-cultural entre esses grupos étnicos e as terras que ocupam.

Seeger e Viveiros de Castro (1979) apontam o fato de os grupos indígenas terem sido sistematicamente expropriados

de suas condições de subsistência, entre elas, a terra, como causa da dinâmica populacional, que implicou na tendência de encontrar refúgio em áreas com recursos pouco cobiçados pela sociedade nacional, nichos ecológicos precários, implicando nas mudanças em formas de subsistência. No caso das comunidades quilombolas, Rodrigues (2010) destaca o peso da herança colonial, escravidão e propriedade privada como elementos que compõem a construção de um país compromissado com o poder privado e ordem social que reprimem a participação popular ao negar a condição humana a grande parcela da população.

Apesar do avanço jurídico-formal no reconhecimento do direito à terra aos povos indígenas e comunidades quilombolas, são necessárias pesquisas que analisem os impactos e eficácias das ações da administração pública sobre esses segmentos sociais, ou seja, conhecer a realidade da implementação dessas políticas públicas. Rodrigues (2010) apresenta como justificativas para o estudo do tema, a necessidade de um balanço da transformação da regularização fundiária quilombola enquanto objeto de uma política pública e a centralidade das comunidades quilombolas como sujeitos de direito, o que evidencia a dinâmica conceitual e política dos problemas fundiários e raciais no Brasil.

Para a mesma autora, o processo de regularização fundiária apresenta os problemas de uma política pública específica e de caráter redistributivo, envolvendo a maior parte dos interesses e conflitos em jogo. A regularização fundiária é uma política que entrelaça o problema do acesso à terra, a problemática racial e políticas de promoção da igualdade racial para as comunidades quilombolas brasileiras.

Os entraves à efetivação e o significado para as comunidades denotam a importância da titulação territorial. O território é fundamental para a reprodução física, social e cultural desses grupos étnicos, indo além da dimensão da terra

como espaço físico e geográfico, mas como mantenedora da historicidade, coesão e existência de gerações atuais e futuras. Nesse processo, há uma correlação de forças que sobrepõe aos interesses quilombolas, pois implica em romper lógicas históricas de apropriação da terra (concentração e propriedade), o que impacta o lugar social construído para a população negra brasileira através das linhas que demarcam raça/cor (RODRIGUES,2010).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA-PBQ

A Constituição Federal de 1988 representa novo marco para a Política Pública no Brasil e para o reconhecimento de direitos étnico-raciais e territoriais. O Programa Brasil Quilombola-PBQ, instituído em 2004, surge como um modelo da política pública de programa da igualdade racial direcionada a população negra ao consolidar os marcos dessa política de Estado. As comunidades quilombolas emergem como novos sujeitos de direito e a regularização fundiária como objeto de política pública de titulação de territórios étnicos. Das lutas sociais, surgem também debates que envolvem militantes dos movimentos negros, intelectuais, juristas, formuladores e gestores de políticas públicas (RODRIGUES, 2010).

Tratando o desenho da política pública como a análise do problema, conflitos, trajetória de indivíduos, grupos e instituições envolvidos e afetados em sua implementação, Rodrigues (2010) destaca na arena pública de disputa conceitual, os pontos conflitivos que envolvem as noções de “raça”, “igualdade” e/ou “equidade”. Desde o século XIX, outras noções são construídas além da de raça, assim, os quilombos que já foram definidos como “escravos fugidos”, “expressões de resistência cultural”, “expressões de resistência política”, “grupos diferenciados étnica e culturalmente”, “processos identitários

coletivos”, são pensados no presente como “novos sujeitos de direitos socioculturais”.

A formulação de políticas públicas é o ponto de partida para mudanças concretas na realidade social, sendo importante o desenvolvimento de análises e avaliações dos seus impactos e eficácias. Diante disso, Rodrigues (2010) realiza uma leitura do estado da arte do Programa Brasil Quilombola-PBQ, considerando o período inicial de sua implementação (2004-2009), com recorte para o eixo de titulação de territórios quilombolas. Da percepção mais universalista até a atualidade da política pública no Brasil, a análise de Rodrigues (2010) contextualiza as políticas de promoção da igualdade racial que evidenciam atores envolvidos e o cenário político nacional.

Os modelos de “arenas sociais” e “múltiplos fluxos” são utilizados pela autora na análise das relações entre demandantes e demandados da implementação de políticas públicas e dos mecanismos usados no jogo relacional para construir soluções concretas para problemas abstratos ou construção de agenda política. Dessa forma, chega-se ao momento atual em que, embora de forma tensa, parcial e incipiente, Estado e sociedade convergem para políticas de promoção de igualdade racial.

O período anterior a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, da década de 1920 até 1980, foi marcado pela implementação de políticas sociais conservadoras, limitadas e contraditórias, sem participação popular, reflexo de um Estado desenvolvimentista, centralizador e autoritário, comprometido apenas com a política econômica de industrialização. O aumento da desigualdade foi um dos contrapontos desse modelo político e econômico, cuja estrutura social engessada pelo patrimonialismo e populismo, dificultou a organização social na reivindicação por direitos (RODRIGUES, 2010).

O exercício da cidadania está condicionado ao lugar social ocupado pelo indivíduo negro na sociedade brasileira.

Diante disso, Rodrigues (2010) questiona qual a cidadania que a população pode dispor e por que só recentemente os movimentos negros conseguiram inserir na agenda política pauta que propõe políticas públicas específicas? Para ela, o conceito de racismo institucional pode ser a causa de processos que delimitam cidadania e influenciam a elaboração de políticas públicas.

O racismo institucional coloca grupos raciais e étnicos em desvantagem ao acesso a benefícios promovidos pelo Estado e é a partir da década de 1990 que a incapacidade estatal em promover equidade passou a ser analisada através desse conceito. Assim, ocorre a passagem de uma análise que focava o racismo nas relações interpessoais para uma análise e intervenção também no plano institucional, o que possibilita uma leitura mais abrangente do cenário político brasileiro, envolvendo Estado, instituições e todo o seu aparato. No âmbito desse tema, o Programa de Combate ao Racismo Institucional-PCRI (2001-2007), parceria entre poder público, organizações dos movimentos negros e agências internacionais também é destacado por Rodrigues (2010) como importante iniciativa do setor público no enfrentamento de desigualdades, ainda que não disponha de dados de avaliação do referido programa.

No cenário de redemocratização do Brasil, movimentos negros vivenciam experiência concreta na luta por cidadania, ocasião em que outras organizações também protagonizam demandas ao poder público, tendo em vista à concretização da cidadania e da democracia. Os movimentos negros ultrapassam o viés da denúncia para investir na proposição de políticas públicas, cuja dinâmica com o Estado tem sido de avanços e recuos, como é possível observar no quadro abaixo que apresenta dados por períodos de governos entre 1985 e 2009:

Quadro 1 - Dinâmica de Demanda e Ação Governamental no período de 1985-2009

	José Sarney (1985-1990)	Fernando Henrique Cardoso (1995-1999) (1999-2003)	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007) (2007-2011)
Contextos nacional e internacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil: crítica e não celebração; 2. Marcha contra a Farsa da Abolição, Rio de Janeiro, maio/1988. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares e Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida (Brasília, 20/11/1995); 2. Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo (Durban/África do Sul, 2001): ocasião em que se entrelaçam local e global da pauta dos movimentos negros e o Brasil torna-se signatário de acordos e convenções internacionais nas áreas de direitos humanos e cidadania. 3. Fala presidencial assumindo o racismo como problema pertinente ao Brasil e reconhecimento que as desigualdades históricas raciais demandam tratamento específico por parte do Estado. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conferência Regional para América Latina e Caribe: preparatória para a Conferência de Revisão de Durban 2008); 2. 2ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo/revisão de Durban (2009).
Demandas movimentos negros	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reivindicações por avanços entre igualdade formal e substancial. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, documento que resulta de articulações com centrais sindicais, políticos de esquerda e outros atores para construir agenda política, com as seguintes demandas: <ol style="list-style-type: none"> a) inclusão do quesito cor nos sistemas de dados governamentais; b) incentivos fiscais para empresas que adotem políticas de promoção da igualdade racial em seus quadros de funcionários; c) desenvolvimento de ações afirmativas à educação básica ao nível superior. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concretização do programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial; 2. Cumprimento do Programa de Ação da Conferência Mundial das Nações Unidas e contra o Racismo realizada em Durban/África em 2001.

Ações governamentais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura; 2. Criação da Fundação Cultural Palmares: primeira instância responsável pela formulação e implantação de políticas públicas para a população negra; 3. Artigo 68 da Constituição Federal: Reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas 4. O caráter cultural da FCP revela o lugar que era dado ao problema racial, pois não possuíam competência legal, técnica e orçamentária para titular territórios quilombolas, apenas poderia emitir certidões de autorreconhecimento. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa Nacional de Direitos Humanos; 2. Grupo de Trabalho Intermistrial criado para a promoção de políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da população negra, 3. Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e Ocupação; 4. Conselho Nacional de Combate à Discriminação; 5. Programa Diversidade na Universidade; 6. Programa Nacional de Ações Afirmativas. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR (2003): objetivo de acompanhar e coordenar políticas de ministérios e órgãos distintos para promoção da igualdade racial. 2. Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; 3. Programa Brasil Quilombola; 4. Decreto nº 4.887 referente à regularização fundiária das comunidades quilombolas.
----------------------	---	--	---

Fonte: Elaborado pelos próprios autores a partir de Rodrigues (2010).

Diante do exposto no quadro, Rodrigues (2010) destaca que, embora tenham emergido novas organizações com as redefinições temáticas dos movimentos negros a partir da década de 1980, foi mantido o fio condutor da luta antirracista. Houve construção de pauta comum, heterogênea, com temas representativos de cada entidade e superações de disputas internas, com discursos e práticas políticas que possam responder à articulação com o poder executivo. Novas ações governamentais também foram desencadeadas, entre elas o Programa Brasil Quilombola-PBQ (2004), coordenado pela extinta Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial-SEPPIR (2003) e executado por diversos órgãos governamentais nos âmbitos federal, estadual, municipal e organizações da sociedade civil.

O referido programa foi estruturado em quatro eixos: regularização fundiária; infraestrutura e serviços; desenvolvimento econômico e social; controle e participação social. Destes, o acesso à terra é uma das principais reivindicações das comunidades quilombolas que, na espera dessa garantia jurídica, enfrentam em seus territórios étnicos conflitos oriundos do avanço de outros agentes econômicos, grandes projetos e empreendimentos, muitas vezes apoiados e incentivados pelo próprio Estado, com a violação de diversos direitos que deveriam ser garantidos aos grupos étnicos quilombolas, como a consulta prévia, livre e informada prevista na Convenção nº. 169 da OIT.

De acordo com Vera Rodrigues (2010), a relação entre política pública e equidade pode ser a transição entre política de governo e de Estado e entre desigualdades e justiça social. Trata-se de uma dinâmica que envolve elementos de mobilização, articulação, demandas e respostas dos atores envolvidos. No que se refere a análise que a autora faz do pouco avanço da política de regularização fundiária de territórios quilombolas, ela considera que a causa de processos que delimitam cidadania e influenciam a elaboração de políticas públicas pode estar no conceito de racismo institucional, que a partir dos anos noventa passou a ser adotado para analisar a incapacidade estatal em promover equidade, compreendendo que o Estado coloca grupos raciais ou étnicos em desvantagem ao acesso a benefícios por ele promovido.

CONSIDERAÇÕES

Apesar do avanço jurídico-formal com a Constituição Federal de 1988 e demais instrumentos legais relacionados a temática indígena e quilombola, observamos que as ameaças e recuos ao acesso à terra e a proteção desses territórios étnicos tem sido uma constante nas últimas décadas. Os avanços nos marcos legais e a formulação de políticas públicas,

embora sejam pontos de partida para mudanças concretas na realidade social, indicam a necessidade de compreender obstáculos a efetivação desses direitos. Assim, buscamos apontar alguns desafios conceituais sobre identidades e territorialidades indígenas e quilombolas que interferem na implementação de políticas públicas de reconhecimento étnico-territorial para e com esses grupos.

Os quilombos passam de criminosos para sujeitos de direito após omissão secular na legislação brasileira. No entanto, persiste o caráter restritivo e limitante do único instrumento legal que trata da terra de africanos que foram escravizados no Brasil na expressão adotada pela CF/1988 que prevê propriedade definitiva da terra aos “remanescentes de quilombos”. Vimos aqui, que essa noção residual de quilombo, como algo que deixou de existir ou em vias de extinção, foi indicada como um dos entraves iniciais para o reconhecimento e titulação de territórios quilombolas (ALMEIDA, 2002).

A concepção de cultura como algo estático também pode ser observada no contexto da garantia dos direitos indígenas, na qual as relações entre “branco” e “indígena” são marcadas pela ênfase na perda da condição original indígena (aculturação) (BELTRÃO et al., 2009). Logo, qualquer avanço na efetivação de direitos, seriam medidos e permitidos, pelos “brancos”, tendo em vista a preservação da essência indígena, modo sutil de “negar afirmando os direitos”.

Diante do debate aqui exposto, faz-se necessário tanto ressignificar a ideia de quilombo, relacionando-a na atualidade a questão ecológica intimamente ligada ao futuro ao invés de considerá-la objeto de escavação arqueológica (ALMEIDA, 2002), como persistir no caminho da luta pela garantia do território e da autogestão dos povos indígenas, se não quisermos conviver com o fantasma da “emancipação” ou da inserção dos indígenas na economia nacional como peões ou camponeses sem-terra (SEEGER e VIVEIROS DE CASTRO, 1979).

As identidades étnicas indígena e quilombola revelam sentidos próprios oriundos de concepções e práticas territoriais diversas que repercutem de modo efetivo na política territorial. Ocorre que essa pluralidade de autodefinições contraria disciplinas militantes e critérios técnicos da burocracia administrativa. Com isso, pensar o território como propriedade coletiva distinta do conceito de propriedade individual, por exemplo, tem sido dificultado pelas categorias básicas adotadas pelos legisladores brasileiros para refletir a estrutura agrária. O enfrentamento de tais dificuldades para viabilizar propostas de defesa e garantia de propriedade coletiva de seus territórios, demanda estudos aprofundados que considerem a variação ecológico-cultural entre esses grupos étnicos e as terras que habitam, suas formas de subsistência e territorialidades diversas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.

BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa; OLIVEIRA, Leon da Costa. Outras faces do ser indígena: entre pertencimentos e exclusões. *Espaço Ameríndio*, v. 3, n. 2, 2009, p. 9-41.

BRASIL. Artigo 68 da Constituição Federal-1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988.

_____. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de abril de 2004.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, vol. 15, n. 57, 2010, p. 263-278.

SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Terras e Territórios Indígenas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 101-109.

PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS NO NORTE DE MINAS GERAIS EM PERÍODOS PANDÊMICOS

Maria Emanuelle Guedes Cardoso
Ana Paula Glinfskoi Thé
Daniel Coelho de Oliveira

INTRODUÇÃO

Durante o período da pandemia do COVID-19 condições da vida cotidiana em todo mundo foram modificadas devido a adoção de medidas protetivas a propagação e ao contágio pelo vírus SARS-CoV-2. Nessa perspectiva, apontamos como questão de investigação a ocorrência de alterações significativas nas dinâmicas de divulgação e distribuição dos produtos oriundos da produção de agricultores familiares agroecológicos, e de consumidores no Norte de Minas Gerais. Nossa hipótese sustenta que devido às medidas de isolamento e distanciamento social do período pandêmico, ocorreram mudanças consideráveis tanto na organização de produtores, quanto nas práticas cotidianas de consumidores de produtos agroecológicos.

Este trabalho¹, portanto, teve como objetivo pesquisar as alterações nas estruturas produtivas e de comercialização de agricultores familiares a partir da pandemia, bem como as novas práticas dos consumidores destes produtos agroecológicos. De forma específica, pretendeu-se analisar a resiliência da produção alimentícia agroecológica na região, assim como, compreender os usos das “redes sociais” que podem ser percebidas como uma representação de relacionamentos afetivos e profissionais entre indivíduos que se juntam a partir de interesses em comum e tecem redes informacionais por meio das trocas discursivas realizadas no ambiente virtual (ZENHA, 2018) e pelo uso de tecnologias digitais de comercialização, como ferramenta comercial por parte dos produtores e de compra por parte dos consumidores. Em outras palavras, a pesquisa observou como as alterações no acesso a informações sobre cuidados da saúde, e ao acesso de informações e produtos da agricultura familiar e/ou orgânica regional, provocaram a necessidade de mudanças políticas no âmbito da produção, divulgação, entrega e consumo de alimentos.

Este estudo trata-se principalmente do uso de dados de natureza qualitativa e quantitativa, com a revisão sistemática da literatura e aplicação de um questionário on-line para mensurar o grau de envolvimento e conhecimento da população sobre a produção alimentícia da agricultura familiar e de movimentos agroecológicos regionais. Ou seja, dados que caracterizam o conhecimento dos entrevistados sobre os temas acima citados e que indiquem a relação entre a pandemia da Covid-19 às mudanças de comportamento na população de

1 Este artigo refere-se a parte das pesquisas que estão sendo realizadas no âmbito do Projeto CEPEX Unimontes 154/2020: “Saberes Tradicionais Alimentares no Médio São Francisco, Minas Gerais”. O projeto foi aprovado pelo edital universal da Fapemig 1/2017- Processo APQ -2591-17. Maria Emannuelle foi Bolsista BIPIC-Fapemig Edital Unimontes (2020).

Montes Claros no consumo de produtos alimentícios de melhor qualidade nutricional e ambientalmente sustentáveis.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O ato de alimentar-se nas sociedades humanas representa, além de uma necessidade fisiológica essencial para a manutenção dos processos vitais, um hábito sociocultural e simbólico de um povo, resultado de costumes e práticas históricas (LIMA, NETO, FARIAS, 2015). As tradições culturais que permeiam a prática da alimentação são denominadas por Goés (2008) de hábitos alimentares, que podem ser compreendidos como meios pelos quais os indivíduos ou grupo de indivíduos, que respondendo a pressões sociais e culturais selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos.

No entanto, os processos compreendidos entre o plantar e o comer foram mecanizados por diversos procedimentos inerentes a capitalização agrária, dentre eles a ascensão do agronegócio, que se caracteriza como um sistema agroalimentar hegemônico que compreende toda a cadeia produtiva da agricultura e da pecuária, em todos os seus aspectos: desde a semeadura, até o plantio, a colheita, comercialização e consumo de alimentos, sendo uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do estado (ALENTEJANO, 2020).

DO AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA À MERCANTILIZAÇÃO DO CAMPO

O avanço da fronteira agrícola é seguido por inquietações em relação aos impactos ambientais relacionados ao consumo de água, a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes, agroquímicos que podem levar à eutrofização de cursos d'água, lagos e mananciais, ao envenenamento dos alimentos, a acidificação

dos solos, contaminação de aquíferos, a geração de gases associados ao efeito estufa e a destruição da camada de ozônio, além das modificações no uso do solo com a destruição da vegetação natural e adoção do monocultivo, práticas de manejo insustentáveis, desmatamento e queimadas de vegetação nativa (GOMES, 2019).

A ação antrópica extrativista relacionada aos latifúndios corrompe o equilíbrio ecossistêmico local através da superexploração dos recursos naturais, por meio do desmatamento da vegetação nativa, degradação do solo, ocasionada pelo plantio de monoculturas e destruição do ‘habitat’ faunístico, fatores diretamente relacionados à manutenção dos constituintes bióticos e abióticos do meio, que possibilitam a existência e funcionamento de nichos ecológicos, tais como disponibilidade de alimentos e nutrientes, comprometendo, portanto, as condições ambientais que permitem a existência das espécies. Em relação à população residente em áreas de interesse de grandes agricultores, as mesmas encontram-se sujeitas a incidência de doenças negligenciadas, conflitos no campo e perda territorial, sociocultural e ecológica (CARDOSO, 2020).

As dinâmicas da produção e do consumo de alimentos estão inseridas na lógica de mercado globalizado, industrial e capitalista, consequentemente sendo diretamente influenciado pelos objetivos e decisões de transnacionais, produtoras de insumos mecânicos, químicos e biotecnológicos, que controlam o mercado de distribuição e comercialização de alimentos (SILVA E MENEZES, 2019). O modelo de produção alimentar imposto pela agroindústria relaciona-se com riscos relacionados à saúde única, conceito o qual considera a saúde um campo interdisciplinar, contemplando e conectando os componentes vegetais, animais, ambientais e humanos e assim propõe uma abordagem holística, colaborativa, transdisciplinar, para prevenção, detecção e tratamento de doenças (SÁ et al., 2020).

Além disso, a mercantilização do campo ocasiona um processo de esvaziamento cultural, relacionado ao hábito de plantio e consumo, corrompendo as relações de trocas de saberes, afetos e conhecimentos antes presentes no hábito da alimentação, aglutinando-os com base em interesses de cunho unicamente financeiro, ou seja, a comida tem sido produzida como uma mercadoria sob as premissas de um sistema e de uma política agroalimentar de caráter global, dominada por corporações agroalimentares transnacionais, o que envolve uma forma legitimada de agrobiopoder e de ameaça à soberania alimentar, além de impactos socioambientais significativos (AZEVEDO, 2017). Ademais, está relacionado à pauperização do pequeno e médio agricultor e na interferência na cultura alimentar, cujas alterações vêm reduzindo o consumo de alimentos produzidos local e/ou regionalmente descaracterizando, assim, o consumo típico tradicional de um povo (RIEPE, 2015). Os altos custos de produção e uso intensivo de agroquímicos ameaça a segurança, e a saúde dos povos, ao aumentar os preços dos alimentos disponíveis em vias tradicionais de alimentos, tais como o aumento dos preços do arroz (ALVES, ROSSI, GASPAR, 2020) e outros produtos de consumo cotidiano no território brasileiro no ano de 2020, e ao retirar a capacidade de autossuficiência e independência presentes no domínio coletivo e popular dos recursos necessários tais como sementes, terra e equipamentos para a produção alimentícia.

Dentre os processos que contribuíram para a mecanização agrária salienta-se a “Revolução Verde”, que ocasionou um aumento da produção e rapidamente deixou ao lado de seu aparente sucesso um rastro de degradação ambiental e uma deterioração na qualidade dos alimentos disponíveis e, além disso, a exclusão social, econômica e cultural de uma parcela significativa da população rural (BEZERRA, SCHNEIDER, 2012). Iniciada na década de 60, norteou o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção agrícola e a incorporação

de pacotes tecnológicos de suposta aplicação universal, que visavam a maximização dos rendimentos dos cultivos em distintas situações ecológicas (ASSIS, 2006). Propunha-se a elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, a fim de gerar as condições ecológicas ideais afastando predadores naturais via utilização de agrotóxicos, contribuindo, por outro lado, com a nutrição das culturas através da fertilização sintética (MATOS, 2010). Os pacotes tecnológicos contavam, principalmente, com defensivos agrícolas ou agrotóxicos, produtos químicos destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da fauna ou flora, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento (LOPES E ALBUQUERQUE, 2018).

Segundo Solón (2019), uma comunidade deve estar fundamentada no atendimento das necessidades de sua população, e não dos interesses da exportação. Dessa forma, o conceito de desglobalização proposto pelo autor busca reconstruir as integrações mundiais, de modo que o sistema de fabricação e distribuição da produção não esteja vinculado à dualidade explorador-explorado e a dependência produtor-consumidor. Conforme detalha Svampa (2019), (...) há uma pluralidade de experiências de auto-organização e autogestão dos setores populares ligados à economia social e ao autocontrole do processo de produção (...). A administração de bens comuns está relacionada à gestão social de diferentes elementos e aspectos necessários para a coletividade humana, constituindo-se como uma alternativa ao monopólio da natureza, do conhecimento e das tecnologias, efetuado pela elite socioeconômica capitalista.

A Pandemia da Covid-19 e a Produção de Alimentos no Norte de Minas Gerais

A pandemia ocasionada pelo surgimento e disseminação do novo coronavírus humano (SARS-CoV2), agente etiológico da COVID-19, alterou as dinâmicas sociais e suas interfaces econômicas, relacionamentos interpessoais, comerciais, e de consumo. Tal evento caracteriza-se como uma manifestação de esgotamento civilizatório, advindo de um modo de vida desconectado da natureza e sustentado por uma agricultura predatória (ALTIERI E NICHOLLS, 2020) como resultado de uma crise sanitária, política, econômica, ecológica e social sem precedentes. Segundo Wallace, (2020) [...] A monocultura de capital intensivo – tanto a pecuária quanto a agricultura – impulsiona o desmatamento e os empreendimentos que aumentam a taxa e o alcance taxonômico do transbordamento de patógenos: dos animais selvagens para os da pecuária, e destes, para os trabalhadores do setor. (...). Dessa forma, além de provocar a estafa ambiental, a globalização neoliberal e a circulação de produtos originados da produção de transnacionais proporcionam um ambiente favorável ao surgimento e disseminação de patógenos (CARDOSO, 2020).

A crise civilizatória em sua vertente sanitária, alimentar, financeira ecológica e socioeconômica caracteriza-se como uma crise no modelo de produção hegemônica dos sistemas agroalimentares, onde uma alternativa ao agronegócio é apresentada pelos pequenos agricultores: a Agroecologia, onde um resgate a práticas ancestrais e tradicionais posicionam o alimento como um elo entre homem e outras naturezas como partes interligadas de um mesmo ecossistema. Constituindo-se como um conjunto de teorias e práticas, a Agroecologia é um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica.

Uma abordagem agroecológica procura trabalhar com e desenvolver sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas, com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos (ALTIERI, 1987). Diversos aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento demonstram-se de fundamental importância para repensar os modos de produção alimentícia, tais como conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos. A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente (ALTIERI, 1987). Dessa forma, os conhecimentos tradicionais relacionados aos sistemas agroalimentares podem resultar em estratégias multidimensionais de uso da terra, que permitam a suficiência alimentar das comunidades de determinada região (ALTIERI, 1998).

O rural norte-mineiro passou por um processo de urbanização onde a partir da década de 1970, o urbano de Montes Claros passou a responder por 85.154 habitantes e, o rural, por 31.332 habitantes (IBGE, 2009). O reordenamento de populações em espaços geográficos diferentes rural/urbano traz, associado a esse fenômeno, o transporte de práticas e modos de lidar com a agricultura desenvolvida no espaço rural (BRITO, AUGUSTO, RIBEIRO, 2019). Tradicionalmente, o escoamento da produção agroecológica dos pequenos produtores rurais do Norte de Minas é feito em Feiras Orgânicas, tais como a Feirinha São José e a Feirinha Major Prates. Entretanto, com a adoção de medidas de isolamento social que objetivaram reduzir a circulação de pessoas com o desígnio de evitar o colapso no sistema de saúde por conta da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, tornou-se necessário adotar outras formas de

escoamento da produção. Para tal, os agricultores começaram a utilizar ferramentas tecnológicas e aderiram à entrega a domicílio. As perspectivas e interfaces da entrega a domicílio podem ser alternativas resilientes a tempos de crise. Com o desígnio de repensar e construir alternativas ao hábito alimentar do norte mineiro, que sejam condizentes com a manutenção do equilíbrio de sistemas ecológicos e seja coerente com a justiça ambiental, adquirindo a produção de populações do campo e pequenos agricultores.

O isolamento social foi uma medida utilizada com o intuito de reduzir a circulação de pessoas e de mercadorias, com o intuito de diminuir a circulação do vírus e com isso evitar o colapso dos sistemas de saúde. Nesse contexto, esta pesquisa tem como propósito avaliar os aspectos das dinâmicas de divulgação e da distribuição dos produtos oriundos da produção alimentícia de agricultores familiares no norte de Minas, com ênfase no município de Montes Claros, no contexto da pandemia de COVID-19, no ano de 2020. Cotidianamente recebemos diversas informações contraditórias a respeito da alimentação, sendo que essas ideologias alimentares podem confundir e interferir nos hábitos de consumo alimentar e consequentemente na saúde da população.

A Politização do Consumo

Além da possibilidade de estabelecer e manter vínculos identitários, parte das práticas de consumo podem ser ressignificadas como formas de participação e de ação política. O conceito de “politização do consumo” parte do princípio de que o ato de consumir é uma prática social dotada de significados privados e públicos. Na visão de Portilho e Barbosa (2016), seria uma maneira de participar de um campo de disputas sobre o que é, de que modo a sociedade a produz e sobre os significados e as formas de uso de tal produção. Tal contexto faz com

que o consumo expresse várias disputas políticas. Em abordagem clássica sobre o tema, Canclini (1999), argumenta que transformações na maneira de consumir mudaram as formas e as possibilidades de se exercer a cidadania, pois “[...] junto com a desagregação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem.” (CANCLINI, 1999, p. 37). Autores com Hirschman (1983) reforçam a necessidade de entender o comportamento do indivíduo dentro do eixo público-privado. Há também um conjunto de outras referências, tais como Trentmann (2006); Portilho (2009, 2020), Halkier (1999), Stolle *et al.* (2005), Nestle (2002), que alertam para a tendência crescente de inserção de componentes morais e éticos na ação dos consumidores.

O “consumo político” pode manifestar-se de quatro formas distintas, de acordo com Portilho (2020). Primeiro, o boicote, considerado “consumo político negativo”, é a recusa da compra fundamentada em preocupações éticas, políticas e/ou ambientais. Segundo, o *buycott*, por seu turno, é uma forma de “consumo político positivo”, por referir-se a compras efetivas como maneira de beneficiar ou recompensar produtos, marcas e empresas por seus compromissos políticos, éticos e/ou ambientais. A terceira, concerne às as ações comunicativas e discursivas, que vão desde críticas pontuais a manifestações públicas (incluindo “falar bem” ou “falar mal”), fundamentadas nas mesmas razões éticas. Já a quarta forma de consumo político envolve mudanças nas práticas cotidianas e são as chamadas políticas de estilos de vida. De alguma forma, essa última estratégia envolve as três categorias de ação anteriores.

Em sua leitura sobre o fenômeno, Beck (1997), destaca que vivenciamos o crescimento das “subpolíticas”, política direta, à margem e além dos Estados-Nação; esfera não-institucional do político. Por meio da “modernização reflexiva”, surgem novas formas de fazer política, com destaque para atores externos ao sistema político.

Em resumo, um mundo está adquirindo vida, e uma parte dele não pode ser representada na outra: um mundo caótico de conflitos, jogos de poder, instrumentos e arenas que pertencem a duas épocas diferentes, aquela do “não ambíguo” e aquela da modernidade ‘ambivalente’. Por outro lado, está se desenvolvendo um vazio político das instituições; por outro, um renascimento não institucional do político. O sujeito individual retorna às instituições da sociedade (BECK, 1997, p.28).

Observam-se em curso batalhas no imaginário de grupos sociais; em outras palavras, pelo controle e direcionamento dos processos de informação e que moldam a comunicação nas redes sociais. Na visão de Alexander (1998), a sociedade pós-materialista, baseada na informação, produz arranjos estruturais que criam formas de estratificação, novos grupos de conflito e padrões de dominação. “[...] nas sociedades contemporâneas, o consumo vem-se tornando, cada vez mais, uma esfera de demandas, reivindicações e lutas políticas” (BARBOSA, 2016, p.256). Em outras palavras, ao conhecer as dinâmicas e dicotomias relacionadas ao agronegócio e a Agroecologia, os hábitos alimentares da sociedade podem-se tornar mais conscientes e autônomos. Esse processo, denominado “politização do consumo” seria uma forma de o consumidor participar de um campo de disputas sobre o que é, de que modo a sociedade a produz e consome.

Após apresentar a revisão da literatura sobre o tema abordados, a pesquisa empírica procurou observar se alterações no acesso a informações pelo público sobre cuidados da saúde, no acesso a produtos alimentares industriais e da agroindústria, e ao acesso de informações e produtos da agricultura familiar e/ou orgânica regional, provocaram a necessidade de mudanças políticas no âmbito da produção, divulgação, entrega e consumo de alimentos. Objetivou-se analisar as dinâmicas das redes sociais e

da entrega a domicílio como uma abertura de novos campos de consumo e resiliência da produção alimentícia, além de verificar os impasses do incremento tecnológico como ferramenta de trabalho alternativa para o escoamento da produção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de Montes Claros, localizado na mesorregião Norte do Estado de Minas Gerais é o sexto maior município do Estado em população residente, estimada pelo IBGE em Julho de 2017 em 413.07 habitantes, sendo 92% urbana e 8% rural. É considerado um centro urbano de desenvolvimento da região, desempenhando um importante papel como centro urbano comercial, educacional, industrial, de saúde, e de prestação de serviços. Em relação à vegetação o Norte de Minas Gerais, especificamente a região de Montes Claros, está inserida em uma área de transição entre os domínios do Cerrado e da Caatinga. Em graus distintos, nota-se a dominância de uma formação sobre a outra, dando origem a fitofisionomias bem distintas, considerando o porte dos indivíduos e a composição das espécies (DURÃES, et al., 2007).

Quanto à abordagem, trata-se de um estudo qualitativo, com o desígnio de coletar dados relacionados ao perfil socioeconômico de produtores e consumidores, além das especificidades relacionadas à produção e ao consumo da produção agroecológica durante períodos pandêmicos. Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes ocorrem e do qual fazem parte. Foi realizada uma pesquisa documental, que utiliza, em sua essência materiais de natureza diversa, especificamente documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados e sistematizados, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares (GODOY, 1995), sendo principalmente

oriundos de veículos de comunicação em massa, tais como jornais e redes sociais, com o intuito de levantar dados relacionados à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar durante a pandemia de Covid-19 no município. Uma revisão bibliográfica foi feita com o desígnio de fundamentar conceitos relacionados à definição de agronegócio, a importância do alimento para as sociedades, a definição da ciência Agroecologia e a traçar aspectos e o histórico da agricultura familiar em Montes Claros.

ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES: DINÂMICAS AGROECOLÓGICAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Após o processo de revisão bibliográfica e coleta de dados documentais, a pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de um questionário online para consumidores e outro para os produtores, com o intuito de perceber, respectivamente, as dinâmicas de consumo e produção de alimentos da agricultura familiar ou de pequena escala, seja orgânica ou feita sem uso de agrotóxicos, oriunda dos pequenos produtores norte-mineiros e de movimentos agroecológicos regionais, como alternativa à produção agroindustrial de larga escala no período da pandemia da Covid-19.

A pesquisa contou com a participação de cinco produtores e vinte e cinco consumidores no período compreendido entre Janeiro, Fevereiro e Março de 2021. Conforme detalha Godoy (1995), a análise dos dados de campo deve permitir que o pesquisador verifique a pertinência das questões previamente selecionadas e das percepções que, gradativamente, vão refinando com o propósito não apenas de descrever, mas, de construir novas explicações e interpretações teóricas sobre o que está acontecendo no grupo social em estudo (PINHEIRO, 2017). A análise dos dados oriundos dos questionários buscou compreender, para os produtores, além do perfil

socioeconômico, os processos e os pontos positivos e negativos da adoção de entrega a domicílio e de ferramentas tecnológicas como meio de comercialização, como o uso de aplicativos de celular e redes sociais, e sua percepção às mudanças de comportamento do público consumidor frente à pandemia, como a busca de hábitos alimentares mais saudáveis e comprometidos com a produção agroecológica. Em relação aos consumidores, buscou-se perceber o local onde os alimentos são adquiridos, frequência e motivo da compra de alimentos e a percepção sobre a qualidade dos produtos da produção agroecológica em termos nutricionais e ambientais

Ao todo foram entrevistados 5 produtores rurais, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino. Dos entrevistados, apenas um estava na faixa etária entre 30 e 40 anos, todos os demais possuem idade superior a 41 anos de idade um processo de “envelhecimento” dos agricultores familiares, mas devida a pequena amostra coletada de produtores entrevistados pela aplicação de questionário *on line*, seria necessário ampliar o número de entrevistas para a melhor compreensão desse fenômeno. A maioria dos entrevistados (60%) disseram possuir renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos.

Outra informação relevante diz respeito a quantidade de agricultores que possuíam perfil comercial nas redes sociais antes da pandemia da Covid-19. Conforme a pesquisa 60% dos entrevistados não comercializavam seus produtos no ambiente online. Tudo indica que o cenário de restrições de acesso aos meios tradicionais de comercialização, feiras livres, por exemplo, obriga parte considerável dos agricultores a criar meios alternativos para comercializar sua produção. Tal alteração foi enfatizada por um dos entrevistados:

“A minha filha criou isso, não imaginava que repercutiria dessa forma, a nossa horta ficou conhecida e ganhou até slogan (...) Com a pandemia, o único meio de divulgar os

nossos produtos foi através das redes sociais, fizemos uma lista e tiramos fotos da nossa plantação e mandamos para nossos amigos e clientes, e pedimos para indicar para seus conhecidos!” (PRODUTOR A, 2020)

O período da pandemia foi marcado pelo aumento do mercado e consumo por uso de aplicativos e serviços de delivery. Segundo Silva (2021), analisando dados do IBGE e do SEBRAE no ano de 2020, as vendas das empresas que já atuavam por redes sociais, aplicativos e delivery aumentaram, assim como, aumentou a quantidade de empresas que passaram a atuar por estas estratégias de comercialização, o que segundo autor aparenta ser uma mudança que permanecerá pós pandemia, principalmente no setor de alimentação por uso de aplicativos. Um dos produtores destaca: “ (...) antes da pandemia tínhamos clientes que só encontrávamos nas feiras, hoje temos clientes em todos os bairros de Montes Claros, graças a Deus!” (PRODUTOR B, 2020).

Entre as vantagens destacadas no uso de tecnologias e redes sociais para a comercialização, os agricultores destacaram principalmente a ampliação de suas redes de consumidores, como observa-se na fala de um dos entrevistados:

“As vantagens é que conseguimos alcançar várias pessoas que antes da pandemia não compravam com a gente. O alcance de público e o imenso aliado, a qualidade de nossos produtos, ficou muito satisfatório” (PRODUTOR C, 2020)

Os agricultores destacam a importância da produção agrícola familiar para auxiliar na adoção de hábitos alimentares mais saudáveis. Consideram que contribuem para a sustentabilidade

socioambiental, ao prestarem um serviço que promove incrementos a saúde humana e a natureza, através da produção de alimentos pela agricultura familiar sem o uso de agrotóxicos. Um dos entrevistados destaca:

Nossa produção é isenta de agrotóxicos, produção familiar, onde pensamos na saúde do cliente! (...) Geralmente as pequenas produções executam cultivos orgânicos ou naturais que contribuem para uma alimentação saudável dos clientes. (PRODUTOR A, 2020)

Parte considerável dos agricultores entrevistados, observam mudança nos hábitos de consumo, e que essas alterações produzem impactos socioambientais positivos. De acordo com um dos entrevistados, observa-se:

“Uma menor quantidade de embalagens plásticas, há o consumo de produtos sem adição de agrotóxicos, o meio ambiente agradece, pois, alguns insetos ajudam na renovação da fauna e flora (...) Com uma alimentação saudável reduz-se o consumo de produtos industrializados, que diretamente irá reduzir a exploração de recursos ambientais.” (PRODUTOR A, 2020)

Observa-se que na concepção dos produtores, o aumento da procura por seus produtos refere-se não somente a adaptação das suas formas originais de comercialização direta, via as Feiras Livres Orgânicas, para um novo modelo baseado em uso de redes sociais, aplicativos e entrega a delivery. A mudança para elas é pela adoção a um consumo político, como proposto por Portilho (2010), isto é, envolve mudanças nas práticas cotidianas e são as chamadas políticas de estilos de vida. Isto refere-se também a compreenderem o consumo da alimentação de base agroecológica como um mecanismo que auxilia na

adoção de práticas mais sustentáveis na produção. Políticas de estilo de vida de quem consome e quem produz:

“Na nossa produção por exemplo produzimos muitos produtos em consórcio com outro, por exemplo, entre as mexericas / laranjas (que produzem uma vez ao ano) plantamos alface, tomate, couve, cenoura, cebola que tem ciclos menores, com isso economizamos a água (que é raro em nossa cidade) e em os adubos e fertilizantes também, pois o que você usa em uma cultura a outra absorve também, sendo assim ecologicamente correto. (...) Os produtos agroecológicos em regra possuem baixo custo de produção e alto valor agregado, gerando mais renda para as famílias produtoras. (PRODUTOR A, 2020)

Como enfatizado por Favareto (2021), o acesso desigual à internet e as competências técnicas e habilidades para operar essas plataformas digitais podem ser uma causa de exclusão e seletividade. Tanto produtores, quanto consumidores só conseguirão inserir nestes “mercados” se tiverem minimamente condições de navegar neste novo campo. Os fatores estruturais também podem produzir novas barreiras, internet de boa qualidade não faz parte do dia a dia da maioria dos produtores rurais.

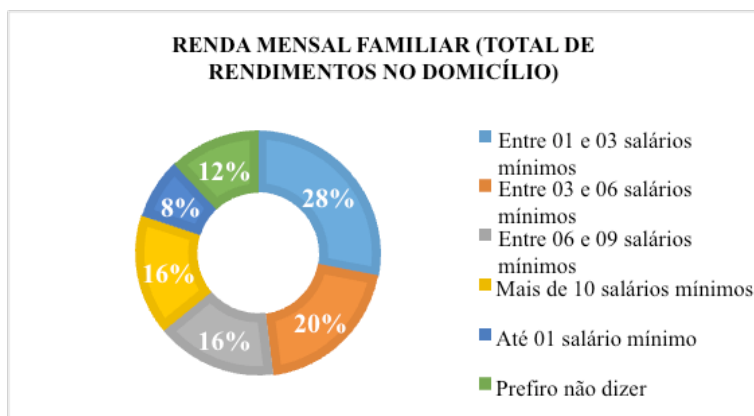
Na mesma perspectiva, Niederle et. al. (2021), destaca que as políticas públicas de desenvolvimento rural e inclusão produtiva ainda operam no mundo analógico. Neste sentido, seria necessário pesquisas que possam auxiliar na construção de novos desenhos de programas públicos, que considerem as potencialidades das ferramentas digitais para inclusão produtiva de agricultores familiares. Os autores também destacam a importância que existe um “fascínio” pelas inúmeras possibilidades abertas pelo mundo digital, porém para ocorrer uma

efetiva inclusão produtiva dos atores mais vulneráveis, será necessário pensar um fluxo de informações mais intuitivo para potencializar a acessibilidade destes agricultores.

APONTAMENTOS SOBRE OS CONSUMIDORES

Dos consumidores entrevistados, 60% são do gênero feminino e 40% masculino. A faixa etária é bem diversa, 60% possuem entre 18 e 30 anos; 20% entre 31 e 40 anos, 4% entre 41 e 50 anos de idade, 12% entre 51 e 60 anos; e 4% preferiram não responder. Verifica-se também que os consumidores possuem uma renda relativamente mais elevada do que os produtores entrevistados. Conforme o gráfico 1, de 15% dos entrevistados disseram possuir uma renda superior a 10 salários mínimos e somente 8% possuem uma renda inferior a 1 salário mínimo.

Gráfico 1. Renda mensal familiar (total de rendimentos no domicílio) (consumidores), gerado através do Microsoft Word a partir de dados do formulário utilizado na pesquisa.



Caracterizar o local de compra dos alimentos foi um dado extremamente relevante para a pesquisa. Dos entrevistados,

40% disseram comprar em supermercados e mercearias, 26% via aplicativo WhatsApp, 22% Feiras Livres locais, 4% aplicativos de celular. Deve-se destacar que um consumidor pode comprar produtos em mais de um canal de comercialização. Em outro questionamento, 87% disseram comprar de agricultores familiares locais. A frequência de compra também é um dado relevante, já que 48% compra pelo menos uma vez por semana produtos da agricultura familiar e 32% pelo menos uma vez a cada 15 dias.

Ao serem questionados se consumiam produtos oriundos da agricultura familiar no período anterior à pandemia, 12% disseram que não compravam, 48% compraram pelo menos uma vez por semana, 32% uma vez a cada 15 dias, 8% uma vez por mês. Os mesmos foram questionados se pretendiam continuar a consumir os produtos da agricultura familiar após a pandemia, 60% respondeu que sim e com muita frequência, 32% respondeu que continuariam com frequência regular, 4% respondeu com pouca frequência e 4% respondeu que não soube responder. Percebe-se aqui que os consumidores também estão tendendo a uma mudança para um tipo de consumo político de alimentos, privilegiando a escolha por alimentos da agricultura familiar e agroecológicos, não industrializados, consumidos diretamente dos produtores da região, reafirmando o que Portilho (2020) apontou como uma mudança de consumo pela adoção a um consumo político, onde os hábitos alimentares de um grupo tornam-se, conscientes, autônomos. onde o consumidor participa ativamente e principalmente, por suas escolhas e práticas, do campo de disputas sobre o que é, de que modo a sociedade a produz e consome. Isto pode ser observado também pela resposta de 100% dos entrevistados sobre a viabilidade da produção familiar em detrimento da produção agroindustrial.

Sobre os fatores que mais influenciaram o consumo dos alimentos da agricultura familiar estão entre as respostas serem

produzidos por agricultores familiares (26%); a qualidade do alimento (26%), serem sem agrotóxicos (24%), a durabilidade do alimento (12%); e o bom preço (12%). Ainda sobre a importância do consumo de produtos agroecológicos e da agricultura familiar, as respostas indicaram os benefícios à saúde (36%); o fortalecimento da economia local (30%); o menor impacto na natureza (27%) e ser sem sofrimento animal (6%).

Observa-se mais uma vez no conjunto dessas respostas características de um “consumo político” (PORTILHO, 2020), como escolhas do consumo, sejam por boicote (a não escolha de alimentos que oriundos de sofrimento animal), uma recusa (“consumo político negativo”) da compra fundamentada em preocupações éticas, políticas e/ou ambientais, ou uma forma de consumo que busca beneficiar ou recompensar produtos, marcas e empresas por seus compromissos políticos, éticos e/ou ambientais (“consumo político positivo”). No caso das respostas que vinculam o consumo de alimentos de origem de “agricultores familiares”, demonstra-se a escolha ativa de “um consumo político” que fortalece o sujeito produtor agricultor familiar, sujeitos consumidores reconhecendo que quem produz, como produz e porque produz é determinante na sua escolha política no seu ato de alimentar-se. Não se refere apenas uma escolha baseada na qualidade ambiental e nutricional dos alimentos produzidos, mas na escolha de promover, por meio de um consumo consciente e ativo, também a justiça ambiental e social na priorização de produtos da agricultura familiar local. Conforme afirma a CONTRAF-BRASIL (2020), valorizar e incentivar os agricultores familiares através do consumo de seus produtos são formas de construir a sustentabilidade da economia local; de assegurar mais alimentos limpos e saudáveis na mesa dos consumidores; de promover o manejo sustentável para um melhor aproveitamento do solo e dos recursos naturais; e de combater a insegurança alimentar e nutricional que assola o mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o processo de “politização” do espaço de consumo, de algum modo, reforça a tese do deslocamento da esfera de “ação” política. O desgaste, a falta de confiança nas instituições políticas, são razões para construção de outros caminhos de ação e cidadania. Diante desse panorama, duas questões ficaram evidentes na pesquisa sobre a produção e consumo de alimentos agroecológicos. A primeira: o fenômeno da “politização do consumo” não é novo, mas crises, como é o caso da pandemia do Covid-19, provocam a “radicalização” das práticas politizadas de consumo, produtores e consumidores estão mais suscetíveis a encorpam valores em suas práticas. Segunda: a comercialização de produtos no ambiente online não provoca necessariamente o distanciamento entre consumidores e produtores. Conforme os relatos da pesquisa, novas formas de sociabilidade podem ser criadas. Por parte dos produtores, foi possível observar a ampliação da base de clientes. Já os consumidores podem construir estratégias de aproximação entre as esferas de ação pública (cidadão) e particular (consumidor).

O presente trabalho não apresentar resultados conclusivos, a ideia foi refletir sobre a mediação digital na vida cotidiana e seus impactos nas dinâmicas de produção e consumo de alimentos agroecológicos no Norte de Minas Gerais. O texto possui lacunas, que, ao mesmo tempo, se apresentam como possibilidades para futuras pesquisas, por exemplo, os temas sobre as especificidades da divisão de trabalho por gênero, o papel da juventude rural no manuseio destas diferentes tecnologias incorporadas a comercialização dos produtos da agricultura familiar, entre outras.

Tudo indica que a crise provocada pela pandemia do COVID-19 provocou um cenário caótico, marcado por crises e oportunidades. As regras de isolamento e distanciamento social impediu que parte dos produtores comercializarem suas

produções agroecológicas, já os consumidores tiveram sérias restrições de acesso aos espaços de comercialização das feiras livres. Conforme relatos dos produtores entrevistados, o uso das redes sociais para a comercialização, ampliou o alcance da rede de consumidores. Neste sentido, há fortes evidências de que o cenário excepcional de comercialização durante a pandemia, estará cada vez mais integrado a dinâmica de produtores e consumidores nos próximos anos.

Por fim, o tema segurança alimentar e nutricional não foi objeto de análise do presente texto, mas não podemos esquecer que as alterações nas estruturas produtivas e de comercialização de agricultores familiares agroecológicos, se apresentam como estratégias significativas no combate à pobreza e a fome. A aproximação de produtores e consumidores, pode proporcionar, por um lado a geração de renda para esses agricultores familiares, e por outro, garantir que parte dos consumidores possam acessar um alimento, bom, limpo e justo.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Hegemonia do Agronegócio e a Reconfiguração da Luta Pela Terra e Reforma Agrária no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, [s. l.], v. 4, n. 42, p. 251-285, Dezembro 2020. Disponível em: . Acesso em: 19 dez. 2020.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Rev. Bras. Ci. Soc.** [online]. vol.13, n.37, pp. 5-31. 1998.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. [S. l.: s. n.], 1998. 120 p. ISBN

85-7025-538-1. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf. Acesso em: 5 jan. 2021.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder: Westview Press, 1987.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inés. **A Agroecologia nos tempos do COVID-19**. Clacso - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, [S. l.], Mar. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/a-agroecologia-nos-tempos-do-covid-19/>. Acesso em: 19 set. 2020.

ALVES, Lucilio R.; ROSSI, Isabela; GASPAR, Victória Sarah Bernardineli. **Arroz: Apesar de ano desafiador, setor tem bom desempenho em 2020**. Mais Soja, [S. l.], p. 1-2, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://maissoja.com.br/arroz-apesar-de-ano-desafiador-setor-tem-bom-desempenho-em-2020/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, Mar. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>.

AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 276-307, Jan. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000100276&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/15174522-019004412>.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony.; LASH, Scoot. (orgs). Modernização reflexiva. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. **Produção e Consumo de Alimentos: o Papel das Políticas Públicas na Relação Entre o Plantar e o Comer.** Produção e consumo de alimentos, [s. l.], v. 15, n. 20, p. 35-61, Jan/Jun 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/bezerra-i-schneider-s-producao-e-consumo-de-alimentos-o-papel-das-politicas-publicas-na-relacao-entre-o-plantar-e-o-comer-faz-ciencia-unioeste-impresso-v-14-p-25-61-2012>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRITO, Giliarde Souza; AUGUSTO, Helder dos Anjos; RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. **Agricultura urbana: influência dos costumes e das práticas agrícolas de migrantes nas áreas urbanas de Montes Claros – MG.** Revista IDEAs: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, [s. l.], v. 11, n. 2, ed. 1, p. 8-33, Agosto 2019. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/download/171/225/377>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

CARDOSO, Maria Emanuelle Guedes. **Extrativismo e a Crise Ecológica: a Ecologia Política e os Movimentos Sociais Como Alternativas.** In . Montes Claros, MG. Anais (on-line). Montes Claros: Unimontes, . Disponível em <<https://fepeg2020.unimontes.br/anais/ce7afda5-c3ec-40c1-a937-0ac437b3f662>>. Acesso em: 15 Apr 2021

CONFRAT-BRASIL, 2020. **A importância da agricultura familiar, enquanto produtora de alimentos e o reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho.** Confederação Nacional dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. Notícias. Publicado em 09/01/2020. Acessado em 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconh-a302/>

DURÃES, Maria Clara Oliveira; SALES, Nilza de Lima Pereira; D'ANGELO NETO, Santos and FIGUEIREDO, Maria Auxiliadora Pereira. **Levantamento Florístico do Estrato Arbóreo de Três Fragmentos de Floresta Ciliar como Subsídio À Recomposição da Vegetação do Rio Cedro, Montes Claros - MG.** Ciênc. Florest. [online]. 2014, vol.24, n.1 [cited 2021-04-15], pp.47-58. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-50982014000100047&lng=en&nrm=iso. ISSN 1980-5098. <https://doi.org/10.5902/1980509813322>.

FAVARETO, Arilson. Prefácio. In: NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel (org.). **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

GÓES, José Ângelo Wenceslau. Hábitos alimentares globalização ou diversidade. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de, FONTES, Gardênia Abreu Vieira, OLIVEIRA, Nilce de, (org.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008. cap. 20, p. 375-404. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/comportamento-e-cultura-alimentar/escritas-e-narrativas-sobre-a-alimentacao-e-cultura/2-escritas-e-narrativas-sobre-alimentacao-e-cultura.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista Administração Empresa**. [online].1995, vol.35, n.3 [cited 2021-04-15], pp.20-29. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GOMES, Cecília Siman. Impactos da Expansão do Agronegócio Brasileiro na Conservação dos Recursos Naturais. **Cadernos do Leste Artigos Científicos**, [s. l.], v. 19, n. 19, p. 63-78, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13160/10396>. Acesso em: 22 jan. 2021

HALKIER, B. Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices. **Journal of Environmental Policy and Planning**, 1, p.25-41, 1999.

HIRSCHMAN, Albert. **De consumidor a cidadão: atividades privadas e participação na vida pública**. Brasiliense, 1983.

LIMA, Romilda de Souza; NETO, José Ambrósio Ferreira; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, Comida e Cultura: o Exercício da Comensalidade. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, [s. l.], v. 10, n. 3, 28 jun. 2015. DOI <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16072>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16072/13748>. Acesso em: 23 set. 2020.

LOPES, Carla Vanessa Alves; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, June 2018. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

d=S0103-11042018000200518&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811714>.

MATOS, Alan Kardec Veloso de. **Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas. Cadernos da FUCAMP**, [s. l.], v.10, ed.12, p.117, 2010. Disponível em: <https://mailattachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/ui=2&ik=694e4d3231&attid=0.1&permmsgid>. Acesso em: 22 jan. 2021.

NESTLE, Marion. **Food Policts**. Beckey/Los Angeles/London. University of California Press, 2002.

NIEDERLE, et. al. Introdução. In: NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel (org.). **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

PINHEIRO, Cristh Ellen Ferreira. **Agricultura Urbana em Montes Claros, MG:: funcionalidades, produção e comercialização**. 2017. 98 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/NCAP-ARYJ4D/1/cristh_ellen_pinheiro__cef._mestrado_sat_ica_ufmg.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes** (St. Cruz Sul, On-line), v.25, n.2, p. 12-33, maio-agosto, 2020.

PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política e Sociedade**, v. 8, pág. 199-224, 2009.

PORTILHO, Fátima & BARBOSA, Livia. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, Flávia Charão Marques, CONTERATO, Marcelo Antônio SCHNEIDER, Sergio. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016

RIEPE, Ademir de Jesus. **Desafios para o Desenvolvimento de Processos Comerciais Agroecológicos na Rede de Cooperativas de Reforma Agrária do Paraná**. Orientador: Dr. Oscar José Rover. 2015. 127 p. Dissertação (Mestre em agrossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158452/336758.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2021

SÁ, Camila Dias de; SOENDERGAARD, Niels; TRIGO, João de Souza; JANK, Marcos Sawaya. **Impactos da Covid-19 no Agronegócio e o Papel do Brasil: Parte II: Saúde Única, Zoonoses E Segurança Do Alimento**. Insper - Centro de Agronegócio Global, [s.l.], n. 3, p. 1-39, Junho 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/impactos-da-covid-19-nos-sistemas-agroalimentares-parte2V8.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, José Natan Gonçalves da; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Reorganização dos Sistemas Agroalimentares Cultiváveis no Município de Porto da Folha/SE. **GEOSUL: Dossiê Agronegócios no Brasil**, Florianópolis, v. 34, ed. 71, p. 786-808, Abril 2019. DOI <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p786>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p786>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVA, Maicon. Roger Guedes da. **O crescimento das empresas de delivery no contexto da pandemia**. Monografia de Especialização.

Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. 2021. 41 f.

SOLÓN, Pablo et al. **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Elefantes, 2019. 224 p. ISBN 978-85-9311-24-0.

STOLLE, D.; HOOGHE, M.; MICHELETTI, M. Politics and the supermarket: political consumerism as a form of political participation. *International Political Science Review*, v. 26 (3), p. 254-269., 2005.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. 1. ed. São Paulo, Brasil: Elefante, 2019. 192 p. ISBN 978-85-93115-45-5.

TRENTMANN, Frank (Ed.). **The making of the consumer: knowledge, power and identity in the modern world**. Berg, 2006.

WALLACE, Rob. **A pandemia e o agronegócio. Doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Editora Elefante & Igrá Kniga. São Paulo, 2020.

ZENHA, Luciana. **Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?** Caderno de Educação, [s. l.], ano 20, v. 1, n. 49, p. 9 a 42, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/ASUS/Downloads/amandat-journal-manager-artigo-2-redes-sociais-online-o-que-so-as-redes-sociais-e-como-se-organizam.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O OURO BRANCO E AS PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS DE NORTE MINEIROS

Maria Cecília Cordeiro Pires
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisas das autoras, fruto da participação no OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (CNPq/UNIMONTES). O objetivo dos estudos foi analisar os processos das migrações no município de Porteirinha, localizado no norte de Minas Gerais, a partir das perspectivas dos sujeitos que vivem esse processo. Essa experiência anterior trouxe a base para a construção deste texto, com ele, temos a intenção de refletir sobre as influências das promessas de desenvolvimento a partir da monocultura do algodão no município, para compreender o período do auge da produção, seu processo de estabelecimento e as interferências dessa lógica diferente de cultivo implantada no meio rural predominantemente de agricultores familiares.

As pesquisas vinculadas ao Grupo OPARÁ-MUTUM utilizam predominantemente técnicas de pesquisa qualitativas, não desconsiderando a importância dos dados quantitativos, mas levando em consideração que lidamos com um fenômeno complexo, principalmente no que se refere às migrações temporárias, que não são oficialmente consideradas nos censos devido sua grande fluidez.

Durante o processo de pesquisa buscamos realizar uma análise interdisciplinar, com aporte da sociologia e antropologia, voltada para uma investigação do processo da migração, por meio dos métodos da pesquisa qualitativa, onde as informações partiram da memória das pessoas do lugar com enfoque nos seus relatos. Para Geertz (1989): “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias” (Idem, p. 32). Compreendemos a importância do trabalho de campo mais do que como um ato puramente científico, é a vivência na relação mais diversa, que produz assim uma nova visão do pesquisador, uma interpretação do sujeito enquanto agente, para que a pesquisa seja não apenas um trabalho sobre eles, mas também deles.

As técnicas de pesquisa incorporadas ao método etnográfico foram cruciais para manter viva e registrada todas as informações ao longo do trabalho, dentre elas, observação, entrevistas livres e o uso do diário de campo. Cabe salientar que não tivemos a pretensão de realizar uma etnografia, pois entendemos que esta não se aplicaria ao tempo disponível para a realização da pesquisa. Para Magnani (2012):

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode-se usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia,

mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento. (Idem, p.17)

Somadas as técnicas etnográficas, realizamos entrevistas semi-estruturadas, buscando compreender com maior profundidade a história de vida dos nossos sujeitos. Esse processo ocorreu em junção com os estudos e leituras de bibliografias, acervos, documentos, e análises de alguns dados secundários, como por exemplo, censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Além disso, utilizamos gravadores, máquina fotográfica e roteiros de entrevistas, a fim de organizar um importante acervo para o momento da escrita e reflexão sobre os dados.

Deste modo, dividimos o trabalho em alguns momentos metodológicos. Primeiramente realizamos um levantamento bibliográfico local, regional e nacional sobre os eixos temáticos para obter conhecimento do que já foi estudado sobre o *lôcus* e a busca de referências sobre migrações no Norte de Minas, conceitos de rural e urbano, tradicionalidade, políticas públicas, desenvolvimento, entre outras temáticas. Outro momento foi referente à elaboração dos roteiros e trabalhos de campo e posteriormente a análise, organização e sistematização dos dados obtidos inter-relacionando com o referencial teórico estudado. Por fim, a partir dos resultados obtidos foram elaboradas as reflexões sobre a pesquisa. É preciso salientar que esses momentos não ocorrem de forma estanque e separada, e sim, como uma relação durante todo o processo de pesquisa.

OS ASPECTOS HISTÓRICOS REGIONAIS E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

No Brasil ao longo dos anos foi estabelecida uma estrutura fundiária de grande concentração, realidade não superada. São fatores históricos desde o século XVI, com o sistema

de Capitânicas Hereditárias, até o processo mais recente de modernização do campo, no século XX, que provocaram grande desigualdade de distribuição de terras, e processos de expropriação.

Fernandes (2001) nos chama atenção para a diferenciação entre a *Luta pela Terra* e a *Luta pela Reforma Agrária*. No Brasil a Reforma Agrária vai entrar em pauta através dos movimentos sociais, a partir da segunda metade do século XX. Ao contrário, a Luta pela Terra, que nasce com o latifúndio, é uma luta dos trabalhadores contra o cativoiro, isso desde a chegada dos colonizadores em 1500, que através dos sistemas de capitânicas hereditárias e as sesmarias, concentraram grandes extensões de terra, nas mãos de poucos proprietários.

As lutas contra o cativoiro da terra são continuamente causadas através do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001, p. 1). Nossa produção agrícola foi perpassada por ciclos econômicos, que aconteciam em função de determinado produto ser privilegiado em detrimento de outros a mando dos interesses de exportação da metrópole. Através deste modo de produção capitalista, expropriações ocorreram, e os ciclos econômicos favoreceram correntes migratórias, como evidenciado por Paula (2003):

O ciclo da cana-de-açúcar fez com que o Brasil fosse dividido em capitânicas hereditárias, beneficiando a pecuária através da grande disponibilidade de terras e a concessão de sesmarias. O ciclo do ouro tem importância com as descobertas de jazidas de ouro e diamantes pelas bandeiras paulistas, no final do século XVII, nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. As principais correntes migratórias que partiram para estes Estados, principalmente para Minas Gerais, foram portugueses, paulistas e nordestinos. O café representou também mais uma estratégia de

alavancar a economia do país. Na metade do século XIX os cafezais representavam grande fator econômico em Minas Gerais e no interior de São Paulo, terras estas conhecidas como "terras roxas". É neste período que ocorre o avanço da ferrovia, que torna mais fácil o escoamento da produção, o deslocamento das populações e também a urbanização das cidades onde havia estações. Já o ciclo da coleta de látex (borracha natural) tem seu apogeu com a revolução industrial no final do século XIX e começo do século XX que, com a indústria automobilística descobriu a maior reserva de seringais do mundo na Amazônia. São os nordestinos os principais migrantes que foram para a extração da borracha na Amazônia. (Idem, p.26)

Em 1850, foi firmada a Lei de Terras, onde para se avançar no sistema capitalista instituíram a propriedade da terra a partir da compra e venda, consolidando-a como mercadoria. Fernandes (2001) afirma que esse processo tornou a terra cativa, pois apesar da escravidão ter sido abolida em 1888 dando fim ao *cativeiro humano*, vivíamos há quase 40 anos com a instituição do *cativeiro da terra*. Processo que abriu brecha para as ações de *grilagem*:

[...] os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação

de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. (Idem, p.2).

O autor explicita que os processos violentos de expropriação não se deram sem resistências. Resistiram os índios, os negros africanos através dos Quilombos e das lutas contra o sistema escravocrata, e resistiram todos pelas migrações, onde encontraram uma forma de sobreviver, a procura da terra liberta, a fuga das cercas.

Com a expansão capitalista as formas de expropriação e encurralamento das comunidades rurais se exacerbam na mesma medida. Barbosa e Feitosa (2006), destacam que a legislação que institui o mercado de terras no país dá origem a luta pela terra no Norte de Minas, mas que a intensificação ocorre com o processo de modernização do campo (Idem, p.171).

Para compreendermos as propostas de desenvolvimento para a região precisamos repensar o histórico de formação deste sertão. É importante recordar o processo de ocupação, através das grandes fazendas de gado, que serviam “para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana-de-açúcar; e, posteriormente, para as áreas de mineração” (Silva, 2006, p.41), este processo não foi algo específico, se assemelha ao do Nordeste brasileiro. O sertão Norte Mineiro, diferente das Minas, com a exploração do ouro e dos metais preciosos, constituiu seus Gerais pelos currais de bois. De acordo com Paula (2009), podemos compreender que:

O sertão mineiro teve a sua composição organizacional fundada nas grandes fazendas de

gado, nas propriedades herdadas dos tempos do Brasil colônia, no sistema de capitânias hereditárias, e no período do ciclo do ouro. As fazendas de gado do Nordeste seguiram as margens do Rio São Francisco e alcançaram o Norte de Minas, trazendo a pecuária extensiva e a marcha dos latifúndios que se tornaram características da ocupação e estruturação regional. (Idem, p.65)

Através da pecuária e das grandes extensões de terras foi formado os latifúndios, e difundido o poder aos coroneis, mas as *roças de matutos* “que produziam gêneros alimentícios (mandioca, feijão, milho) para o autoabastecimento” (Silva, 2006, p. 367) resistiam. Visto as formas de ocupação da região e os estigmas postos, o lugar recebeu diversas políticas públicas, que seguiram um modelo de desenvolvimento meramente econômico.

O termo “desenvolvimento” passa a afetar grandemente as populações periféricas a partir da campanha política em nível global, liderada pelos Estados Unidos, ao final da Segunda Guerra Mundial. Esteve (2000), aponta que o país ocupava um lugar ao centro do mundo, fato reconhecido por todas as instituições da década, mas queria se estabelecer de forma permanente e hegemônica. Em 20 de janeiro de 1949, na posse do Presidente Truman, a palavra subdesenvolvimento ganhou destaque e naquele dia, 2 bilhões de pessoas “perderam” toda sua diversidade e foram reduzidas a subdesenvolvidas, colocadas em uma fila para o desenvolvimento, onde o lugar que ocupavam era ao seu final.

Hoje, não são poucos os grupos sociais em situação de conflitos territoriais, que se encontram cada vez mais encurralados como resultado das ofensivas do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo é conceituado por Sampaio Jr. (2012) como uma utopia burguesa, um projeto que visava enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino

americanas encontradas num meio de dependência e do considerado subdesenvolvimento. Segundo o autor, as ações desse projeto causaram na verdade uma simplificação ao conceito de desenvolvimento, incorporado nas políticas como um mero processo de industrialização e modernização. Foi ressignificado em um caráter excludente, atingindo, principalmente, os povos e comunidades rurais, que com seus modos de vida e racionalidades diferentes são colocados à força na corrida pelo “progresso”.

Para pensarmos nas propostas de desenvolvimento para o Norte de Minas é importante considerar esta interferência sofrida por uma visão de mundo hegemônica, visto que a agenda da ação política do desenvolvimento incorpora as categorias e impõem políticas, dentre elas as visões de desenvolvimento e subdesenvolvimento, que acontecem tanto em relação global, como dentro de um mesmo território. Podemos então recordar as principais e pioneiras políticas para o sertão que comungavam dessa concepção de modelo de desenvolvimento.

Como exemplo disto, temos a experiência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada pela lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, como promessa de questionamento aos discursos pessimistas sobre o lugar. Por Nordeste se referia aos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, juntamente com a área mineira compreendida no Polígono das Secas (grande parte dos municípios do Norte de Minas, incluídos em 1965). O objetivo era implantar políticas públicas para promover e coordenar o desenvolvimento da região afetada pela irregularidade pluviométrica e dentro de um contexto considerado de atraso econômico.

O projeto foi elaborado por Celso Furtado, que na época era diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A convite do Presidente Juscelino Kubitschek, que passara pela grande seca de 1958, recebeu a oportunidade

de se centrar em seus estudos e, além disso, promover intervenções. Dentre seus apontamentos, Furtado (1998) afirma que os problemas da região eram estruturais e por isso partiu suas investigações sobre as dificuldades de industrialização e competição com outras regiões, e assim, fez o trabalho para a criação da Superintendência. Organizou uma pequena equipe para fazer o projeto, que foi lançado como política de desenvolvimento do Nordeste, pelo presidente Juscelino. Ele ainda permaneceu à frente durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Furtado (1998) entendia que essas políticas obtiveram alguns avanços na região.

A Sudene fez um trabalho excepcional, admirado, que no mundo inteiro se reconhece como importante. Fez com que o Nordeste tivesse um crescimento bem maior que o do resto do Brasil nesses 30 ou 40 anos. A renda *per capita* do nordestino era 40% da média brasileira, naquela época, quando cheguei lá; hoje em dia é 60%. [...] O Nordeste, hoje em dia, é outra coisa. Tem um sistema industrial bastante sólido, um sistema viário muito bom. Tudo isso foi feito; mas, na estrutura agrária não se tocou. Então, você tem 10 milhões de pessoas que passam fome quando há uma seca. (Idem, p.21)

O autor salienta que não conseguiu apoio em todas suas proposições. Obteve resultados em industrialização e crescimento econômico, porém, foi diferente a receptividade em alguns pontos, como por exemplo, a reforma agrária e a irrigação. Castro (1984) foi um dos críticos das ações da SUDENE, por considerar inconsistentes os princípios que constavam no documento de base, como quando “afirmam que o subdesenvolvimento do Nordeste é produto da pobreza de sua base física e quando advogam o deslocamento dos supostos excedentes

estruturais de sua população” (Idem, p.250), mesmo reconhecendo que pela primeira vez os problemas da região foram olhados de forma mais séria, segundo o autor, se perpetuou uma naturalização das questões problemáticas do lugar, e como visto, firmaram com suas ações o modelo desenvolvimentista.

Nos municípios Norte Mineiros, tivemos a indução para o crescimento econômico através da concentração dos incentivos do Estado em cinco pilares principais: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão, incentivos à industrialização de algumas cidades (BARBOSA, 2014, p. 44). Considera-se que “após o regime militar, a SUDENE e outros órgãos semelhantes, voltados para o desenvolvimento regional, mantiveram-se desviados de seus propósitos originais. [...] As ações acabaram direcionadas para a “valorização do grande capital” (RODRIGUES, 2000, p.170-171). Isso provocou entre tantos fatores, aumento nos deslocamentos populacionais, principalmente de sujeitos que saem de cidades menores ou do meio rural em busca de empregos. Em maio de 2001, após descobertas uma série de irregularidades, a Superintendência foi extinta, posteriormente substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), mas nada que tenha resultado em mudanças estruturais ou conseguido ir contra as práticas coronelistas. A SUDENE foi replantada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, com sede e foro na cidade do Recife, estado de Pernambuco, e vinculada ao Ministério da Integração Nacional, extinguindo a ADENE.

Outra proposta para o desenvolvimento veio através dos incentivos à modernização do campo. No Brasil, durante a década de 1970, começam a instalação de fábricas de máquinas e insumos agrícolas, dentre eles, tratores, equipamentos, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, entre outros. Houve também a necessidade de criar um novo mercado consumidor para esses novos meios de produção (GRAZIANO

DA SILVA, 1996). Coube ao governo federal o estabelecimento de políticas de incentivo para a modernização do rural, dotadas desse discurso desenvolvimentista que estimula a compra das novas tecnologias. Passávamos a conviver com a industrialização da agricultura, bem como uma ideologia de modos de vida urbanos no meio rural.

No Brasil a rápida industrialização e modernização do campo não resultaram no que a utopia burguesa prometia, o crescimento industrial denotou em mesma medida no aumento da população nas cidades, gerando maiores oportunidades no setor urbano. Houve uma quebra na relação entre o mundo rural e o urbano, deixando de existir predomínio da economia rural, a cidade passou a exercer uma imagem positiva, do lugar das oportunidades, enquanto o rural foi visto como o lugar do atraso. Isso gerou entre tantos aspectos, incremento do êxodo rural, e o encurralamento de modos de vida e territórios tradicionais.

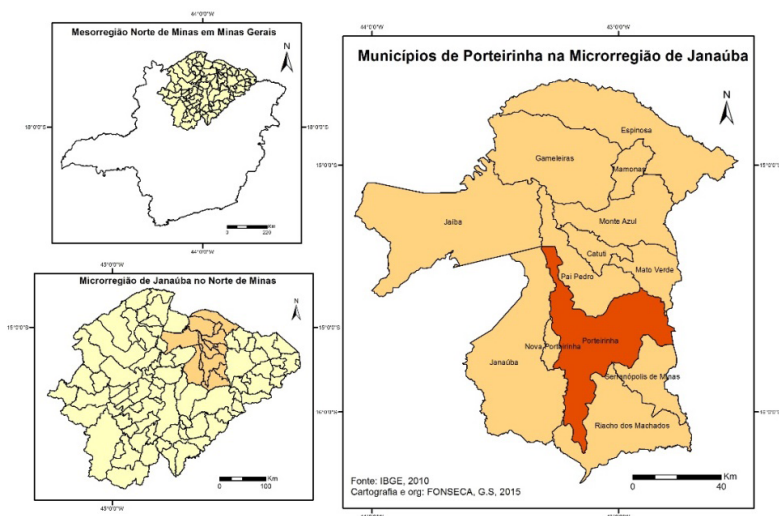
Tivemos tentativas de promover o desenvolvimento da região, que pelos fatores citados, não conseguiu obter resultados tão favoráveis. Nesse sentido, compreendemos o desenvolvimento como uma categoria em disputa, que ao ser almejado muitas vezes acaba por desqualificar e interferir nos modos de vida, cultura e identidade das populações locais, e que a esse preço, ainda assim, não conseguem quebrar as disparidades estruturais que insistem em prosseguir.

Através do exposto, a grandeza do presente artigo consiste em analisar, a partir do estudo da migração, elementos que possam significar resistência à dinâmica imposta pelas políticas desenvolvimentistas, dentre elas os incentivos a monocultura algodoeira. O esforço está na percepção da realidade dos sujeitos Norte Mineiros, contribuindo para as análises de seus aspectos culturais, sociais e econômicos. Buscamos colaborar para estes estudos através do reconhecimento das transformações causadas pelas migrações, suas motivações e particularidades regionais, vinculada às grandes questões do desenvolvimento.

ESTÍMULOS A MONOCULTURA DE ALGODÃO EM PORTEIRINHA-MG: A ESPERA DO DESENVOLVIMENTO

Porteirinha é um município localizado no Norte de Minas - Microrregião de Janaúba - limita-se com os municípios de Mato Verde, Pai Pedro, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Serranópolis de Minas, Janaúba e Nova Porteirinha. Fica a 582 km da capital mineira e a 165 km de Montes Claros. Após a emancipação de Riacho dos Machados (1962), Serranópolis de Minas e Pai Pedro (1995), o município passou a abarcar seis distritos: Bom Jesus, Mocambinho, Paciência, Mulungu, Serra Branca e Tocandira. Tendo então, uma população total estimada pelo IBGE para 2021 de 37.823 pessoas. Os biomas naturais que prevalecem são Cerrado e Caatinga.

Mapa 1: Município de Porteirinha na Microrregião de Janaúba



Fonte: IBGE, 2010. Cartografia e Org.: FONSECA, G. S., 2015.

O município originou-se a partir de uma pousada de viajantes às margens do Rio Gorutuba e seus afluentes, Rio Mosquito e Rio Serra Branca.

Os prováveis primeiros habitantes foram os tropeiros Severino dos Santos, José Cândido Teixeira, José Antônio da Silva, João Soares, João de Deus, João Pereira e José Miguel, que aqui chegaram nos primórdios do século XVIII. Vieram à cata de ouro. Cessada a febre do metal, tornaram-se senhores de grandes extensões de terras e escravocratas poderosos. Dedicavam-se à lavoura, empregando os escravos em suas propriedades. (OLIVEIRA, 2008, p. 17-18)

Na história de Porteirinha temos o período da produção de algodão como momento marcante e de extremos significados. A monocultura faz parte da lógica das políticas desenvolvimentistas propostas pelo Estado para a região, sendo incorporada aos pacotes que visaram fortalecer os reflorestamentos, agroindústrias, industrialização e pecuária de corte. Além do fator econômico, interferiu totalmente nas dinâmicas locais, no espaço, na cultura e na vida das pessoas. Essa produção foi muito forte, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980, devido à capacidade do produto de adaptar-se ao clima semiárido e aos incentivos decorrentes. Porteirinha foi apelidada de *Capital Mineira do Algodão*, até hoje é comum ouvir moradores chamando esse produto de *ouro branco*, e nas memórias e conversas, esse período é sempre lembrado.

A cultura do algodão herbáceo constituiu a mais importante fonte de renda do município por uns 23 anos, isto é, de 1964 a 1987, classificando-se Porteirinha como o maior produtor do Estado de Minas Gerais, recebendo o cognome de “Capital Mineira do Algodão” (OLIVEIRA, 2008, p. 38).

No período do auge do algodão direta ou indiretamente toda a população do município estava envolvida com a produção: comerciantes e agricultores, ricos e pobres. Esse envolvimento aconteceu de formas diferentes e muitas vezes bem distintas, mas foi um momento que trouxe consigo aspirações por melhoria de vida, crescimento e desenvolvimento para o município e seus moradores.

Muitas são as histórias contadas deste período, o algodão foi visto como possibilidade de progressos, um período de sonhos, ou da busca pelas realizações destes. Nilton César de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, relembra que sua decisão de pausar os estudos se deu em função dos fascínios que o algodão trouxera, seu desejo de comprar uma bicicleta poderia naquele momento se concretizar, mas para o trabalho cansativo na plantação, o tempo para a escola não “sobrava”:

[...]eu estudei muito pouco, eu estudei a quarta série, certo? Nem terminei a quarta série toda, nem conclui, mas porque naquela época o algodão ele tava, tava no auge mesmo, era o que falava alto e eu deixei de ir pra escola estudar pra poder ir plantar algodão, aí eu deixei de ir pra escola. Eu via o pessoal naquela época, praticamente ninguém tinha moto e nem quase bicicleta e aí assim, quando eu via um primo ou uma amiga andando numa bicicleta nova eu ficava encantado com o maior sonho de comprar uma bicicleta e eu não tinha dinheiro, eu achava por bem eu desistir da escola e ir plantar algodão pra mim poder comprar uma bicicleta nova. (Depoimento de Nilton César de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, 2016, sic.)

Gilberto Pires Silveira, morador do município, de 63 anos, que se ocupa de *bicos* na cidade e de trabalhos temporários em outro estado, recorda do período que trabalhou no algodão, dos momentos de *fartura*, e de grande geração de empregos, que para além do meio rural, serviu de trabalho também para quem era do urbano:

Na década de 75 eu fui trabalhar com um fazendeiro, ele mexia com lavoura de algodão, muito, produzia bastante. Eu era tratorista, tombava, plantava e ajudava a colher, panhava muita gente na cidade pra levar para roça pra ariar algodão, para limpar, e depois voltava e panhava de novo para colher, colher era manual e produzia bastante na época, chovia bom, e tinha muitas, tinha umas 4 usinas de algodoeira na cidade, na própria cidade, Porteirinha. Todo mundo mexia com algodão, esse pessoal que mora na zona rural. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 63 anos, 2016, sic.)

Elton Mendes Barbosa, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha e da ASA Minas, reforçou que quem estava à procura de dinheiro, encontrava na monocultura, porém, todo o processo ocorreu de formas bem distintas, e no decorrer, poucos foram os que realmente lucraram.

[...]o algodão ele trouxe muito dinheiro pra nossa região, que pena que foi na mão de poucos, mas todo mundo ganhava, fulano que raleasse, que raliava algodão né, ou que panhava algodão na roça né, pro pessoal que trabalhava limpando, então o algodão ele, todo mundo ganhava dinheiro com algodão. Eu já levantei três horas da manhã pra ir panhar algodão moiadim de sereno, pra

ganhar dinheiro, por enquanto que o pai não dava dinheiro né, então ia panhar algodão pros outro, pra ganhar dinheiro. O algodão ele dava essa condição, todo mundo que queria trabalhava [...](Depoimento do membro do STRP e da ASA Minas, Elton Mendes Barbosa, 2016, sic.)

Naquele momento a cotonicultura foi tida como muito importante para o Norte de Minas, refletindo no processo de grande geração de emprego e boas condições financeiras, além de ser um possível estímulo para a permanência das pessoas nos seus lugares de origem, ou seja, acarretando na diminuição das migrações do campo para a cidade.

De acordo com a empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, no processo de produção do algodão no Norte de Minas estão envolvidas 12.000 famílias diretas, predominantemente pequenos produtores. A mão-de-obra utilizada na condução da cultura (4 dias homens/ano) caracteriza a atividade como maior de trabalhadores rurais na região, evitando a migração do homem do campo para os centros urbanos, gerando 23.000 novos empregos diretos, por ano. Trabalhando nos setores ligados à atividade (indústria, têxtil, beneficiamento e comércio) estima-se o envolvimento de mais ou menos 40.000 pessoas. (ANTUNES FILHO, 2000, p. 36-37)

Como visto até aqui, a cotonicultura foi influente, tanto para o meio urbano como rural, gerando empregos e renda para ambos. Todavia, após o ápice da produção, a monocultura entra em fase de declínio, um quadro até então não revertido, que impactou de diversas formas os moradores. Na busca de compreender a razão para a crise, muitas causas são levantadas como provocadoras.

Uma das razões mais citadas, entre estudos e moradores, está o *bicudo*, praga que afeta totalmente a plantação:

O bicudo do algodoeiro foi constatado pela primeira vez no Norte de Minas em fevereiro de 1993, nos municípios de Matias Cardoso e Espinosa. Atualmente encontra-se disseminado por vários municípios, sendo considerado a mais importante praga na cultura algodoeira na região. A entrada do bicudo do algodoeiro inviabiliza economicamente a cultura, quando explorada conforme o nível tecnológico prevalecente em Porteirinha. (ANTUNES FILHO, 2000, p. 58)

Segundo relatos, o *bicudo* é uma praga difícil de controlar. Alguns moradores dizem que sua “chegada” no município se deu pelas sacarias vindas do Nordeste, onde já se tinha infestações da praga. Isso, sem dúvidas influenciou para o declínio da produção, e trouxe também para o campo a presença do *veneno*, que era uma orientação feita por técnicos para o controle da praga:

Os técnicos orientava sete mão de veneno, então praticamente era toda, toda semana uma mão de veneno, então quando o algodão cabô foi feita uma análise no nosso município, acredito que vocês não sabem disso, 80% da população de Porteirinha tava intoxicado com veneno, isso é muito alto né, 80%. (Depoimento do membro do STRP e da ASA Minas, Elton Mendes Barbosa, 2016, sic.)

Mas esta não seria a única razão. É dado destaque a divergência entre os interesses políticos, de empresários e fazendeiros, com os interesses e a realidade dos pequenos agricultores. A figura mais citada é a dos *atravessadores*, empresários e políticos locais que compravam o algodão para vender para usinas, esse processo foi conflituoso, resultando em dívidas por adiantamentos e constatações de que foram eles, os únicos que realmente lucraram com o algodão.

O lucro era só pra quem comprava e pras algodoeira, quem trabalha na roça ganhava pouco, o lucro mais era pros algodoeiro. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 63 anos, 2016, sic.)

E o outro bocado que foi um dos que também que fez o algodão vim a falência foi os nossos atravessadores aqui em Porteirinha [...] eles são os compradores que comprava barato na mão dos agricultores, e aí eles enriqueceram [...] e aí então assim, nós trabalhou muito, mas quem enriqueceu de fato foi os atravessador. (Depoimento do membro do STRP e da ASA Minas, Elton Mendes Barbosa, 2016, sic.)

Em seu auge, o algodão trouxe expectativas de desenvolvimento, muitos compraram a ideia de prosperidade e geração de renda e emprego que a monocultura proporcionaria, mas ninguém estava preparado para o término desse “paraíso”. No ápice, tiveram os sonhos, e após a crise, o que resta? Como se reestruturar mais uma vez? Plantaram o *ouro branco* de riquezas e colheram um *ouro branco* de migrações?

IMPACTOS DA MONOCULTURA DE ALGODÃO: DEGRADAÇÕES E MIGRAÇÕES

Das “riquezas” extraídas através do *ouro branco* decorreram-se crises que revelaram uma série de pontos negativos. O fato da produção do algodão passar a ser uma monocultura interferiu bruscamente na forma de produção tradicional, a agricultura familiar através de sua maneira diferenciada de trabalhar a terra foi interrompida, existia uma relação de *territorialidade*, “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p.3). A monocultura impossibilita

esse sentimento, a identificação com o seu meio, além de ter resultado em grandes impactos sobre o ambiente, atacando as sementes crioulas¹, as diversidades de espécies, a cultura e os modos de vida local.

Os moradores contam que para plantar o algodão foi preciso muito desmatamento através de maquinário pesado, acabaram com o *capoeirão*, derrubaram os umbuzeiros, começaram a usar agrotóxicos e as antigas *baixadas de terra* que eram boas para plantar arroz se transformaram em bancas das areias que desciam dos lugares mais altos e passaram a ir direto para os rios. A monocultura veio como um pacote do governo federal, e através dos incentivos de linhas de crédito rural, os agricultores familiares de Porteirinha entraram em uma racionalidade de produção diferente.

Uma coisa que o algodão trouxe que pra mim foi negativo, é porque é monocultura e esse não pode plantar um pé de abóbora dentro, não pode plantar um pé de milho dentro, porque é um pacote que o governo trouxe de cima pra baixo, e aí se quebrou muito esse costume do agricultor nessa questão de ter a diversidade de coisas, então o algodão focava, o banco financiava, fiscal do banco ia lá, acho que se tivesse um pé de abóbora dentro tinha que rancar ou perdia o seguro. [...] o algodão acaba de vez e os nossos agricultores aprendeu que tem que passar veneno, esqueceu como é que planta o milho né, perdeu as sementes de milho, as variedades resistentes

1 As sementes crioulas são um tipo antigo, que guarda um repertório de seleção natural de milhares de anos. Adaptadas aos ambientes locais, são mais resistentes e menos dependentes de substâncias sintéticas. Elas contribuem para a diversidade alimentar e para a biodiversidade dos sistemas de produção. São resultado, também, do trabalho de gerações de agricultores que selecionaram, multiplicaram e as compartilharam. Disponível em: <http://teiaorganica.com.br/blog/tag/sementes-crioulas/>

daqui, de feijão, então assim, quebrou aquela cultura né, da diversidade né. (Depoimento do membro do STRP e da ASA Minas, Elton Mendes Barbosa, 2016, sic.)

A monocultura foi um *fator de mudança* (SINGER, 2008) para a vida dos agricultores e isso veio na época dificultar a permanência deles na região. Foram gerados dois movimentos migratórios, o êxodo daquelas pessoas que ficaram endividadas e precisaram abandonar suas propriedades e o temporário para resistência no lugar de origem. Com o governo incentivando linhas de crédito rural, muitos agricultores adquiriram dívidas, em função da relação problemática com os *atravessadores* e o declínio da produção de algodão. Os que permaneceram na zona rural de Porteirinha foi através de migrações temporárias, deixando seu lugar por um período para o trabalho em *colheitas*.

A dinâmica populacional local, também reforça esse processo de êxodo rural, como demonstrado em comparação na próxima tabela (Tabela 1). De 1970 a 2000, a população rural de Porteirinha era maior que a urbana, porém, a população rural de 1970 até o ultimo censo (2010) veio decrescendo, enquanto a população urbana cresceu. O período de maior declínio da população rural se encontra justamente após o auge da monocultura do algodão (1980-1991). A população total permaneceu inconstante, apresentando tanto acréscimos, como decréscimos. E em 2010 temos a menor diferença entre rural e urbano, apenas 1.049 moradores.

Tabela 1 - População rural, urbana e total de Porteirinha-MG. 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Censo	População Urbana	População Rural	População Total
1970	5.004	36.737	41.741
1980	11.472	34.580	46.052
1991	15.410	22.351	37.761
2000	18.140	19.630	37.770
2010	19.338	18.289	37.627

Fonte: Dados do IBGE. Org.: PIRES, M. C. C., 2022

O algodão exerceu no município influências econômicas, sociais, culturais e simbólicas, os moradores viviam em sua função, mas com o declínio da produção a alternativa para muitos foi sair à procura do “algodão” do outro lugar. Algodão entre aspas, por ser uma busca simbólica de um meio que fornecesse trabalho e renda como tinham outrora em Porteirinha. Diversos destinos, formas de trabalho e safras foram percorridos.

O PROCESSO MIGRATÓRIO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA MONOCULTURA ALGODOEIRA

Durante a pesquisa, através dos trabalhos de campo, fomos conhecendo um pouco mais sobre a dinâmica do processo migratório no município, mais especificamente das migrações temporárias, do ir e vir, do chegar e logo partir. Nas casas de migrantes que entramos percebemos a simplicidade, juntamente com as melhorias que eles mesmos apontaram como resultado da migração. É importante salientar que a escolha dos entrevistados ocorreu levando como experiência a amostragem em bola de neve, que segundo Vinuto (2014) é um tipo de amostra não probalística que utiliza de cadeias de referência para a seleção dos informantes da pesquisa (Idem, p.201). Neste sentido, foi eleito um primeiro informante,

nomeado como *semente*, a partir de informações que antecederam às entrevistas, esse primeiro informante, indicou um próximo entrevistado em potencial graças a sua rede de relação social, e isso ocorreu sucessivamente, até que chegamos a um ponto de saturação das informações relevantes para nossa pesquisa, embora seu desenvolvimento não tenha ocorrido de forma linear, levando em conta os percaussos de toda experiência de campo, principalmente com o objetivo de análise em profundidade.

Foram diversos os conceitos norteadores para uma melhor compreensão do processo migratório e para o entendimento das motivações para a saída, o retorno e/ou para a permanência. A migração não está isolada apenas por um agente, envolve consequências históricas, econômicas e sociais, de um passado, do presente e de uma aspiração por futuro melhor. Como destacado por Pires, Godinho e Paula (2018) “tem se mostrado como forma de defesa daqueles que vivem no sertão norte mineiro e partem em uma travessia na busca de melhores condições de vida e da manutenção da família” (Idem, p.95). Dito isso, para pensá-la utilizamos uma abordagem interdisciplinar, com intuito de caracterizá-la como um processo social complexo dentro de uma construção social.

A migração esteve presente na vida das comunidades rurais sertanejas durante todos os processos destacados acima: como forma de resistência, nos ciclos econômicos, a partir da modernização do campo, entre outros. Circunstâncias que reproduziram um discurso tecnicista, por traz da busca de um desenvolvimento vinculado a ideia de progresso meramente econômico. Foram processos de expropriação e migração.

Atualmente em Porteirinha, município deste estudo, nos foi revelado alguns moradores que passaram a migrar para uma algodoeira, estes no auge da cotonicultura eram crianças, porém, novamente o algodão aparece como fonte de renda para porteirinhenses. Esses migrantes se dirigem para a Algodoeira

Nativa, na cidade de Primavera do Leste em Mato Grosso, saem geralmente no mês de maio e retornam por volta de novembro, dependendo da demanda do trabalho. Uma dessas histórias é a dos irmãos, Jorge André, Luís Carlos e Leonardo. Jorge André de 34 anos mora com a mãe, a companheira e a filha, Luís Carlos de 33 anos é casado e tem três filhos e Leonardo de 31 anos, se casou no Mato Grosso, teve uma filha e atualmente reside lá. Os irmãos começaram a migrar juntos, por anseios diferentes, mas sempre vendo nessa mobilidade a oportunidade de melhorar de vida, de alcançar aquilo que no município de origem não conseguiam.

Luíz e Jorge André relatam como todo o processo aconteceu e como começaram a sair. Na algodoeira os migrantes são destinados a trabalhos específicos, tendo eles a participação do início ao fim do tratamento do algodão, desde capinar, até os trabalhos dentro da usina, quase que todo mecanizado. Existem também turnos diferentes, trabalhando inclusive durante a noite.

Ué, eu saí pra trabalhar na algodoeira, comecei trabalhar de, de polivalente né, que é capinar algodão, no início comecei trabalhar com capinar algodão, e trabalhei no período de 3 meses e depois de capinar algodão, fui pra usina trabalhar de preenseiro, trabalhava na prensa, prensando fardim né, com o próprio algodão que eu capinei, é que eu capinei, ajudei a beneficiar também né, na algodoeira. (Depoimento de Luís Carlos, 33 anos, sic.)

Foto 1: Trabalhos Realizados por Migrantes de Porteirinha em Algodoeira no Mato Grosso



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge André, cedido no trabalho de campo. Outubro de 2012.

Essa migração foi possível graças a rede de informação familiar, começaram a migrar por conta de um tio que já fizera esse mesmo caminho, facilitando assim que conseguissem o emprego e tivessem maior confiança para realizar a travessia.

É, primeiramente foi um ti meu que me levou né, aí em 2004 eu comecei a trabalhar e a primeira vez que eu saí. Aí depois de 2004 deu uma parada, não fui mais, aí consegui como meus irmãos também ir trabalhar, eles continuaram indo, aí depois de muito tempo eu voltei. (Depoimento de Jorge André, 34 anos, sic.)

A fala de Jorge André revela que essa migração além de ser para a reprodução da vida é uma forma para adquirir determinadas mercadorias. Não necessariamente é um movimento contínuo e igual em todos os casos, eles calculam suas condições financeiras, de trabalho, de ocupação no município e assim, decidem se vão ou não. Os migrantes se organizam e fretam um ônibus particular, já que a quantidade de pessoas ao longo do tempo aumentou, provavelmente por conta do que Woortmann (1990, p. 222) classifica como *rede social de apoio*, onde os primeiros a migrar para garantir o retorno precisam conhecer o destino e entender como conviver no novo espaço social e assim facilitam e divulgam para que outros possam vir a migrar.

Quando a gente sai aqui, aqui nós sai no mês de maio. [...] Aí vai um ônibus, sai daqui um ônibus, é, das últimas vezes que eu fui é 30 pessoas que saem daqui, já freta um ônibus já pra ir. Tem gente de Porteirinha, de Serranópolis, e região. (Depoimento de Luís Carlos, 33 anos, sic.)

A gente ia assim, antigamente a gente ia ne ônibus né, aí hoje como é uma turma grande a gente já freta um ônibus particular né, pra gente ir. (Depoimento de Jorge André, 34 anos, sic.)

Eles contam que o trabalho é perigoso e que a distância da família dificulta muito a permanência, todavia valorizam esse trabalho como forma de suprir suas necessidades, inclusive o meio pelo qual conseguiram realizar outras atividades, principalmente referentes as melhorias na casa. Por esse motivo, ressaltam os aspectos que consideram positivos da empresa. Luís Carlos e Jorge André continuam migrando esporadicamente, dependendo da situação que se encontram no período da contratação. Muitas vezes conseguem empregos que possibilitam permanecer em Porteirinha mesmo recebendo pouco, é uma forma de não distanciarem da família. Leonardo, o irmão mais novo, depois de um período migrando acabou ficando por lá definitivamente, constituindo família e trabalhando na mesma empresa.

Foto 2: Porteirinhense em sua residência no Mato Grosso. Outubro de 2012



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge André, cedido no trabalho de campo.

Os sujeitos da pesquisa demonstraram que veem na migração a possibilidade de se reproduzir, de manter a família, de adquirir aquilo que não consegue no seu lugar, onde não encontram bons salários, muitas vezes por não terem qualificação formal, ofertas de emprego e terra para produzir.

Gilberto, morador de 63 anos, é casado e têm dois filhos, que saíram para se *formarem* e conseguirem uma vida de menos labuta. Trabalhava para um fazendeiro na época do auge do algodão, com o findar da plantação passou a prestar serviços para outro, porém na cidade, através de concertos e diversos ofícios com *máquina* (equipamentos rurais). Segundo ele, a falta de chuva fez esse fazendeiro vender as terras e se mudar para outro estado.

[...] aí num tava dando certo, o capim não prestava, num chuvia que presta, aí vendeu tudo aqui e foi morar em outro estado, num lugar que chove. Eu fui, eu fui, mas só pra trabalhar, ficava uns dias. O fazendeiro mudou da cidade pra outro estado, que chove bastante, lá ele cria bastante, lá chove. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 63 anos, sic.)

O morador destaca a importância da chuva, que foi motivo para que seu *patrão* se mudasse, e assim começar as suas constantes idas e vindas, muitas vezes repetidas, mas nunca iguais. Saindo no mês de maio fica aproximadamente seis meses fora, uma rotina que foi se firmando depois de longos anos, tantos que lhe pesaram a memória, iniciou a migração com os filhos ainda crianças e continua migrando com eles já adultos.

Eu fui trabalhar, mas não contratado. Ué desde, eu não lembro mais qual é a época, mas tem bastante tempo, mais de 20 anos que eu saí daqui pra trabalhar fora, lá no estado do Pará. Quando eles precisa de mim

lá pra fazer serviço eles sempre me chama, eu mexia com maquina lá, do mesmo jeito, fazia pasto, lá ele mexe mais é com criação de gado, tem muito frigorífico por lá, ele me chama e a gente vai lá trabalhar, fica uns dias lá e volta. Eu vou no meio de maio, volto, fica lá uns 6 meses, 4 meses, depende, eu volto. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 63 anos, sic.)

Foto 3: Migrante em Trabalho no Estado do Pará.



Fonte: Arquivo pessoal de Gilberto Pires Silveira, cedido no trabalho de campo.

Gilberto relata que em Porteirinha a oferta de trabalho é pequena e o salário não se compara ao que consegue migrando, esse foi o maior motivador que teve para começar esse trabalho e continuar a enfrentar longas distâncias todos os anos. A partir da mudança desse fazendeiro outros também se dirigiram para o estado do Pará e compraram fazendas, eram do mesmo ciclo familiar e de amizades. Isso abriu as portas para que alguns porteurinhenses se tornassem mão de obra para eles, realizando

trabalhos temporários nessas terras. No início iam mais pessoas que trabalhavam manualmente, especialmente porque a legislação com relação ao desmatamento não era intensiva. Mesmo havendo uma diminuição, essas migrações não terminaram.

Tem uns amigos que vai. Comigo lá tem umas quatro pessoas, mas tem mais fazendeiro lá que leva gente. Quando ele começou levava bastante gente daqui, trabalhar braçal, agora não tá podendo mais levar gente, não leva mais. Aí num tá fazendo mais, porque não tá podendo mexer... Desmatar mais, agora só mexe com máquina, só limpando pasto, aqueles pasto que suja aí vai limpando. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 63 anos, sic.)

No Pará ele trabalha com *máquinas* fazendo pastos e também realizando consertos, ofício que aprendeu com a prática. Os trabalhadores ficam em uma casa, tanto os que já moram lá, quanto os temporários. Ele diz gostar do que faz, mesmo aos 63 anos não pretende parar de migrar por agora.

Quando retorna da migração procura *bicos* para fazer, principalmente em uma oficina onde faz serviços de mecânica. Mesmo conseguindo se empregar em Porteirinha e sua esposa ser beneficiária do Programa Bolsa Família, Gilberto ainda migra. Faz isso por necessidade, pois somente assim consegue ganhar um pouco melhor, mas com o tempo essa rotina foi se firmando. Por conta da família não imagina mudar de vez para lá, prefere seguir trabalhando e trazendo o que ganhou para a cidade natal, para os familiares, “*enquanto eu tiver vida e saúde eu tô mexendo*”.

Foto 4: Fazenda Pé Grosso onde migrantes trabalham no Pará



Fonte: Foto de Gilberto Pires Silveira, cedido no trabalho de campo.
Maio de 2015.

Dentre os caminhos percorridos pelos trabalhadores de Porteirinha, a distância de mais de 640 quilômetros que liga o Norte de Minas ao Sul de Minas é o que apresenta maior quantidade de histórias e de migrantes. Gercílio Rodrigues dos Santos de 62 anos nasceu em Mato Verde – MG, há 26 anos se mudou para zona rural de Porteirinha e depois para a sede do município, é casado, tem duas filhas, uma delas mora no estado de São Paulo. Ele que se considera um *trabalhador*, há 15 anos entrou por essa estrada com destino ao corte de cana, foi para o “*trecho*”, um período lembrado como *pior*, dormiam no chão, às vezes com apenas um *colchãozinho*. Após a mecanização do corte da cana a quantidade de trabalhadores reduziu, visto que iam para o corte com facão, “*mas assim mesmo ainda vai gente ainda pra cana, mas mais é o café, o café que a safra guarda o povo num tempo desse [...] (sic)*”. Foi assim que passou a trabalhar com café, o que significou para ele uma melhora, em função também do aumento de fiscalização por parte do

Sindicato local, tanto que o vocabulário das “leis” se mistura com o seu falar coloquial, “*é bem legalizadim*”, diz Gercílio ao se referir sobre o alojamento onde ficam, um barraco com dez pessoas, cama beliche, banheiro quente, cozinha.

Deslocam aproximadamente 20 pessoas de Porteirinha para São Gonçalo do Sapucaí, algumas para a sede do município, outras para o perímetro rural e distritos, porém, Gercílio conta que mais moradores vão ao Sul de Minas para outras fazendas. Relata que tudo começou quando um homem foi sozinho trabalhar, “*todo ano ele levava um a mais e agora puxou esse tanto de gente pra lá. (sic)*” Um dos motivos apontados de sempre haver porteirinhenses, é que migrantes de outros lugares já processaram o patrão ao final da safra, coisa não costumeira entre os trabalhadores de Porteirinha.

Esse patrão nosso lá mesmo já veio muito aqui ne Monte Azul, negócio de audiência, que nego pôs no pau, tem muita gente que ele, daqui mesmo se for né, que ele não quer né, porque já pôs ele no pau, ele não quer, por isso que a turminha que nós vai ele gosta mesmo e todo ano tem que ir né, mesmo que trabalha mais pouco, mas tem que ir. (Depoimento de Gercílio Rodrigues, 62 anos, sic.)

O contratante paga a passagem de ida, já o retorno eles arcam, viajam em uma linha de ônibus local. Saem geralmente no mês de junho, dependendo de como estiver de chuva em São Gonçalo do Sapucaí. As carteiras são assinadas por três meses e depois desse período retornam para casa. O trabalho é manual e recebem por produção, ou seja, quanto mais colhem, mais ganham.

[...] eu trabalho manual lá né. Abre os panos debaixo dos pés e com uma luvinha na mão e

puxa, panha o café na hora que o pano pesa, vai puxa um pouco, torna armar debaixo dos pé. Aí quando dá assim na base de umas cinco, seis sacas cada pano, aí vai nós tira as paia com a mão né e ensaca o café, umas sacas de 60 quilo, 60 litro, não é 60 quilos não, 60 litros que tem que panhar. Aí os mió panha 20, os mais fraco panha de 10, 12. [...] O serviço não é fácil não, é pesado, mas só que a gente costuma e gosta né. Já acostumei, eu gosto demais já, quando eu não vou já sinto falta. Ai, ai é bom demais! (Depoimento de Gercílio Rodrigues, 62 anos, sic.)

Gercílio vive e convive com suas idas e vindas. Saiu de Mato Verde onde sempre trabalhou em lavouras, dentre essas o algodão, conta que o *patrão* ficava com todo o dinheiro e por isso quis traçar um novo caminho. Mudou-se para zona rural de Porteirinha, trabalhando no terreno de um tio, ou seja, continuou como arrendatário, plantando suas roças, lidando com razão e a variedade que a terra possibilita. Dividia os lucros ao meio, porém, os gastos com a roça eram seus, assim, preferiu novamente buscar outro caminho, deixar de *plantar pra ele e trabalhar pros outros*. Seu tio vendeu o terreno e comprou uma casa para ele na cidade, porém isso não resultou em total quebra com sua forma tradicional de viver, pois na cidade apenas repousa, mas é na roça a sua rotina, o seu trabalho.

Eu mudei, mas só que não resolve, eu trabalho sempre pra lá sempre, todo dia eu vou pra lá, só para aqui mesmo o sábado e o domingo, e as férias, mas os cinco dias... Todo dia eu vou e volto, eu levanto 5 horas, esquento comida, coloco na marmita, pego a bicicletinha, aí sai daqui umas seis horas, chega lá seis e quarenta, quando é sete horas nós começa, cinco horas para o serviço, aí agora nós volta pra

cá de novo, trabalha de segunda a sexta, aí sábado e domingo descansa. (Depoimento de Gercílio Rodrigues, 62 anos, sic.)

Ele diz ainda preferir a roça, porque poderia criar galinhas, plantar horta no terreno que era na beira do rio, “*já na cidade tudo é comprado né, é mais difícil.*”. Sua fala traz certa semelhança ao discurso de um emigrante da Cabília entrevistado por Sayad (1998), que diz:

Se fosse só a fome da barriga? É verdade, ninguém mais passa fome agora; mas a fome não é só o que a gente precisa pôr na barriga, é também a fome das costas [que é preciso vestir], dos pés [que é preciso calçar], da dor de barriga [que é preciso curar], do teto [que é preciso cobrir], da cabeça [das crianças, que é preciso escolarizar]. Não basta: se você não tem sal, come sem sal, ou se você não tem petróleo, deita na escuridão! Assim, você não pode querer nada e principalmente precisar de dinheiro. Ora, é de dinheiro que todo mundo precisa; mesmo na aldeia, tudo se compra como na cidade. Tornou-se a aldeia, “elfilaj”. (Idem, p.28, *grifos do autor*)

Não existe só a fome do alimento, com o tempo novas “exigências” vão sendo feitas e por isso as marcas da migração vão para além daquelas percebidas nas mãos calejadas, na pele queimada, na feição envelhecida, as marcas também estão pela casa, nas paredes coloridas, na tv de plasma, nos eletrodomésticos e na tão sonhada moto. Esses poderiam ser os motivos para sempre sair. Desejar saúde e continuar indo!

Lá a gente o que ganha junta né e aqui cê trabaia, trabaia e num ajunta nada. Todo ano tem que dá uma saidinha pra ir comprar uma

coisinha de valor maior né. Esse ano mesmo eu queria vê, se Deus abençoar que eu ganhar um dinheirinho a mais pra mim vender essa moto e comprar uma melhor, é que motiva a gente ir né. [...] Enquanto Deus me dá saúde e força eu continuo indo. (Gercílio Rodrigues, sic.)

Foto 5: Gercílio Rodrigues em sua residência – Porteirinha – MG



Fonte: PIRES, M. C. C.; Junho de 2016.

Os processos que enfrentou em sua vida muitas vezes resultaram em expulsão. Sempre trabalhou e dependeu da terra, mas ela nunca foi sua, foi preciso sair em sua busca para que pudesse fazer o que sempre soube, coisas que não foram ensinadas na sua rápida experiência de alfabetização (Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL)², onde aprendeu a assi-

2 Foi criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Foi extinto em 1985. (MENEZES, 2001)

nar seu nome, e sim com as mudanças através dos anos. A seca foi fazendo o serviço na roça se tornar mais difícil e para não mudar novamente foi necessário sair temporariamente.

Nestes casos, o calendário da migração equivale ao calendário rural, seria um tipo de migração apontada por Martins (1988) como temporária de trabalhadores rurais para outras zonas rurais, durante os períodos de entressafra de suas próprias lavouras, trabalhando assim, com outros produtos. Gercílio conta que o período que está no café é o tempo da seca em Porteirinha, o que dificulta o trabalho na terra. *“Aqui não passa, o clima da seca não passa mais não, cê saindo fora três meses aqui fica mais perto de começar as águas né. (sic)”*.

Com base nos depoimentos dos migrantes durante o trabalho de campo, elaboramos o seguinte calendário (QUADRO 1), que demonstra como as vidas desses sujeitos são pensadas em função da migração, bem como a migração é planejada através do dia a dia.

Quadro 1 – Calendário das Migrações Temporárias dos Trabalhadores de Porteirinha - MG

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Os migrantes temporários neste período permanecem em Porteirinha. Na cidade se ocupam de bicos (prestação de serviços), na zona rural retornam ao trabalho em suas terras ou como arrendatários. O Programa Bolsa Família é complemento para a renda nesse período.			
Maio	Junho	Julho	Agosto
Época das plantações de algodão, café, cana e preparação de pastos. Em maio os trabalhadores começam a sair para o Mato Grosso e Pará e em junho para o Sul de Minas. O Programa Bolsa Família é um complemento para os familiares que ficam no município. (Esse período em Porteirinha é considerado por eles como seca)			
Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Setembro é marcado pelo retorno dos migrantes do Sul de Minas, entre outubro e novembro os de Mato Grosso e dezembro os do Pará. Essas datas variam dependendo da safra, chuvas, etc. Depois que retornam, o ciclo novamente se repete.			

Org: PIRES, M. C. C. 2016

A contradição parece estar presente, ao migrar vão para um lugar que não é o seu, quase tudo causa estranhamento, desde o clima até o tipo de trabalho. Mesmo para os agricultores que vão para áreas agrícolas precisam lidar com uma forma diferente de trabalhar com a terra, afastado dos saberes tradicionais.

Sayad (1998) ao pesquisar sobre os emigrantes da Cabília que saíam para a França construiu um quadro comparativo entre palavras que eles usavam ao se referir à terra a natal e ao destino da migração. Isto inspirou o seguinte quadro, todavia trazendo expressões que ouvimos de migrantes de Porteirinha.

Quadro 2 - Caracterização do lugar de origem e destino das migrações através dos relatos de migrantes

Porteirinha – MG	Primavera do Leste - MT
<i>Não ganha dinheiro que dá pra fazer alguma coisa</i>	<i>Ganha um dinheiro bom</i>
<i>A gente sai daqui pra caçar um ganho melhor né</i>	<i>O trabalho é muito bom</i>
<i>Às vezes a gente chega arrumar um bico</i>	<i>É um serviço perigoso né</i>
	Tucumã – PA
<i>A chuva é pouca</i>	<i>Lugar que chove</i>
<i>Aqui na cidade o serviço é poquim</i>	<i>Lá tem mais serviço</i>
<i>Ganha pouco</i>	<i>Ganha mais um dinheirim</i>
<i>Cidade pequena</i>	<i>A estrutura é boa</i>
	São Gonçalo do Sapucaí - MG
<i>Do jeito que tá hoje o tempo seco, aí é difícil né.</i>	<i>É muito bom lá</i>
<i>Não teria trabalho esse tanto de tempo né</i>	<i>O trabalho não é bom não</i>
<i>Ganho cinquenta por dia</i>	<i>Ganho cem, cento e pouco por dia</i>
<i>Cê trabaia, trabaia e num ajunta nada</i>	<i>Cê trabalha e junta</i>
<i>Da pra viver né</i>	<i>Mas a vontade é de sair né</i>
<i>Aqui não passa o clima da seca</i>	<i>O frio é demais</i>

Org: PIRES, M. C. C. 2016

Em sua pesquisa Sayad (1998) encontrou *oposições homólogas* ao se referirem sobre a França (destino da migração), nesta pesquisa percebe-se que há uma predominância em caracterizar ou destacar os aspectos negativos da terra natal (Porteirinha), e aspectos positivos dos locais de destino. Entretanto, ao falar sobre seus destinos de migração trazem contradições, até mesmo oposições, demonstram aquilo que lhes parecem ruim, mas aparentam calcular que são recompensados de alguma maneira.

Nas conversas, os migrantes deixam claro os muitos lados do processo migratório, migram para *melhorar de vida*, para resistir, para permanecer. Iniciam e continuam a travessia por conta dos laços de reciprocidade que os ligam a outros migrantes (amizade, parentesco, afinidades). Mas como é a reprodução da vida daqueles que ficam?

Entre as chegadas e partidas a migração acontece como um fenômeno familiar. Nesse sentido, temos em vista, assim como Ianni (2004), que:

Sim, os que ficam na terra, minifúndio, latifúndio, feudo, bairro, povoado, vilarejo, ermo ou páramo, esses também não param nunca de viajar. Permanecem na expectativa, indiferentes ou tensos, alegres ou tristes, inquietos ou desorientados, esperançosos ou resignados, seja pelo que ocorre com os que se foram, seja pelo que imaginam sobre eles; seja, ainda, pelas dúvidas e certezas que alimentam sobre si mesmos, lembrados e esquecidos. Sim, tanto os que partem como os que ficam, todos levam consigo a sensação de uma insondável travessia. (Idem, p. 160)

O processo do trabalho em Porteirinha é compreendido de acordo com a necessidade da família, entendida aqui como um valor cultural que estrutura as ações e as relações sociais

dos indivíduos (Woortman, 1995). O partir e o permanecer, mediados pela saúde, configuram-se enquanto uma condição necessária para a reprodução da mesma, levando a uma definição/redefinição dos papéis e funções sociais de cada membro.

CONSIDERAÇÕES

Pudemos perceber que o desenvolvimento é acompanhado de uma série de ideologias, significados e políticas, o conceito foi pensado e repensado inúmeras vezes na tentativa de uma aplicabilidade melhor, porém, em muitos momentos caindo na armadilha de ser posto como uma receita única, que levaria todos a um mesmo estágio progressivo. Sendo assim, as críticas ao desenvolvimento se mostram de suma importância para questionar ideias que por muito tempo pareceram intrínsecas ao processo, como o progresso, crescimento econômico, linearidade da história, separação homem e natureza, propondo novas soluções através da ação coletiva e pela diversidade de modos de vida.

Essas associações rudimentares acabam perpetuando estigmas, no caso norte mineiro, por exemplo, os ditos atrasos. A naturalização dessas questões, que como alternativas de superação tem justamente um modelo de desenvolvimento relacionado a concepção de progresso, tem desembocado em conflitos entre aqueles que impõe políticas, como a da monocultura, e aqueles que tem os modos de vida desprezados.

Porteirinha teve suas principais atividades econômicas relacionadas ao meio rural, e isso não foi diferente durante as décadas de 1960 a 1980, no auge da produção do algodão. Neste período foram gerados empregos e renda para os trabalhadores urbanos e rurais, contudo, como os incentivos do governo federal eram voltados para a monocultura algodoeira, os pequenos agricultores tiveram que enfrentar a crise da cotonicultura. Esta foi provocada pelo ataque a *territorialidade*,

devido à monocultura ter uma lógica diferente da forma tradicional de lidar com a terra, e isso foi somado às relações conflituosas entre empresários e políticos, como também a praga *bicudo*. Deste modo, houve incremento do êxodo rural e das migrações temporárias com a intenção de conseguirem o sustento da família e a manutenção da terra através dos trabalhos temporários.

Ao caracterizar a migração como um processo social complexo, obtivemos os meios para traçar aspectos do perfil dos migrantes temporários porteirinhenses, levando sempre em consideração as experiências reveladas dos próprios sujeitos. Em Porteirinha, essa mobilidade acontece de diversas formas e para diferentes destinos, onde a crise do algodão significou um momento de intensidade desses fluxos.

Atualmente as principais razões apontadas para a migração estão ligadas a não inclusão no mercado de trabalho, ou uma inclusão que proporcione apenas a sobrevivência, influenciadas também pelas dificuldades durante os períodos de estiagem. Os moradores locais se lançam nas mais diversas travessias, há um complexo de formas, maneiras, motivos e destinos. As migrações temporárias são exemplos disso, são formas de resistência, pois através desses movimentos procuram a reprodução da vida no município. É uma forma também para suprir novas demandas, como a obtenção de dinheiro para a compra de moto, eletrodomésticos, da reforma da casa, entre outros. Estes tipos de migrações se iniciam e, sobretudo, se perpetuam através de redes sociais de informação, onde as relações de parentesco e afinidades proporcionam uma facilidade para a entrada de novos migrantes, como também, confiança para o início dessa empreitada.

Migração foi utilizada como categoria analítica, posto que nenhum dos entrevistados se identificam como migrantes e sim como trabalhadores, agricultores rurais, lavradores, pequenos produtores, domésticas. Migrar não é um mero deslocamento

geográfico e muito menos uma caminhada individual, mesmo que apenas um migre, o contexto familiar está presente durante todo o processo. O migrante convive com costumes distintos dos seus, quando retorna já não é mais o mesmo que se foi e não encontra o mesmo que deixou. A pesquisa demonstrou que a migração tem especificidades relacionadas ao ambiente onde se vive e que os modos de vida constroem a identidade, mesmo que o sujeito esteja em trânsito. Saem para ficar, migram para resistir, procuram no “lugar do outro” o sustento “do seu lugar”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES FILHO, Djalma. **Fatores explicativos do declínio da cotonicultura em Porteirinha-MG nos anos 90**. 2000. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2000.

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água**. *Revista Desenvolvimento Social*, n. 11/01, p. 43-50, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil) 10ª edição. Disponível em: <<http://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>>.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf>.

FONSECA, Gildete Soares. **MIGRAÇÕES DA MESORREGIÃO NORTE DE MINAS/MG: análises do Censo Demográfico de 2010**. 2015. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG. 2015

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado / entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Pereira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

IANNI, Octávio. **Uma longa viagem**. Tempo Social. USP, 2004

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1991, 2000, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Trabalho apresentado

no SIMPÓSIO “NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA”, na 23a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17 n.49, Jun. 2012.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)**. 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: novembro de 2016.

OLIVEIRA, Palmyra Santos. **Porteirinha: memória histórica e genealogia**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2008.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”**. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) UFU, 2009.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro; GODINHO, V. P.; PAULA, A. M. N. R. **SAIR PARA RESISTIR: As Redes De Relações Sociais No Processo Migratório De Norte Mineiros**. Revista Desenvolvimento Social, v. 1, p. 87-98, 2018.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (org.), et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2000.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda, **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social e Sociedade. n. 112, out./dez. 2012.

SAYAD, A. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **ENTRE O COMBATE À SECA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: Transições Paradigmáticas E Sustentabilidade Do Desenvolvimento**. Brasília, 2006. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 29-62.

TEIA ORGÂNICA. **Sementes crioulas – Um cultivo de tradição e troca**. Disponível em: <http://teiaorganica.com.br/blog/tag/sementes-crioulas/>. Acesso em: novembro de 2016.

VINUTO. Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente não se Negueia. O Campesinato como Ordem Moral”. Anuário Antropológico/87, Brasília, Ed. UNB, 1990.

_____. **Herdeiros parentes e compadre: colonos do sul e sitiantes do nordeste.** São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Migração, família e campesinato (1990).** In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V.1. Org: Clifford Andew Welch (Et.al). São Paulo: UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2009. p.217-238.

MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: ESCOLARIZAÇÃO, COTAS E MERCADO DE TRABALHO¹

Andressa Ângela Siqueira
Mônica Maria Teixeira Amorim

INTRODUÇÃO

O trabalho é elemento essencial na vida humana, condição fundamental à sobrevivência na sociedade. No entanto, em sociedades capitalistas com histórico de longo regime escravocrata, como é o caso do Brasil, o acesso ao trabalho é marcado por profundas desigualdades de raça, gênero e classe social, que estão profundamente associadas ao acesso desigual à educação. Nossas estatísticas de acesso à educação escolar revelam o quanto o Brasil é um país desigual, com taxas consideráveis de analfabetismo entre negros, e com acesso à universidade ainda elitizado, haja visto que apesar de os negros já serem maioria na universidade pública, como indicam dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL/IBGE, 2019) eles não o são em cursos considerados de elite. Importante papel tem as cotas raciais na ampliação do acesso de negros à universidade, mas o questionamento a tal política, que se encontra

1 Trabalho apresentado no IX CONINTER, 2020.

vinculado, entre outros motivos, ao não reconhecimento das desigualdades que caracterizam nossa sociedade, merece ser mais amplamente debatido.

Por meio deste trabalho – que é parte de uma pesquisa em curso sobre “mulheres negras no ensino superior”, objetivamos contribuir com este debate, atual e necessário à construção de uma nação mais justa e democrática. A partir do estudo bibliográfico, exploramos dados de escolarização e analfabetismo no Brasil, comparando negros e não negros, abordamos a importância das cotas raciais nas universidades brasileiras, e focamos nossas análises sobre o acesso de mulheres negras ao ensino superior e ao mercado de trabalho, com especial atenção ao acesso de negras à pós-graduação e à docência do ensino superior.

ANALFABETISMO E ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Reportando à nossa história para situar índices de analfabetismo encontramos em Hasenbalg e Silva (1990) dados do censo de 1980 que mostram que a taxa de analfabetismo das pessoas entre 15 e 64 anos era de 14,5% para os brancos e 35,5% para pretos e pardos. No extremo oposto da escolarização, 4,2 % dos brancos e somente 0,6% dos negros tinham diploma no nível superior. Esta desigualdade entre negros e brancos, que ainda hoje persiste, guarda relação, dentre outras razões, com o longo período de escravização do povo negro em nosso país.

Carvalho (2005-2006) evidencia que, ao longo do tempo, a educação formal no Brasil foi marcada pela presença de pessoas brancas e ausência de negras, em decorrência da escravização da população negra, que dificilmente tinha condições para se escolarizar. Soma-se a isso o fato de que a construção das universidades e a produção de conhecimentos privilegiou

a disseminação dos ideais de uma elite nacional branca e a propagação do mito da democracia racial – que se funda na ideia de relações raciais igualitárias e sem conflitos no Brasil (SCHWARCZ, 2010; TELLES, 2012; GUIMARÃES, 2004).

Ferraro (2010) nos permite aprofundar a reflexão sobre a desigualdade educacional e racial que caracteriza nosso país. Ao abordar o analfabetismo e a escolarização no Brasil o autor utiliza informações dos censos com indicadores por gerações e mostra dados desde a década de 1920 até os anos 1990. Ferraro (2010) aponta como as pessoas negras possuíam dados bem abaixo das pessoas brancas nos anos de estudo, mesmo observando que as mulheres negras e homens negros apresentaram crescimento nos números, persistia as desigualdades em relação aos brancos, refletindo as consequências das desigualdades sociais, de classe, gênero e raça.

Retomando as análises de Hasenbalg e Silva (1990), que usaram dados do censo de 1980, nota-se que a desigualdade de acesso à escola atravessa décadas e tem forte marcador racial. No acesso a escola, as crianças não brancas ingressavam mais tardiamente que as brancas, e a proporção dos pretos e pardos que não conseguiam o acesso era três vezes maior que os brancos. Já quando o nível de renda das famílias era maior, a escolarização também aumentava, porém, mesmo com melhorias econômicas para os dois grupos, ainda persistiam diferenças de escolarização entre as crianças brancas e não brancas.

Dados também demonstram que políticas educacionais destinadas a promover maior escolarização da população, implementadas ao longo do século XX, não combatem a desigualdade racial no acesso à escola que se encontra presente na realidade brasileira. A raça em si não era considerada como fator relevante nos estudos e planos dos governos do período, muito pela atuação do Estado para reforço da ideia de democracia racial, principalmente no regime militar, como evidenciado por Telles (2012). Esse fato também foi revelado por

Hasenbalg e Silva (1990), que demonstram, em suas análises, como, no período, eram poucos os estudos que consideravam a raça como variável importante nos dados educacionais, e que o quadro só começou a mudar com a atuação de educadores e ativistas negros.

Nesse sentido podemos apontar a importância de políticas afirmativas, como a política de cotas raciais, que trataremos adiante. Contudo, um marco sempre lembrado na promoção de educação para todos, é a Conferência de Jomtien, ocorrida em 1990, na Tailândia. A realização da “Conferência Mundial de Educação para todos”, em Jomtien, organizada pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – ambas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) – e pelo Banco Mundial, em que pese sua importância, não reverbera em políticas de fato comprometidas com o enfrentamento das desigualdades educacionais e raciais.

Há que se observar que as agências envolvidas tinham interesses conflitantes, mas muitos destes eram comuns na gestão da educação, como é o caso de: integrar os países da periferia no desenvolvimento do capitalismo, promover a educação para o desenvolvimento e possibilitar a diversificação das fontes de financiamento educacional. A partir da citada Conferência o Brasil foi um dos países listados com problemas na educação básica e analfabetismo. As diretrizes colocadas pelo evento se expressaram no país pelo “Plano decenal de educação para todos” (1994-2003) elaborado após a “Conferência Nacional de Educação para todos” (LIMA, 2002). Lima (2002) acredita que a ideia presente na Conferência sobre a universalização da educação básica, mascara os problemas da educação, pois apenas defendiam uma integração dos países da periferia a organização global do capital, com a visão da educação como mola propulsora do desenvolvimento ou crescimento econômico, e

criação de planos para diversidade nas fontes de financiamento para criação de concorrência.

Para Carvalho (2004) a defesa da democratização da educação ocorre por diferentes grupos, ou seja, a universalização da educação expressa a existência de grupos com seus interesses próprios e mesmo conflitantes nos interesses e metas. Há aqueles que não acreditam na universalização da educação e que ela possa acontecer com qualidade, enquanto outros compreendem a necessidade urgente de maior escolarização da sociedade, com vistas a democratização do acesso a educação. No caso da educação defendida pelos organismos internacionais – como é o caso do Banco Mundial – percebe-se seu caráter fragmentado e falta de aprofundamento nos problemas sociais do país.

Carvalho (2004) nos alerta para a existência da possibilidade e necessidade de se pensar a educação de uma outra perspectiva, na qual a defesa da universalização seja concreta, contrapondo os ideais defendidos por quem não concebe esse espaço como democrático. Nesse sentido, qualquer análise para ampliação da educação brasileira precisa ser complexa e abarcar as características da formação nacional que afeta seus indicadores sociais.

Deste modo, quando se trata de pensar escolarização e analfabetismo, o exame da realidade brasileira precisa considerar, para além dos dados, suas especificidades enquanto nação. Fato é que o país registra avanços no combate ao analfabetismo, mas ainda há muito por fazer. No censo de 2000 já se percebem algumas diferenças em relação aos números anteriores sobre o analfabetismo e aumento da escolaridade, mas também se apresentam as limitações do Brasil quando comparado a outros países. Paixão (2004-2005) coloca que no Censo 2000, a taxa de alfabetização da população brasileira maior de 15 anos era igual a 87%, índice baixo dentre os países da América do Sul, estando somente um pouco acima da Bolívia que tinha índice de (85,5%), enquanto que nos demais países

os dados eram: Guiana (98,5%), Argentina (96,8%), Uruguai (97,7%), Chile (95,8%), Suriname (94%), Paraguai (93,3%), Venezuela (92,6%), Colômbia (91,7%), Equador (91,6%) e Peru (89,9%). Isso revela como os planos de educação para erradicar o analfabetismo avançaram, mas bem quem ao se comparar com os demais países da América Latina.

Paixão (2004-2005) assinala que são buscadas explicações para o alto índice de analfabetismo no Brasil. Há o grupo daqueles que acreditam na teoria do capital humano, com necessidade de maior escolaridade para elevação da renda, que aumentaria a produtividade no trabalho, por isso defendem gastos maiores no ensino fundamental. Por outro lado, há os teóricos mais à esquerda, que entendem a elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade como resultado da pouca consciência política, reduzida participação em organizações e uma passividade a ordem dominante. Contudo, segundo Paixão (2005-2006), há um consenso nas posições ideológicas e teóricas de que a educação formal traria um grande avanço no plano econômico, social e político. Na realidade, não se pode deixar de considerar, na análise do problema, a relevância de um recorte racial da população analfabeta e com poucos anos de estudo.

Hasenbalg e Silva (1990) também sinalizam como é essencial usar a raça na área da educação, e em suas análises conseguem agregar dados de classe e raça para obtenção dos indicadores econômicos e educacionais, que são relevantes na consideração da educação como meio de mobilidade social para a população negra. Os autores, considerando a importância da raça, citam as diferenças educacionais entre brancos e não brancos indicando que, além do ingresso tardio das crianças não brancas na escola, depois dos 10 anos de idade o abandono tendia a aumentar, seja pela repetência ou necessidade de trabalhar. O problema da evasão se assemelhava para brancos, pardos e pretos, mas como a repetência era maior entre pardos

e pretos, os não brancos deixavam o sistema escolar com uma média de séries completas muito inferior aos brancos.

Com o avanço em temas de políticas educacionais, esses índices poderiam se modificar, mas segundo dados do Censo de 2000, na população brasileira maior que 15 anos havia 15,3 milhões de analfabetos e 32,8 milhões de analfabetos funcionais – que são pessoas com menos de quatro anos de estudo. A taxa de analfabetismo dos negros maiores de 15 anos, no Brasil, era de 18,7%, e de analfabetismo funcional era de 36,1%. Já entre a população branca o percentual de analfabetismo era 8,3% e a taxa de analfabetismo funcional era de 20,8%. De forma geral dentre a população analfabeta do Brasil, 63,4% eram negros/as, e entre a população analfabeta funcional 57,4% eram desse mesmo grupo (PAIXÃO, 2004-2005). Por isso, Paixão (2004-2005) avalia que os indicadores expressam o limite do universalismo educacional, pois no Brasil nunca houve efetivamente políticas universais na educação, e a intensidade do analfabetismo pode ser vista como uma opção política das elites brancas brasileiras no século XX.

Dados mais atuais, do Módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD-2019/IBGE mostram que a escolarização dos jovens de 15 a 17 anos ainda não alcançou a universalização e que “que a passagem do ensino fundamental para o médio acentua o abandono escolar”. O documento detalha que a despeito de em 2016, 2018 e 2019 ter crescido o número de pessoas de 25 anos ou mais com ensino médio completo no país “mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional”. Informa que 20,2% (ou 10,1 milhões) dos 50 milhões de brasileiros de 14 a 29 anos “não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos”. Ainda segundo o documento o percentual de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais no Brasil

ficou em 6,6% em 2019, o que consiste em um total de 11 milhões de pessoas, e a maioria dos analfabetos é preto e pardo (IBGE, 2020). A taxa de pessoas com ensino superior completo registrou aumento - passou de 16,5% em 2018 para 17,4% em 2019.

Os dados revelam desigualdades que precisam ser enfrentadas. Nessa direção as políticas afirmativas representam importante medida para combater o racismo e amenizar suas consequências na sociedade. No seu interior, a política de cotas raciais, se faz fundamental para reduzir as desigualdades educacionais entre negros e brancos. (PIOVESAN, 2008).

COTAS RACIAIS NO BRASIL

A implementação de políticas de ações afirmativas por parte do Estado é um caminho para enfrentamento das desigualdades raciais e sociais já que permite a abertura de novas perspectivas para a população negra. Isso porque a inserção no mercado de trabalho e obtenção de melhores condições de vida está relacionada com a escolarização, e a implementação de tais políticas educacionais afeta as pessoas que são excluídas do mercado de trabalho, ou que tem dificuldade para mobilidade social. Com essas transformações na educação, por meio de políticas de inclusão, espera-se maior investimento nos setores vulneráveis e ações de inclusão das pessoas que tem dificuldade em acessar a escola por questões econômicas, raciais e de gênero.

A atuação do Estado brasileiro no combate às desigualdades raciais e sociais pode ser ainda vista como pequena, mas a implementação de políticas afirmativas, a exemplo das cotas raciais para ingresso no ensino superior, se apresenta como ação relevante e necessária. Nesse bojo, importante papel pode ser creditado ao Movimento Negro cuja atuação tem se mostrado fundamental para mudar a realidade tendo como perspectiva

a democratização da educação. Após grande atuação na redemocratização do país na década de 1990, nos anos 2000 o Movimento Negro teve atuação central na pressão sobre o Estado brasileiro para enfrentamento da desigualdade racial do país e implantação de políticas de ação afirmativa. Há que se destacar que a educação sempre atraiu a atenção da população negra em suas ações nos séculos XIX, XX e XXI, pelo seu papel estratégico na sociedade, se tornando forte bandeira de luta do Movimento Negro (GOMES, 2011).

Entretanto, para Gomes (2011), o Movimento Negro não entende a educação como solução para todos os males, mas sim como importante elemento no processo de construção de conhecimentos sobre si e sobre os outros, bem como enquanto ferramenta que contribui para produção de intelectuais e que é usada no mercado de trabalho como critério de seleção e exclusão. Assim, o Movimento Negro assume a defesa da educação básica e superior enquanto um direito social e que contemple a diversidade étnico-racial que caracteriza a nação brasileira. Deste modo incorporou a luta pela implementação de políticas públicas universalistas, com programas para alcance da justiça social, e também de políticas de ação afirmativa na educação, para a superação de desigualdades raciais dos negros.

Gomes (2011) afirma que a ideia de pessoas negras e de raça subsidia a reivindicação do Movimento Negro por cotas, e os dois conceitos têm suas particularidades. A raça foi questionada como conceito biológico que diferencia os grupos humanos, mas é consenso no Movimento Negro e entre alguns estudiosos, que é resultado de construção social e histórica, e no sentido político é expressão da resignificação da palavra usada na luta política pela superação do racismo no Brasil. Assim, expressa a classificação social construída nas relações sociais brasileiras. O conceito de negro abarca as categorias preta e parda já que, nos censos existe a classificação das pessoas como preto e pardo, mas os intelectuais negros entendem essas duas

categorias como expressão da população negra como um todo, indo além de identidade de afrodescendentes. Ademais, os indicadores desses dois grupos são muito próximos, principalmente no nível de escolaridade e, deste modo, agregam-se os dados das duas categorias nas análises e pesquisas feitas sobre a população negra brasileira.

Munanga (2005-2006) também concorda que a raça é um conceito social, e acrescenta que a ideia do negro não foi criada com a defesa e implementação das cotas raciais, mas o conceito vem do ‘black’ norte-americano, que é um termo político com base na política birracial norte americana e não é biológico, sendo utilizado desde a fundação do Movimento Negro Unificado, que visa construir a solidariedade e a identidade das pessoas excluídas pelo racismo à brasileira. O problema não é a raça, mas o racismo que cria hierarquias, desumaniza e também justifica a discriminação, que existia antes mesmo da criação do conceito moderno de raça, como nas antigas sociedades grega e islâmica.

Assim, as ações afirmativas são um meio importante para combater o racismo e amenizar suas consequências na sociedade. Têm como objetivo fomentar o processo para obtenção de igualdade, não somente para minimizar o peso de um passado discriminatório, mas para obtenção da igualdade para os grupos socialmente vulneráveis, como os grupos étnicos e raciais, mulheres, entre outros. O documento apresentado pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban (31 de agosto a 7 de setembro de 2001) foi um marco, pois havia a defesa da adoção de medidas alternativas para a população afrodescendente na educação e no trabalho, com proposição de ações afirmativas para garantir maior acesso desse grupo nas universidades públicas, assim como em licitações públicas como critério de desempate para aumentar a presença de afrodescendentes, mulheres e homossexuais nas empresas. Foi no contexto de implementação das ações afirmativas para

alguns segmentos que foram adotados programas de cotas para pessoas afrodescendentes em universidades, como na UERJ, UNEB, UnB, UFPR, entre outras (PIOVESAN, 2008).

Diante da implementação das cotas para negros em universidades, Piovesan (2008) lembra que havia muitos opositores, que chegaram a criar ações judiciais contra as cotas para afrodescendentes. Os argumentos contrários, via de regra, se concentram em cinco eixos, que são: as cotas iriam contra o princípio da igualdade formal, pois instituíam medidas discriminatórias; o antagonismo entre políticas universalistas versus políticas focadas; o problema de classe social e raça/etnia, que expressa a situação de brancos pobres e negros de classe média; as ações afirmativas gerariam racialização da sociedade com separação entre negros e brancos; e o perigo a autonomia universitária e à meritocracia.

Piovesan (2008) entende que tais argumentos são questionáveis e explica: a igualdade aplicada nas ações afirmativas é a igualdade material, substantiva, e não a igualdade formal. Ou seja, não basta ter o direito, é preciso que ele se materialize, se concretize. Acrescenta que nada impede a ação de políticas universalistas e focadas, até mesmo porque os estudos demonstram como as políticas universalistas falham na questão da raça. Com relação a questão econômica, a relação entre desigualdade de classe e racial é um ciclo, em que a exclusão gera discriminação, e a discriminação gera exclusão. Sobre a questão do uso da raça, mesmo que não admitam, a raça sempre foi usada para discriminações de pessoas negras no Brasil, abordar esse tema é fundamental para discussão e promoção da inclusão. Ainda conforme a autora, no âmbito das universidades, a inserção das pessoas negras não ameaça ou reduz a qualidade, mas traz diversidade e pluralidade para um campo que é majoritariamente branco.

Estudos feitos com alunos que ingressam por cotas também desconstróem algumas das posições contrárias as

ações afirmativas, como por exemplo uma pesquisa feita na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com uma amostra de alunos cotistas e de ampla concorrência que ingressaram em 2013 na Universidade, no qual o resultado foi que embora os estudantes cotistas tenham notas menores que os demais no ENEM, no decorrer do curso têm desempenho similar aos estudantes de ampla concorrência. Um fato a destacar é a diferença estatisticamente significativa entre o nível socioeconômico dos estudantes cotistas e de ampla concorrência, com os primeiros tendo renda bem menor que os segundos, o que aponta como as cotas tem grande impacto na entrada da população mais pobre na universidade (PENA; MATOS; COUTRIM, 2020).

Outrossim, a implementação de cotas raciais nas universidades brasileiras foi e tem sido importante para a reparação da discriminação sofrida no âmbito da educação pela população negra, e subsidia uma nova condição para enfrentamento das desigualdades que persistem no mercado de trabalho. Assim, ainda que as mulheres negras tenham ganhado mais possibilidade de escolarização e de colocação no mercado de trabalho há um longo caminho no enfrentamento das desigualdades raciais – não apenas no que tange à ampliação do acesso à escolarização, mas de inserção no mercado, já que estas enfrentam dificuldades nesse processo, incluindo o racismo e o sexismo nas relações de trabalho – conforme trataremos a seguir.

MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO

A ideia recorrente na sociedade que a inserção e sucesso no mercado de trabalho são expressão do esforço individual é uma proposição problemática, que desconsidera os processos econômicos e sociais que ratificaram hierarquias, assim como ignora a realidade brasileira e suas contradições de classe, raça e gênero. Para as mulheres negras a inserção no mercado de

trabalho é uma busca por sobrevivência e o investimento em educação é um meio de obter melhores condições de vida. Alcançar altos níveis de escolarização e inserção no mercado de trabalho, em especial na docência em ensino superior – objeto do nosso estudo – constitui grande desafio para estas mulheres.

Como apontado por Gonzales (1985), há uma grande dificuldade para a população negra em obter um emprego com bons rendimentos, pois sua mão de obra é absorvida nos setores menos escolarizados. No mercado de trabalho são vítimas de preconceitos raciais, de gênero e classe, seja no banco da indústria e ao lidar com público, como explica Bento (1995), seja no trabalho doméstico, como Gonzales (1982) e Guimaraes (2004) alertam para a imensa naturalização das mulheres negras como inatas a estes trabalhos. As mulheres negras são apontadas como pilares de suas famílias, que estão à frente do sustento destas, e mudanças sociais e na educação tem permitido que mães e filhas possam alçar maior escolarização e ter uma nova perspectiva de vida. Como mencionamos anteriormente, o acesso a cotas, por parte de jovens que antes não conseguiriam ingressar no ensino superior, tem se mostrado fundamental no enfrentamento da exclusão educacional e racial. A escolarização, como assinalamos, é condição fundamental, mas não suficiente, para promover maior inclusão de negros e negras no mercado de trabalho e maior mobilidade social destes sujeitos.

Fato é, como demonstra Lima (1995), que com a expansão educacional a partir dos anos 50, as mulheres foram beneficiadas e aumentaram sua escolaridade, se igualando aos homens no ensino superior, mas com tendência a se concentrarem em cursos vistos como femininos. Porquanto, as desigualdades de gênero atrapalhavam o ingresso no ensino superior, as desigualdades raciais persistiram, e as mulheres negras tiveram maiores dificuldades que as mulheres brancas. No mercado de trabalho, mesmo com grande expansão de empregos femininos, que nem sempre exigem o ensino superior, com trabalho em escritórios,

empresas e outros, as mulheres negras tinham dificuldade de conseguir empregos. E em trabalhos em que o ensino superior era obrigatório, tinham grande desvantagem em relação aos homens negros, mulheres brancas e homens brancos. Mesmo aquelas com altos níveis de escolarização, não conseguiam atingir a mobilidade social que deveria ocorrer em seu nível de escolaridade.

Pereira (2010), em pesquisa mais recente, mostra como o acesso a escolarização tem possibilitado às mulheres negras ocuparem postos de trabalho antes inacessíveis. Ao relatar as histórias de mulheres negras que perceberam a escolarização como um meio eficaz para realizarem seus objetivos, descreve a persistência e as dificuldades econômicas que enfrentaram e como abraçaram todas as oportunidades possíveis para obterem posições escolares diferentes de seus familiares. Já no mercado de trabalho contam como enfrentaram discriminações de forma velada ou aberta, com questionamentos sobre suas capacidades profissionais, lhes exigindo a construção de uma consciência crítica envolvendo os mecanismos de ascensão social. Deste modo, a autora conclui que a inclusão das mulheres afrodescendentes no mercado de trabalho, naqueles empregos antes exclusivos das mulheres brancas, pode ser alcançada pelas mulheres negras e que, nesse processo, a escolarização é basilar.

O avanço da escolarização das mulheres negras e sua inserção em novos postos do mercado de trabalho também foi favorecido pela considerável expansão da educação superior no Brasil, ocorrida a partir dos anos de 1990, em um contexto de intensa influência de políticas internacionais. Araújo (2014) expõe que no ensino superior as políticas de Estado seguiram a tendência global, com o fortalecimento do setor privado, bem como o atendimento aos interesses do capital internacional, mas sem considerar as particularidades de cada país. Segundo a autora, a expansão das universidades privadas ocorreu por todo o país, até mesmo no interior, e em muitos casos com

financiamento público em instituições privadas e, também, pelo ensino a distância. Ressalta, ainda, que foi implementado o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que permitiu a interiorização das universidades e incentivo à Educação Profissional e Tecnológica por meio dos Institutos Federais.

Essa expansão acentuada da educação superior a partir dos anos de 1990 ajudou a elevar os índices de mulheres no ensino superior brasileiro – que já registrara aumento, conforme demonstrou Lima (1995), em função da expansão educacional ocorrida desde os anos 50. A expansão efetuada nas décadas de 1990 e 2000, incrementaram a presença de mulheres na educação superior e, combinadas com a política de cotas, ajudou a ampliar a presença de mulheres negras nesse nível educacional.

Segundo dados do INEP (2006) no período entre 1996 e 2003 o número de matrículas no ensino superior mais que dobrou, bem como o número de mulheres matriculadas ficou mais alto que o número de homens. Houve avanços das mulheres também na docência do ensino superior, enquanto que em 1996 eram 38,7%, em 2003 passaram para 43,2% do total. Nesse período, o corpo docente cresceu 81,2%, e o número de docentes homens teve aumento de 68%, sendo que o número de docentes mulheres teve crescimento de 102,2%. Ainda pode-se perceber que a titulação dos professores também teve melhoras nas instituições de Educação Superior, em que o crescimento de mestres homens foi de 106,1%, enquanto o crescimento de mestres mulheres foi de 119,5%. Já docentes com doutorado, o crescimento dos homens com a titulação foi de 69,2% e de mulheres chegou a 104%. Outro dado importante refere-se a índices sobre a pós-graduação *stricto sensu*, que abarca os mestrados e doutorados do país, e que indica que, em 2003, mais mulheres do que homens se formaram nesse nível educacional.

Contudo, como um dos espaços que requerem alta escolarização, a docência no ensino superior tem pequeno número

de pessoas negras, os próprios dados apresentados pelo INEP nem mesmo realizam o recorte racial dos docentes do ensino superior. Carvalho (2005-2006) e Silva (2010) abordam sobre a inserção da população negra na docência do ensino superior, e alertam sobre como esse espaço ainda se mostra muito excludente para a população negra apesar do crescimento do setor nos últimos anos.

Carvalho (2005-2006) decidiu em 1999 realizar uma pesquisa empírica nas principais universidades brasileiras para demonstrar a quantidade de docentes negros, como UnB, USP, Unicamp, UFMG e outras, nas quais o número de professores negros não chegou a 1% do total. Entre as instituições pesquisadas, o maior índice era da UnB com apenas 1% dos docentes negros, mesmo se tratando de uma instituição com histórico de modelo em inovação. Os números evidenciam que, no Brasil, as instituições de ensino materializam uma segregação. Além da ínfima presença de professores negros, também se nota pouco interesse, até recentemente, em estudar a desigualdade e a exclusão racial nesses espaços.

Silva (2010), por sua vez, abordou a questão racial e avançou em relação a Carvalho (2005-2006) por incluir a questão de gênero, levantando uma crítica aos dados divulgados pelo INEP que não consideram a variável racial, quando divulgaram os avanços das mulheres na educação superior. Assim, para a autora, ignoraram a exclusão racial que é expressiva na docência do ensino superior. Em sua pesquisa, Silva (2010) realizou um levantamento das mulheres negras que resistiram à desigualdade social e conseguiram trabalhar na docência, com base nos dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com foco naquelas com doutorado ou mais, que atuam no ensino universitário, público ou privado, que expressaram um total de 251 no ano de 2005. A pesquisadora conclui que o baixo número de mulheres negras como docentes no ensino superior, principalmente como doutoras, é

o resultado do conjunto de dois fatores, presentes em todos os espaços da sociedade, que é o racismo e o sexismo, ferramentas sempre usadas para exclusão social.

O ingresso de mulheres negras no mercado de trabalho, e de modo especial na docência do ensino superior como professoras, suscita perspectivas para políticas de ação afirmativa que contemplem o combate ao racismo e ao sexismo e que oportunizem, além da entrada e permanência destas mulheres como estudantes neste nível de ensino, cotas raciais para a pós-graduação e para concursos públicos de docentes. Suscita, igualmente, novas investigações que nos ajudem a produzir dados sobre essa realidade pouco investigada e a ampliar as análises sobre o perfil e as trajetórias de mulheres negras, alunas e docentes do ensino superior.

CONSIDERAÇÕES

Um argumento com frequência utilizado por aqueles que criticam a política de cotas raciais é baseado na meritocracia, ou seja, na ideia que a inserção e sucesso no mercado de trabalho são expressão exclusiva de esforço individual. Esse argumento desconsidera as desigualdades de condições entre os sujeitos no acesso ao conjunto de bens culturais e econômicos que interferem no ingresso e permanência na escola, e desconsidera processos econômicos e sociais que têm ratificado hierarquias, ou seja, ignora a realidade brasileira e suas contradições de classe, raça e gênero.

As hierarquias sociais entre brancos e negros que se encontram relacionadas, entre outras questões, com a escravização da população negra, ainda causam desigualdades na sociedade brasileira. No campo da educação a diferença nos indicadores de analfabetismo e escolarização entre a população negra e branca, expressa como são necessárias políticas com recorte racial para combater desigualdades educacionais em nosso país.

Destaca-se que a trajetória educacional da população negra, e das mulheres negras em especial, é difícil, pois contém as determinações do racismo e do sexismo, mecanismos de exclusão que, associados, impedem a obtenção de elevada escolaridade e acesso a empregos de alto nível.

Restou comprovado aqui, pelos estudos e dados abordados, que as mulheres negras não se encontram em igualdades de condições de acesso ao ensino superior com outros grupos como o de mulheres brancas e de homens. As desigualdades tanto se referem ao acesso à educação superior como estudantes de graduação e pós graduação, quanto como professoras. Nesse sentido políticas afirmativas se mostram necessárias para combater desigualdades educacionais, raciais e sociais no nosso país, e estas demandam, por sua vez, políticas de cotas raciais para promover maior acesso de mulheres negras na educação superior e, também, no mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa. *Ensino Superior Brasileiro: expansão e transformação a partir dos anos 1990*. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, 2014.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 3, n. 2, 1995.

BRASIL, IBGE. *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em 13/06/2020

BRASIL, INEP. *Trajetória da Mulher na Educação Brasileira*, publicação do INEP/MEC e SPM, reúne diversos dados sobre as mulheres na educação do País de 1996 a 2003. Brasília. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua “PNAD contínua”: educação 2019. IBGE, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. “*Democratização do ensino*” revisitado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 327-334, maio/ago. 2004.

Disponível em: http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=10983&version=1.0
Acesso em 13/06/2020

EUCLIDES, Maria Simone. mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado da UFC. Fortaleza, 2017.

FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.2, p. 505-526, maio/ago. 2010.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *RBPAE* – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GONZÁLES, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZÁLES, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP. V. 47 N° 1, 2004.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cad. Pesq.*, São Paulo (73): 5-12, maio 1990.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. *Revista Estudos feministas*, ano 3, nº 2, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

PAIXÃO, Marcelo. Desigualdades raciais na incidência do analfabetismo no seio da população brasileira: uma leitura empírica baseada nos indicadores do censo 2000. *Libertas*, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.132- 150. 2004-2005.

PENA, M. A. C.; MATOS, D. A. S.; COUTRIM, R. M. E. *Percurso de estudantes cotistas*: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 27-51, mar. 2020.

PEREIRA, Edilene Machado. Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA. *Revista África e Africanidades*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 8, fev. 2010

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424, p. 887-896. setembro-dezembro/2008.

SILVA, Joselina. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais.

PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 28, n. 1, jan./jun. 2010. p. 19-36.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: Fonseca, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TELLES, Edward E. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. E-book, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Adinei Almeida Crisóstomo - Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PPGAS / UFRN, Bolsista CNPq. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Pesquisador Associado do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA (CNPq/Unimontes) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco - OPARÁ / MUTUM (CNPq/Unimontes). Pesquisador da Rede Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. Áreas de atuação: Antropologia, Sociologia e Geografia. Trabalha nas temáticas que envolvem: Povos e Comunidades Tradicionais, Conflitos Ambientais, Antropologia da Alimentação, Cultura, Modos de Vida, Memória, Cartografias e Mapeamentos Sociais.

Ana Paula Glinskoi Thé - Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos (1995), mestrado (1999) e doutorado (2003) em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos, com estágio doutoral no “Natural Resources Institute”, na Universidade de Manitoba, em Winnipeg, Canadá (2002). Pesquiso nas áreas de Etnoecologia, Educação Ambiental e Estudos Socioambientais, atuando principalmente nos seguintes temas: conhecimentos ecológicos tradicionais, recursos comuns, manejo comunitário, conflitos ambientais e desenvolvimento. Tenho experiência em educação popular e desenvolvimento

comunitário, tendo atuado em ONGs (World Fisheries Trust/ WFT - Ca), realizado consultorias para o IBAMA (Brasil), para o Ministério da Pesca e da Aquicultura (Brasil) e para a Food and Agriculture Organization - FAO (Roma). Atualmente sou Professora Adjunta da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Biologia Geral, Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES - PPGDS e colaboradora do Programa de Pós Graduação em Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais - PPGBURN. Coordeno o Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana - LEAEH da Unimontes. Sou integrante do Núcleo de Investigação Interdisciplinar Socioambiental - NIISA/ Unimontes. Integro a rede de parceiros da pesca artesanal no Brasil - a Teia Solidária da Pesca. Fui Presidenta da Associação dos Docentes da Unimontes no período de 2019 a 2021. Atual Diretora de Assessora sindical da Adunimontes (2021-2023).

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula - Professora doutora em Geografia Humana. Cientista Social, professora efetiva, lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais (DPCS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES- MG). Professora no curso de Ciências Sociais. Docente do quadro permanente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS-UNIMONTES e no Programa de Pós Graduação associado UFMG/UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território. Bolsista de produtividade BIPDT- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG. Líder do grupo de pesquisa OPARÁ-MUTUM- Estudos e pesquisas sobre migrações e comunidades tradicionais no Rio São Francisco/Unimontes- CNPq. Pesquisadora do NIISA/ Núcleo Interdisciplinar em Investigação Socioambiental/ CNPq-UNIMONTES. Pesquisadora da Nova Cartografia Social da Amazônia. Foi membro e coordenadora da Câmara de Assessoramento em Ciências Sociais Aplicadas- CSA

– FAPEMIG (2013/2017). Doutorado em Geografia (linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos espaços urbano e rural) pelo PPGeo-IG-UFU (2009), orientada pelo Professor Visitante Dr. Carlos Rodrigues Brandão. Estágio doutoral realizado no CES- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra na Faculdade de Economia sobre a orientação do professor Boaventura de Sousa Santos em Coimbra Portugal (2008) com bolsa da CAPES. Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Geografia (2003). Bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Montes Claros. Especialista em Ciências Sociais pela UNIMONTES. Experiência em Geografia Humana, Sociologia e Antropologia rural, metodologia qualitativa. Atuando nos seguintes temas: comunidades tradicionais ribeirinhas, migrações campo-cidade, sertões roseanos, metodologias qualitativas, nova cartografia social. Foi coordenadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS- Unimontes (2019/2021). Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência da Ciência/SBPC.

Andréa Moreira Lima - Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Bolsista no exterior pela Capes em estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais/CES, na Universidade de Coimbra, em Portugal (2010). Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Especialista em Psicanálise e Direitos pelo Centro Universitário Newton Paiva (2002). Especialista em Psicologia Jurídica pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (2022). Formação Clínica na Abordagem Sócio-Histórica pelo Instituto de Psicologia Sócio-Histórica (2022). Graduação e licenciatura em Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva (2001), com Diploma de Honra ao Mérito como Melhor Aluna do Curso de Psicologia. Professora de graduação e pós-graduação do Centro Universitário UNA,

desde 2009. Integrante da diretoria ampliada da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO/Regional Minas Gerais), gestão 2020-2021. Vice-presidenta da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO/Regional Minas Gerais), gestão 2018-2019. Integrante da Comissão de Direitos Humanos do CRP-04, gestão 2017-2019. Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte/MG (2018-2019). Coordenadora Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2004-2008), período em que também coordenou o Centro de Referência LGBT (CRLGBT) e o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Intrafamiliar (CAVIV). Atuação em políticas públicas de direitos humanos na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2000 a 2009). Pesquisadora do Núcleo de Psicologia Política - NPP/UFMG e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT-NUH/UFMG (2009-2013). Parecerista ad hoc de periódicos científicos nacionais e internacionais. Atua na área clínica a partir da abordagem Sócio-Histórica. Tem experiência nas áreas de Psicologia Social, Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica, desenvolvendo pesquisas, publicações e trabalhos técnicos sobre os seguintes temas: direitos humanos, políticas públicas, gênero, sexualidade, diversidade sexual, raça-etnia, clínica sócio-histórica, intervenções psicossociais, processos grupais, comunidades e movimentos sociais.

Andressa Ângela Siqueira - Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Possui experiência em estágio obrigatório de Serviço Social na área de assistência social (2017-2018). Participação no estágio extracurricular remunerado no projeto vinculado a Pró-Reitoria

de Extensão “Observatório Empoderamento do Feminino” na UNIMONTES (2016-2018).

Antônio Dimas Cardoso - Bacharel em Ciências Sociais, com Especialização pela Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES. Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), em Brasília-DF, tendo defendido tese em 2004 sobre a atuação corporativa em projetos de integração regional, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), no CEPPAC, atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA), sob a orientação do Professor Yves Chaloult. Professor efetivo da UNIMONTES, leciona Teorias do Desenvolvimento e orienta projetos de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Na Graduação do Curso de Ciências Sociais, leciona Sociologia e orienta monografias e projetos de iniciação científica. É professor-responsável pelo Convênio UNIMONTES-Universidade de Fribourg (Suíça), de intercâmbio acadêmico. Possui experiência profissional como sociólogo em atividades de planejamento regional e gestor em administrações públicas estadual e municipal. É membro-fundador da Rede Internacional e Interdisciplinar sobre as Desigualdades. Atualmente é Presidente reeleito do Conselho Curador (2022-2025) da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Norte de Minas Gerais - FADENOR - e Diretor/ Editor chefe da Editora Unimontes.

Daniel Coelho de Oliveira - Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Ministra disciplinas nas áreas de sociologia clássica e contemporânea, sociologia da alimentação e sociologia rural. Como pesquisador, vem desenvolvendo pesquisas sobre tendências da alimentação contemporânea, politização do consumo, sistema agroalimentares e

desenvolvimento rural. Professor no Departamento de Ciências Sociais da UNIMONTES. Professor permanente do Mestrado Associado UFMG-UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território. Membro da Câmara de Ciências Sociais Aplicadas da FAPEMIG (Julho/2022-Atual) Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Eduardo Antônio Salomão Condé - Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2004) e Mestre em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro ? IUPERJ (1996). É professor titular no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde também atua no programa de Pós-Graduação (Mestrado-Doutorado) em Ciências Sociais. É pesquisador integrado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Políticas Públicas e Desenvolvimento (INCT PPED), do qual participam UFRJ, UFE, UNICAMP e UFJF. Suas áreas de interesse abrangem a Ciência Política e suas fronteiras com a Economia, destacando-se os seguintes campos: políticas públicas, desenvolvimento, proteção social em perspectiva comparada e integração europeia Foi Diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 2006 e 2014, Coordenador da Área de Política e Economia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) de 2012 a 2018 e coordenador de Grupo de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) na temática “desenvolvimento” de 2006 a 2015. Entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2016 foi Diretor do Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 2016 é Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças na mesma universidade.

Felisa Cançado Anaya - Doutora em Sociologia pela UFMG, com pós-doutorado no Institute of Development Studies

pela Universidade de Sussex-Inglaterra, realizado através do Programa Professor Visitante no Exterior - Capes. É professora da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (UNIMONTES) onde leciona e orienta no Programa de Pós-Graduação em “Desenvolvimento Social” da UNIMONTES e foi coordenadora adjunta do Programa de Pós-graduação em “Sociedade, Ambiente e Território” da UFMG/UNIMONTES. É pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), e colaboradora do Grupo Opará de Estudos e Pesquisa sobre Comunidades Tradicionais Ribeirinhas do rio São Francisco, da Rede Matas Secas e da Rede de pesquisa internacional Conflict, Biodiversity and Climate Justice. Trabalha nas temáticas que envolvem Desenvolvimento, Saúde e Ambiente; Movimentos de Territorialização, Conflitos Ambientais, Áreas Protegidas e Povos e Comunidades Tradicionais. Atualmente faz parte do comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da Associação Brasileira de Antropologia e é membro da Political Ecology Network.

Giancarlo Marques Carraro Machado - Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da mesma instituição. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS / Unimontes-MG) e docente vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. É pesquisador associado do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU/USP) e líder do CITADINO (Núcleo de Interdisciplinar de Temáticas Urbanas da Unimontes). É autor dos livros *A cidade do skate: sobre os desafios da cidadinidade* (Hucitec / CAPES) e *De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo* (Ed. Intermeios / FAPESP), e organizador da coletânea *Entre Jogos e Copas: reflexões de uma década esportiva* (Ed. Intermeios / FAPESP). É coordenador da coleção *Entre Jogos* no âmbito da

Editora Intermeios e editor-chefe da Revista Desenvolvimento Social (RDS). Possui experiência na área da Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, Antropologia da Juventude e Antropologia dos Esportes. É associado efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 2010. Coordenador da pesquisa “Centralidade em disputa: impactos citadinos da reforma do Vale do Anhangabaú”, realizada sob financiamento do CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021, processo 408182/2021-0), em parceria com pesquisadores da Unimontes, USP e PUC de Lima (Peru). Atualmente exerce o cargo de coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS / Unimontes-MG).

Gilmar Ribeiro dos Santos - Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Bacharelado e Licenciatura (1989). Especialista em Semiótica e Teorias do Discurso pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Doutor em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Montes Claros. Atuou na elaboração do Projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, Mestrado e Doutorado, do qual é professor desde 2004. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente com os seguintes temas: trabalho, pobreza, desigualdades sociais, desigualdades regionais, políticas públicas e programas de transferência de renda.

Handerson Leonidas Sales - Possui graduação em ADMINISTRAÇÃO pela Universidade Estadual de Montes Claros (1996), mestrado em Administração - Faculdades

Integradas de Pedro Leopoldo (2007) e doutorado em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2021). Atualmente é membro do núcleo estruturante adm/ufmg da Universidade Federal de Minas Gerais e professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais. Realiza pesquisas em Administração e Desenvolvimento, com ênfase em finanças corporativa, valor de mercado - valuation, viabilidade econômica e desenvolvimento socioeconômico. Foi membro do Conselho Gestor da Fundação Sara Albuquerque Costa (2000-2022), instituição de assistência à crianças e adolescentes em tratamento oncológico. Atuou também na implantação do Sistema Integrado de gestão da ISO na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG no período de 2005 a 2010.

Hormindo Pereira Souza Júnior - Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Educação pela UFMG. Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Filosofia Política e Educação realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NUFIPE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Professor Titular de Política e Gestão da Educação-Faculdade de Educação da UFMG. Professor do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da FAE-UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marx, Trabalho e Educação (GEPMT) da FAE-UFMG. Editor da Revista Trabalho & Educação (ISSN 1516-9537 // e-ISSN 2238-037X). Desenvolve pesquisas no campo de confluência entre trabalho, política, formação e emancipação humana.

Ivo Marcos Theis - Graduação em Economia (Universidade Regional de Blumenau, 1983), Mestrado em Administração Pública (Universidade Federal de Santa Catarina, 1988) e Doutorado em Geografia Humana (Eberhard-Karls Universität

Tübingen/Alemanha, 1997), com Pós-Doutorados em Política Científica e Tecnológica (Unicamp, 2008) e Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016). Professor titular da Universidade Regional de Blumenau desde 1986, com atuação no ensino de graduação (Economia) até 2019 e no ensino de pós-graduação e na pesquisa (Desenvolvimento Regional) até o presente. Principais áreas de investigação: desenvolvimento regional, economia regional e urbana, pensamento social brasileiro, planejamento regional, políticas de ciência e tecnologia. Editor da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

João Morais de Sousa - Professor Associado (DECISO/UFRPE). Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UEPB). Doutor em Sociologia (PPGS/UFPE). Mestre em Ciência Política (PPGCP/UFPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFPB). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq) e Coordenação de Estudos Ambientais (UPE).

João Paulo Antonini - Bacharel em Administração; Especialista em Docência do Ensino Superior; Especialista em Gestão Pública. Mestrando em Desenvolvimento Social - Relações Socioeconômicas e Estado.

José Glebson Vieira - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (2001) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2010). É Professor Adjunto do Departamento de Antropologia (DAN) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte (UFRN), orientando dissertações e teses nas linhas de pesquisa: Política, direitos e etnicidade; Memória, saberes locais, religiosidade, rituais. Desenvolve pesquisas junto aos Potiguara da Paraíba sobre política indígena e sobre a emergência étnica no Rio Grande do Norte a partir das comunidades indígenas dos Caboclos (Açu/RN) e dos Potiguara do Sagi/Trabanda (Baía Formosa/RN). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, antropologia política e antropologia das populações afro-brasileiras, atuando nos seguintes temas: Mobilizações, dinâmicas étnicas e etnogêneses; Xamanismo, cosmologia, corporalidade e noção de pessoa; Chefias e lideranças indígenas; Territorialidade, paisagem e ambiente; Memória e oralidade entre grupos indígenas e quilombolas; Educação e diversidade étnico-racial; Educação Escolar Indígena. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado sênior do CNPq, pesquisador colaborador e realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Leonardo Brandão - É Professor na FURB (Universidade Regional de Blumenau), vinculado ao Departamento de História e Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Possui Licenciatura Plena e Bacharelado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Doutorado em História - realizado com bolsa CNPq - pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pós-doutorado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGIEL/UFMG). Pesquisa temáticas relacionadas à história urbana, ao esporte, lazer e às culturas juvenis. É membro pesquisador do LabJuX - Laboratório de Culturas Midiáticas das Juventudes, vinculado a PUC/RJ. Como autor, destaca-se por suas produções sobre a História do Skate no Brasil, tendo

livros, capítulos de livros e vários artigos acadêmicos publicados. Para o grande público, escreve para o blog “História(s) do SPORT”, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e para a revista impressa, de circulação nacional, chamada CemporcentoSKATE, existente desde 1995.

Luciana Butzke - Doutora em Sociologia Política pela UFSC (2014), mestre em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (2007), especialista em Métodos e Técnicas de Projetos Sociais pela PUC Minas (2001), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Regional de Blumenau (1998). É professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Regional de Blumenau. Tem experiência docente na área de Sociologia no ensino superior e no ensino médio. Na pesquisa e extensão, atua principalmente nos seguintes temas: Desenvolvimento regional; Sociologia do Desenvolvimento; Sociologia da Cultura; Desenvolvimento, gênero e raça; Interseccionalidade.

Luciana Santos Lenoir - Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduada em Ciências Sociais e licenciada em Sociologia e História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Básica e Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, democracia, gênero e desenvolvimento.

Maria Cecília Cordeiro Pires - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior - Capes. Mestre em Desenvolvimento Social (2019) e Bacharel em Ciências Sociais (2016) pela mesma Universidade. Ministrou aulas de sociologia no ano de 2013 como acadêmica/professora do projeto NAP (Núcleo de Atividade para Promoção da Cidadania/Unimontes). Participou do Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (2013), posteriormente foi Bolsista de Iniciação Científica/CNPq (2014 a 2016) e Bolsista de Mestrado Capes (2017 a 2019). Atualmente é Pesquisadora no OPARÁ-MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (CNPq/Unimontes) e Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA (CNPq/Unimontes). Tendo como principais áreas de atuação, Antropologia e Sociologia, trabalhando nas temáticas que envolvem Processo Migratório, Cultura, Memória, Modos de Vida, Território, Desenvolvimento Social, Povos e Comunidades Tradicionais.

Maria da Luz Alves Ferreira - Possui doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política) (2007), pela UFMG, e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). É professora lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais e ministra aulas no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Área de atuação: Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho informal, cidadania e relações de gênero, estratificação e desigualdades sociais: raça, gênero e classe e Sociologia da América Latina. Exerceu o cargo de Chefe de Departamento de Política e Ciências Sociais da UNIMONTES no biênio de 2007 - 2009 tendo sido reeleita para o biênio 2009-2011. Foi bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - BIP/FAPEMIG (2015 e 2016). Foi

coordenadora operacional do Doutorado Interinstitucional em Ciências Sociais convênio Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Montes Claros 2012 - 2016. Foi coordenadora associada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS no biênio 2014-2016. Foi Editora da Revista Argumentos no período de 2011 a 2017. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS para o biênio de 2016-2018. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação de Políticas Públicas e Sociais e do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência. É membro Rede Brasileira de Pesquisadores Latino-Americanistas e Caribeístas - BLAC (desde 2017) e membro da Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLASCO. É membro do OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. É orientadora de doutorado no Programa de Graduação em Desenvolvimento Social. Faz parte da diretoria da Aninter-SA.

Maria Emanuelle Guedes Cardoso - Graduanda em Ciências Biológicas Bacharelado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Foi bolsista de Iniciação Científica (BIC-UNI) no Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana (LEAEH). Atua como professora no Projeto de Extensão Núcleo de Atividade Para a Promoção da Cidadania - NAP e na Rede de Educação Popular Emancipa.

Maria Janine Dalpiaz Reschke - Possui graduação em Ciências Sociais - bacharelado (1987) e licenciatura (1985) - pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialização em Educação Popular na UNISINOS (1987) mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000) e doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014). Integra o grupo de pesquisa GIPeDU vinculado à Universidade Federal de Pelotas. Participa como

integrante também nos seguintes grupos de pesquisa :GPDIGES vinculado a UNISINOS e recentemente está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia Universitária, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Foi Professora da Universidade Luterana do Brasil - Campus Gravataí, nos cursos de Licenciatura (2003-2019) e Bacharelado em Educação Física. Foi coordenadora de pesquisa e extensão (2010-2019). Coordenou o subprojeto de Pedagogia no PIBID da Universidade Luterana do Brasil Gravataí (2014-2018) e o projeto de extensão da brinquedoteca - Aprender Brincando, na mesma unidade (2007-2019). Desenvolve pesquisa na área da Pedagogia Universitária desde 2007, principalmente nos seguintes temas: Formação de Professores, Didática, Inovações Pedagógicas, Internacionalização e Pedagogia Universitária. Atualmente, é professora no curso de Pedagogia na Faculdades Integradas de Taquara. Professora convidada no Mestrado Profissional em Gestão Educacional - Turma convênio Rede Jesuita-RJE-UNISINOS. Realizando estágio Pós-doutoral no PPGEDu - UFPEL-RS

Mariana Nascimento Maia - Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES (2012-2016). Pós-graduada em Direito de Família (2017-2018) e em Direito Penal e Processual Penal (2018-2020), ambas pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Mestranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES. Pesquisadora na área de violência de gênero. Participa do Grupo de Pesquisa Gênero e Violência da Universidade Estadual de Montes Claros (GEPEG/ Unimontes)

Milena Barros Marques dos Santos - Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Universidade de Brasília (UNB), especialista em Gestão Pública e mestra na grande área Ciências Sociais Aplicadas, subárea

Sociologia, área de concentração Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba /Universidade Federal de Campina Grande (UEPB/UFCG). É servidora pública há mais de 10 anos na área de desenvolvimento social, atuando como gestora de parcerias entre o Estado e Organizações da Sociedade Civil, no que tange ao acolhimento de crianças e adolescentes, inclusive com demanda específica (deficiência, necessidades específicas de saúde, TEA, soropositivas, dentre outras, conforme NOB-RH/SUAS) e que estejam em situação de vulnerabilidade social (Proteção Social Especial). É pesquisadora do Laboratório CTS (UEPB//UFCG/Insa) com ênfase em estudos relacionados a Tecnologia da Informação; inclusão e exclusão digital; e, desenvolvimento de pequenas cidades. É consultora no projeto Desafio Celso Furtado: os ares do mundo escola. Participa de projetos de extensão nas áreas de gestão do conhecimento e apropriação social de C&T. Tem experiência em desenvolvimento de estratégias de Comunicação Social; assessoria de imprensa; produção e direção de documentário; atuação em Gestão Pública; Licitação, Contratos e Convênios; Transparência; ações relacionadas ao Sistema de Proteção da Amazônia; sensoriamento remoto; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Regional/Local.

Mônica Maria Teixeira Amorim - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2013) e Mestre em Educação pela mesma Instituição (2002). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas (1989). É professora titular da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Tem experiência como Pedagoga na Escola Pública Básica e como Docente na Educação Básica e Superior, atuando especialmente na formação de profissionais professores. Foi coordenadora associada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes de dezembro de 2019 a dezembro de 2021. É docente permanente

do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/Unimontes e do Programa de Pós-Graduação em Educação/Unimontes. Foi professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unimontes (2016-2019). Dedicou-se a estudos sobre Escola Básica, Educação Profissional e Ensino Superior com foco na análise da formação docente, da diversidade étnico-racial e de gênero, do direito à educação e da evasão escolar. Foi membro da rede Ibero-Americana de Estudos sobre Educação Profissional e Evasão Escolar (RIMEPES)-(2010-2015). É integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)/Unimontes e do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência-Unimontes. É também membro do Núcleo pela Diversidade Sexual e de Gênero -InSerto/Unimontes e do Projeto Cursinho Popular Darcy Ribeiro - Rede Emancipa.

Natália de Paula Narciso Rocha - Cientista Social pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, PPGDS/Unimontes, Área de concentração: Desenvolvimento Social. Linha de pesquisa: 1: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades. Foi bolsista CAPES - PIBID nos anos de 2014-2017. Membro do Grupo de Pesquisa OPARÁ-MUTUM Estudos e pesquisas sobre migrações e comunidades tradicionais no Rio São Francisco/Unimontes- CNPq. Participante do grupo de mídias e redes sociais PPGDS/Unimontes. Experiência em Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Desenvolvimento Social, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento colonial, colonização, raça, gênero, mulheres racializadas.

Nelson Afonso Garcia Santos - Doutor de Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB/ (2019) com a tese TECNOLOGIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

CONTRA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA BRASILEIRO: LIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL CUBANO. Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC (1992). Graduado em Ciências Sociais (Bacharel e licenciado/1987) (UFSC). Atualmente exerce a atividade de professor na Fundação Universidade Regional de Blumenau, desenvolve pesquisa sobre Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. Participou do NEPEMOS (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Sobre Movimentos Sociais/FURB) e organizou, juntamente com Edinara T. de Andrade o livro Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau: história, organização e mecanismos de participação (2010). Participa, atualmente do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (NPDR) da FURB, onde realiza pesquisa sobre Tecnologia Social e desenvolvimento local, do Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí (GPHAVI)/FURB, onde realiza pesquisa sobre tecnologia social e meio ambiente. A docência se dá, principalmente, pelas disciplinas: sociologia clássica, teorias sociológicas, sociologia jurídica, sociologia da educação, sociologia contemporânea e Desafios Sociais Contemporâneos. Realiza atividade de extensão com o projeto Reciclando Hábitos

Patrícia Macedo Ferreira - Doutoranda em Antropologia Social-PPGAS/UFRN (atual). Antropóloga/Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário/Servidora Pública Federal-INCRA (desde 2012). Mestre em Ciências Sociais-PPGCS/UFRN (2018). Cientista Social (Antropologia, Sociologia e Ciência Política)-UFPI (2009).

Rafael Baioni do Nascimento - Psicólogo e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), com estágio pós-doutoral na área de estudos de gênero e movimentos sociais pela Freie Universität Berlin. É professor do Departamento de

Educação e dos programas de pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Fundador e membro do (In)Serto - Núcleo pela diversidade sexual e de gênero, projeto ligado à Pró-reitoria de Extensão da Unimontes. Pesquisador membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Violência (GEPEG - Unimontes). Atua principalmente nas áreas: psicologia da educação, aconselhamento psicológico e estudos de gênero. Seus interesses de pesquisa são: formação do indivíduo, arte e educação, gênero e diversidade, teoria crítica e preconceito.

Raíssa Cota Pales - Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros e mestrado em Desenvolvimento Social pela mesma Universidade. Atualmente, é professora efetiva de Sociologia na Educação Básica e coordenadora do Projeto de Pesquisa “Juventude e Políticas Públicas: um levantamento das demandas dos jovens em bairros selecionados de Montes Claros/MG”.

Ricardo dos Santos Silva - Possui graduação em Ciências Sociais (2006) e mestrado em Desenvolvimento Social (2011), ambos pela Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Doutor em Sociologia (2016) pela Universidade de São Paulo/USP (2016). Atualmente é professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG - Campus Salinas), professor do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (IFNMG-Campus Montes Claros), exerce o cargo de Diretor de Extensão (IFNMG-Campus Salinas). Tem experiência de ensino e pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: capitalismo, reestruturação produtiva, processo de trabalho, desenvolvimento regional, conflitos socioambientais - povos tradicionais,

sociologia e extensão rural e EPT - Educação Profissional e Tecnológica.

Rômulo Soares Barbosa - Doutor e Mestre em Sociologia pelo CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros e do Mestrado Associado UFMG/UNIMONTES em Sociedade, Ambiente e Território. Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental- NIISA. Foi pesquisador BIPDT da FAPEMIG. Foi Pró-Reitor de Pesquisa da UNIMONTES.

Thaís Guimarães Mendes - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (2019). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2015). Advogada com experiência na área de Direito Público.

Tiago Macedo Bezerra Maia - Doutorando em Sociologia (PPGS/UFPE, com bolsa da FACEPE). Especializando em Economia e Desenvolvimento Regional (FUNDAJ). Especializando em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (UERN). Mestre em Filosofia (PPGFIL/UFPE). Especialista em Gestão Pública (UFRPE). Bacharel em Ciências Sociais (UFRPE). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFPE). Bacharel em História (UFPE). Bacharel em Direito (UNICAP). Licenciando em História (UFRPE). Pesquisador voluntário (PIC/FUNDAJ). Pesquisador dos seguintes grupos de pesquisas ativos no CNPq: Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Representações Sociais e Educação (GIERSE/CE/UFPE/CNPq), Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Contemporaneidade (GECIC/DED/UFRPE/CNPq), Núcleo de Estudos em Fenomenologia,

Hermenêutica e Mística (NEFHEM/DFIL/UERN/CNPq) e Laboratório de Estudos em Religião e Política (LABERP/FUNDAJ/UFPE/CNPq).

Wanderson Pereira Araújo - Graduado em Pedagogia pelo Instituto de Ciências Sociais e Humanas do Vale do São Francisco. Mestre em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Doutor em Educação na linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG/Campus Januária. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Marx, Trabalho e Educação - GEPMTE, sob a coordenação do Professor Hormindo Pereira de Souza Júnior (UFMG). Professor no Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Dedicar-se aos estudos sobre o trabalho como centralidade ontológica do ser social, a política de Educação Profissional e Tecnológica dos trabalhadores e a emancipação humana na perspectiva marxiana.

SOBRE O LIVRO

Formato	<i>15 cm x 21 cm</i>
Mancha Gráfica	<i>10,5 cm x 16,8 cm</i>
Tipologia Utilizada	<i>Adobe Caslon Pro 11,5/14pt</i>
Imagem da Capa	<i>masadepan - by Freepik</i>
Design da capa, Projeto Gráfico e Editoração	<i>Jéfferson Ricardo Lima A. Nunes</i>
Número de páginas	<i>130</i>

Diálogos interdisciplinares em desenvolvimento reúne uma equipe multidisciplinar que se propõe a pensar nosso tempo a partir do exame de diversos objetos: educação, universidade, crise do capital, desigualdades, precarização do trabalho, pandemia, juventudes, violência de gênero, decolonialidade, políticas públicas para indígenas e quilombolas, sertão, processos migratórios, licenciamento ambiental, alimentos agroecológicos, heterodoxia e interdisciplinaridade. A categoria desenvolvimento atravessa as reflexões empreendidas nos distintos textos dessa coletânea, assim como são os textos atravessados pelo compromisso em abordar a complexidade do real vislumbrando o potencial emancipatório da ciência e sua contribuição para um projeto político voltado para a emancipação social.